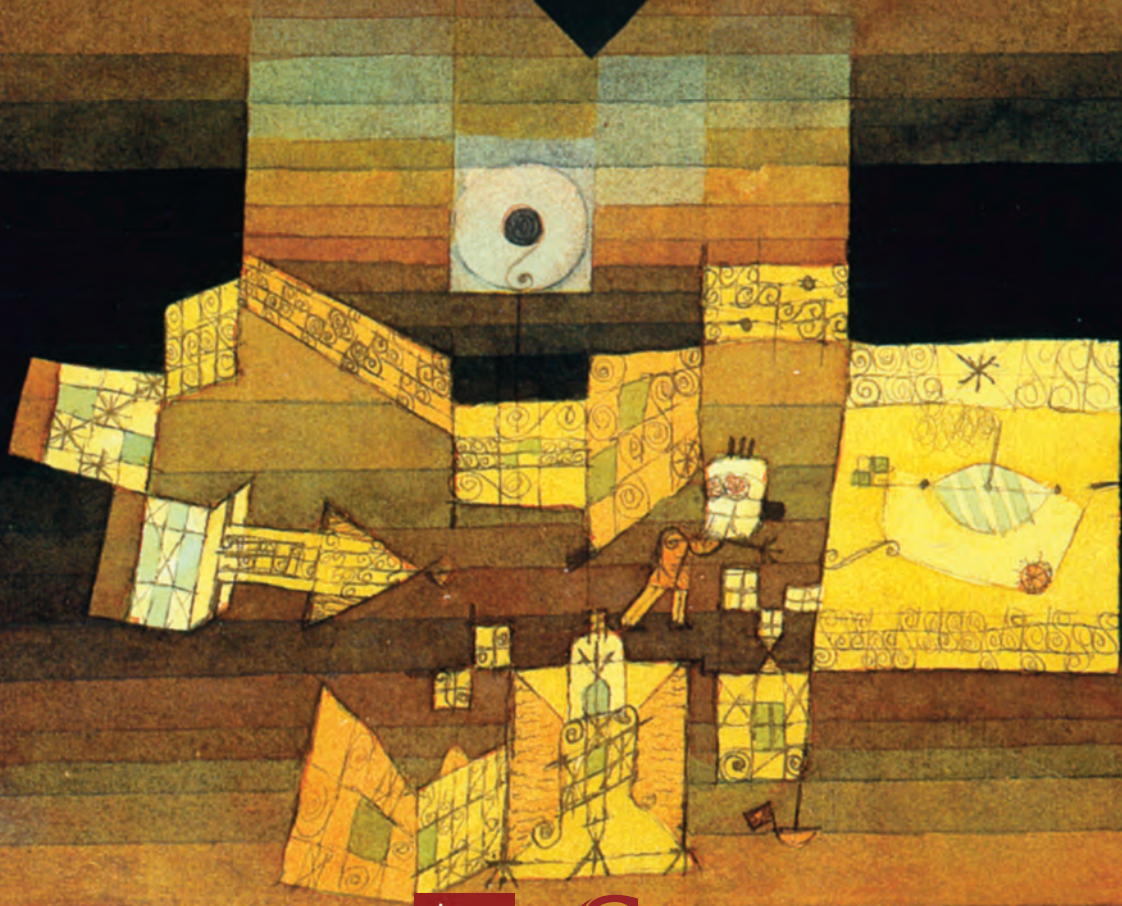


Moisés de Lemos Martins (Org.)

CAMINHOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

MEMÓRIA, MUDANÇA SOCIAL E RAZÃO

— ESTUDOS EM HOMENAGEM A MANUEL DA SILVA COSTA



Universidade do Minho



Grácio Editor

Moisés de Lemos Martins (Org.)

CAMINHOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS
MEMÓRIA, MUDANÇA SOCIAL E RAZÃO
— ESTUDOS EM HOMENAGEM A MANUEL DA SILVA COSTA



Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Grácio Editor

Ficha Técnica

Título:

Caminhos nas Ciências Sociais: memória, mudança social e razão
— estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa

Organização:

Moisés de Lemos Martins
Centro de Estudos Comunicação e Sociedade — Universidade do Minho

Capa:

O lugar em questão, 1922, de Paul Klee

Coordenação Editorial:

Rui Alexandre Grácio

Produção gráfica:

Grácio Editor

Impressão e acabamento:

Tipografia Lousanense

1.^a edição: Outubro de 2010

ISBN: 978-989-8377-07-4

Dep. Legal:

© Grácio Editor
Avenida Emídio Navarro, 93, 2.º, Sala E
3000-151 COIMBRA
Telef.: 239 091 658
e-mail: editor@ruigracio.com
sítio: www.ruigracio.com

Reservados todos os direitos

ÍNDICE

Prefácio: <i>A largueza do espírito académico</i>	7
Moisés de Lemos Martins	
<i>As Ciências Sociais na Universidade do Minho: do projecto de 1976 ao presente e além</i>	9
Aníbal Alves	
<i>Três mitos visuais de Braga</i>	19
Miguel Bandeira	
<i>A Sociologia do Desporto e novas perspectivas para a Sociologia Geral. Exemplo: o caso do futebol</i>	31
António Costa	
<i>A moral da justiça e a moral dos media julgamentos mediáticos e dramas públicos</i>	49
Helena Machado & Filipe Santos	
<i>Subsídios para uma análise da mobilidade populacional à escala local: o caso do concelho de Vila Verde</i>	63
Carlos Veloso da Veiga <i>et al</i>	
<i>A desestruturação do mundo rural e o uso do fogo — o caso da serra da Cabreira (Vieira do Minho)</i>	87
António Bento <i>et al</i>	
<i>Measuring the Portuguese ICT sector at a local level</i>	105
Flávio Nunes	
<i>O ciclone de 1914 e os prejuízos causados na sua passagem pela bacia hidrográfica do rio Ave — Uma perspectiva a partir do relatório do chefe da 2.ª Secção da 1.ª Direcção Hidráulica do Douro</i>	121
Francisco da Silva Costa	
<i>Cooperação e mudança organizacional</i>	133
Ivo Domingues	

<i>Poder, redes e heterogeneidade: algumas notas de investigação a partir da "Teoria do Actor-Rede"</i>	149
José Pinheiro Neves	
<i>Com uma enxada e um fouchinhão. Estruturas familiares, modelos sociais e construções identitárias numa região de tradições migratórias.....</i>	161
Margarida Durães	
<i>Os municípios: do governo clássico à governação</i>	177
J. A. Oliveira Rocha	
<i>Marx-Engels e as fraseologias (pseudo)dicotómicas</i>	185
Manuel Carlos Silva	
<i>Da impossibilidade de superar a actual crise do capitalismo.....</i>	197
José Maria Carvalho Ferreira	
<i>Escrever a História na primeira pessoa. Propósitos e sentidos de algumas autobiografias de intelectuais e políticos africanos recentemente publicadas</i>	213
José Carlos Venâncio	
<i>Estudantes finalistas e representações do futuro</i>	223
Emília Araújo <i>et al</i>	
<i>Virtudes-desvirtudes na actualidade. Em busca de confiança nas sociedades ultramodernas</i>	233
Maria Engrácia Leandro <i>et al</i>	
<i>As famílias tribais</i>	255
Jean-Martin R-abot	
<i>Os Cultural Studies no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho</i>	271
Moisés de Lemos Martins	
<i>Nota biográfica</i>	289

A largueza do espírito académico

Diz o poeta, no livro do *Desassossego*, que a vida é uma viagem experimental, feita todavia involuntariamente. É uma viagem do espírito, através da matéria. E dado o facto de ser o espírito que viaja, é no espírito que vivemos.

Existem almas que vivem mais tumultuadamente que outras. E é também verdade que existem aquelas que vivem mais intensamente, ou então, mais extensamente. Pouco importa isso, porque o que sentimos é sempre apenas o que vivemos. Estamos de facto em crer que nos recolhemos tão cansados de um sonho como de um trabalho visível.

Há mais de trinta anos que o professor Manuel da Silva Costa tem estado entre nós como o espírito de que temos vivido. A nossa viagem académica, de sonhos e trabalhos no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, quase se confundiu, por um tempo, com a viagem dos sonhos e trabalhos deste homem.

Temos vivido deste espírito, um espírito de humanidade, um espírito de bondade, rectidão e justiça, um espírito de livres navegantes das viagens do conhecimento, viagens que não acabam nunca. E como seria bom que este espírito continuasse a trabalhar a Academia e a pairar entre nós, um espírito de humanidade: na ciência, no ensino, no serviço à comunidade. Se nos reclamarmos de um espírito de humanidade, não corremos o risco de naufrágio, por mais incertos que sejam os tempos.

Olhando os anos que decorreram com o Professor Manuel da Silva Costa a nosso lado, ficamos com a impressão de que ele conheceu, entre nós, horas de todas as cores e ânsias de todos os tamanhos. Vimo-lo sempre a desmedir-se pela vida fora, não se bastando, nem sonhando bastar-se. Vimo-lo levando de um lado para outro, de norte para sul, de leste para oeste, o brio, a honra e o orgulho de termos um passado, a intensidade de vivermos um presente e o desassossego de termos que ter um futuro. Porque as Ciências Sociais tinham que ter futuro na Universidade do Minho. Mas vimo-lo, igualmente, sempre, com sentido de humanidade, um sentido de bondade, rectidão e justiça, cortando as águas, cavalgando as encapeladas ondas, encorajando-nos na viagem, abrindo as rotas para novas paragens.

Em todos os tempos, é esta largueza de espírito que faz da Academia uma realidade nova. E é por isso que estamos gratos ao Professor Manuel da Silva Costa.

Moisés de Lemos Martins

Presidente do Instituto de Ciências Sociais, de 1996 a 2000 e de 2004 a 2010.

As Ciências Sociais na Universidade do Minho: do projecto de 1976 ao presente e além¹

Aníbal Alves²

Dedicatória

Dedico a publicação deste texto ao Professor Doutor Manuel da Silva Costa, na ocasião da sua jubilação como professor catedrático do Instituto de Ciências sociais. Ponho neste gesto os sentimentos de admiração, de amizade e de alegria pela sua Pessoa, vida e obra, cujo alto valor e mérito, tive o privilégio de testemunhar e reconhecer. Bem-haja pelo muito que me deu, como amigo e companheiro, parabéns pelo que já alcançou e votos da mais feliz continuação.

Quis trazer para este trabalho de grupo sobre o nosso Instituto de Ciências Sociais uma reflexão construída em três tópicos: 1º - Os nossos trunfos e triunfos; 2º - Os nossos obstáculos; 3º - A nossa missão e projecto.

Trata-se de um discurso pessoal, um testemunho nutrido naquela espécie de “observação participante” em que pude acompanhar a vida e história do nosso Instituto. É uma visão, entre outras, parcial e argumentativa, como será facilmente visível.

1. Os nossos trunfos e triunfos

Quero começar com a afirmação de uma atitude de crença e de reconhecimento. Não pretendo fazer o elogio da nossa instituição, mas não duvido que disporia de argumentos convincentes para levar a bom termo essa honrosa tarefa. Outros e outras ocasiões hão-de certamente permitir que tal seja feito.

Vou limitar-me, aqui, a enunciar três aspectos que confortam a minha crença no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho: 1) a relevância das Ciências Sociais no projecto da Universidade do Minho; 2) o valor dos seus membros, docentes, técnicos e estudantes; 3) as obras produzidas e o seu reconhecimento.

¹ Contributo para o painel “As Ciências Sociais na Universidade do Minho”, que teve lugar nas Jornadas Científicas “As Ciências Sociais na Universidade”, no âmbito da celebração dos 25 Anos do Instituto de Ciências Sociais, em 7 e 8 de Novembro de 2002.

² Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais, «anibal@ics.uminho.pt»

1.1. Trunfo estatutário

As Ciências Sociais na Universidade do Minho figuram com carácter estruturante na sua matriz inicial aprovada pelo Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica em 10-02-1976. As Ciências Sociais são uma das cinco unidades pedagógicas então estabelecidas — Letras e Artes, Ciências Exactas e da Natureza, Engenharia, Educação e Ciências Sociais. E o Centro de Desenvolvimento Regional, a estas últimas associado, figura entre as nove unidades de investigação inicialmente definidas.

Se tivermos presente que estas unidades tinham como missão conjunta, no que respeita ao ensino, formar professores, engenheiros e especialistas de relações internacionais, podemos compreender o sábio e justo desígnio que a comissão instaladora reservou às Ciências Sociais no projecto da nossa Universidade.

Não é o momento de perguntar, e muito menos de procurar responder, se aquele desígnio promissor encontrou adequada realização. A história, como a vida, sempre surpreende. As causas das surpresas, apuradas e interpretadas fornecerão certamente perspectivas de compreensão e de referência para o percurso realizado e a prosseguir. Pessoalmente, penso que as Ciências Sociais, na fase inicial da Universidade mantiveram presença e cultivo relevantes e significativos, tendo mesmo registado notório crescimento. Todavia, esta não passou, em grande parte pelo desenvolvimento da primeira unidade pedagógica de Ciências Sociais. Parte importante desta separou-se em 1982 para constituir a Escola de Economia e Gestão, da qual por sua vez, emergiu a actual Escola de Direito. Acresce que outras Escolas e até outras Unidades desenvolvem importante actividade de investigação e ensino no campo comum das Ciências Sociais.

O reconhecimento desta situação, ao contrário de qualquer vã reivindicação, é uma condição necessária para qualquer política de desenvolvimento das Ciências Sociais, quer ao nível dos órgãos de Governo da Universidade, quer ao nível de todas as entidades envolvidas. No nosso caso, e por quanto de nós depende, impõe-se a prossecução e aprofundamento das relações de colaboração já existentes e a descoberta e desenvolvimento de outras. Destas como daquelas retiraremos sem dúvida o único benefício que importa: desenvolver as Ciências Sociais no nosso Instituto e no conjunto da Universidade para que aconteça efectivamente o seu indispensável contributo para a realização da missão institucional da Universidade do Minho.

1.2. Segundo trunfo do Instituto de Ciências Sociais: valor humano, científico e técnico

Diz-se com grande fundamento e evidência que a mais importante riqueza de uma organização — como de uma sociedade — são as pessoas. Assim é também na nossa organização. Conhecemos os nossos defeitos e limitações como casos próprios de família. Mas não creio enganar-me ao afirmar convictamente que se trata de um

grupo humano de grande valor, uma verdadeira “elite” social, pelas qualidades humanas, científicas, pedagógicas e técnicas, pelo trabalho competente e dedicado com que procura assegurar as suas funções. Bem sei a prudência do ditado, “não se é bom juiz em causa própria”. Valha-nos, todavia no caso, a indispensável virtude da auto-estima, à qual não faltam, nem a evidência dos argumentos, nem o inequívoco reconhecimento de honrados testemunhos.

Somos 95 docentes e 14 funcionários e eram 1574 os estudantes inscritos nos Cursos de Ciências Sociais do Instituto no ano transacto. Curiosamente foi nos últimos dois anos que a percentagem de alunos dos nossos cursos voltou a atingir os 10% do total de alunos inscritos nas licenciaturas da Universidade. Tal não acontecia desde 1980/81 em que aquela percentagem era de 10,9%, já mais baixa do que nos dois anos imediatamente precedentes, de 10,7%, e 11,5% respectivamente. Agradeço estes dados ao Dr. José Machado que espero, ele próprio, nos apresente em breve num quadro de interpretação adequada.

No que respeita ao nosso corpo docente, ressalta em primeiro lugar o seu conselho científico com doutores em todas as áreas instituídas, reconhecidos nas diferentes provas públicas a que se submeteram, por juízes nacionais ou estrangeiros de inequívoca competência. O largo corpo dos assistentes, que conjugam, com notável denodo, a prestação do serviço docente, por vezes, bem pesado, com a inadiável tarefa da sua formação científica e pedagógica, regista para cada um dos membros, classificação e avaliações de elevado nível, e em muitos casos, do mais alto nível.

Contamos por outro lado com um corpo de docentes convidados que, pelo seu prestígio científico, pedagógico e cultural, bem como pela sua elevada competência profissional, conferem à formação dos nossos estudantes um inestimável complemento com efeitos especialmente benéficos na preparação para os estágios e entrada na vida profissional.

Em relação ao corpo dos oficiais técnicos e administrativos, a situação só não é privilegiada no seu número, pois são bem reconhecidos dentro e fora do Instituto, o valor da sua competência, desempenho e dedicação, tal como o alto grau de qualidade e de quantidade do seu trabalho.

1.3. Em terceiro lugar: trunfos e triunfos

Os nossos trunfos e triunfos manifestam-se ao nível dos resultados e das obras. Evitando naturalmente enumerações exaustivas, referirei dois campos:

- a) No campo da **formação científica**, o Instituto tem particular mérito na promoção do seu próprio corpo docente, especialmente dos seus doutores. Estes, na sua quase totalidade, realizaram o doutoramento já como docentes do Instituto, parcial ou totalmente equiparados a bolseiros, e, em muitos casos, em Universidades estrangeiras, escolhidas pelo seu valor e prestígio.

Em relação aos cursos de licenciatura, e, por quanto sabemos, os nossos licenciados têm conseguido afirmar-se bem, no quadro profissional. Entre eles estão, como exemplo, os que seguiram a carreira académica e técnica na própria Universidade do Minho, incluindo o nosso Instituto.

Por outro lado, a Avaliação Externa dos nossos cursos atestou a sua elevada qualidade científica e pedagógica.

b) E no campo da **Investigação Científica**?

Atendendo apenas às obras publicadas, quer em resultado de projectos de investigação por imperativos curriculares, quer de outros projectos individuais e colectivos, reconhecemos que podemos fazer mais e melhor. Mas isso não impede que destaquemos o reconhecimento das obras dos membros do Instituto, atestado não só pela própria publicação por parte das instituições científicas, mas ainda, pela atribuição de prémios e outras distinções públicas. Hoje mesmo tomámos conhecimento com grande alegria da atribuição do importante Prémio para as Ciências Sociais Professor Adérito Sedas Nunes à nossa colega Professora Manuela Ivone Pereira da Cunha, da Secção de Antropologia.

Para resumir e ilustrar a produção científica publicada no ICS, da qual dá uma imagem a mostra exposta no átrio contíguo a esta sala, e que mereceu a coordenação da Dr.^a Conceição Falcão, referirei, quase em homenagem, o nosso pequeno monumento que são os *Cadernos do Noroeste*, agora diferenciados em três séries — História, Sociedade e Comunicação, e Sociedade e Cultura.

Com tais trunfos e triunfos, o nosso Instituto ganhou jus a honrada existência no quadro da Academia e adquiriu competência e capacidade para prosseguir a sua missão. Mesmo com obstáculos, que também reconhece. E que obstáculos?

2. Quais são os obstáculos à acção e ao futuro do nosso Instituto?

Distinguirei dois tipos de obstáculos: os de ordem externa e os de ordem interna.

2.1. Os obstáculos de ordem externa

Prendem-se com o contexto exterior à Universidade da qual o Instituto é parte, e com o contexto exterior ao Instituto no quadro interno da Universidade do Minho. No plano exterior à Universidade, a nível político, social e cultural, sabemos que as Ciências Sociais não gozam de grande estatuto e reconhecimento. Para a mentalidade comum, todos dispõem de competência para pensar e interpretar os fenómenos sociais, não se justificando por isso, disciplinas científicas e cursos superiores, para estudar, explicar, e prever o que está ao alcance de qualquer um. Pior que esta ati-

tude é uma outra que considera as ciências sociais não só desnecessárias mas até perturbadoras. Recorde-se a quase ausência das Ciências Sociais, como tais, da Universidade, em Portugal antes da Revolução de 25 de Abril. Mas há mais do que isso. Ilustro com um caso vivido na própria história do nosso Instituto.

Por volta de 1988 tornava-se claro para alguns responsáveis da Unidade de Ciências Sociais que esta se iria diluindo cada vez mais, caso não organizasse algum ou alguns cursos específicos de licenciatura em Ciências Sociais. Era manifesto que os outros projectos de ensino da Universidade não só não incluíam disciplinas de Ciências Sociais nos cursos que coordenavam, como faziam cessar ou diminuir as existentes. Em consequência, a percentagem de estudantes ligados à Unidade descia a olhos vistos, inviabilizando o crescimento do número de docentes. Os valores mais baixos surgiram em 1987/88 com 5,7% e em 1988/89 com 4,3%. Atingíamos um valor inferior a metade do valor inicial.

É nesta conjuntura que são preparados e sobem aos órgãos da Universidade as propostas de criação das licenciaturas em Sociologia e Antropologia Cultural. Só a primeira é aprovada pelo Senado, recomendando-se a modalidade do mestrado para a segunda. Mas não sem resistências que bem ilustram a corrente atitude avessa às Ciências Sociais. Delas citarei apenas uma manifestação da altura, na voz de um ilustre membro do Senado, que integrava, como representante convidado da sociedade exterior: “A sociologia, dizia, quer queiramos quer não, tem má reputação. Chega a ouvir-se dizer que em vez de ajudar a resolver os problemas ainda os complica mais.” (!)

Apesar deste obstáculo da mentalidade comum, que chega até à Universidade, o curso de Sociologia foi aprovado, como Sociologia das Organizações.

Ele trouxe, efectivamente e como previsto, uma inversão da tendência decrescente da percentagem de estudantes em ciências sociais, a qual passaria a registar um acréscimo constante embora muito pequeno, o qual a breve trecho seria acentuado com novos curso de licenciatura, como o de Comunicação Social.

Os obstáculos de ordem externa ao Instituto, no quadro interno da Universidade do Minho, também existiram e podemos identificar alguns. Com as duas observações seguintes:

- a primeira refere a dispersão orgânica do domínio das Ciências Sociais. Esta manifestou-se, antes de mais, na decisão administrativa histórica de dividir a Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Sociais em duas escolas: Economia e Gestão, e Ciências Sociais. Um pouco mais tarde, o Direito separou-se da Escola de Economia e Gestão, formando uma terceira escola oriunda da primitiva Unidade de Ciências Sociais. Por outro lado, foram instituídas na Universidade disciplinas do âmbito da ciência social (embora nem sempre com esta designação) em outras escolas, que não as três já referidas, a primitiva e as que dela emergiram;
- a segunda observação sobre obstáculos externos ao Instituto no quadro da Universidade, tem a ver com a instalação da Unidade de Ciências Sociais nos espaços universitários.

Pode afirmar-se, com fundamento, que nenhuma escola terá tido tão deficiente tratamento ao longo do tempo. Recordo-me da visita do Reitor João de Deus Pinheiro, logo a seguir à sua posse, às instalações de então, no edifício da Avenida Central onde hoje existe o Bar Académico “Insólito”. Ao chegarmos ao minúsculo espaço das águas-furtadas em que funcionava a Biblioteca, reconheceu: não é aceitável esta situação. Mas foi-o ao longo de quase uma década!

Não deixa de ser sintomático que, mesmo hoje, numa situação de ruptura, vejamos que o futuro espaço próprio para o Instituto de Ciências Sociais não tenha podido ser projectado e justificado para esse fim institucional, e nem sequer com o nome próprio de Instituto de Ciências Sociais, nem a ele inteiramente destinado.

2.2. Os obstáculos de ordem interna

São porém os obstáculos de ordem interna que maior ameaça constituem para o desenvolvimento e fecundidade do Instituto de Ciências Sociais. Sublinharei apenas dois.

O primeiro diz respeito a alguma falta de unidade orgânica interna e a consequente dispersão das sub-unidades e dos próprios membros. “Todo o reino dividido perecerá”. O Instituto de Ciências confronta-se, em meu entender, com graves deficiências na sua orgânica constitutiva e funcional.

Consequências ou manifestações de tais deficiências são, por exemplo, as seguintes: 1) A resistência ou indisponibilidade dos membros para o desempenho das funções de direcção e de gestão ao nível do próprio Instituto como ao nível de outros órgãos; 2) O isolacionismo das áreas e dos programas ou projectos: exemplo desta tendência ficou patente não há muito tempo na resistência à reserva de uma percentagem de verbas dos mestrados para o Instituto. Foi em situação similar que o Rei de Portugal, D. João II se viu reduzido a Rei dos Caminhos! 3) A tendência que tem vindo a acentuar-se para a separação e invocada autonomia orgânica das áreas, como sucedeu com a Antropologia e, mais recentemente, com a Arqueologia. 4) O caso, a tantos títulos incompreensível, da localização do Curso de Geografia no pólo de Azurém, descontextualizado do seu meio científico e académico.

O segundo grande obstáculo consiste nas deficiências profissionais que espreitam aqui e ali num conjunto reconhecidamente positivo e mesmo de grande craveira. Não tenhamos dúvida que a persistência, por tempo indefinido, de reais falhas na competência científica e pedagógica dos docentes como na competência profissional dos técnicos nos acarretará perniciosas consequências a muitos níveis. Será pura ilusão esperar que o tempo, só por si, resolva os casos. Bem pelo contrário, a abordagem sensata, prudente e justa poderá conduzir à melhor salvaguarda dos relevantes interesses quer das pessoas envolvidas, quer da nossa instituição, incluindo a salvaguarda das obrigações desta para com terceiros. Será assim que dos obstáculos faremos oportunidades de prosseguir o nosso projecto e missão. É neste sentido que avançarei agora algumas propostas.

3. Missão e Projecto

A consciência das capacidades, bem como dos obstáculos apelam à consciência de um projecto em parte realizado e em parte a realizar.

É essa parte que nos cabe construir, em forma nova, pois que nova é a vida, neste mundo em mudança, revestindo sempre novas qualidades...

Aquela construção exige projecto e gestão adequados, ou seja, requer uma concepção estratégica do nosso desenvolvimento ao serviço da missão institucional. Magna tarefa para a qual temos já desenvolvido algum meritório trabalho, mas que permanece ainda, talvez, a nossa maior limitação e bloqueio.

Não ultrapassarei aqui o enunciado convicto da sua relevância e imperativo, deixando apenas o apontamento de duas dimensões ou condições imprescindíveis para o nosso desenvolvimento:

- Reconsideração da definição orgânica e estatutária;
- Actualização do projecto marcadamente pluridisciplinar.

3.1. A Definição Orgânica, condição do Planeamento Estratégico do Instituto de Ciência Sociais

Este tópico merecerá certamente a competente consideração das Direcções Departamentais e Dirigentes do Instituto, no âmbito das Jornadas de comemoração dos 25 anos do Instituto. Trata-se de duas exigências complementares de cuja satisfação adequada depende a unidade e eficiência da nossa organização. Não duvido que a sua falta ou insuficiência se podem atribuir alguns dos mais graves bloqueamentos e mesmo fracassos que ocorreram no meu último exercício do cargo de Presidente. Recordo que nenhum processo tentado de revisão de regulamento orgânico do ICS teve êxito durante aquele período — não me refiro a regulamentos de cursos ou de núcleos de investigação.

Também estarão na memória de muitos as dificuldades, quase insuperáveis, e mesmo não superadas, que experimentámos em momentos de decisão quando, em vão, buscámos critérios e balizas de adequado suporte. Porquê? Porque, como então alguns de nós referiram e reconheceram, não dispúnhamos de inequívocas referências estatutárias ou de planos estratégicos programáticos com seus objectivos, condições de adequadas medidas de avaliação. Sem estas arriscamo-nos a não identificar os nossos próprios triunfos e da consciência deles tirar justa satisfação e estímulo para prosseguir. A segunda dimensão que referi para a boa continuação do nosso futuro colectivo é a concepção pluridisciplinar dos nossos projectos.

3.2. Projectos Pluridisciplinares

Preferi o termo pluridisciplinar por duas razões: uma, para expressar a relevância da *disciplina* e o respeito por ela, a outra para lhe marcar a limitação, e por isso, a necessidade de buscar nas suas pares — as *outras mais* disciplinas — o indispensável complemento para, juntas, darem corpo a um projecto cujo objectivo social complexo exige, de um modo ou de outro, o contributo das diferentes disciplinas das Ciências Sociais. O *plural* também aqui é pleno de significado e sentido.

O termo pluridisciplinar pode ainda ter vantagem sobre o termo interdisciplinar, por evitar o eventual carácter indeterminado deste, ou a terra de ninguém para que ele por vezes parece desencaminhar os mais incautos ou menos exigentes.

Porquê então privilegiar projectos pluridisciplinares? Porque se me afigura que com eles e por eles se torna possível, simultaneamente, realizar melhor as competências das diferentes disciplinas, e dar maior satisfação aos programas e objectivos de formação, de investigação e de intervenção social.

3.2.1. O nível dos programas de formação ao nível de licenciatura

Tenho para mim que estávamos mais certos nos primeiros figurinos dos Cursos de Ciências Sociais do que na tendência mais recente de concentração numa disciplina e na docência por um departamento. O que assim parece ser ganho em termos de gestão mais próxima e objectiva não compensará a imprescindível abertura e riqueza da formação universitária. E esta não será promovida fora do convívio com diferenciados mestres, experimentados e competentes em áreas específicas, todas elas inteiramente ligadas numa afinidade fundamental que é a terra comum do conhecimento social.

A organização dos cursos superiores na União Europeia encontra actualmente um enquadramento novo na Declaração de Bolonha e nas orientações políticas que se lhe seguiram. É um momento oportuno para, sem precipitação e evitando esquemas reducionistas, trabalharmos o desenho dos nossos cursos, em novas formas. A forma de um curso universitário, aquele que justamente se supõe pode ser a “forma” para a formação, não consiste num somatório de saberes retirados das prateleiras de algum imenso supermercado para o depositar como bagagem no estudante. A “fôrma” ou forma de um programa é mais do que isso. Trata-se de uma espécie de, à falta de melhor termo, alma, ou ânimo, ou “cultura”: é aquilo que cria um clima favorável à emergência, nos estudantes, de uma vontade e de um desígnio, capazes de os empenhar no seu próprio percurso de descoberta, de treino, de desempenho, de capacitação e competência.

A ideia de percurso, de caminho, ou de método, pretende sublinhar, não o processo de moldagem de uma qualquer matéria prima informe, mas sim o de um percurso de pessoas inteligentes e livres que, num ambiente instituído com recursos e oportunidades adequados, encontram meios favoráveis à sua mais cabal realização.

Ora para esta realização, pessoal, livre e aberta, parece condição elementar que os programas curriculares ofereçam a possibilidade de estudar disciplinas diferenciadas em método e objectivo, ensinadas por professores experimentados e reconhecidos. Gostaria de poder pensar que os nossos cursos de ciências sociais não caem neste perigo de formatação saturante e não inibem os nossos estudantes de conhecer e conviver com os professores que mais competências possuem para efectivamente poder despertar e promover as suas qualidades. Essa é também uma das vantagens que reconheço na perspectiva dos programas multidisciplinares.

Não me cansarei de repetir a palavra sábia de Abel Salazar “um médico que só sabe medicina, nem medicina sabe”. De modo idêntico, os nossos licenciados de História, de Sociologia, de Comunicação, de Geografia, de Arqueologia, que só sabem da respectiva disciplina, nem dela saberão. Para que tal não suceda é mister dotar os programas dos cursos dos contributos estruturantes das várias disciplinas das Ciências Sociais e, ainda, de outras que à compreensão destas são indispensáveis.

3.2.2. A perspectiva multidisciplinar

A perspectiva multidisciplinar desejável para os cursos de **formação** inicial é, *mutatis mutandis*, desejável para as duas outras áreas de acção do Instituto de Ciências Sociais: a investigação científica e a intervenção social.

Ao nível da investigação científica, é manifesto que qualquer objecto de investigação social, em razão da sua complexidade, exigirá abordagem pluridisciplinar.

Ao nível da intervenção social, por vezes tão perto do figurino da investigação, e sem prejuízo de acções de natureza individualizada, a abordagem pluridisciplinar, e portanto em equipa, é igualmente necessária e conveniente. Aliás, o campo da nossa intervenção social, pode ser com vantagem concebido como o prolongamento das nossas outras modalidades de acção, o ensino e a investigação científica.

Não duvido da dificuldade de architectarmos programas de investigação e de intervenção ambiciosos e exigentes, quer pela complexidade dos objectos, quer, concomitantemente, pela sua abordagem por equipas multidisciplinares.

Mas também não duvido que por aí passa a própria solidez vital, a, unidade solidária dos seus membros e a fecundidade do nosso Instituto de Ciências Sociais. A nossa experiência colectiva, mesmo de forma limitada, conta com casos exemplares de projectos de investigação e de intervenção social de fecunda cooperação de investigadores de diferentes disciplinas.

Vejo nesta cooperação multimodal e permanente nos nossos projectos de ensino, de investigação, de intervenção social, a base indispensável da nossa própria entidade universitária e condição da realização da sua missão científica e social.

Não seremos uma organização una e solidária se não nos cruzarmos e comprometermos em acções conjuntas.

Termino, nesta profunda convicção, com o voto sincero de que a celebração dos 25 anos do nosso Instituto nos estimule a prosseguir com determinação, paciência e arte, este alto desígnio de permanentemente desenvolvermos, de forma diferenciada e solidária, o nosso programa colectivo das Ciências Sociais que bem poderíamos designar como *Ciências da Vida Social*. Este é, fundamentalmente, o objectivo da nossa acção científica e da nossa preocupação pessoal e social.

Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 7 de Novembro, de 2002.

Três mitos visuais de Braga — um ensaio em geografia cultural¹

Miguel Sopas de Melo Bandeira²

«Se há limites formais para o mito, não os há substanciais. Tudo pode então ser mito? Sim, creio-o bem, porque o universo é infinitamente sugestivo»

Roland Barthes (1956)

A ideia

Pelas imagens mais perenes e identitárias de uma cidade, os fragmentos que se preservam, as séries que se reproduzem e ainda aquelas outras que se pretendem como genuínas, se confrontadas com as continuidades narrativas da história e o modo como as reconhecemos perante a força da contemporaneidade, oferecem-se a nós, que as observamos, como referências dessa visão ampla que enxerga no último plano do horizonte o *rayonnement* das mitologias urbanas.

Ante a possibilidade da imagem da cidade incorporar a qualidade de mito depararam-se-nos, à priori, narrativas mais ou menos fabulosas, umas mais simples, procurando relacionar o poder telúrico da natureza com os desígnios da vontade humana, outras, como diria P. Ricoeur (1959), concebendo o mito como uma explicação do real. Uma inscrição, todavia, queda assente, e que deriva da visão antropológica da realidade, perseguimos uma síntese, dir-se-ia, o compromisso entre o conhecimento objectivo e a compreensão subjectiva do significado mítico, no presente caso relacionando alguns dos seus mais divulgados aforismos com as constantes da imagem de Braga.

Para R. Barthes (1956) o mito pode ser encarado mais abertamente do que como uma ciência dos signos — como, segundo o próprio, pretenderia Saussure — isto é, como um sistema semiológico. Um sistema de comunicação.

Quanto à imagem por ser «mais imperativa do que a escrita, impõe a significação de um só golpe, sem a analisar, sem a dispersar»³, não deixando por isso de se constituir como «uma escrita, desde que seja significativa».

Ao contrário da motivação inicial do autor, ao glosarmos *três mitos visuais de Braga* não temos, porém, a veleidade de exercer qualquer crítica ideológica, e mesmo ensaiar a «desmontagem semiológica» das representações sociais, tidas contextualmente como expressão da *cultura pequeno-burguesa*. Já na Introdução à edição portuguesa de *Mitologias* (1970), após a convulsão de *Maio de 68*, R. Barthes pressentiu

¹ Ao Professor Manuel da Silva e Costa, meu anfitrião do Instituto de Ciências Sociais e mentor da ideia de Geografia na Universidade do Minho

² ICS/UM; CEGOT; CICS

³ Barthes, R. *opus cit.*, p.251

a dissolução ideológica que vivemos nos tempos actuais, pelo que sobre esta matéria os factos falam por si. Ainda assim, para além da motivação hermenêutica que subjaz à procura dessa *escrita visual*, face a qualquer directividade que nos possa vir a ser futuramente reclamada, ainda que seja pelo contexto de uma *sócio-semiótica da imagem e do imaginário* em que nos posicionamos⁴, fazemos nosso o próprio considerando de Barthes, que esclarece, «não pode haver denúncia sem o seu instrumento de análise fina, não há semiologia que finalmente se não assuma a si mesma como uma “semioclastia”»⁵.

Para discorrer sobre *três mitos visuais de Braga* ocorreu-nos partir da percepção de constantes narrativo-figurativas que se impõem no tempo e no espaço, pelo que, de um modo espontâneo, ilustraremos o nosso ensaio com o recurso à metáfora de outras tantas forças emanadas das leis da Física: a gravidade, a centripetação e a centrifugação.

A partir de uma ideia de energia que se sente mas não se vê, de três forças que actuam permanentemente com vectores distintos, mas que coexistem e se complementam, definimos três teses.

Fizemos com que o referente de mais longo rasto, que está geograficamente localizado no centro do espaço urbano, e tudo parece reverter sobre si, seja representado pela força da gravidade. É a constante que mais notoriamente condiciona a morfologia das coisas, o conjunto das formas, porque «o mito não pode ser de modo nenhum um objecto, um conceito ou uma ideia; é um modo de significação, uma forma»⁶.

Seguidamente evocámos as forças centrípeta e centrífuga, enquanto constantes complementares, que actuando conjugadamente entre si mantêm o equilíbrio entre centro e periferia. São forças referenciadas a (e de) um ponto central que se manifestam no âmbito de uma trajectória rotativa e curvilínea. Quanto à primeira, resulta da preservação de uma visão exterior, de fora, uma percepção que visa a coesão, a unidade entre o geral e o particular, desenvolvida a partir do momento em que se reconhece de um modo mais amplo que a cidade existe para lá si própria. Por seu turno, a força centrífuga, enquanto figura retórica, aponta para o acentuar de uma tendência mais recente e difusa. Isto é, fecunda, reprodutiva, insaciável e individualmente dispersora.

No entanto, pese o paroxismo, estamos também conscientes de que os mitos embora aspirem à eternidade não são eternos. Ao procurar que a relação das forças físicas se projectasse nas diacronias urbanas estamos perante um desafio ensaístico, que chamar-lhe-íamos de exercício em geografia cultural — onde assumimos o risco da imponderabilidade dos mitos que procuramos fixar. Seguimos o impulso sugestivo do universo de narrativas e imagens que comportam o lastro, no mínimo, de uma cidade bimilenar.

⁴ *OS POSTAIS ILUSTRADOS: PARA UMA SÓCIO-SEMIÓTICA DA IMAGEM E DO IMAGINÁRIO* – Projecto Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - PTDC/CCI/72770/2006, CECS - Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, coordenado por Moisés de Lemos Martins - ICS/UM

⁵ Barthes, R. *opus cit.*, p. 4.

⁶ Barthes, R. *opus cit.*, p. 249.

E é assim que a partir de algumas das impressões apriorísticas baseadas em leituras cruzadas, nos resultados da confrontação disciplinar, na profusão de imagens que têm passado estes anos pelo nosso olhar e, porque não, também, do instinto e do saber acumulado pela vivência de uma urbe que fizemos nossa, que somos capazes de retirar a relação que nos propomos explicar. A interação entre alguns dos aforismos mais propalados pela *vox populi* bracarense, e pelo que, também, dela se reconhece noutras paragens, com a observação das imagens de Braga, muito particularmente, aquelas que mais sistematicamente elegemos da análise sistemática das séries de postais ilustrados que decorrem da investigação em curso.

Em jeito de remate chamávamos a atenção para uma última decorrência dos *mitos visuais de Braga* que tendo à vez traços diversos e comuns, parecem transgredir da ordem linear do tempo que distingue passado e presente.

Como não nos cansamos de notar, porque entendemos não ser um mero acaso, entre as boas-vindas da placa da auto-estrada que acena aos que nos visitam com a imagem do principal ícone religioso — a Sé — subordinado ao epíteto de *Cidade do Barroco*, e a saudação dos mortos pratriimonializados (ou esquecidos) das necrópoles à entrada da cidade romana, detectamos a indistinção do tempo, o poderoso *postal* que atravessa a história da urbe, que ora opõe, ora confunde, o cristão e o pagão em Braga. Sobre isso encontramos muitos exemplos. Do mesmo modo que o monumental novo Estádio Municipal, do laureado arquitecto Souto Moura, sendo uma obra de referência do regime, é *Barroco* por exaltar a grandiosidade *principesca* e absoluta do autarca, ele é também, simultaneamente, pagão pela natureza da finalidade que lhe está destinada. São os *jogos do povo*, consagração Clássica que se faz dos ídolos da contemporaneidade, os futebolistas, os semi-deuses de um cristianismo ausente. Uma vez mais e sempre a imagem hodierna de Braga confronta-nos com essa tensão permanentemente entre o *Barroco* e o *Romano*, entre o cristão e o pagão.

Força gravítica: *mais velh[a e fecunda]* do que a Sé de Braga

Para lá de indagar a origem do propalado dito popular português, *é mais velho do que a Sé de Braga*, usado quando se pretende rotular a elevada antiguidade de algo, a Catedral⁷, que é uma expressão da longitude do tempo, transcende a própria História e afirma-se como um símbolo intemporal do extremo peninsular. Fundada há mais de 900 anos atrás, em 28 de Agosto de 1089, com auto lavrado atestando a respectiva bênção e dedicação a Santa Maria, sob a presença dos mais altos dignitários da igreja ibérica medieval, aí se fixou a sede daqueles que ainda hoje ostentam o título de *Primas das Hespanhas*. Entre a realidade e o mito, a Sé, porém, era já então um referente de veneração, reverberando, nos tempos coevos da fundação, os antecedentes firmados a uma *Bracara Augusta* distante, convertida à função de foco de irradiação da cristandade, nessa que era então a finisterra oriental do império romano.

⁷ <http://images.google.com/images>, Abril 2008, (pesquisa: 'Sé de Braga')

Demarcando-nos da vontade de perscrutar as névoas da História contentamo-nos em reflectir sobre algumas coincidências, ou talvez não, hoje geralmente aceites como correlacionadas, e de pegar no estímulo das sugestões cruzadas, esboçando aquele que é talvez o mito mais antigo de Braga.

Sabida que foi da reutilização de pedras de *Bracara* na própria edificação do Templo, as epígrafes incrustadas nas paredes da catedral e as mais recentes escavações arqueológicas, tanto no interior como no exterior do complexo catedralício, revelam-nos as precedências e as continuidades de um rasto bem mais antigo, os veios omissos de sacros cultos paleocristãos que se reportam, como hoje se aceita, à fundação da própria cidade.

Entre as referências de longo rasto sobressai o culto de Ísis, indiciado por uma das ditas epígrafes que testemunha o voto que lhe é atribuído pela sacerdotisa *Lucrecia Fida*, oficiante do culto imperial, e que pode igualmente ser explicado pela topológica razão de, no local onde se ergueu a Sé, ter antes existido um mercado romano, indexado a uma outra divindade pagã funcionalmente mais orientada, neste caso denominada de *Genius Macelli*. Independentemente da reutilização das pedras e da sua conseqüente movimentação, tal como veio a ser comum nos últimos tempos do império, a cristianização dos templos pagãos conservou algumas inércias substantivas e, seguramente, também alguns padrões simbólico-figurativos.

Mais do que a estreita associação entre difusão da fé, a troca de saberes e o comércio de bens e serviços, a divindade originária do delta Egípcio, arrebatadora de crentes desde 2600 anos A.C., sendo uma das mais difundidas no clássico *orbe* mediterrânico, terá chegado a *Bracara Augusta* igual a si mesma, isto é, pujante da sua natureza feminina enquanto «arquétipo da maternidade» e arauto do «esforço civilizacional da Humanidade»⁸. Não deixa pois de ser curioso que a ancestralidade de Braga persistentemente personificada por uma invocação feminil, como alvitram os autores citados, sugerindo que «a iconografia da Senhora do Leite, descende, em linha directa, das representações da Ísis “lactans”», a primeira dando o peito ao menino Jesus e a segunda amamentando o enigmático Horus, se tenham preservado ao nível de uma imagem paradigmática. Nesse mesmo sentido veja-se a realidade do mesmo traço de género que une a arqueológica *cibele coroada*⁹, antropomorfização da urbe de *Bracara*, recentemente estudada por Rui Morais¹⁰, às figurações religiosas de *Santa Maria de Braga* e, por exemplo, à alegoria *Barroca* que pontua o frontão do Arco da Porta Nova ou decora o salão nobre dos Paços do Concelho. Embora nem todas estas representações exibam uma maternidade explícita, de que é exemplo a última, porque a natureza simbólica do seu contexto é já de si invariavelmente feminina, todas estas figuras no seu conjunto parecem ter mais de comum do que de distinto entre si. Dir-se-ia mesmo, e até neste caso, que o modo

⁸ Sales, J. e Sousa, R. (2004), ‘Reminiscências do culto de Ísis no território português: o exemplo de Braga’ – in Cad. Cultura – *Diário do Minho*, edição de 10/III/2004, Braga.

⁹ Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa - Braga.

¹⁰ Rui Morais, (notas pessoais) in Conferência – *Contemplando o Rosto de Bracara Augusta* – Org. Biblioteca Pública de Braga, Museu Nogueira da Silva, Braga, 2 de Abril de 2008.

como a cidade surge simbolicamente representada — torreões e panos de muralha — no regaço da alegoria, poderá talvez sugerir uma transferência mais abstracta da dimensão maternal, fecunda e protectora da cidade.

Por fim não nos esqueçamos que as próprias insígnias da *pedra d'armas* de Braga, desde que a cidade adoptou um brasão de identificação, assim o preservam, assim o confirmam.

Talvez por isso mesmo, também se possa compreender que a Sé Catedral de Braga, embora desprovida de todo o arrojo gótico, alheia às acentuações românticas daquelas ousadias arquitectónicas que incidiram sobre as catedrais europeias do século XIX, permaneça algo voluntariamente equívoca no seu referente temporal. A Sé conserva a aura mística e mítica do eterno retorno ao lugar mágico, ou sagrado, do nascimento, quiçá de ambos, da fertilidade do ventre materno, do *locus* das origens, enfim, do reduto profusamente desenhado, fotografado, que serviu de motivo imagético privilegiado¹¹ da urbe, como se de facto quisesse ilustrar o lugar onde tudo começou.



Figura 1: Postal ilustrado — «Nossa Senhora do Leite» (Catedral de Braga),
coleção Olga Carneiro (edição original em sépia)

¹¹ Sobretudo a partir da abertura da rua D. Paio Mendes (1875), rectificação a Sul da antiga rua de Maximinos, ou dos Burgueses, que permitiu que se desfrutasse da imagem global e inteira do conjunto da fachada da Sé Catedral

Força centrípeta: *Braga por um canudo*

Vista do alto, não tão alto como aquela imagem que nos é permitida ver de um aeróstato ou do avião, nem mesmo sequer aquela, mais recente, que através dos satélites *Google earth / virtual earth* nos é servida ao domicílio, tem a cidade um dos seus mais antigos e divulgados *postais*. Assim, do alto das elevações envolventes, próximas à cidade, sempre se desfrutou de uma *urbivisão* geral e referenciada. Sendo que a partir da divulgação dos processos de representação da paisagem urbana este motivo consolidou rápida e internamente a imagem da cidade vista de fora.

Seria o Santuário do Bom Jesus, que veio a ser trabalhado sobre uma primitiva ermida alcandorada, como é apanágio das serras do Minho, onde se formalizou esse primeiro mirante. Outros se lhe seguiram (St^a Maria Madalena da Falperra e Nossa Senhora do Sameiro).

Demasiado distante para ser considerado uma janela sobre a cidade, mas suficientemente cercano para constituir um ponto de composição do horizonte urbano, o Bom Jesus cedo ocupou um lugar proeminente no imaginário colectivo dos bracarense.

Foi, todavia, com a invenção da *Braga Pitoresca ou a Verdadeira Cyntra do Norte*, que tem no Bom Jesus¹² — tal como a Pena, caucionada a uma outra pena, a de Lorde G. Byron (1788-1824), o teve para Sintra — o epicentro da produção em série de imagens, melhor dizendo, de um novo tipo de imagens que pela sua reproduzibilidade e difusão também ajudou a construir uma nova visão de Braga. As imagens da fotografia e do postal ilustrado.

O Bom Jesus nunca deixando de ser meta de peregrino e lugar de oração, foi e é, também, o primeiro grande destino turístico de referência do *oitocentismo* local. Desde sempre santuário cristão e, ou à vez, instância de repouso para os lídimos herdeiros do *tour*, essa expressão, chamar-lhe-íamos, do paganismo moderno, reconheceu no Bom Jesus, seguramente, de há três séculos a esta parte, a crescente ambivalência da função de arrabalde divino e de mundano destino de férias. Construído à imagem dos *sacromontes tridentinos* que proliferaram na Europa *Barroca*, o santuário foi edificado para recriar o itinerário da *via-crucis* dirigido ao simbólico gólgota, dramaticamente assumido como o lugar supremo da paixão e da proximidade do crente aos céus.

Envolto num misticismo acumulado, o Bom Jesus incorporou no ambiente natural uma auréola taumatúrgica e de transcendência, fazendo verter sobre si voluntariosos pecúlios materiais. Engrossou assim a galeria de beneméritos comendadores e multiplicaram-se as iniciativas das *mesas* administradoras que, das generosas esmolas e obras pias consagradas, nobilitando ainda mais o esplendor do culto, é certo, concederam também para o local um estatuto de *plateau* dos desígnios terrenos, num processo de animação que deu lugar à proliferação de hotéis e *chalets* burgueses. Recorde-se ainda que o Bom Jesus foi cenário romântico de afamados idílios, como foi o dos amores liberais de Ana Plácido (1832-1895) e Camilo Castelo Branco (1825-1890).

¹² <http://images.google.com/images>, Abril 2008, (pesquisa: 'Bom Jesus Braga')

Com a notoriedade adquirida tornou-se num espaço de veredas sinuosas, recantos íntimos de *promenades* burguesas, de abundante vegetação exótica, com lagos e grutas artificiais, coretos e quiosques, onde não faltou mesmo o *parque de diversões*, os botequins de circunstância e até um dito *casino*. Entre todas as iniciativas a mais paradigmática para o projecto que nos convoca, já o dissemos, foi a criação da *Casa das Estampas* (1926), do arquitecto Raul Lino (1879-1974), marco testemunho da permanente imanência da imagem no Bom Jesus do Monte, instrumento de fixação das pulsões entre o humano e a natureza, num sítio que se pretendeu sempre único.

Daí que, além da profusão de postais temáticos sobre o local, que perfaz uma série dentro da própria série específica de Braga, a vista panorâmica do Bom Jesus sobre a cidade seja ainda a decorrência natural de toda a carga simbólica reunida. Fosse também o escape de alma que está inevitavelmente na base da expressão popular *Braga por um canudo*, aforismo das vistas amplas que se podem tirar do famoso miradouro onde a confraria residente instalou um dos primeiros telescópios turísticos em Portugal. Circunstância que, ultrapassando a condicionante impressiva da mirada da cidade, juntou à observação, algo devassa e umbilical do rastreio dos seus pormenores - aceitavelmente mais próxima para individualizar, pelo óculo indiscreto, uma referência familiar - também a vantagem de permitir igualmente uma observação democratizada da urbe.

Do telescópio do Bom Jesus é possível alcançar o contexto regional do entorno da cidade, a partir de uma visão de cima — de pássaro, para não dizer do céu — suficientemente distante para vislumbrar o mar nos dias límpidos e as principais serras e vales da bacia do Cávado.

Conta-se mesmo que o conhecido Nicolas Soult (1769-1851), aquando da entrada das tropas napoleónicas na cidade (1809), enquanto os seus soldados, lá em baixo, chacinavam e a pilhavam, este *Maréchal d'Empire* tendo-se instalado com o seu Estado Maior no Bom Jesus, «maravilhado com a paisagem (...) diz-se que exclamou: Que lindo país têm estes bárbaros!»¹³

Da *Braga por um canudo*, cujo panorama é anterior à própria fotografia e não exclusiva do ponto de tomada de vistas tradicional, temos uma sucessão de imagens que nos revelam a expansão da mole urbana. Veja-se o exemplo de algumas gravuras e desenhos como o *Panorama do Poente* de A. P. Cardoso Cruz (1844)¹⁴, onde o autor é um dos primeiros a representar no horizonte Vila do Conde, Fão, Esposende e Barcelos.

Sabemos que o Bom Jesus não era a gávea exclusiva de observação da paisagem urbana. Outros locais de observação como o alto dos campanários das igrejas e os mirantes dos conventos serviram para esse fim. Neste ponto é de destacar mesmo a elevação do Picoto, mais próxima da cidade, onde desde o *Renascimento* têm surgido indicadores seguros que se desfrutava de uma espécie de visão de *varanda sobre a cidade*.

Todavia, esse manto verde que envolvia a urbe e a separava do santuário, transgredido somente pelo tentáculo da *rua-estrada* de Nova de Santa Cruz até aos Peões,

¹³ Feio, Alberto – *opus cit...*, p. 119

¹⁴ Pimentel, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio – *Memórias do Bom Jesus do Monte* – Coimbra, na imprensa da Universidade, 1844.

deu lugar a um *continuum* urbanizado que hoje se estende pela encosta acima até ao regaço do observador. Do espaço urbano mais ou menos indiferenciado que agora se oferece surgirá o terceiro e último mito visual de Braga que aportamos, quiçá o mais recente e o mais abrangente: *Braga sempre a crescer*.



Figura 2: Postal ilustrado — «Recordação de Braga»¹⁵,
coleção de Olga Carneiro (edição original a cores)

Força centrífuga: ... *sempre a crescer*

Retirado do *slogan* central de uma campanha eleitoral já passada conducente à confirmação do inamovível Presidente da Câmara Municipal de Braga, o engenheiro F. Mesquita Machado (n. 1948), reeleito consecutivamente praticamente há tantos anos quantos os da democracia em Portugal, a generalidade das vezes com maioria absoluta de votos, testemunha uma orientação política dominante assumida e genericamente consentida. *Braga sempre a crescer* proporciona-nos uma realidade que personifica a expressão de uma época fortemente marcada pela urbanização da sociedade. Uma fase da nossa história nacional que ficará conhecida pela hegemonia dos critérios quantitativos do crescimento económico e material.

Sem ceder à tentação da exaustividade dos números, a título indicativo, adiantaríamos que a população residente de Braga (164 193)¹⁶, durante os dois últimos

¹⁵ Motivos representados (do topo e da esquerda para a direita): Bom Jesus; Arcada/Av. Central; Vista sobre a cidade do Monte Picoto; e Arco da Porta Nova.

¹⁶ “O País em Números” – INE, Informação Estatística (1991-2001).

períodos intercensitários (1981/1991/2001) cresceu mais de 30%, sendo que na última década aumentou 22 936 habitantes. Entretanto, e em sede de revisão do Plano Director Municipal (2008), foi divulgada uma nota oficiosa da própria Câmara que adiantava para o Concelho uma projecção de 190 mil residentes no ano de 2015. Iguamente a construção, ainda que mais recentemente acompanhe o crescimento da população com valores divergentes¹⁷, registou também um aumento, porém, proporcionalmente muito mais significativo. Para isso bastará dizer que dois terços (66%) dos edifícios de Braga são posteriores a 1971, quando o mesmo valor a nível nacional se situa nos 57%. No período de 1991 a 2001 surgiram em Braga 22 576 novos alojamentos para 4 356 novos edifícios, variação que, neste último caso, rondou os 15,4%.

Sem outros enlances, diríamos, que o caso do crescimento de Braga traduz essa saga desruralizante, de litoralização do País e de aumento demográfico urbano constante, que se fez sentir nestes últimos quarenta anos, afectando as cidades intermédias e, sobretudo, os dois grandes centros metropolitanos. Trata-se de um fenómeno que se acentua após a implantação do sistema democrático, tendo por móbil a carência de alojamento e fazendo desta necessidade social uma prioridade estruturante das políticas urbanas.

No caso de Braga, a força do *sempre a crescer*, pode hoje configurar o fim de uma exclusividade próxima pela assunção de um ente mítico, no mínimo, nacional. Porém, as idiosincrasias históricas e o contexto local, desde logo posicionaram a questão numa trajectória potencialmente conflituosa, introdutória do ingrediente dramático. Pouco tempo antes de eclodir o 25 de Abril de 1974 descobriu-se que a área privilegiada de expansão da cidade (1970/80) incorporava terrenos cujo subsolo continha testemunhos patrimoniais de valor arqueológico, datáveis ao tempo de *Bra-cara Augusta*.

Como já tivemos oportunidade de abordar em anterior trabalho, a tensão crescente entre os interesses do sector imobiliário e o dos defensores do património cultural, que se lhes opuseram, de algum modo recuperaram um tipo de debate político que tinha já os seus antecedentes na cidade do início século XX. O modo como desta vez o interpretaram e a ausência de alternância democrática na governação local condenaram os campos litigantes a uma inevitável irredutibilidade (Bandeira, 2006). Deu-se como que uma miscigenação dos referentes, onde os devotos do património dir-se-iam apologistas do valor sacralizado dos testemunhos romanos, enfrentaram os politeístas do pragmatismo político. Estes últimos, contudo, rapidamente deixaram de se sustentar na resposta social que era reivindicada no início do novo regime com a prioridade dada à habitação, para passar à tentação utilitária de responder à sociedade de consumo que despontava. Num certo sentido, assistir-se-ia ao contraste discursivo balanceado entre um certo intelectualismo moralizante e um populismo

¹⁷ Intervenientes no sector, ainda que sem citarem a fonte, anunciaram na imprensa, no correr do ano de 2008, existirem mais de quinze mil fogos devolutos em Braga.

predador, sendo que ambos, em simultâneo, para o melhor e para o pior, ajudaram a fixar uma imagem nova da cidade.

De facto, o crescimento da Braga só por si veio a tornar-se num sinónimo de modernidade e de progresso, sobretudo, perante uma maioria de população que transitou submissa e apática do anterior regime. Muita dela, diga-se, de antecedentes rurais carenciados, marcada que ficou por todo o tipo de limitações, quando não, e até, num passado ainda recente, pelo estigma da fome. Obviamente, com baixos níveis de instrução e completamente alheia aqueles indicadores que hoje chamaríamos de práticas culturais.

Braga despontou assim para a democracia como uma cidade deslumbrada pelo alojamento barato, promovida no aparato da mobilidade social e enfardada com a fartura do consumo a que agora podia aceder. Sublinhe-se, muito por estímulo de um intervencionismo autárquico activo, abonado de recursos e autonomias crescentes, incontornável na criação de emprego directo e indirecto, bem ainda como na capacidade inédita de promover a animação da economia através das obras públicas intensivas.

Por outro lado, a percepção do crescimento em Braga pode igualmente ser sondada no seu passado rural, nas veigas de solo fértil, as mesmas que nestas últimas décadas deram lugar ao mosaico de inúmeras urbanizações chamadas de *Quintas*.

Também alguns dos indicadores demográficos elementares vêm mostrando o potencial do crescimento humano de Braga. Vejamos alguns números. Em 2002 a taxa de natalidade do município de Braga (13,4‰) foi a mais alta do Distrito (12,1‰) e acima dos valores do Continente (10,9‰)¹⁸, sendo que a percentagem de mulheres em idade fértil, por relação ao seu total, subiu 2,1 pontos percentuais no último período intercensitário (2001= 56,2%). Por seu turno, a taxa de fecundidade (2000) de Braga (49,6‰) era mais elevada do que a registada na Região Norte (45,9‰) e também do que a do próprio País (46‰). Durante o virar do século continuou a ocorrer um número elevado de nascimentos¹⁹, colocando o município sempre nos lugares de topo a nível nacional, curiosamente atrás da sua eterna rival Guimarães e, naturalmente, abaixo dos concelhos associados às duas grandes áreas metropolitanas.

Ainda que os valores demográficos mostrem recentemente uma tendência rápida de inversão, próprios das convenções indiciadoras de um maior cosmopolitismo e urbanização, designadamente, através do esbatimento do peso da população jovem²⁰ — note-se, na mesma proporção da relação geográfica anteriormente explanada — Braga, entre 1992/2000, continuaria a exhibir indicadores associados à sua imagem tradicional veiculada pelo senso comum. Por exemplo, foi o 7º concelho do País em número de casamentos (sempre acima dos mil por ano), no âmbito dos quais, é fácil adivinhar, pontuaram os católicos.

¹⁸ INE - Estimativa da população residente em 31/12/2002, *opus cit*, *O País em Números...*CD-rom

¹⁹ No último período intercensitário sempre acima dos 2000 nados-vivos, *opus cit*, *O País em Números...*CD-rom

²⁰ Os menores de 24 anos representavam em 1991 43,2%, tendo em 2001 descido para os 24,9% da população, *opus cit*, *O País em Números...*CD-rom

O crescimento de Braga vem, pois, superando a contradição dos seus contrastes. Para lá de uma religiosidade formal esmorecente, já notória desde os meados de 1960, mas que, todavia, se acentuou com o forte pendor secularista que resultou à revolução dos cravos, o nome da cidade continuará a luzir nos diversos mapas e tabelas ilustrativos de algumas das constantes demográficas — numerosa, densa, jovem, apesar tudo, mais religiosa, algo conservadora — enfim, referências próprias de um município português humanamente prolixo.

De facto, o crescimento persiste em ser hoje um dos principais luzeiros das aspirações colectivas. À data que escrevemos estas linhas o desígnio imagético da autarquia incide no prolongamento, que não deixa de ser crescimento, de um túnel subterrâneo automóvel. Porém, este modo de compreender a cidade tem registos antecedentes no *portfolio* das representações visuais de Braga. Vários são os exemplos que poderíamos convocar como argumento. Desde de *Bracara Augusta* já tutelar um dos territórios mais densamente povoados do mundo antigo, ou, simplesmente, do seu perímetro urbano, que prorrogou o próprio colapso imperial, denotar a existência de uma das maiores cidades ibéricas da era clássica²¹. Também a divulgada imagem de G. Braunio (1594) irá, mais tarde, testemunhar a cidade alargada no início século XVI pelo Arcebispo D. Diogo de Sousa (1461-1532). Além do mais é importante não esquecer que foi esta Prelatura que providenciou o domínio territorial mais vasto que a arquidiocese de Braga alguma vez dispôs, correspondendo aquilo que é hoje aproximadamente a Região Norte - NUT-II de Portugal.

Contudo, afirmar-se-á um outro aforismo local, que por ser transversal e, pode-se mesmo dizer, hoje, de amplo consenso, que sendo usado recorrentemente e também dotado das suas antecedências, classifica a cidade de Braga como a *Terceira Cidade de Portugal*. Trata-se de uma expressão genuinamente quantitativa, que denuncia a importância e o valor relativo que os bracarenses dão ao tamanho da cidade. Enfim, um argumento a favor da validade do mito do crescimento.

Referências bibliográficas

- Bandeira, M. (2008), 'Leituras da paisagem através de postais ilustrados: para uma sócio-semiótica da imagem e do imaginário' – Actas das Jornadas de Geografia e Planeamento 2008 - *Geografia. Imagem. Ciberespaço* – UM, ICS, Dep. de Geografia, Guimarães, Couros, 29 de Abril de 2008 (texto no prelo)
- (2008) 'Memória e paisagem urbana: a construção da imagem patrimonial de Braga desde os acervos ilustrados e fotográficos de referência' – *Imagem e Pensamento* – Livro da Conferência Internacional – Lisboa, Museu Colecção Berardo, 5 e 6 de Dezembro de 2007, org. CECL/CECS (no prelo)
- (2006) *Cidadania pelo património um matiz Barroco na cultura urbana – Livro de Homenagem a Jean Remy*, col. *Relações Sociais de Espaços* Lisboa, Edições Colibri/CEOS, 2006, pp35-53
- (2002) *O Espaço Urbano de Braga - obras públicas, urbanismo e planeamento (1790 - 1974) - A cidade dos finais do 'Antigo Regime' ao advento da 'II República'* – (policop.) Braga, 2002
- Barthes, R. (1980), *A Câmara Clara* – Edições 70, Arte & Comunicação, Lisboa, 1981
- (1957) - *Mitologias*, Edições 70, col. Signos (2), Lisboa 1976

²¹ C. de 48 ha

- Berger, J. (1972), *Modos de ver* - Edições 70, Arte & Comunicação, Lisboa, 1982
- Braudel, F. (1977), *Ecrits sur l'Histoire* – Flammarion, Paris,
- Claval P. (2006), 'La Geographie Humaine face a la culture' – *Aurora, geography journal*, 00, Agosto 2006, NIGP, pp. 9-28
- Feio, A. (1921-1956), *Coisas Memoráveis de Braga e outros textos* – Universidade do Minho, Biblioteca Pública de Braga, Braga 1984
- Ferreira, J. (1928-1935), *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga* (Séc.III - Séc. XX) - 4 Tomos , Braga, Mitra Bracarense, 1928/35, 2241pp
- Kress, G. & van Leeuwen, T. (1996), *Reading Images – The Grammar of Visual Design* - Routledge, London, 1996
- Mumford, L. – (1961), *La Cité a Travers L'Histoire* – Editions du Seuil, Paris, 1964
- Oliveira, E. (2000), *História da Associação Comercial de Braga* – Ed. ACB, Braga, 2000
- (1985) - *Imagens do Minho Oitocentista* - Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores de Segurança Social e Saúde, Braga 1985
- (1884) - 'As Comemorações do I Centenário do Bom Jesus do Monte' - *Mínia*, Braga, 6 (7), 1983, p99
- (1979) – 'Para o Estudo da Imagem de Braga. O Postal Ilustrado – *Catálogo da Exposição ...*' - ASPA, Braga, 1979
- Passos, J. (1997), 'As Edições das 'Memórias do Bom Jesus do Monte'', *Mínia*, Nº5, III Série – 1997, Braga, 275-286pp
- (1996), *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana de Braga* – Ed. Caminho, Memória da Cidade, Lisboa 1996
- Ricoeur, P. (1959), *Le mythe donne à penser* - in *Esprit*, Jul-Ago, 1959
- Rose, G. (2001), *Visual Methodologies – An Introduction to the Interpretation of Visual Materials* – Sage Pub, London, 2003
- Sales, J. e Sousa, R. (2004), 'Reminiscências do culto de Ísis no território português: o exemplo de Braga' – in *Cad. Cultura – Diário do Minho*, edição de 10/III/2004, Braga, 24-26
- Thines, G e Lempereur, A. (eds.), *Dicionário Geral das Ciências Humanas* - Lexis, Edições 70, Lisboa, 1984

Fontes

- Argote, Jerónimo Contador de - *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani* - Lisboa, 1728.
- *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas* - Lisboa (1732-34)
- As Cidades em Números*, Informação Estatística 2000-2002, Instituto Nacional de Estatística, CD-Rom, ISBN 972-673-733-8, 2004
- Pimentel, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio – *Memorias do Bom Jesus do Monte* – Coimbra, na imprensa da Universidade, 1844
- O País em Números*, Informação Estatística 1991-2001, Instituto Nacional de Estatística, CD-Rom, ISBN 972-673-624-2, 2002

Referências electrónicas

- < <http://images.google.com/images>>, Abr./Dez. 2008
- <<http://postaisilustrados.blogspot.com>>, Dez. 2008

A sociologia do desporto e novas perspectivas para a Sociologia Geral. Exemplo: o caso do futebol

António da Silva Costa*

Nota preliminar

O Professor Manuel da Silva e Costa centrou a maior parte da sua actividade universitária no universo da Sociologia das Organizações. Porém, o Desporto foi um fenómeno social a que ele dedicou também algumas vezes a sua atenção. Enquanto membro da “Association Internationale des Sociologues de Langue Française” (AISLF), ele indicou como campo da sua actividade científica a Sociologia das Organizações, o Trabalho, a Empresa, mas também o Desporto. Aliás, ele é membro fundador do Grupo de Trabalho da AISLF – GT16, Sociologie du Sport. Nessa condição, nos Congressos Internacionais da AISLF, o Professor Manuel da Silva e Costa apresentou as Comunicações seguintes:

— Congresso de Tours, 2004: *Le Sport et la Société — Une critique de l'idéologie de la hiper-compétition*;

— Congresso de Istambul, 2008: *“Le Sport et le Travail — La formation des nouveaux liens sociaux*.

Neste sentido, julgo que não fica aqui deslocada uma reflexão sobre a Sociologia do Desporto e sua influência sobre a Sociologia Geral.

Introdução: o desporto no universo da sociologia

Tomando como ponto de partida a unidade fundamental do universo ludodesportivo, podemos considerar o desporto como um fenómeno social a-histórico. Ele acompanhou todas as sociedades desde as suas origens. Não faltam autores que afirmam mesmo que a história dos homens é a história dos seus jogos. Como nos diz B. Jeu, «criação colectiva, instintiva, contínua, dinâmica e grandiosa do imaginário, o desporto atravessa com segurança a história dos povos e não foi inventado, no decorrer dos séculos, por decisão dos príncipes ou por recomendação dos filósofos» (B. Jeu, 1977). Porém, o que nós chamamos «desporto moderno» — aquele que a sociedade pratica actualmente, mas cujas raízes podem descer até à civilização grega e até o séc. VIII a. C. — nasceu num momento crítico da história, num momento que poderíamos definir como o cruzamento de duas civilizações: uma ainda muito próxima das civilizações arcaicas e outra completamente diferente, a que se convencionou

* Professor Emérito da Universidade do Porto

chamar «civilização industrial». Tendo em conta a expressão do fenómeno desportivo e o lugar que ele ocupa na sociedade actual, poderemos afirmar que o desporto moderno é bem o «filho terrível» do século XX, talvez mesmo o fenómeno social mais significativo da nossa época. Além disso, o desporto é um verdadeiro «fenómeno social total» na perspectiva de M. Mauss e, com o desenvolvimento dos Meios de Comunicação Social e com o aumento do intercâmbio entre os povos, tornou-se igualmente um fenómeno totalmente planetário. Considerando finalmente a sua natureza simbólica, o seu funcionamento ritual e a sua ligação profunda ao mito e à religião, o desporto permite-nos elaborar, a partir do seu estudo, um modelo de análise social e construir um instrumento hermenêutico que nos fará chegar a uma maior compreensão da sociedade. Tudo isto nos mostra que a Sociologia do Desporto ocupa um lugar de grande destaque no universo da Sociologia Geral, onde lhe está certamente reservado um futuro muito promissor. Aliás, muitos consideram já o desporto como uma das melhores chaves de leitura da sociedade.

I. APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

1. A sociologia na modernidade

A Sociologia viveu, durante muito tempo, à sombra de uma metodologia que lhe permitia desenvolver o seu trabalho de investigação puramente numa perspectiva analítica, onde os resultados eram meramente práticos e pouco adequados para permitirem uma compreensão mais profunda da sociedade. Ora as exigências impostas à Sociologia pela modernidade obrigaram os sociólogos a adoptarem uma pluralidade metodológica. «Ocasões existem, diz A. Teixeira Fernandes, em que será conveniente recorrer, para além do individualismo metodológico, ora à análise estrutural, ora à abordagem dialéctica, ora à compreensão hermenêutica, ou à combinação destes diversos procedimentos, de acordo com o estudo que se pretende realizar» (A. Teixeira Fernandes, 1992). No fundo, não podemos hesitar em recorrer, se necessário, a uma multiplicidade de procedimentos metodológicos, associando sempre explicação e compreensão.

Procurando dar resposta às preocupações do pensamento moderno sobre a sociedade e sobre o próprio homem, os sociólogos actuais não hesitam em orientar os seus trabalhos de investigação para conseguirem chegar, não só a um conhecimento dito científico dos fenómenos que estudam, mas também a uma explicação e a uma compreensão dos mesmos, sempre com o objectivo de descobrirem o sentido da realidade social e da própria existência do homem. Sendo assim, a investigação sociológica começa a sentir a necessidade de se desenvolver em três fases sucessivamente progressivas: trabalho analítico dos fenómenos sociais, abordagem dialéctica do funcionamento da sociedade e compreensão hermenêutica da mesma sociedade e do homem que a constitui e que nela deve realizar o seu destino existencial.

Para o seu trabalho analítico, o sociólogo continuará a usar os instrumentos clássicos que sempre foram utilizados no campo da investigação sociológica, tanto os que se destinam a análises de tipo quantitativo, como a estatística, inquéritos, sondagens, etc, como os que permitem análises de tipo qualitativo, como entrevistas, análises de conteúdo, etc. Aqui continuam a predominar os juízos de constatação e a objectividade será sempre prioritária.

Na fase da abordagem dialéctica, o sociólogo toma como ponto de partida o princípio da «Oposição» que é considerado como a fonte principal de significação, tanto na linguagem como no estudo de toda a realidade social. Segundo M. Maffesoli, quando se trata de compreender o funcionamento da sociedade, temos a impressão de que a estrutura contraditorial é um arquétipo intransponível. Sendo assim, somos levados a tentar uma explicação antitética da existência, procurando compreender a ordem do mundo como sendo a expressão de um eterno conflito (M. Maffesoli, 1984). A abordagem dialéctica ajudar-nos-á a compreender o lugar e o papel do conflito e de todas as lutas no funcionamento da sociedade.

Finalmente, a hermenêutica tem certamente o seu lugar na metodologia sociológica, pois, sem ela, será impossível chegar a uma compreensão global dos factos sociais e de toda a realidade social. Porém, esta hermenêutica não se pode realizar sem a ajuda dos princípios da filosofia, da mitologia e da própria religião.

Tendo em conta a importância destas três etapas num verdadeiro e completo trabalho sociológico, parece-nos que o fenómeno desportivo é o mais adequado para permitir à Sociologia a realização da tarefa que a nossa modernidade lhe impõe.

2. O desporto e a renovação da sociologia

O desporto é certamente um espelho da sociedade. Segundo P. Parlebas, «cada jogo desportivo representa uma micro-sociedade caracterizada pelos seus limites quanto ao espaço, ao tempo e quanto ao número de seus participantes e de suas modalidades de interacção» (P. Parlebas, 1986).

Baseados nas características do desporto - fenómeno social total de dimensões planetárias, de natureza simbólica e de funcionamento ritual - podemos afirmar que o fenómeno desportivo tem a capacidade de representar, através do seu funcionamento concreto, todos os aspectos da sociedade global. É possível assim, a partir do desporto, estruturar um modelo analítico da leitura da sociedade, o que nos permite obter dela uma imagem de tipo desportivo. O desporto pode, pois, ser considerado um verdadeiro laboratório de análise social onde a sociedade pode ser estudada através de um fenómeno que a representa integralmente.

No que diz respeito à abordagem dialéctica, como afirma Gunther Luschen, «certamente não há muitos domínios e sistemas sociais que se prestem tão bem a uma tarefa desta natureza como o desporto e a competição desportiva» (G. Luschen, 1979). De facto, o sistema de oposições, de lutas e conflitos do desporto mostram bem a

natureza dialéctica deste fenómeno. O desporto, através do seu funcionamento simbólico, abre-nos as portas à reflexão sobre o conflito social presente em estruturas que fundamentam a vida humana, mas aqui surgem questões em que a Sociologia tem de se socorrer dos princípios da Filosofia.

Tendo em conta a oposição como característica intrínseca do desporto, somos levados a pôr várias questões sociológicas relevantes como por exemplo: o desporto enquanto fenómeno revelador do funcionamento da violência simbólica na sociedade e gerador de identificação colectiva. O desporto, enquanto fenómeno capaz de investir simbolicamente o funcionamento global da sociedade, revela-nos que a oposição e o conflito são elementos estruturais da mesma sociedade. É por isso que é fundamental tentar compreender a ordem do mundo como sendo a expressão de um eterno conflito.

Uma abordagem dialéctica da sociedade feita a partir do desporto abre, de facto, o caminho para a investigação de uma nova imagem da sociedade mais conforme às preocupações da pós-modernidade.

Finalmente, tendo em conta a presença indiscutível do mito no universo desportivo, o seu contributo é fundamental para uma hermenêutica desportiva da sociedade. O desporto permite-nos estudar a sociedade a partir dos fenómenos que a ligam às suas origens. Sendo pois a presença do mito no desporto que nos abre o caminho para uma hermenêutica da sociedade, podemos partir de um exemplo como o futebol para constatar-mos o funcionamento impressionante de muitos elementos do fenómeno desportivo que nos mostram à sociedade as profundas relações do desporto com o mundo misterioso dos mitos. Enumeramos apenas alguns: o cenário mítico das grandes competições desportivas, a presença de símbolos de carácter cosmológico e a celebração de temas centrais das mitologias arcaicas, todo o processo de heroicização e as funções sociais dos ídolos desportivos, toda a dramatização mítica nomeadamente das competições internacionais, o funcionamento simbólico de tipo iniciático e de forte coloração religiosa da linguagem desportiva. A presença do mito no universo desportivo é tão incontestável que somos levados a ver a sociedade desportiva como uma sociedade de características marcadamente arcaicas. Fala-se com frequência, por exemplo, na «tribo do futebol» e no próprio jogo de futebol como uma espécie de representação mítica da caça primitiva no seio da sociedade industrial.

O funcionamento mítico do desporto, os modelos mítico-religiosos que ele nos propõe, os seus jogos rituais e a sua linguagem simbólica permitem-nos falar do homem e da sociedade em termos de transcendência e tentar uma re-estruturação do espaço e do tempo de modo a que estas coordenadas existenciais tenham sentido para nós. É claro que a utilização do mito como intermediário hermenêutico, não é caminho para chegar a qualquer «saber» científico ou técnico sobre a sociedade. O mito é apenas um modo de conhecimento produtor de sentido, mas isso é de uma importância capital para nós. É por isso que uma hermenêutica desportiva da sociedade, mesmo que não nos dê qualquer conhecimento científico sobre a mesma, é um procedimento sociológico muito válido e actual e parece verdadeiramente indispensável à Sociologia para a renovação que ela procura.

3. Entre a ideologia e a utopia

Pensando o mundo e a sociedade a partir da simbólica desportiva, o homem pode encontrar esquemas explicativos da sua situação no cosmos, dada a presença de símbolos cosmológicos no universo desportivo, e compreender melhor o seu papel na sociedade. Sabemos, porém, que o desporto, nomeadamente o futebol, exerce sobre o imaginário colectivo duas funções fundamentais, uma de tipo ideológico, outra de tipo utópico.

Através da sua função ideológica, o futebol pode constituir um meio de integração social, de justificação da realidade sócio-política e mesmo de dissimulação das deficiências da sociedade na qual ele funciona. A experiência mostra-nos que o futebol, pela utilização que dele se faz, responde com bastante frequência a estes três níveis do funcionamento da ideologia em geral. Compreendemos isso facilmente quando analisamos este desporto como espelho da sociedade e como uma interpretação da vida social. Este funcionamento de tipo ideológico não é necessariamente negativo. O futebol pode inclusivamente ajudar uma sociedade a compreender melhor as suas estruturas e a reforçar a sua própria identidade.

Paralelamente a este funcionamento, o futebol exerce uma função de tipo utópico. Ele pode ser considerado como a expressão de uma sociedade alternativa, como uma interrogação sobre o funcionamento de uma dada sociedade, como um certo desvio do real pela construção imaginária de um mundo ideal.

A acção do futebol sobre o imaginário popular manifesta esta dialéctica entre o funcionamento ideológico e o funcionamento utópico do imaginário colectivo. Embora sendo espelho da sociedade, o futebol é também, e talvez mais ainda, a expressão deste desejo profundo do homem de qualquer coisa que o ultrapassa e já uma certa realização de uma sociedade mais perfeita, mais justa, mais fraterna e mais festiva do que aquela que nós conhecemos.

Realizando-o no imaginário, o futebol permite-nos sonhar com um mundo melhor e vivê-lo já de uma certa maneira: jogando ritualmente o combate existencial até à vitória final, o futebol mostra que esta pode constituir a conclusão feliz do destino do homem. No fundo, o futebol apresenta-se como um símbolo da transcendência, como uma manifestação desta atracção do homem para uma realidade que se situa noutra lugar, como uma atracção para além do humano, como uma nostalgia do sagrado.

Estas reflexões mostram-nos que o futebol constitui não somente uma grelha de leitura da sociedade e da sua situação na história, mas também um convite a olhar sempre mais longe, impedindo que o horizonte da expectativa do homem se confunda com o campo da sua experiência. E nisto consiste o fundamento de toda a esperança.

Como nos mostram estas reflexões, vemos que é possível pensar a sociedade a partir da simbólica desportiva. O funcionamento social do desporto ajuda-nos a ver e compreender melhor a sociedade em que vivemos, com todos os seus problemas, dramas e contradições. O funcionamento simbólico do desporto leva-nos, de facto, a

pensar numa sociedade alternativa e convida-nos a pensar na transcendência do nosso destino. Talvez a Sociologia sinta vertigens ao percorrer todos estes caminhos, mas só assim chegará a uma imagem autêntica e completa do homem e da sociedade.

Dado que estamos num momento em que o planeta desportivo vive voltado para o Futebol e acertou os seus relógios pela África do Sul, lugar do Campeonato Mundial, vamos apresentar um exemplo concreto baseado na análise deste desporto para provarmos a veracidade das nossas afirmações anteriores e as consequências do seu funcionamento prático no universo da Sociologia

II. IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA DO DESPORTO PARA A SOCIOLOGIA GERAL VISTA A PARTIR DE UM CASO PARTICULAR: O FUTEBOL

4. Do futebol a uma nova imagem do homem e da sociedade

O futebol é, talvez, o fenómeno social mais significativo do nosso tempo. Poderíamos mesmo considerá-lo, como alguns sociólogos já o fizeram, “o filho terrível do século XX”.

Como fenómeno social total de natureza e funcionamento simbólicos e perfeitamente integrado na realidade social concreta, o futebol é capaz de todos os investimentos sociais e pode representar simbolicamente a sociedade, tanto no seu funcionamento global, como nas suas vertentes mais diversas. Ligado às nossas origens pelos seus rituais e pelos seus símbolos, nomeadamente pela presença da BOLA, um dos símbolos mais antigos e mais relacionados com a mitologia, com a religião e com o sagrado, o futebol é um micro-cosmos da sociedade e um espelho, verdadeiro ou deformante, da mesma em todos os seus aspectos.

Sendo um produto da sociedade industrial, o futebol moderno reproduz, por seu lado, a imagem desta mesma sociedade, com o seu tipo de funcionamento, com as suas crises e contradições e também com os seus sonhos e esperanças. É indiscutível que o futebol tem uma capacidade impressionante para nos manifestar a sociedade onde funciona, os seus valores e os seus sonhos mais profundos e até a lógica daqueles que nos governam. Poderíamos mesmo falar, não somente de uma “análise social do futebol”, mas até da possibilidade de, partindo deste desporto, chegar a uma teoria da sociedade. Penso que é possível chegar à construção de uma “Sociologia” a partir da análise deste jogo desportivo.

O futebol moderno funciona baseado nos mesmos princípios e com a mesma lógica da sociedade industrial: rendimento, eficácia, progresso, hierarquização e organização burocrática. Para conhecer um povo, bastará analisar e reflectir sobre o futebol que ele pratica.

Mas o futebol, pelas suas origens, pelos símbolos que utiliza, pelos temas que celebra e pelos rituais que constituem o seu funcionamento, está ligado ao universo dos mitos e à religião e faz-nos percorrer todo aquele universo misterioso onde pode-

mos encontrar modelos de comportamento e formas de pensamento sobre o homem e sobre o mundo e assim descobrir o sentido da existência humana e compreender o lugar que o homem ocupa neste imenso campo de jogos que é o cosmos e que jogo ele aí tem de realizar para conseguir cumprir o seu destino.

Podemos, pois, a partir do futebol, chegar a uma maior compreensão da sociedade, da sua natureza lúdica, e do próprio homem que nela se realiza enquanto jogador à procura de uma vitória final.

É esta significação do futebol que vamos procurar descobrir através das reflexões que vou apresentar. Estas reflexões vão ajudar-nos a compreender que o futebol, apesar de parecer um jogo tão simples e fácil de viver, guarda dentro de si um mistério que é necessário tentar continuamente desvendar.

5. Funcionamento simbólico do futebol e sua capacidade reveladora do humano

5.1. O futebol é um facto social total

Segundo M. Mauss, um facto social total é aquele no qual vemos em funcionamento traços ou vestígios das instâncias fundamentais da sociedade que são as seguintes: política, económica, familiar, educativa, religiosa e recreativa. Não será difícil de verificar que o futebol apresenta no seu funcionamento muitos traços e vestígios destas seis instâncias fundamentais da sociedade. Mesmo em áreas como a educação e a religião, encontramos muitos aspectos que nos mostram as afinidades profundas entre elas e o futebol. É claro que este desporto nos manifesta igualmente todas as contradições e vícios da sociedade, mas, na sua estrutura mais profunda e nos ideais que presidiram ao seu aparecimento, ele pode ser visto como uma escola de virtudes e um universo povoado de valores e dotado de uma religiosidade, por vezes bem misteriosa.

Além disso, este facto social total que é o futebol é também um fenómeno verdadeiramente planetário, vivido da mesma maneira no universo inteiro, instaurando festas e celebrando acontecimentos capazes de unir toda a humanidade numa comunhão universal que nenhum outro facto é capaz de conseguir. Basta estar com atenção ao que se passa, por exemplo, durante um Mundial de Futebol.

5.2. O futebol é um fenómeno de funcionamento simbólico e ritual

Tudo no futebol manifesta a sua natureza simbólica. Podemos começar pela sua estrutura espaço-temporal, pelo cenário onde ele se desenrola. Os Estádios são lugares altamente significativos e vistos, actualmente, como símbolos da importância e da grandeza de um país. Antigamente construíam-se grandes catedrais e estas exprimiam a grandeza das nações. Hoje é pelos seus estádios que, muitas vezes, se mede a grandeza de um povo.

O terreno de jogo é a imagem do nosso espaço social e do cenário da nossa existência onde nós lutamos para conseguirmos as vitórias da nossa vida, tanto individual como colectiva. O tempo do jogo é igualmente simbólico e fonte de sentido para uma das coordenadas fundamentais da nossa existência, a coordenada temporal. Todo o material utilizado no futebol, desde a bola, os equipamentos, as cores, as bandeiras, etc, são também elementos carregados de simbolismo. Os dirigentes são imagens dos antigos chefes tribais e, no contexto actual, podem ser o espelho dos dirigentes da nossa sociedade. Os jogadores são os nossos representantes e, através deles, podemos conseguir vitórias por procuração. Mesmo os árbitros são figuras profundamente simbólicas: são os símbolos da verdade e da justiça, são os representantes da lei e garantes da ordem, são os mestres de cerimónias e, muitas vezes, são os bodes expiatórios das derrotas e da violência, tanto mais que esta encontra no futebol uma ocasião favorável para se manifestar.

A própria competição está envolta em simbolismo, o mesmo acontecendo à linguagem desportiva. Um jogo de futebol é tratado e vivido como uma verdadeira guerra simbólica e a linguagem desportiva utiliza amplamente o registo bélico no seu funcionamento. Sendo assim, enquanto fenómeno social, o futebol funciona bem como a imagem da sociedade e, enquanto fenómeno simbólico, representa igualmente o funcionamento desta mesma sociedade e fala-nos da natureza do homem que aí encontra o cenário para a realização do drama da sua existência.

5.3. Natureza mítica do futebol

Somos obrigados a situar as origens do desporto na noite dos tempos, num contexto religioso e numa época em que a humanidade mergulhava nas suas fontes míticas para organizar o seu futuro e dar um sentido ao desenrolar da sua história.

Muitos jogos, nomeadamente os jogos com bola, verdadeiros antepassados do nosso futebol, começaram por ser jogados num quadro ritual e festivo, em celebrações religiosas, sociais e políticas, através das quais os mitos realizavam a sua função: dar aos homens formas de pensamento, modelos de comportamento e razões ontológicas das realidades humanas.

Herdeiro dos antigos jogos com bola, o futebol funciona como um fenómeno profundamente mítico e assim é apresentado pela imprensa desportiva. Nele encontramos todos os elementos que constituem um sistema mítico completo e coerente que, como já tive a ocasião de o referir em diversas ocasiões, são os seguintes¹:

a) Cenário desportivo

Os grandes encontros de futebol desenrolam-se em cenários onde o espectáculo, a festa e todos os rituais celebrados instauram uma situação favorável à reprodução

¹ Costa A. S., «Futebol e Identidade nacional», em *Raízes da nossa Identidade*, C. M. da Maia, 2003, p. 71-80.

dos grandes mitos das sociedades arcaicas. Aí sentimos a presença do maravilhoso, do sublime e mesmo do sagrado; aí vivemos emoções que nos fazem sair do ordinário da vida para nos situarmos no universo do mítico e do religioso.

b) Universo povoado de heróis

A imprensa desportiva apresenta os grandes futebolistas como artistas maravilhosos, verdadeiros seres híbridos que, embora saídos da raça humana e sem deixar de ser homens, são vistos ora como deuses ou como super-homens, ora como heróis lendários vindos de outro mundo, ora como animais simbólicos ou totémicos. Eusébio, por exemplo, era conhecido como sendo “a pantera negra”.

Os ídolos desportivos são, de facto, verdadeiros representantes dos seus irmãos, semi-deuses entre os deuses e os homens, modelos de imitação para os seus admiradores. Os grandes jogadores de futebol são actores dignos destes combates grandiosos e dramáticos celebrados nas competições desportivas. Estas, por sua vez, reproduzem no seio da sociedade actual, os grandes combates heróicos narrados nos principais mitos de origem das sociedades arcaicas.

c) Presença de símbolos e de temas cosmológicos

Os grandes mitos arcaicos constituem-se à volta de representações cosmológicas. Eles falam da origem do mundo e mesmo dos deuses e do aparecimento do homem na terra.

No futebol, os principais símbolos de natureza cosmológica são a bola, imagem do sol, do cosmos e da terra e o terreno de jogo, imagem do mundo e representação do espaço “cosmisado” da existência humana. Dada a importância e capacidade significativa destes dois símbolos, à frente apresentarei sobre eles algumas reflexões mais desenvolvidas.

Nas celebrações desportivas encontramos também a presença de temas míticos como: a conquista da imortalidade, a nostalgia do paraíso, a celebração da morte, a perenidade da oposição fundamental “Morte/Vida”, a ideia do homem perfeito, etc.

d) Dramatização mítica

As representações dos acontecimentos míticos, principalmente os de tipo heróico, deram origem a modelos narrativos estruturados em torno das “performances” que os heróis deviam realizar e das provas de que eles deviam sair vitoriosos. As provas mais significativas eram as seguintes:

- Prova qualificante, onde o herói era escolhido para as grandes lutas a enfrentar.
- Prova principal, vitória sobre os grandes obstáculos a ultrapassar.
- Prova glorificante, reconhecimento do mérito do herói por parte da comunidade.

Esta dramatização encontra-se principalmente nas grandes competições de futebol realizadas por eliminatórias, onde só pode haver um vencedor final e onde o segundo é o primeiro dos vencidos. Os Mundiais de Futebol e os Grandes Torneios Internacionais estão cheios de combates dramáticos, verdadeiras reproduções actuais dos míticos combates dos heróis das origens.

e) Linguagem simbólica

A linguagem do futebol é profundamente simbólica. Ela utiliza muito os registos do maravilhoso, do combativo e do apaixonado. Os jogos metafóricos mais frequentes situam-se no domínio do militar, do dramático e mesmo do religioso. Estamos em presença de uma linguagem poética de tipo iniciático. A sua natureza é simbólica e a sua dependência do mundo dos mitos parece evidente. Não é pois de estranhar as suas afinidades religiosas, dadas as relações profundas do mito com o sagrado.

A linguagem do futebol pode pois falar ao homem do seu destino cósmico e da sua dependência do transcendente porque ela tem toda a força e capacidade da linguagem mítica, única linguagem capaz de nos falar do sagrado e do que no homem é fundamental².

6. O futebol como manifestação da harmonia universal

6.1. Uma simbólica de natureza cosmológica

Como já referimos, toda a simbólica do futebol é de natureza profundamente cosmológica o que nos ajuda desde já a compreender a intensa religiosidade que todos sentimos no funcionamento deste desporto, cujas raízes se situam nos tempos arcaicos da humanidade. Daí também toda a capacidade que o futebol tem de nos fornecer elementos que nos podem ajudar a melhor conhecer o homem e a sociedade.

Vamos apenas referir-nos mais demoradamente a dois simbolismos particulares do futebol porque eles nos parecem muito importantes para a construção de uma imagem poética do mundo e assim melhor o compreendermos: o simbolismo da bola e o simbolismo do terreno de jogo.

a) A Bola

No futebol, a questão das representações cosmológicas e de todo o pensamento mítico da mesma natureza tem como ponto de partida a bola. Esta teve sempre, nas sociedades arcaicas, uma significação cósmica e religiosa muito particular.

Símbolo do sol e da lua, do cosmos e da terra, da alma do mundo e da alma humana, como já dissemos acima, a bola possui uma força simbólica capaz de nos ajudar a pensar o COSMOS como manifestação e modelo do mundo humano e a descobrir o homem como “ser-no-mundo”, vivendo numa sociedade que se realiza num quadro existencial de tipo cósmico. Isto parece-nos ser hoje de uma importância sócio-antropológica capital, precisamente num momento da história humana em que as fabulosas conquistas espaciais correm o risco de não serem acompanhadas pela descoberta de sentido do cenário espacial da nossa existência.

O simbolismo da bola deve ser situado no conjunto da simbólica dos antigos jogos com bola que, nas sociedades arcaicas, eram essencialmente representações rituais,

² Ver Costa A. S., «Desporto e conhecimento do homem», Revista *Espaço*, FCDEF-UP, 1993, vol. 1, nº 1, p. 37-46

sob uma forma dramática, da luta fundamental do universo e eram sempre integradas em festas religiosas, constituindo, por vezes, a parte mais importante destas mesmas festas.

Herdeiro, portanto, desses antigos jogos rituais, onde a bola era, antes de mais nada, símbolo do sol, o futebol faz-nos, pois, recuar até às origens do mundo e da sociedade e situa-nos no âmago da experiência religiosa do homem arcaico — Homo Ludens/Homo Religiosus — para quem o sol era uma das principais representações visíveis da divindade.

Além deste simbolismo mítico-religioso e mesmo filosófico e antropológico da bola, podemos referir sumariamente um outro mais de carácter sociológico. Num mundo estruturado à volta do princípio da oposição, o simbolismo da bola permite e convida à análise de toda a estrutura conflitual da sociedade. Pontapeada em todas as direcções, por parceiros e adversários, a bola pode ajudar-nos a compreender que a estrutura contraditorial da sociedade é, como afirma aliás o sociólogo M. Maffesoli, um arquétipo intransponível³. Mas é a presença desta realidade que permite o funcionamento da sociedade e que dá sentido ao jogo existencial do próprio homem.

b) O Terreno de jogo

O estádio de futebol goza também de um simbolismo particular. A imprensa desportiva apresenta, muitas vezes, os estádios de futebol como lugares sagrados, como santuários grandiosos do culto da bola redonda. Ali se vivem manifestações populares impressionantes, onde a emoção e a religiosidade popular atingem o seu paroxismo.

Um estádio de futebol, com uma forma geralmente zodiacal, símbolo do tempo astrológico absoluto, e com uma organização minuciosa da sua estrutura espacial, lembra o espaço “cosmisado” das sociedades arcaicas e pode ser considerado como uma verdadeira imagem do mundo. A forma do terreno de jogo é também cheia de significação. Como dizia M. Eliade, para o pensamento mítico “o quadrado construído a partir de um ponto central é uma imagem do mundo e um símbolo da perfeição”⁴.

O terreno de jogo é rigorosamente organizado e cada uma das sua divisões tem uma significação bem particular. Cada jogador tem uma função bem definida segundo a sua posição no terreno de jogo.

A estrutura espacial do futebol pode, de facto, ser vista como símbolo da perfeita organização do universo e como um modelo a imitar na organização do nosso espaço social.

Na simbólica espacial do futebol, podemos ainda lembrar a presença de um outro elemento cheio de significação: a constituição do Eixo do mundo. Este Eixo é constituído pelo rito da bola em movimento e representa um meio de comunicação entre o Céu e a Terra. Trata-se de outro simbolismo cosmológico que funciona no futebol e que aparece ligado ao simbolismo do Centro. Estes simbolismos são outros tantos

³ Maffesoli M., *Essais sur la violence, banale et fondatrice*, Paris, Librairie des Méridiens, 1984, p. 147.

⁴ Eliade M., *Le sacré et le profane*, Paris Gallimard, 1965, p. 42.

traços da memória arcaica do homem no interior da nossa cultura moderna. Este “Ponto fixo”, lugar de intersecção dos três níveis cósmicos — Céu, Terra e Inferno — era considerado, no pensamento mítico, como a imagem do absoluto e como ponto de comunicação do humano com o sagrado. Além disso, respondia e continua a responder ao desejo imperioso do homem abolir, de vez em quando, o tempo contingente, monótono e corrosivo da vida quotidiana para nos permitir reintegrar a unidade primordial e viver, de alguma maneira, a experiência das nossas origens.

É portanto nas profundezas da nossa memória colectiva que nós devemos procurar a explicação desta misteriosa atracção exercida pelo futebol. Como já tive a ocasião de o dizer e escrever várias vezes, o que explica a força do futebol é, de facto, a presença do mistério e do mito no seu universo⁵. Não tenhamos dúvidas de que são precisamente as suas relações com o mito e com a religião e o facto de ele ter as suas raízes no mundo das origens e do sagrado que permitem ao futebol ter uma tal força que o ajuda a resistir aos ataques dos seus inimigos e a exercer uma tal atracção sobre as massas populares.

6.2. O futebol como liturgia do universo

Numa época em que, como referi atrás, as conquista espaciais começam a perturbar seriamente as representações cosmológicas antigas e o homem, sem pontos fixos de referência, começa a perder o sentido do seu destino, sentimos cada vez mais necessidade de meios para nos situarmos em relação ao universo. Profundamente antropológicas, as antigas visões do mundo tinham uma grande significação religiosa porque davam ao homem o sentido da sua existência e do seu destino e revelavam-lhe a origem e a natureza das suas relações com o sagrado, abrindo assim uma luz sobre a sua origem e o significado da sua história. É por isso que elas ocupavam um lugar considerável nas festas e em todas as celebrações religiosas. Uma certa ausência de representações cosmológicas que actualmente se nota no Cristianismo está na origem do que F. A. Isambert considera como “a tonalidade triste, mesmo fúnebre da liturgia, a sua pobreza simbólica, a sua aptidão quase exclusiva para celebrar a morte e a sua incapacidade para celebrar a vida quotidiana”⁶.

Tendo em conta os cenários míticos e festivos em que se desenrolam, os símbolos cosmológicos que os fundamentam e os temas arcaicos que celebram, os rituais desportivos do futebol são uma verdadeira liturgia do universo e, como veremos, uma autêntica encenação lúdica do próprio jogo do mundo. Cada jogo de futebol, por exemplo, é uma repetição ritual do combate primordial e da organização do mundo que se lhe seguiu. Através desta repetição, o mundo renova-se continuamente e o homem participa nessa renovação e tem assim um modelo arquetipal para imitar no combate concreto e quotidiano da sua existência temporal.

⁵ Costa A. S., *À volta do Estádio*, Porto, Campo das Letras, 1997, p. 101-103.

⁶ Isambert F. A., *Le sens du sacré – Fête et religion populaire*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1982, p. 145.

Um grande jogo de futebol é pois uma solene celebração litúrgica de tipo cósmico e de carácter dramático e, o que lhe dá uma particular importância e significação, é uma liturgia sempre em festa, onde os espectadores desempenham um papel de verdadeira participação. Nesta celebração há uma comunhão profunda e activa entre os principais actores e o público que os rodeia, e tudo isto participado e vivido pelos milhões de fiéis que, através do mundo, se unem a esta celebração através dos meios modernos de comunicação. Podemos certamente afirmar que os grandes jogos de futebol, principalmente os de carácter internacional, apesar dos excessos e desvios que, por vezes os rodeiam, são verdadeiras celebrações do mundo e instauram entre os homens uma autêntica comunidade litúrgica de tipo planetário, o que nenhuma das religiões clássicas consegue realizar, e são uma fonte de sentido para o universo e para o lugar que o homem aí ocupa.

6.3. Futebol e participação do homem no jogo do mundo

Insistindo numa ideia que está no centro da nossa reflexão, é legítimo afirmar que o futebol permite ao homem tornar-se, de alguma maneira, contemporâneo das suas origens e mesmo das origens do mundo e, ao mesmo tempo, ajudando-o a descobrir o sentido da sua existência, abre-lhe uma luz regeneradora sobre o seu destino. Esta mensagem do futebol é assim de natureza arqueológica e escatológica. Mas entre a arqueologia e a escatologia da história humana situa-se o tempo do jogo, tempo que o homem não pode desperdiçar sob pena de ter de ouvir o apito final do árbitro supremo sem que a vitória tenha sido alcançada.

Os mitos cosmológicos transmitem ao homem uma mensagem sobre a maneira de conduzir vitoriosamente o jogo da vida. Como estes mitos funcionam no universo do futebol, este desporto dá-nos modelos a seguir e ajuda-nos a compreender como se deve participar vitoriosamente no jogo do mundo.

No fundo, não tenho dúvidas em afirmar que uma análise alargada e uma reflexão profunda sobre o futebol e isto com a ajuda da filosofia e mesmo da religião, nos permitem construir um modelo existencial de tipo cristão, modelo este que, se calhar, é mais mobilizador para o homem do nosso tempo do que os modelos gastos e aparentemente sem grande capacidade de renovação que as religiões tradicionais tentam apresentar aos seus fiéis, mas sem a eficácia que nós vemos no universo do futebol.

7. Uma nova imagem do homem e da sociedade

7.1. O futebol como epopeia do humano

Seguindo uma linha de pensamento explorada por Claude Rivière, nós podemos descobrir no desporto a encenação da excelência humana, a glória desportiva cele-

brada numa religião dessacralizada e compreender o imaginário exaltado pelas soleinidades, competições e paradas festivas que brotam do tabernáculo televisual⁷.

Como os grandes futebolistas procedem geralmente de meios populares e de famílias modestas e funcionam como modelos de pensamento e de comportamento para os seus admiradores e como representantes dos seus irmãos, o futebol pode ser visto, antes de mais nada, como a epopeia do homem comum. E isto funciona tanto mais claramente quanto mais o meio é pobre e quantos mais problemas e frustrações existem na sociedade. Como afirma A. Ehrenberg a propósito de Pelé, este ídolo desportivo é um rei na medida em que ele não deve nada ao seu nascimento, mas tudo a si próprio. O seu êxito lembra o que Hegel chama “negatividade”, isto é, o momento em que o escravo se arranca à sua condição de servidão. Pelé é assim “um estereótipo épico que simboliza o tríplice êxito de um país pobre, de uma equipa popular e de um homem do povo”⁸. Poderíamos ainda apresentar, como exemplos, Maradona, Eusébio, Figo e tantos outros.

No seu papel mítico, o ídolo desportivo aparece assim como o símbolo de uma vida perfeitamente realizada e até como expressão do ideal de transcendência. O futebol cria heróis e transforma os ídolos desportivos em actores da criação. Como diz igualmente R. Garassino, “dando um sentido desportivo à sua vida, separando-se de si próprio e da sua tendência à banalização, o homem pode aspirar ao bem espiritual e construir para si um ideal de vida... Na ordem do imaginário, a aventura desportiva constitui um êxito na ascensão para o sublime contra o risco de atolamento numa vida prosaica, ordinária e banal”⁹.

O futebol apresenta-se assim como uma epopeia do humano, como uma libertação criadora oferecida a cada homem, como uma conquista permanente onde o homem pode alcançar sempre novas vitórias sobre si próprio e tornar-se cada vez mais herói da sua própria vida.

7.2. Do futebol a uma visão harmoniosa da sociedade

Com escreve Ch. Pociello, seguindo aliás o pensamento de M. Bernard, “o desporto é uma maneira de representação da sociedade por ela própria numa dramatização intensa das suas divisões, mas também na euforia duma unidade e duma identidade reencontradas”¹⁰. De facto, situando-nos na linha deste autor, podemos também afirmar que o futebol exprime uma esperança de integração social, de unidade, de comunicação entre os homens. Ele é também uma espécie de lugar onde se realiza o corpo simbólico que a nossa sociedade utiliza para falar dos seus fantasmas, dos seus medos, das suas angústias, das suas violências e dos seus conflitos. Mas o

⁷ Rivière Cl., *Les rites profanes*, Paris, P.U.F., 1995, p. 164.

⁸ Ehrenberg A., «Des stades sans dieux», *Rev. Débat*, n° 40 mai-septembre, 1986, p. 59.

⁹ Garassino R., «Les demi-dieux du stade», in *Le corps surnaturel*, Paris, Éd. Autrement, 1992, p. 67.

¹⁰ Pociello Ch., *Les cultures sportives – Pratiques, représentations et mythes sportifs*, Paris, P.U.F., 1995, p. 271.

futebol também fornece à sociedade elementos para ela tentar descobrir uma imagem harmoniosa e equilibrada de si própria e do seu funcionamento concreto. E isto para lhe dar esperança num futuro melhor.

A hermenêutica desportiva procura compreender a sociedade real, mas, a partir dos símbolos e impulsionada pela força reveladora dos mitos, ela abre-nos também o caminho para podermos pensar numa sociedade alternativa. No momento desta hermenêutica desportiva, nós sentimos intensamente a estrutura essencialmente conflitual do imaginário colectivo. O futebol mostra-nos uma sociedade cheia de conflitos e contradições. Por outro lado, leva-nos a pensar numa sociedade mais justa, mais fraterna, mais leal na competição, mais comunidade universal; o futebol fala-nos de uma sociedade mais festiva, mais alegre, mais conforme aos seus valores originais que os mitos desportivos proclamam. Trata-se de uma sociedade ideal, mas que parece possível se os homens assim o quiserem.

Uma reflexão sobre o futebol não nos pode levar a pensar numa sociedade sem conflitos e sem luta, pois estes são elementos da sua estrutura profunda e a sua manutenção está erigida em sistema e legitimada por leis universais. Mas, se tudo correr como está regulamentado, com aliás deve ocorrer no futebol, a sociedade terá sempre um funcionamento dialéctico, mas será uma sociedade justa e harmoniosa.

7.3. Futebol e conciliação do homem com a sua existência

No fundo, uma das principais funções do futebol que nós tentamos compreender é a sua função estética. Ora um dos principais objectivos da função estética do desporto, portanto também do futebol, é procurar reconciliar o homem com certas realidades fundamentais terrivelmente problemáticas e para as quais ele parece não encontrar soluções satisfatórias. Estão neste caso a violência e a própria morte.

Constituindo um sistema de violência simbólica, o futebol mostra como é possível encarar a sua própria violência e a violência da sociedade. Como diz B. Jeu, “a violência é simbólica. Ela observa a regra. Portanto já não é violência”¹¹.

Na sociedade, a violência é, como dissemos, intransponível. Mas, se ela se confina ao domínio do simbólico, não é problema. Ela funciona com o consentimento da comunidade universal e em moldes regulamentados. Tal como no futebol, onde a violência só é problema quando ela transgride as barreiras do simbólico e funciona no mundo do real.

Mas há o problema da morte. Porque o homem tentou resolver este problema, a morte tornou-se talvez a questão maior e o último tabu da modernidade. Ora, ainda aqui, o futebol pode funcionar como o último refúgio do imaginário humano, ajudando a encontrar soluções para uma questão tão crucial e aparentemente insolúvel.

O futebol é um ritual de morte. É uma celebração sacrificial onde, principalmente nos torneios a eliminar, uma equipa deve morrer. Alguém tem de ser eliminado. Isto

¹¹ Jeu B., *Analyse du sport*, Paris, P.U.F., 1987, p. 27.

é dramático, mas, no fundo, não passa de uma paródia litúrgica onde o homem procura vencer as leis da própria morte. Como diz ainda B. Jeu, “o vencido não morreu verdadeiramente. A sua vida é-lhe restituída em vista da competição seguinte”¹². Finalmente podemos dizer que o futebol é uma tragicomédia e uma eufemização da morte.

Celebrando a morte em rituais de profunda comunhão colectiva, o futebol fala ao homem da possibilidade de ultrapassar este problema e de conseguir finalmente a consagração da vida, a conquista de uma vitória final que coloque o homem numa situação de festa sem fim.

Conclusão — uma imagem da sociedade e do homem conforme a nossa modernidade

As reflexões apresentadas levam-nos certamente a construir uma imagem da sociedade e do próprio homem que responde às preocupações da nossa modernidade.

Antes de mais nada, uma análise como aquela que propus, fornece-nos elementos que nos permitem entrever a possibilidade de um novo humanismo e de descobrir os valores fundamentais que ele supõe. Aliás, podemos ter como certo que o futebol, se ele deve ter um sentido, não pode encontrar este sentido senão na direcção de um verdadeiro humanismo. Trata-se, através do futebol, de valorizar o homem e a sociedade. Além disso, pela sua religiosidade vivida em meios e ambientes ditos profanos, o futebol deverá ser visto como uma expressão secularizada do homem religioso das sociedades arcaicas e como uma metamorfose do sagrado numa sociedade que vivia em profunda ligação com o religioso e que, agora, sofre os efeitos demolidores do movimento conhecido pelo nome de secularização.

A Sociologia do Desporto, como eu a imagino e proponho, ajudar-nos-á a compreender não somente a sociedade em que vivemos, mas também aquela que nós imaginamos e com que sonhamos e que se nos afigura possível, se tivermos em conta a sua natureza e todas as potencialidades que ela parece ter quando nós a olhamos a partir de um fenómeno desportivo como o futebol.

De qualquer maneira e para concluir, penso que é possível partir do desporto e obter uma imagem completa e global da sociedade dos homens, da sociedade real em que nós devemos realizar o jogo da nossa existência e da sociedade ideal que o funcionamento utópico do imaginário social nos propõe continuamente. No fundo, como já tive a ocasião de o dizer e repetir, o desporto fala ao homem do seu passado, mostra-lhe como deve ser o seu presente e propõe-lhe modelos a seguir para ele chegar à vitória no jogo universal em que se encontra comprometido¹³.

¹² Jeu B., *op. cit.*, p. 27.

¹³ Costa A. S., *À Volta do Estádio*, p. 211.

Bibliografia

- Costa A.S., «Desporto e análise social», *Revista da Faculdade de Letras – U.P.*, Vol. II, Porto 1992.
- Costa A. S., «Futebol e identidade nacional» em *Raízes da Nossa Identidade*, vol. I. C. M. da Maia, 2003, pp. 71-80.
- Costa A. S., *À Volta do Estádio – O Desporto, o Homem e a Sociedade*, Porto, Campo das Letras, 1997.
- Costa A. S., «Desporto e conhecimento do homem», em *Revista Espaço*, FCDEF – UP, 1993. vol. I, nº 1, pp. 37-46.
- Costa A. S., «Desporto e Antropologia» em Pereira A. L., Costa A. E Garcia R. P., *O Desporto entre Lugares*, Ed. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Viseu, Tip. Guerra, 2006.
- Costa A. S., «Sport et analyse sociale» in Tomé A., Carreira T. E Costa A. S., *Sociologie du Sport*, Lisboa, Editorial Minerva, 2008.
- Eliade M., *Le sacré et le profane*, Paris Gallimard, 1965.
- Ehrenberg A., «Les stades sans dieux», in *Rev. Débat*, nº 40, mai-septembre, 1986.
- Garassino R., «Les demi-dieux du stade» in *Le corps surnaturel*, Paris, Éditions Autrement, 1992.
- Isambert F. A., *Le sens du sacré – Fête et religion populaire*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.
- Jeu B., *Le sport, l'émotion, l'espace*, Paris, Ed. Vigot, 1977.
- Jeu B., *Analyse du sport*, Paris, P.U.F., 1987.
- Luschen G. Y Weiss K., *Sociologia del Deporte*, Valladolid, Ed. Minuit, 1979.
- Maffesoli M., *Essais sur la violence, banale et fondatrice*, Paris, Librairie des Méridiens, 1984.
- Parlebas P., *Éléments de sociologie du sport*, Paris, P.U.F., 1986.
- Pociello CH., *Les cultures sportives — Pratiques, représentations et mythes sportifs*, Paris, P.U.F., 1995.
- Rivière CL., *Les rites profanes*, Paris, P.U.F., 1995.
- Teixeira Fernandes A., «A Sociologia e a Modernidade», *Revista da Faculdade de Letras – U.P.*, Vol. II, Porto 1992.

A moral da justiça e a moral dos *media*: julgamentos mediáticos e dramas públicos¹

Helena Machado²

Filipe Santos³

Introdução

Ao longo de 2008, por várias vezes os meios de comunicação social reportaram os «sentimentos de insegurança» dos portugueses e o «aumento da criminalidade violenta» no país. Acontecimentos como homicídios violentos praticados por *gangs*, assaltos à mão armada a gasoleiras e a agências bancárias com tomada de reféns⁴, mereceram ampla mediatização e elevaram as vozes de protesto contra o suposto sentimento generalizado de impunidade e de desrespeito pelas forças de autoridade e pelos tribunais que se terá instalado na sociedade portuguesa. Muito rapidamente se construiu na esfera pública o confronto simbólico entre o cidadão cumpridor, doravante inseguro perante a ameaça constante de vir a ser vítima de crime, e o criminoso (Lyon, 2001; Machado, 2004), geralmente excluído da sociedade, que se sente impune perante leis alegadamente laxistas e os agentes policiais que não estão preparados para lidar com uma criminalidade que se diz ser cada vez mais violenta e sofisticada.

No âmbito deste texto propomo-nos discutir a ideia que tanto a justiça como os *media* projectam uma moral social e política, aqui entendida como a projecção de uma determinada visão do mundo, destinada a impor determinados padrões de ordem e de consenso social (Ericson et al. 1991: 6; Foucault, 2004: 93). Mas os encontros entre os *media* e a justiça criam novas realidades, nomeadamente os «julgamentos mediáticos» e os «dramas públicos» que, na sua dinâmica de desenvolvimento e racionalidades específicas, acabam por projectar novas morais e novas visões do mundo.

O direito e a justiça representam uma determinada visão do mundo e impõem um determinado modelo de ordem social, cuja eficácia e legitimidade estará dependente,

¹ Este trabalho resulta de uma investigação apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério Português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) no âmbito do projecto «Justiça, *media* e cidadania», PTDC/SDE/67021/2006 (2007-2010), coordenado por Helena Machado e desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

² Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

³ Estudante do Mestrado em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Bolseiro do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

⁴ Por exemplo, o caso de uma série homicídios, alegadamente relacionados entre si, que teve início em Julho de 2007, fazendo sete vítimas, e cuja operação policial para efectuar detenções foi designada por «Noite Branca»; os diversos assaltos a gasoleiras e agências bancárias durante o Verão de 2008, que terão tido o seu zénite mediático com o assalto a uma dependência bancária do BES em Agosto. Este caso foi particularmente mediatizado devido à tomada de reféns e ao período de negociações dos assaltantes com as forças policiais, o que permitiu, entretanto, o acompanhamento em directo por parte dos órgãos de comunicação social, inclusive da neutralização dos assaltantes por atiradores da polícia.

sobretudo, da capacidade de ir ao encontro dos valores dominantes numa determinada sociedade. Neste sentido, vários autores discutem a proximidade do direito e da justiça à «moral». Daremos conta dessa discussão numa primeira parte deste trabalho, na qual apresentamos as análises que sociólogos como Durkheim e Habermas fazem das relações entre justiça e moral.

Contudo, também os próprios *media* produzem e consolidam uma moral, ou seja, projectam imagens da realidade que estão dependentes das estruturas culturais e económicas que os suportam. A representação que os *media* fazem do crime está necessariamente associada à ideologia (Foucault, 2004: 55; Mendes, 2004: 153), enquanto conjunto de crenças comumente partilhadas que, quando aliada ao discurso mediático, apresenta formas comunicativas adaptáveis às várias audiências a que se dirige. Deste modo, os *media* tendem para a reprodução da ordem estabelecida à medida que a representam (Reiner, 2002: 406). Numa segunda parte deste trabalho, reportamo-nos à moral construída pelos *media* no contexto específico das relações estabelecidas entre a justiça e os órgãos de comunicação social, explorando os conceitos de «juízo mediático» (Fox et al. 2007: 28; Surette, 1998: 72) e de «drama público» (Katz, 1987: 52; Peelo, 2006), presentes quer na mediatização da criminalidade violenta, quer na cobertura mediática de casos que envolvem figuras públicas e os designados «escândalos» e «mega-operações».

1. Anomia e a moral da justiça em Durkheim

Por via etimológica, anomia significa a ausência de normas e falta de referência a regras práticas de vida em sociedade. A teoria da anomia foi fundada por Émile Durkheim (1859-1917) e, se começou por ser uma hipótese explicativa da ocorrência de uma forma específica de suicídio — o «suicídio anómico» —, rapidamente se tornou uma das mais prestigiadas abordagens explicativas da criminalidade e das formas mais variadas de comportamento desviante, tanto na sociologia, como na psiquiatria (Dias e Andrade, 1997: 313). É clara a intenção do autor em salientar o carácter macrosociológico do conceito, sendo a anomia entendida como a propriedade de um sistema social e não um «estado de espírito» deste ou daquele indivíduo no seio do sistema.

A anomia é apontada como a causa social do desvio, da não aplicação da norma social (ou legal) por parte de indivíduos socialmente classificados como desviantes. Neste sentido, a anomia é entendida como um problema de desadaptação das populações, em particular dos desviantes ou criminosos, às turbulências da vida moderna (Dores, 2004: 16). Trata-se, assim, de procurar descortinar como certas estruturas sociais exercem tensões sobre algumas pessoas da sociedade, no sentido de se envolverem em actividades criminosas ou desviantes.

Mas Durkheim concebe também o crime como o resultado normal do funcionamento do sistema social e da imperiosa necessidade de actualização da força nor-

mativa dos seus valores. De facto, afirma Durkheim, que o crime é funcional, não só por expressar a autoridade limitada da consciência colectiva, mas também por poder constituir um factor de actualização dos quadros morais. No entanto, acima de tudo, o autor reconhece a utilidade do crime como factor de reafirmação da solidariedade colectiva, expressa na condenação ritual do criminoso.

Numa sociedade em que a moral religiosa e familiar se está a desagregar, uma nova forma de moralidade — de carácter laico — terá que surgir e de se consolidar, podendo assumir diferentes formas, desde a nova moral profissional através da criação de corporações que possibilitem a produção de novos vínculos de solidariedade; até uma moral cívica, garantida pelo Estado através da educação pública. Mas no âmbito deste texto interessa-nos sobretudo discutir a moral laica preconizada por Durkheim, quando este defende a criação de uma moral geral, também garantida pelo Estado, mas através do aparelho de justiça e das instâncias públicas de controlo e de punição, e com a função de desenvolver o sentimento da solidariedade comum. Neste contexto, a nova moral identificar-se-á com o desenvolvimento e expansão da esfera de acção da justiça nas sociedades modernas, evidenciando-se, sobretudo, na aplicação da pena, que tem como função principal proteger a sociedade e manter a coesão social, ameaçada pelo crime.

Segundo Durkheim, a punição penal assume um papel, de certo modo ilusório, que é vital para a coesão social e para o sentido individual de pertença à sociedade. Quando é atribuída uma pena a um criminoso, de certo modo, os elementos da sociedade sentem que são eles a «vingarem-se»: *«num certo sentido somos bem nós que nos vingamos, nós que nos satisfazemos, pois que é em nós, e apenas em nós, que se encontram os sentimentos ofendidos. Mas esta ilusão é necessária»* (Durkheim, 1984: 120). As funções que Durkheim atribui à justiça e à pena ganham hoje nova vitalidade no contexto das sociedades actuais cada vez mais sequiosas do controlo da criminalidade e mais dispostas a investir na prevenção, detecção e investigação da criminalidade, de modo a providenciar níveis adequados de segurança e de tranquilidade públicas (Garland, 2001).

Numa posição praticamente oposta à de Durkheim em termos teóricos e políticos, lembra-nos Wacquant que o sistema de justiça penal serve a função de controlar as «populações incómodas» — os desviantes, os criminosos, os indivíduos sem valor no mercado (pobres, alienados e toxicodependentes), mas que nessa tentativa se alia aos *media*, para alimentar *«uma florescente indústria cultural do medo dos pobres»* (Wacquant, 2007: 987). Essa indústria cultural alimenta, na óptica de muitos, representações da ordem social, dos criminosos e das causas do crime que se subordinam as lógicas de mercado e às estruturas culturais prevaletentes, regendo-se por processos de comodificação pelos quais a cobertura mediática do crime produz dramas «comercializados», isto é, formatados, promovidos e vendidos como qualquer outro programa, disponibilizados para o entretenimento do público (Fox et al., 2007: 30). A função idealizada dos *media* como fonte de informação e educação pública é pervertida em função de imperativos comerciais e os ditames do «interesse público» convertem-se em

«interesse do público», em interesse das audiências que buscam sensações fortes, experiências *voyeuristas*, e que alimentam um certo espírito de retribuição (Jewkes, 2004: 23). Daqui resulta que a justiça, e particularmente a justiça criminal, se constitui como uma fonte potencialmente inesgotável de narrativas dramáticas, susceptíveis de convocar a adesão emocional das audiências, na medida em que muitas delas alimentam um imaginário de vulnerabilidade colectiva, no qual existem forças malévolas que ameaçam a integridade do tecido social (Katz, 1987: 52).

Vários autores observam que o espaço mediático é ocupado por «entretenimento informativo» (*infotainment*), ou seja, narrativas de interesse humano, particularmente dramáticas ou violentas, cujo enquadramento assenta frequentemente na fusão entre notícias e ficção (Fox et al., 2007: 28; Surette, 1998: 53), as quais, frequentemente, falham em providenciar perspectivas e análises aprofundadas, preferindo investir em formatos que privilegiem o «mínimo denominador comum» e façam crescer as audiências, diminuindo o espaço para o escrutínio público (Blumler, 1991: 207 cit. Jewkes, 2004: 23).

De seguida abordamos a visão Habermas que permite aprofundar a análise dos alegados efeitos perniciosos da comercialização e do consumismo na esfera pública pelo surgimento e expansão dos meios de comunicação social e da cultura de consumo. Contudo, em termos de balanço geral, é possível afirmar que o autor apresenta uma visão optimista do papel dos sujeitos na história, ao entender que a razão jurídica, feita pelos meios semânticos que permitem aos sujeitos jurídicos (cidadãos) dominar a história, se ancora nas potencialidades da comunicação livre, do debate aberto entre os sujeitos que, por sua vez, se poderão constituir como cidadãos neste processo comunicativo.

2. A justiça secularizada e a esfera pública

Embora distante de Durkheim em termos temporais, teóricos e políticos, Habermas (1929-) vai também falar da necessidade de uma nova moral de carácter público, a ser produzida e actualizada pelo sistema de justiça, introduzindo o autor nessa discussão a importância da comunicação e da esfera pública. Estamos, assim, perante uma abordagem da teoria da justiça nas sociedades contemporâneas que pensa o direito, os tribunais e as interfaces entre o judiciário e o poder político em termos de comunicação mas também de moral, esta última «secularizada» (Habermas, 1993).

Preocupado em identificar de que modo, nas sociedades modernas, a comunicação permite que uma colectividade faça a sua história, e em analisar as condições que podem favorecer um processo de comunicação a uma escala global, Habermas defende que a chave de uma comunicação efectiva reside numa articulação eficaz entre o espaço público e o sistema político constituído em Estado de direito. Na obra *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*, publicada pela primeira vez em 1962 (Habermas, 1989), dá continuidade à tradição da Escola de Frankfurt ao abordar os

efeitos perniciosos da comercialização e do consumismo na esfera pública pelo surgimento e expansão dos meios de comunicação social e da cultura de consumo. Como se processa, então, em democracia, a produção do direito e da sua legitimidade? Como se articula liberdade de informação e de argumentos com a necessária força integrativa e coercitiva do direito? A resposta de Habermas reside na acção comunicativa, sustentada na teoria do discurso e na ideia que os destinatários do direito devem poder percepcionar-se como autores desse direito. Em suma, Habermas vai pensar a comunicação como elemento de garantia da prática efectiva da justiça e, como tal, da democracia, uma vez que, na sua perspectiva, a própria democracia pressupõe a compreensão de interesses mútuos e o alcance de um consenso partilhado. Contudo, é necessário que a linguagem seja clara, defendendo que, nas sociedades actuais, ainda se assiste a várias espécies de distorção da comunicação, que impedem a comunicação efectiva e a construção de consenso, e como tal, a prática efectiva da democracia. Qual poderá então ser a solução mais democrática? Empreender transformações nos códigos linguísticos e comunicacionais, tanto da parte da justiça como dos meios de comunicação social, criando plataformas de adaptação mútua que levam a alterações de práticas profissionais e que podem tornar a justiça mais compreensível para o cidadão comum?

A esfera pública nas sociedades modernas refere-se ao que Habermas define como um «*público que julga*» (Habermas, 1984: 41). Trata-se de uma arena fundada na racionalidade, diálogo e capacidade argumentativa que faz lembrar os fóruns democráticos gregos na *Polis* e que, de acordo com Habermas (1984), deteria as seguintes características principais: debate aberto e acessível a todos; pauta estruturada a partir de interesses comuns ou não particularistas; atribuição de *status* de igualdade entre os actores; processos de decisão apoiado em igualdade de condições.

Este conceito de esfera pública é susceptível de críticas (ver por exemplo, Fraser 1992), pelo facto de pressupor um acesso universal, mas ao mesmo tempo estabelecer como condição a posse de educação. Habermas refere que «*uma esfera pública da qual grupos fossem excluídos seria menos do que meramente incompleta; não seria de todo uma esfera pública*» (Habermas, 1970: 85). No entanto, uma vasta camada da população não tem, nem provavelmente terá acesso a esta esfera pública. Em determinado sentido a ideia de esfera pública de Habermas permanece como uma forma ideal, um elemento do projecto inacabado da modernidade (Cubitt, 2005: 93).

O autor chama também a atenção para o fenómeno da crise do direito formal a que se assiste na contemporaneidade (Habermas, 1992), a chamada «crise da justiça», a qual considera que está ligada a uma crise geral de legitimidade do capitalismo organizado. Para vencer essa crise, deve-se institucionalizar uma nova «razão comunicacional» da normatividade, para transformar as estruturas jurídicas da sociedade em geral (Mello, 2006: 361). Tratar-se-á de uma crise do sistema de justiça com raízes no próprio declínio dos Estados-Providência que se traduz num aumento da procura e de litigação, em simultâneo com as crescentes dificuldades de cariz financeiro para adequar os sistemas de justiça aos desenvolvimentos sociais e

económicos (Amaral, 2000). Porém, em Portugal, mais do que a constatação de uma «crise» associada à explosão de litigiosidade (Santos et al., 1996), instalou-se a «*mediatização da crise da justiça*» (Costa, 2006: 18), que tem sido ampliada quer pela ênfase mediática atribuída ao «aumento da criminalidade violenta», quer pela cobertura de alguns casos envolvendo figuras públicas. Ambas as estratégias revertem para uma tendência para a dramatização e sensacionalismo que, acentuando o escrutínio dos *media* sobre a justiça, salientou igualmente alguns conflitos existentes no seio da magistratura (Costa, 2006).

3. O julgamento mediático e o drama público

As funções sociais dos *media* e da justiça nas sociedades democráticas são susceptíveis de se tornarem concorrentes, na medida em que os *media* são o espaço público por excelência, progressivamente substituindo as instituições tradicionais de controlo social, cujo poder, sem visibilidade pública, perde eficácia e capacidade de disseminação, tornando-se aquelas impotentes e resignadas (Commaille, 1994: 16). A capacidade de «*dizer o direito*» (Bourdieu, 1989: 212) tende, assim, a ser cada vez menos monopólio do campo da justiça, assistindo-se ao preenchimento das eventuais lacunas dessa função social por parte dos *media*, cuja força persuasiva e importância social (e orientação comercial) foram exponencialmente potenciadas com a massificação alcançada com o aparecimento da rádio e da televisão (Surette, 1998). Nesse sentido, também os *media* contribuem para a projecção pública de uma moral colectivamente partilhada, desenvolvida nas interações com as respectivas audiências.

Os *media* e a justiça partilham também os mesmos fins declarados de defesa e prossecução do interesse público, assim como a invocação de um estatuto de neutralidade (Ericson et al., 1991: 7). Porém, os *media* modernos, como quaisquer outras empresas orientadas para a optimização de recursos e obtenção de lucros, operam numa lógica de mercado que implica a atracção de consumidores e de receitas de publicidade. Logo, todo o funcionamento organizacional é estruturado em torno da elaboração de produtos «vendáveis».

Consideremos o exemplo da imprensa. Existem, naturalmente, diferenças inerentes a cada meio em termos de mercado. É possível classificar os jornais consoante o tipo de mercado-alvo, o qual é tomado como referência para as orientações específicas em termos de selecção, enquadramento, complexidade e profundidade dos artigos noticiosos. A imprensa de «qualidade» procura estabelecer relações de carácter mais simbólico com os seus leitores, na medida em que se dirige a uma «elite» que valoriza a abordagem de conteúdos sérios, como a política ou a economia, sendo os eventos relacionados com estes tópicos alvo de análises longas, profundas e complexas. Por seu turno, a imprensa «popular», também chamada «*tablóide*», adopta frequentemente um estilo sensacionalista, com abordagens temáticas superficiais, num formato discursivo acessível e coloquial. A intensidade sensacionalista nas suas representações do

real pretende estimular os sentimentos e emoções da audiência, cuja estratégia discursiva de representação tende a proporcionar mais entretenimento do que informação. Contudo, de acordo com Fox et al. (2007), assiste-se a uma tendência recente de «tabloidização» dos *media* ditos «de referência» (*mainstream*), nomeadamente no que concerne à cobertura dos designados «julgamentos mediáticos».

Os «dramas públicos» relacionados com o crime e a justiça nas sociedades contemporâneas são, em grande medida, construções narrativas mediáticas cujo propósito é o de suscitar adesão emocional por parte do público. Os *media* proporcionam ao público um «sofrimento distante» (Boltanski, 1999 cit. Karstedt, 2002: 301), no qual podem exprimir compaixão e simpatia pelas vítimas, ao mesmo tempo que alimentam sentimentos de repulsa moral contra os criminosos. O estilo e enquadramento mediático das narrativas criminais estabelecem um diálogo com o público, colocando-o na posição de «testemunha mediada» (Peelo, 2006: 163).

Os designados «julgamentos mediáticos» (Fox et al. 2007; Surette, 1998) emergem como fenómenos que, embora representem frequentemente episódios localizados e extraordinários no funcionamento rotineiro do sistema de justiça, são passíveis de se constituir, através da formação e mobilização da opinião pública, como catalisadores de mudança dos procedimentos e disposições legais de uma sociedade.

O conceito de «julgamento mediático» abrange aqueles casos que, pelo seu valor percebido de noticiabilidade e potencial de entretenimento, se tornam foco de atenção da agenda mediática. Nas palavras de Ray Surette:

«Um julgamento mediático é definido como um evento noticioso regional ou nacional no qual os *media* cooptam o sistema de justiça criminal como fonte privilegiada de drama e entretenimento. (...) Envolvem aqueles crimes que atraem cobertura intensa quer imediatamente após a sua descoberta ou no momento de uma detenção. (...) Apesar do seu pequeno número, os julgamentos mediáticos têm sido citados como centrais para a construção social da realidade do crime e da justiça. Actuam como um palco público gigantesco para a disseminação de conhecimento acerca da realidade do crime e da justiça pois comparam e avaliam explicitamente construções da realidade concorrentes perante uma audiência de cidadãos vulgares» (Surette, 1998: 72-73).

Desta forma, os conceitos de «drama público» e «julgamento mediático» afiguram-se cada vez mais relevantes nas análises e na compreensão na interacção entre o fenómeno judiciário e o fenómeno mediático, articulando-se com a actualização dos conceitos de «esfera pública» e «anomia».

4. Dramas públicos e moral colectiva

A construção mediática de «dramas públicos» tem a capacidade, senão de mobilizar a opinião pública, pelo menos de fomentar a percepção política das situações

sociais anômicas e a conseqüente necessidade de tomar medidas de apaziguamento da consciência colectiva. As oportunidades de integração e afirmação da moral colectiva já não serão tão originadas pela reacção a um crime que constitui uma ofensa aos estados fortes e definidos da consciência colectiva, mas tendencialmente construídas como tal através dos «dramas públicos» mediatizados, isto é, séries de notícias acerca de um dado tópicio ou evento que transformam um problema privado num «problema público» (Sacco, 1995: 153).

Tal dependerá da sua noticiabilidade, isto é, do valor de um dado item para a organização noticiosa, o qual é operacionalizado em duas componentes: *consonância* e *periodicidade*. A consonância diz respeito à ligação de uma dada história com eventos, temas, imaginários públicos e explicações anteriores. Por exemplo, seqüências de notícias acerca de assaltos a dependências bancárias num dado período que se ligam com notícias anteriores de outros assaltos. Isoladamente, poderiam não ser noticiáveis, mas a sua associação pode já permitir falar em «vaga de assaltos». A periodicidade tem que ver com os ciclos temporais dos eventos, isto é, se se ajustam aos ciclos temporais das organizações noticiosas. Por exemplo, é dada preferência a eventos que possam ser ajustados às edições diárias de um jornal, tais como os julgamentos (Surette, 1998: 61). Porém, na área criminal, vários autores sugerem que os elementos determinantes de um dado caso estão associados a extrema violência, detalhes anormais ou inesperados, sexo e celebridades, isoladamente ou justapostos (Fox, et al., 2007; Jewkes, 2004; Surette, 1998).

O funcionamento rotineiro dos tribunais e do sistema de justiça é, geralmente, ignorado pelos *media*. Porém, quando se verifica a concorrência de um ou mais elementos acima referidos, um caso que poderia representar um problema particular de um indivíduo ou grupo de indivíduos, por via da mediatização, torna-se um potencial «drama público».

Em certa medida, poder-se-ia dizer que os «dramas públicos» constituem ocasiões de «efervescência» social, passíveis de promover transformações sociais, quer a nível legal, quer na consciência e moral colectiva. Os «dramas públicos» construídos em torno do crime, particularmente o crime violento, surgem assim como momentos de exposição pública a narrativas que podem servir de motivo de reflexão e questionamento dos valores morais prevaletentes. A criminalidade mais violenta surge como o tipo de evento mais adequado à construção de «dramas públicos», na medida em que é menos frequente a personificação do criminoso. As narrativas mediáticas são maioritariamente focadas sobre o género de criminalidade do que sobre os criminosos. Por exemplo, o fenómeno recente designado por *carjacking*⁵, que nos últimos anos tem vindo a ganhar cada vez mais visibilidade, é particularmente ilustrativo do «drama público». O veículo automóvel privado, um símbolo de relativa segurança

⁵ De acordo com a definição constante num relatório do Ministério da Administração Interna «o *carjacking* é um fenómeno criminal que é cometido pelo agente na presença ou proximidade do proprietário do veículo, que vê a sua liberdade e integridade física ameaçadas, normalmente com recurso a arma branca ou de fogo» (Ministério da Administração Interna, 2008: 3).

pessoal quando comparado, por exemplo, com o transporte público, deixa de ser garantia de um espaço «sagrado» que proporciona a inviolabilidade do ocupante, sendo possível à maioria dos cidadãos colocarem-se no lugar de potencial vítima. A mediatização de uma tipologia de crime e a sua conversão em «drama público», no caso de Portugal, teve como efeito directo uma reacção política sob a forma da constituição de um grupo de trabalho governamental para o estudo do novo fenómeno criminal, para além do surgimento de respostas por parte da indústria automóvel.

Numa perspectiva histórica, os jornais modernos constituem-se como estruturas colectivas de observação do desvio. As primeiras publicações disseminavam notícias sobre crimes e criminosos, enquadrando-os amiúde em narrativas que glorificavam e celebravam o crime. Assim, os folhetins e panfletos que se começaram a massificar nas sociedades ocidentais antes da era dos *media* eram olhados como ameaças à confiança pública na ordem colectiva. O advento da imprensa veio reproduzir os interesses oficiais, reforçando o restabelecimento da ordem e moral pública e a reparação das ofensas à consciência colectiva. Frequentemente, os relatos subordinados à temática do crime continham detalhes vívidos e sensacionalistas, incluindo as últimas palavras de condenados à morte, sendo habitual o arrependimento e exortações acerca do caminho da virtude e o terrível preço do crime (Katz, 1987: 65; Surette, 1998: 54-55). Porém, com o surgimento dos primeiros jornais diários, a imprensa passou novamente a desempenhar um papel desestabilizador (Katz, *ibid*). Tal dever-se-á ao modo como, de forma progressiva e cada vez mais disseminada, os diversos meios de comunicação social, e particularmente a televisão, têm vindo a adoptar formatos, discursos e enquadramentos na transmissão de informação que fundem realidade e ficção, dramas pessoais em «dramas públicos». No caso dos crimes violentos, tais como os assaltos a carrinhas de valores e o *carjacking*, verifica-se uma certa glorificação mediática da astúcia e engenho, assim como as eventuais recompensas monetárias dos perpetradores desses crimes.

Os critérios de noticiabilidade adoptados pelos *media*, cada vez mais guiados pelo valor de entretenimento (Fox et al. 2007: 11), serão assim responsáveis pela definição da agenda mediática e, em muitas circunstâncias, da agenda política. Veja-se, por exemplo, os casos referidos no início deste capítulo, que se tornaram rapidamente alvo de respostas policiais, mas também políticas e legislativas e tecnológicas.

Ciclicamente, é possível observar a mediatização de vários tópicos relacionados com fenómenos criminais, como os assaltos a dependências bancárias, o arrombamento de caixas multibanco, ou o relativamente recente *carjacking*. Note-se, em simultâneo, a decrescente ou inexistente visibilidade do roubo por esticção nas páginas dos jornais. Tal não quer dizer que o «roubo por esticção» deixou de existir. Apenas perdeu visibilidade e valor de noticiabilidade. O modo como cada órgão de comunicação social decide seleccionar e apresentar um dado evento pode ser algo complexo. Porém, os critérios de noticiabilidade têm vindo a ser, progressivamente, mais orientados para o valor de entretenimento do que de informação (Davis e Owen, 1998 cit. Fox et al. 2007).

Com efeito, a reacção de indignação moral causada pelo crime e a necessária expressão e reafirmação da ordem vigente através da justiça são transformadas por via da construção mediática dos «dramas públicos». O cidadão não se encontra já imerso na multidão indistinta, como na época de Durkheim, perante o criminoso no momento da sua punição. Antes, é confrontado com narrativas cujo formato é idêntico ao entretenimento ficcional que consome, desenhadas para provocar o choque ou suscitar a repulsa, incitando a uma reacção emocional que, embora individualizada no leitor, telespectador, ou ouvinte, afecta o público como um todo (Katz, 1987: 70). Assim, a reacção social perante o crime surge como uma resposta consideravelmente mediada, cuja orientação será, em certa medida, construída de acordo com os enquadramentos proporcionados pela cobertura mediática.

5. Esfera pública e julgamentos mediáticos

A comunicação tem vindo a ser «colonizada» em resultado das alterações estruturais da esfera pública. A privatização dos órgãos de comunicação social terá exacerbado conflitos entre a sua função social de providenciar informação, guiada por princípios de profissionalismo, exigência e seriedade, e as eventuais pressões por parte dos investidores que, em busca de lucro, olham o público como consumidores. Desse modo, e segundo autores como Habermas, corre-se o risco de «comodificação» do interesse público (Habermas, 2007). Contudo, o próprio autor salienta o facto de os *media* desempenharem um papel fundamental na vitalidade da esfera pública e na produção de normatividade, por representarem a ponte entre a formação informal de opinião e os processos institucionalizados de formação de vontade (Habermas, 2006 cit. Garnham, 2007: 209).

Ao trazer para o mundo da vida as questões jurídicas e expondo-as aos cidadãos sob a forma de entretenimento, a «comodificação» mediática dos dramas judiciais é passível de suscitar conflitos simbólicos ao nível da reprodução do sistema de justiça. A percepção cidadã da qualidade do sistema de justiça acha-se, assim, mediada pelas representações disseminadas pelos órgãos de comunicação social. Com efeito, em democracia, o poder da comunicação não governa directamente, mas quando a influência da opinião pública é canalizada para processos de decisão, para programas de acção política e para actos legislativos, pode-se falar de influência política da opinião pública (Habermas, 1996: 300).

Os «julgamentos mediáticos» não são apenas episódios em que os procedimentos legais são trazidos à praça pública. São igualmente momentos de expressão e reafirmação da moralidade contida no sistema legal mas também nas mundivisões mediáticas, à medida que se assiste ao enfraquecimento de valores absolutos ou tradições na manutenção da legitimidade (Durkheim, 1984; Habermas, 1975), enfatizando a responsabilidade moral dos indivíduos envolvidos em «julgamentos mediáticos» (Ericson et al., 1991: 344). A lógica que predomina nos «julgamentos

mediáticos» privilegia a representação binária, adversativa e individualizada do direito, a qual dificilmente é promotora de uma comunicação que promova a racionalidade e consenso na formação de opinião pelo público. Pelo contrário, procura enquadramentos que permitam catalisar as emoções e agitar os quadros morais existentes, introduzindo potenciais distorções no processo comunicativo (Fox et al., 2007: 200-201).

Assim, como foi acima referido, a crescente *tabloidização* da imprensa de referência em nome de imperativos de mercado e da presumida exigência das audiências implica, em certa medida, uma extensão aos bastiões da esfera pública da «colonização» levada a cabo pelos valores do capitalismo de mercado. Os pressupostos habermasianos de uma esfera pública e da função da comunicação como instrumento de democracia dificilmente coexistem com o «julgamento mediático». Contudo, a justiça deve ser vista para ser feita, sob pena de se afastar dos cidadãos e, conseqüentemente, ver minada a sua legitimidade e democraticidade. Os «julgamentos mediáticos» de figuras públicas em Portugal tendem a permanecer durante largos períodos de tempo sob o escrutínio dos *media*. Tal dever-se-á, não só ao valor de noticiabilidade inerente a tais casos, mas também à maior capacidade de mobilização de recursos culturais, sociais e económicos por parte dos cidadãos envolvidos que, frequentemente, redundam em processos dilatatórios sucessivos dos processos judiciais, os quais podem manter-se em curso durante anos.

Os julgamentos que envolvem figuras públicas e a sua mediatização acabam por representar casos anómalos através dos quais os cidadãos constroem boa parte das suas percepções e representações acerca do sistema de justiça e que redundam em avaliações que indicam que o sistema de justiça, geralmente, favorece os ricos e poderosos (Fox et al., 2007: 203). Assim, a imparcialidade da moral secularizada, plasmada no direito, é passível de sofrer distorções por via da mediatização, na medida em que a maior capacidade de mobilização de recursos é olhada pelo consenso moral como vantagem ilegítima. Estas distorções introduzidas, fruto da «colonização» do mundo da vida, reflectem-se ao nível da qualidade e características da esfera pública. Face à colonização da vida moderna, pela qual a própria linguagem do quotidiano é controlada pelo poder do sistema político, do aparato administrativo-burocrático e do dinheiro, que papel subsiste ainda, para a opinião pública, de capacitação para o exercício de poder comunicacional que mobilize os cidadãos e que conduza os tribunais a tentar alcançar uma verdade que se afigure consensual e credível no espaço público?

Conclusão

Os «dramas públicos» e os «julgamentos mediáticos» condicionam a percepção que os cidadãos comuns têm do crime e da justiça. Embora a forma como o público recebe a informação acerca de crime não seja acrítica e passiva (Guibentif et al.,

2002; Sacco, 1995), grande parte do conhecimento que o público adquire sobre a criminalidade, o trabalho das forças policiais e o funcionamento do sistema de justiça criminal resulta das imagens e discursos veiculados pelos *media* (Surette, 1998: 25).

É hoje visível que os tribunais portugueses não estão ainda preparados para os desafios decorrentes das transformações provocadas pela crescente apetência dos *media* por determinados casos judiciais, tais como os crimes violentos, dramáticos ou especialmente ofensivos (Sacco, 1995; Surette, 1998), ou ainda aqueles que envolvem «poderosos» ou celebridades (Santos, 2005: 79). Em suma, todos aqueles casos mais susceptíveis de enquadramento em estruturas narrativas dramáticas que apelem à emoção e que despertem com facilidade o interesse das audiências e, conseqüentemente, o seu respectivo valor comercial (Fox et al. 2007: 30; Surette, 1998: 73).

São os casos que oferecem um elevado potencial de exploração mediática que expõem com maior visibilidade na esfera pública as «mazelas da justiça» — a crónica morosidade, inacessibilidade e ineficiência (Ferreira e Pedroso, 1997; Santos et al., 1996), criando a tão propalada «crise da justiça» (Barreto, 2000). Deste modo, estes casos condicionam quer a visão que os cidadãos têm da justiça, quer a versão do funcionamento da justiça que é construída pelo sistema político (Santos, 1994: 77), acarretando inevitáveis conseqüências para aquilo a que Durkheim chamaria consciência colectiva e claros impactos no funcionamento da esfera pública e da democracia, como demonstra Habermas.

Referências

- Amaral, D. F. (2000) 'A Crise da Justiça', *Análise Social*, XXXIV (154/155): 247-257.
- Barreto, A. (org.) (2000) *Justiça em Crise? Crises da Justiça*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Blumler, J. (1991) 'The New Television Marketplace' in Curran, J. & Gurevitch, M. (eds.) (1991) *Mass Media and Society*, London: Arnold, pp. 194-215.
- Boltanski, L. (1999) *Distant Suffering. Morality, Media and Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1989) *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- Commaillé, J. (1994) 'L'Exercice de la Fonction de Justice Comme Enjeu de Pouvoir Entre Justice et Médias', *Revue Droit et Société*, 26: 11-18.
- Costa, A. (2006) 'Justiça e Comunicação Social', *Revista do Ministério Público*, 27: 5-26.
- Cubitt, Sean (2005) *Ecomedia*, Amsterdam: Rodopi.
- Davis, R. & Owen, D. (1998) *New Media and American Politics*, New York: Oxford University Press.
- Dias, J. F. & Andrade, M. C. (1997) *Criminologia. O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 286-93; 306-11; 338-42; 358-61; 397-441.
- Dores, A. P. (2004) 'Anomia em Durkheim – Entre a Sociologia e Psicologia Prisionais', Comunicação apresentada às *Jornadas de Estudos Penitenciários*, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa, 7 e 8 de Maio.
- Durkheim, Émile (1984 [1893]) *Da Divisão do Trabalho Social, Vol. I*, Lisboa: Presença.
- Ericson, R., Baranek, P. & Chan, J. (1991) *Representing Order: Crime, Law and Justice in the News Media*, Buckingham: Open University Press.
- Ferreira, C. & Pedroso, J. (1997) 'Os Tempos da Justiça: Ensaio sobre a Duração e a Morosidade Processual', *Oficinas do CES*, 99, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

- Foucault, M. (2004) *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão*, Petrópolis: Vozes.
- Fox, R., Van Sickle, R. & Steiger, T. (2007) *Tabloid Justice: Criminal Justice in an Age of Media Frenzy*, Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- Fraser, Nancy (1992), 'Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy', in Calhoun, C. (org.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, MA: MIT Press, pp. 109-42.
- Garland, D. (2001) *The Culture of Crime Control*, Oxford: Oxford University Press.
- Garnham, N. (2007) 'Habermas and the Public Sphere', *Global Media and Communication*, 3 (2): 201-214.
- Guibentif, P., Gorjão, V. & Cheta, R. (2002) *Comunicação Social e Representações do Crime*, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais.
- Habermas, J. (1970) *Toward a Rational Society*, Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1975) *Legitimation Crisis*, Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1984) *The Theory of Communicative Action. Vol I, Reason and Rationalization of Society*, Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1989 [1962]) *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society*, Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1992) *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des Demokratischen Rechtsstaats* (Facticidade e Validade. Contribuições para uma Teoria do Discurso Aplicada ao Direito e ao Estado de Direito Democrático), Frankfurt am Aim: Suhrkamp.
- Habermas, J. (1993) *Justification and Application: Remarks on Discourse Ethics*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Habermas, J. (1996) *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Habermas, J. (2006) *Time of Transitions*, Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (2007) 'How to Save the Quality press?', *Süddeutsche Zeitung*, 16 de Maio. Versão em inglês disponível em <http://www.signandsight.com/features/1349.html>. Acesso em 13/12/2008.
- Jewkes, Y. (2004) *Media & Crime*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Karstedt, S. (2002) 'Emotions and Criminal Justice', *Theoretical Criminology*, 6 (3): 299-317.
- Katz, J. (1987) 'What Makes Crime 'News'?', *Media, Culture & Society*, 9: 47-75.
- Lyon, D. (2001) *Surveillance Society: Monitoring Everyday Life*, Buckingham: Open University Press.
- Machado, C. (2004) *Crime e Insegurança. Discursos do Medo, Imagens do Outro*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Mello, M. (2006) 'A Perspectiva Sistémica na Sociologia do Direito. Luhmann e Teubner', *Tempo Social*, 18 (1): 351-73.
- Mendes, J. M. (2004) 'Media, Públicos e Cidadania: Algumas Notas Breves', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70: 147-158.
- Ministério da Administração Interna (2008) *Relatório Final do Grupo de Trabalho CARJACKING*. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/E286EE30-A9F1-489E-B989-506FAD150308/0/Relatorio_Carjacking.pdf. Acesso em 14/12/2008.
- Peelo, M. (2006) 'Framing Homicide Narratives in Newspapers: Mediated Witness and the Construction of Virtual Victimhood', *Crime, Media, Culture*, 2 (2): 159-175.
- Reiner, R. (2002) 'Media Made Criminality: The Representation of Crime in the Mass Media', in Maguire, M., Morgan, R. & Reiner, R. (eds.) *The Oxford Handbook of Criminology*, Oxford: Oxford University Press, pp. 376-416.
- Sacco, V. (1995) 'Media Constructions of Crime', *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 539: 141-54.
- Santos, B. S. (1994) *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2005) 'A Justiça em Portugal: Diagnósticos e Terapêuticas', *Manifesto*, 7: 76-87.
- Santos, B. S. et al. (1996) *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas: O Caso Português*, Porto: Afrontamento.

- Surette, R. (1998) *Media, Crime, and Criminal Justice: Images and Realities*, Belmont, CA: Thomson/Wadsworth.
- Wacquant, L. (2007) 'Os Excluídos da Sociedade de Consumo: Toxicodependentes, Psicopatas e Sem-abrigo nas Prisões Americanas', *Análise Social*, XLII (185): 987-1003.

Subsídios para uma análise da mobilidade populacional à escala local: o caso do concelho de Vila Verde*

Carlos Veloso da Veiga¹

Ana Paula Castro²

Manuel Plácido Pereira³

Susana Santos⁴

Neste artigo procura-se compreender os fluxos populacionais com origem e destino no concelho de Vila Verde, com base em dados recolhidos no recenseamento eleitoral e nos recenseamentos gerais da população por freguesia. E fazemo-lo cientes de que ao mergulharmos na análise da mobilidade populacional à escala concelhia, das freguesias, ou dos lugares, temos de lidar com movimentos diferenciados que fazem coabitar no mesmo território fenómenos de emigração/imigração e de crescimento/regressão populacional reveladores de uma realidade muito complexa e mal conhecida, face às modificações que os homens provocam com a forma como promovem a ocupação do espaço.

Ainda que os dados usados neste trabalho possam ser considerados insuficientes e que não cubram, com rigor, toda a dinâmica do movimento migratório interno foi possível concluir que os limites territoriais do fenómeno analisado são muito evidentes e têm na sua origem diversos factores de natureza socioeconómica.

Introdução

Abordar o fenómeno migratório das populações humanas significa enfrentar muitas dificuldades teóricas e metodológicas. Essas dificuldades decorrem da própria dinâmica demográfica, fazendo-se sentir tanto na definição e delimitação do objecto demográfico como na sua mensuração e interpretação em função da imensa variedade das possíveis dimensões de análise. Além disso, em termos práticos as recolhas de informação para concretizar os objectivos propostos estão sujeitas, entre outras dificuldades, à falta de dados ou à impossibilidade de obtê-los a partir de fontes oficiais e, por vezes, à fraqueza das próprias metodologias de análise conhecidas.

* A publicação deste artigo responde a uma solicitação do próprio Professor Manuel da Silva e Costa aquando da apresentação do relatório de estágio para conclusão da licenciatura em Sociologia apresentado por Ana Paula Castro e Susana Santos sob co-orientação dos restantes co-autores, que desta forma lhe rendem homenagem por ocasião da sua jubilação.

¹ Sociólogo. Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho

² Socióloga

³ Médico de Saúde Pública. Centro de Saúde de Vila Verde

⁴ Socióloga

É o que sucede quando se pretende abordar as migrações inter-regionais em Portugal, devido à escassez de dados e de fontes estatísticas alternativas aos registos oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE). Aliás, como a única fonte capaz de revelar informação útil para o estudo das migrações é o recenseamento populacional que se realiza de 10 em 10 anos, as dificuldades acentuam-se quando se pretende estudar os movimentos populacionais intra-concelhios, ou seja, entre as freguesias de um mesmo concelho. Na verdade, a análise das migrações internas enfrenta em Portugal uma importante limitação prática, devido ao facto de as fontes demográficas apenas disporem de informação relativa aos fluxos inter-concelhios e não aos fluxos intra-concelhios.

De facto, o estudo do fenómeno das “migrações” ainda induz a tentação de remeter para as movimentações de massas de pessoas pobres e carenciadas que demandaram as grandes cidades em busca de melhores padrões de vida e de sobrevivência, instalando-se nas suas periferias ou em “ilhas habitacionais” lúgubres e imundas. Movimentos populacionais do campo para a cidade sustentados muitas vezes em redes familiares ou de amizades, quando não organizadas por profissionais exploradores da miséria alheia. Dessa forma se instalaram milhões de pessoas que procuraram exercer um trabalho industrial ou comercial remunerado e ter uma casa para se abrigarem, provocando o crescimento descontrolado das grandes cidades e das taxas de desemprego, em consequência dos processos de concentração capitalista e de diversificação das oportunidades de vida que, ao longo dos últimos 150 anos, foram provocando acentuadas assimetrias regionais.

Se a análise dessa dimensão do fenómeno migratório ainda justifica que se proceda à sua mensuração, caracterização e avaliação prospectiva, o estudo das migrações também deve preocupar-se com outros processos complexos e diversificados, que emergem de movimentos populacionais mais subtis, mas que também promovem a redistribuição das pessoas no espaço territorial, como sucede com as simples mudanças de residência à escala local relacionadas com factores da vida mais íntima das famílias.

Contrariando a tendência de centrar as análises em torno da “questão migratória” nas grandes movimentações populacionais, o nosso objecto de estudo debruça-se sobre a mobilidade populacional no interior do concelho de Vila Verde, com o intuito de ajudar a compreender e explicar os movimentos migratórios internos, considerando os factores de repulsão das freguesias de origem e os factores de atracção das freguesias de destino, sem a preocupação de tentar encontrar as tradicionais *regularidades*, que enformam as correntes migratórias.

Portanto, para além do conhecimento da extensão do fenómeno e da sua caracterização este estudo tem como objectivo determinar que factores sociais e económicos ou outros levam os habitantes do concelho de Vila Verde a migrarem no seu seio, sabendo que muitas das famílias residentes em regiões deprimidas adoptam estratégias de sobrevivência que englobam a sua deslocação para dentro ou para o exterior do seu meio originário, consoante as oportunidades e os constrangimentos com que se deparam. Logo, é de primordial importância perceber as lógicas das dinâmicas dos locais mais e menos atractivos, bem como algumas das suas causas e consequências.

Na verdade, as freguesias do concelho tendem a apresentar características demográficas que variam segundo a sua localização geográfica seja a norte ou a sul do território. Segundo os resultados dos censos, desde há pelo menos 40 anos que as freguesias situadas a norte têm sentido um decréscimo continuado do número dos seus habitantes, enquanto que as freguesias do sul tendem a apresentar algum crescimento demográfico.

Breve caracterização do concelho de Vila Verde

Historicamente sabe-se que no concelho de Vila Verde, a agricultura foi durante muito tempo a principal ocupação da maioria da população residente e, em muitos casos, constituiu a sua principal base de reprodução social. Neste concelho, como aconteceu em muitos outros lugares semelhantes, devido aos processos de transição da economia de base rural para uma economia de tipo industrial, a sustentação económica da população residente baseada na agricultura tornou-se incapaz de assegurar a sustentação da maioria das unidades familiares. Essa situação forçou as famílias a procurar alternativas para assegurarem a sua sobrevivência, recorrendo também à mobilidade no interior do seu próprio território de origem.

Este concelho, que é conhecido por “terra dos lenços dos namorados”, está geograficamente localizado no distrito de Braga, em pleno coração do Minho, encontrando-se delimitado a norte pelo concelho de Ponte da Barca, a sudeste pelos concelhos de Amares e Braga, dos quais fica separado pelos rios Homem e Cavado, a oeste pelos concelhos de Barcelos e Ponte de Lima e a este pelo concelho de Terras de Bouro.



Figura 1: Mapa do distrito de Braga

Fonte: Atlas de Portugal

Em termos morfológicos existe um acentuado contraste entre o norte, bastante montanhoso, com encostas acentuadas que chegam a atingir 773 metros de altitude, e as terras planas do sul. Contudo, a maioria da sua área territorial é composta de aprazíveis vales, cuja fertilidade é propícia a uma grande diversidade de produtos agrícolas, milho, batata, criação de gado, vinha destinada à produção de vinho verde e outras culturas tradicionais desta região.

A essa diversidade não é alheio o facto de, em termos climáticos, este concelho se caracterizar por um clima temperado, distinguindo-se a zona norte do concelho, que apresenta temperaturas médias anuais mais baixas do que zona sul, devido à menor insolação e à maior altitude. Durante o Inverno a elevada pluviosidade provoca alguma abundância de água que tende a tornar-se escassa durante o período estival.

Devido a esses contrastes a população residente não se distribui, nem nunca se distribuiu, uniformemente pelo território, existindo grandes variações de densidade populacional, a qual diminui à medida que o relevo se acentua e a altitude aumenta. Influenciam também a distribuição populacional a rede viária, com os maiores núcleos populacionais a situarem-se junto das Estradas Nacionais 101, 201, 205 e 308, bem como a acessibilidade aos locais de emprego e aos serviços públicos.

Este concelho é formado por 58 freguesias (Aboim da Nóbrega, Arcozelo, Atães, Atiães, Azões, Barbudo, Barros, Cabanelas, Cervães, Codeceda, Coucieiro, Covas, Dossãos, Duas Igrejas, Esqueiros, Freiriz, Geme, Goães, Godinhaços, Gomide, Gondiaães, Gondomar, Laje Lanhas, Loureira, Marrancos, Mós, Moure, Nevogilde, Oleiros, Parada de Gatim, Passó, Pedregais, Penascais, Pico, Pico de Regalados, Ponte, Portela das Cabras, Rio Mau, Sabariz, Sande, Santa Marinha de Oriz, Santiago de Carreiras, São Mamede de Escariz, São Martinho de Escariz, São Martinho de Valbom, São Miguel de Carreiras, São Miguel de Oriz, São Miguel do Prado, São Pedro de Valbom, Soutelo Travassós, Turiz, Valdreu, Valões, Vila de Prado, Vila Verde, Vilarinho) distribuídas por uma área total de 228.7 km² (ver figura 2).

Algumas considerações teóricas

Por migração deve entender-se todo o movimento de pessoas de um país para outro ou dentro de um mesmo país, com mudança de residência. No primeiro caso trata-se de migração internacional e, no segundo, de migração interna. Esses deslocamentos podem ser definitivos ou temporários e distinguem-se do nomadismo, da transumância e do êxodo rural, embora possam ser relacionados.

As migrações humanas, fazem parte do património histórico da Humanidade e tiveram lugar em todos os tempos, podendo ser de origem tribal, nacional, colonial, de classe ou individuais e até forçadas como meio de controlo social utilizado por alguns regimes ditatoriais e autoritários. As suas causas são de vários tipos, consoante o espaço e o tempo em que ocorrem, podendo ser políticas, económicas, religiosas, turísticas, laborais, étnicas, religiosas e culturais ou simplesmente



Figura 2: Mapa das freguesias do concelho de Vila Verde

Fonte: Atlas de Portugal

resultarem do desejo de “mudança de ares”, mas as suas consequências têm ajudado a transformar o Mundo.

As migrações por motivos económicos são, provavelmente, a principal causa que leva as pessoas a migrarem e resultam quase sempre da diferença de desenvolvimento socioeconómico entre países ou entre regiões. Em regra, os indivíduos migram porque pretendem assegurar noutros locais um melhor nível de vida.

Actualmente, as problemáticas que se estabelecem em torno das migrações denotam um carácter multidisciplinar, ou seja, têm sido desenvolvidas diversas perspectivas teóricas cuja pluralidade de visões acentuam a inexistência de uma “teoria geral da migração”, na medida em que “A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas

àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante” (Jansen, 1969: 60).

No caso português, as deslocações mais comuns enquadraram-se no êxodo rural, em que as pessoas se deslocam do campo para as cidades tendo em vista a melhoria das suas condições de vida. Deste movimento têm vindo a resultar a desertificação das zonas do interior e a concentração das pessoas e das actividades económicas nas zonas litorais, originando o chamado processo de litoralização do País.

Recorde-se que o êxodo rural acompanhou os grandes surtos industriais, quando as cidades em fase de crescimento e de industrialização passaram a oferecer melhores condições de trabalho e de vida. Atraídos por essas condições milhares de camponeses, jornaleiros ou pequenos proprietários agrícolas e suas famílias abandonam os seus lugares de origem e as suas profissões em busca de um sucesso profissional que nem sempre acontece. Nesses casos as consequências negativas afectam não só os que participam no êxodo, mas também o mundo rural que assiste à diminuição da sua população, mão-de-obra e produção agrícola.

Em geral, o debate em torno das razões que levam à migração divide-se em factores económicos e não económicos. Numa abordagem micro social, os dois factores podem ou não ser levados em conta pelos indivíduos na sua decisão de migrar, tendo em conta que variáveis pessoais tais como sexo, idade, estado civil, etc. mudam a forma como o individuo constrói a sua “utilidade” e avalia os ganhos relativamente à sua continuidade ou não no seu local de origem. Em termos macro estruturais, os factores económicos fundamentados nas diferenças salariais e de emprego tendem a prevalecer como motivação para migrar. Pode-se afirmar que a migração é um barómetro de circunstâncias sociais, económicas e políticas em transformação, a nível nacional e internacional, reflexo das grandes disparidades das condições económicas e sociais oferecidas pelos locais de origem e de destino.

Portugal foi durante séculos um país onde parte da sua população se viu forçada a emigrar para poder sobreviver. Alguns autores consideram o fenómeno migratório português como “uma constante estrutural”: “Em um século, de 1866 a 1966, saíram de Portugal (...), mais de dois milhões e setecentos mil indivíduos, descontados os que retornaram; ou seja, uma média anual de vinte e sete mil. Com os clandestinos o total deve exceder os três milhões e meio (...) o saldo migratório representou neste período 38% do saldo fisiológico” (Godinho, 1977: 46), com valores mais elevados nas regiões do Norte e Centro do País.

Os fluxos migratórios dos portugueses conheceram vários destinos ao longo da história, sendo o mais importante aquele que se ocorreu no pós-II GGM, tendo como destino os países da Europa Central que precisaram de reconstruir as suas cidades

e adquirir mão-de-obra não qualificada para funções e tarefas que os cidadãos europeus já não estavam dispostos a exercer. Nesse período, entre os cerca de 13 milhões de imigrantes oriundos dos países do designado “Terceiro Mundo”, contavam-se mais de um milhão de portugueses provenientes dos concelhos rurais e do interior do País.

Durante o regime salazarista, muitas pessoas viram-se obrigadas a fugir, tanto por questões políticas como por questões militares (fuga à guerra colonial). No Norte de Portugal são ainda comuns as migrações sazonais para Espanha, relacionadas com as vindimas e com a apanha do tomate. A nível interno, também são relevantes os movimentos sazonais decorrentes das vindimas no Douro.

Hoje, à escala concelhia, das freguesias ou dos lugares, verifica-se a ocorrência de movimentos diferenciados onde o crescimento e o despovoamento se sobrepõem dentro do mesmo espaço, fenómeno que revela uma realidade muito complexa a que não tem sido dada a devida atenção. Nesses contextos micro demográficos a dinâmica precisa ser analisada para melhor compreender e mensurar os fluxos populacionais na sua associação com as razões estruturais que promovem a retenção e o carácter selectivo do destino dos que não conseguem partir para lugares mais afastados do seu local de origem.

Breve caracterização socio-demográfica do concelho de Vila Verde

Segundo os resultados do último recenseamento populacional, efectuado em 2001, a população do concelho de Vila Verde situava-se em 46.578 habitantes (22518 homens e 24060 mulheres), o que representa uma densidade populacional de 418.9 hab/km². Os censos de 2001 registaram também a existência de 486 edifícios e de 758 alojamentos familiares.

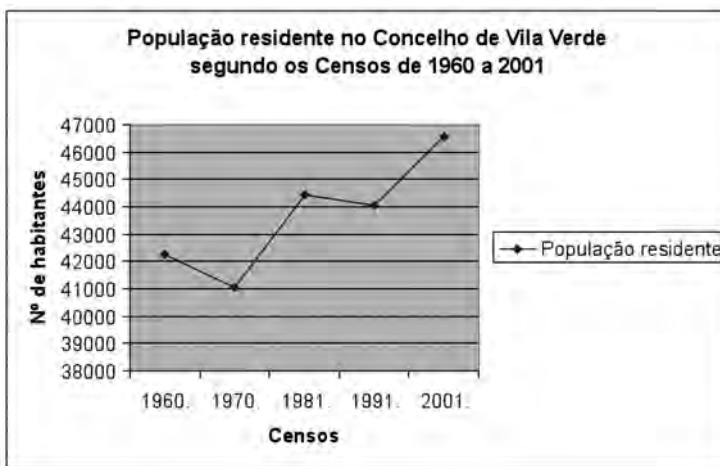


Figura 3: População residentes no concelho de Vila Verde de 1960 a 2001

Fonte: INE

Reflectindo o sentido dos movimentos migratórios dos anos 60 e 70 do séc. XX, os resultados dos censos de 1960 a 2001 mostram as flutuações da população residente ao longo dos últimos 40 anos. Assim, durante o decénio de 60 assiste-se a um declínio populacional de 42 256 para 41 060 habitantes que se deve ao surto de emigração para as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e para alguns países europeus (França, Alemanha; Suíça; Luxemburgo). A esse declínio segue-se um aumento populacional durante os anos 70 de que os Censos de 1981 dão conta ao registarem 44 432 residentes no concelho, provavelmente por influência do retorno de nacionais provenientes das ex-colónias portuguesas em África e devido à extensão das actividades industriais. Os anos do decénio de 80 mostram um novo, embora ligeiro, abrandamento demográfico que fica registado nos censos de 1991 no menor número de habitantes, o qual em 1991 se cifra em cerca de 4 centenas face ao registo censitário de 1981. Finalmente, os resultados do censos de 2001 evidenciam no período compreendido entre 1991 e 2001 um aumento populacional de 5.74%. que se pode considerar bastante significativo, o qual espelha a capacidade de crescimento do concelho de Vila Verde seja medida através do saldo migratório, seja medida através do saldo fisiológico. Por exemplo no ano de 2000 para um total de 615 nados vivos verificaram-se 414 óbitos, devido a uma Taxa de Natalidade de 13.4‰ (treze por mil hab.) e a uma taxa de mortalidade de 9‰ (nove por mil hab.)⁵.

No que respeita à distribuição da estrutura etária no concelho os dados para os anos de 1991 e 2001, evidenciados no quadro seguinte, permitem verificar que se actualmente se assiste a um duplo envelhecimento populacional. Por um lado o grupo etário entre os 0 e os 14 anos de idade sofreu uma quebra de 6.15%, quebra que também ocorreu no grupo etário dos 15 aos 24 anos, embora neste último a redução não tenha sido tão substancial e, por outro lado, verificou-se um acréscimo de 6.64% no grupo etário dos 25 aos 64 anos e de 1.8% no no grupo etário dos indivíduos maiores de 65 anos.

Grupo de idades	1991	2001
0 - 14	25.8%	19.65%
15 - 24	18.4%	16.83%
25 - 64	42%	48.64%
65 e +	13.1%	14.79%

Quadro 1: Distribuição da estrutura etária no concelho de Vila Verde

Fonte: INE

⁵ Por um lado, os indicadores demográficos do ano 2000 traduzem uma quebra da Taxa de Natalidade (que se situava nos 14.8‰ (14,8 por mil hab.) em 1991 e, por outro lado, traduzem também uma quebra da Taxa de Mortalidade, a qual decresceu dos 10.4‰ (10,4 por mil hab.) registados em 1991 para os referidos 9‰ (9 por mil hab.) registados em 2000. Este comportamento demográfico do concelho de Vila Verde aparece, em nosso entendimento, associado a diversos fenómenos sociais. Entre esses fenómenos sociais contam-se a alfabetização da população; o alastramento do conhecimento dos métodos anti-concepcionais; a mudança de papel social da mulher que deixou de ver o seu trabalho limitado à esfera do lar; os casamentos cada vez mais tardios que beneficiam o encurtamento do período de fecundidade dos casais, com a Taxa de Nupcialidade a cifrar-se nos 7,3 indivíduos por mil habitantes e a Taxa de Divórcio nos 7 indivíduos por mil habitantes.

Estes indicadores mostram que o concelho de Vila Verde, apesar de um saldo populacional positivo assinalável nos últimos anos do século XX, está em processo de envelhecimento populacional, que se tem acentuado nos últimos anos, de tal modo que em 2001 o índice de envelhecimento já atingia a cifra de 77.8% da esperança média de vida.

A análise da evolução da população activa empregada por sector de actividade revela um claro crescimento dos sectores secundário e terciário e um decréscimo significativo do sector primário. São os efeitos do êxodo rural e da desertificação de algumas zonas que alteraram profundamente estrutura económica do concelho de Vila Verde, corporizando a transformação que começou nos anos 60 do séc. XX⁶.

De um modo geral, as flutuações populacionais de que os censos dão testemunho permitem inferir da existência de duas etapas de mobilidade populacional cumpridas ao longo do processo migratório confirmando que tanto o êxodo rural no concelho como a intensificação dos processos de urbanização e industrialização influenciaram a dinâmica do processo migratório. Assim, os movimentos populacionais entre os censos de 1961 e 1971 reflectem ainda o peso das emigrações para fora do concelho, seja para o estrangeiro seja para os grandes centros urbanos nacionais que provocaram um crescimento populacional negativo de cerca de 1200 residentes. No entanto, o período entre os censos de 1971 e 2001 já reflecte a capacidade de atracção do concelho apresentando um crescimento populacional de aproximadamente 5500 residentes. Ambos os períodos todavia dão conta de um inequívoco despovoamento rural contínuo e sustentado da maioria das freguesias, em especial as situadas na parte norte do concelho, e da industrialização e do incremento do comércio e dos serviços que relegaram para uma posição quase residual as actividades ligadas à agricultura, que foi perdendo capacidade competitiva, transformando os modos de vida da população residente incapaz de proceder à reconversão das estruturas fundiárias, factor de crucial importância na compreensão dos movimentos migratórios intra-concelhios.

Metodologia de recolha da informação

A abordagem das migrações internas em Portugal denota uma dificuldade acentuada pela enorme escassez de dados e fontes estatísticas. A única fonte capaz de revelar alguma informação útil para o estudo das migrações é o Recenseamento da População.

Contudo, e como bem sabem os demógrafos, que se interessam pela análise e compreensão das migrações internas, em Portugal existe uma importante limitação prá-

⁶ Por exemplo em 1991 o seu tecido económico era dominado pelo sector secundário, o qual ocupava cerca de 45% da população activa, seguido de um sector terciário, que continua em expansão, com cerca de 30% e do sector primário com os restantes 25%. Em 2001, e à custa do decréscimo acentuado do sector primário, que passou a ocupar cerca de 7% da população activa, ao passo que a distribuição da população activa pelos outros sectores de actividade passou a ser de cerca de 42% no sector terciário e de 51% no sector secundário. No que toca ainda à evolução dos indicadores sociais importa registar que no período entre 1991 e 2001 a Taxa de Analfabetismo registou um decréscimo de 15.4% para 11.9%.

tica, devido ao facto de o INE apenas disponibilizar a informação relativa aos fluxos inter-concelhios, ficando em falta os dados das migrações intra-concelhias. Para colmatar esta lacuna recorreremos aos dados do recenseamento eleitoral fornecidos pelos Serviços Técnicos de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE), os quais não se destinando a fins demográficos apenas permitem retratar por via inferencial o fenómeno das migrações intra-concelhias, assumindo-se que as limitações daí decorrentes são inevitáveis. Neste estudo utilizámos dados retirados dos boletins de recenseamento eleitoral das 58 freguesias constituintes do concelho de Vila Verde. Com efeito, após a última actualização dos verbetes de inscrição efectuada pelo STAPE em 2005, é possível calcular os movimentos das pessoas da freguesia de residência anterior e a da residência actual. Deste modo, pode estimar-se quais as freguesias que receberam população e as que perderam, quantificando ganhos e perdas das diferentes freguesias.

A análise dos dados foi efectuada através do Programa informático de análise de dados *Statiscal Package for the Social Sciences* (SPSS) com a ajuda do qual foi possível analisar os movimentos populacionais entre as freguesias do concelho de Vila Verde, dividindo-as em dois grandes grupos: freguesias em regressão e freguesias em crescimento populacional.

Além disso efectuaram-se visitas às freguesias que melhor representam as diferentes realidades, tendo-se realizado algumas entrevistas a presidentes das respectivas juntas e a outros residentes locais.

Para além dos movimentos populacionais, tivemos também em atenção alguns dados mais relevantes do contexto socioeconómico de forma a tentar expor as razões que ajudam a explicar as dinâmicas da regressão e do crescimento populacional das freguesias que melhor representam essas dinâmicas.

Um olhar global sobre o movimento migratório no concelho

Antes de mais, a compreensão das migrações internas no concelho de Vila Verde exige que se proceda ao seu enquadramento nos movimentos populacionais inter-concelhios ocorridos na região Norte onde se localiza. Deste modo, os indicadores disponíveis permitem verificar que foi o concelho do Porto que registou até 1991 o maior fluxo de entradas e saídas entre todos os concelhos da região norte. Contudo apresentava um saldo migratório mais baixo do que concelhos limítrofes como Matosinhos, Maia, Braga, entre outros, que se podem considerar os concelhos mais atractivos desta região.

Particularmente, devido à proximidade geográfica e à influência exercida sobre o concelho de Vila Verde, ganha relevância o facto de o concelho de Braga apresentar um saldo migratório positivo relativamente a concelhos como Barcelos, Guimarães e Porto, na medida em que tal saldo coincide temporalmente com o período de tempo em que concelho de Vila Verde passou também a apresentar um saldo migratório positivo.

Assim sendo, analisando os dados disponibilizados pelo STAPE verifica-se que em termos distritais estamos perante um concelho que se revela atractivo para muitos indivíduos, sejam provenientes de outros distritos do País ou do estrangeiro.

Estão nessa situação cerca de 11,2% do total dos 44.131 inscritos nos cadernos eleitorais de todas as freguesias do concelho. Em concreto, a maior percentagem de indivíduos cuja naturalidade é exterior ao concelho de Vila Verde provém dos países europeus e do continente africano com 4,1% do total e dos distritos de Viana do Castelo (2.4%) e Porto (1.3%). Em maior ou menor número todos os distritos de Portugal forneceram população ao concelho embora a maioria o tenha feito de forma pouco expressiva.

Além disso, dando conta da actual capacidade de atracção do concelho de Vila Verde, quando se repartem pelos diferentes concelhos os residentes que são naturais do distrito de Braga e que estão recenseados neste concelho, verificamos que apenas 89.4% são naturais do mesmo, sendo os restantes 10,6% naturais de vários concelhos deste Distrito, em particular do vizinho concelho de Braga (6%).

Estes dados comprovam que concelho de Vila Verde tem conseguido captar população em todo o território nacional, importando agora tentar compreender e explicar, na medida do possível, algumas especificidades da mobilidade populacional no interior do concelho.

Compulsando os dados dos Censos entre 1960 e 2001 podemos perceber que à escala micro das 58 freguesias que compõem o concelho de Vila Verde existem realidades demográficas distintas que se consolidaram pela dinâmica dos movimentos migratórios intra e inter-concelhios. Os dados dos censos dão conta desses movimentos ao permitirem subdividir as 58 freguesias do concelho em 2 grandes grupos quanto à evolução da sua situação demográfica: 1) freguesias em regressão demográfica onde se incluem todas aquelas onde de forma sistemática as taxas de variação da população residente se apresentam como negativas e que, segundo os dados do último censo face ao censo de 1991 perderam população residente; 2) freguesias em crescimento populacional, grupo que inclui as freguesias que no último período inter-censitário registaram uma variação positiva na sua população residente. Algumas das freguesias, em ambos os grupos, parecem denotar uma certa tendência para a estagnação demográfica, sobretudo aquelas cujos efectivos populacionais, oscilaram entre ganhos e perdas que não ultrapassaram os 5% no referido período.

As migrações internas no concelho de Vila Verde

As freguesias em regressão demográfica

Pertencem ao grupo das freguesias em regressão demográfica, as 29 freguesias constantes no quadro seguinte, as quais representam 50% do número total de freguesias do concelho de Vila Verde (cf. quadro 2)

	Taxa de Variação populacional 60-70	Taxa de Variação populacional 70-81	Taxa de Variação populacional 81-91	Taxa de Variação populacional 91-2001	Saldo fisio- lógico (2003)	Saldo de eleitores (2005)
Atães	-7,7	24,4	-17,8	-10,0	-3	0
Atiães	5,1	-2,1	1,2	-2,4	4	-13
Carreiras S. Miguel	20,0	14,4	12,2	-1,6	-2	-8
Carreiras S. Tiago	-5,8	-5,1	4,2	-12,7	-6	-2
Cervães	-8,1	8,6	5,3	-6,6	16	4
Codeceda	13,7	-9,9	-26,1	-2,5	2	-8
Coucheiro	-26,8	21,2	2,3	-24,3	-6	-7
Covas	-20,2	5,9	-5,8	-14,3	1	7
Duas Igrejas	-23,3	27,4	-17,3	-1,5	0	-13
Escariz S. Mamede	11,0	-15,8	-12,3	-6,1	-2	-10
Escariz S. Martinho	-5,9	0,4	-4,5	-15,0	8	0
Godinhaços	-19,0	-1,0	-16,8	-12,8	-4	0
Gomide	18,7	-19,5	-17,4	-4,9	2	38
Gondomar	-25,5	1,3	-26,1	-25,0	-1	-14
Mós	0,5	-5,4	-7,2	-0,9	-2	11
Oriz S. Miguel	4,4	11,0	-17,3	-7,8	3	-6
Oriz Sta Marinha	0,0	6,9	-8,7	-1,7	2	-18
Passô	11,6	5,4	-18,2	-6,3	-6	4
Pedregais	10,9	-7,2	-15,3	-5,9	-2	0
Penasciais	-10,5	4,1	0,9	-2,4	-1	-1
Pico	-14,2	-10,0	-5,2	-2,2	-6	-2
Portela de Cabras	13,0	-18,4	-5,6	-11,9	2	-6
Prado S.Miguel	3,6	-12,1	-12,4	-7,1	-7	2
Sabariz	-12,6	2,2	-2,7	-9,2	7	7
Soutelo	13,6	9,1	18,7	-6,5	16	-2
Valbom S. Martinho	-18,9	12,6	-13,6	-0,3	-4	-3
Valbom S. Pedro	-2,3	0,2	-2,4	-17,7	-4	29
Valdreu	-8,8	-1,3	-10,5	-32,1	-1	-8
Valões	7,4	-24,5	-8,7	-20,8	2	1

Quadro 2: Taxas de variação populacional, saldo de eleitores e saldo fisiológico das freguesias do concelho de Vila Verde que se encontram em regressão demográfica.

Assim sendo, quando se olha para o conjunto das freguesias que apresentam uma dinâmica de regressão demográfica, as freguesias de Gondomar e de Valdreu podem ser apontadas como expoentes máximos de locais em situação de acentuado decréscimo populacional. Na primeira, Gondomar, a sua população regrediu 58,2% nos últimos 40 anos e na segunda, Valdreu, a variação negativa do efectivo populacional foi de 45,3%. São perdas demográficas consideráveis que têm a particularidade de se terem acentuado, sobremaneira, entre 1981 e 2001.

A freguesia de Gondomar é de todas as freguesias em regressão demográfica a aquela onde a situação se tem vindo a agravar de forma mais acentuada. Trata-se de uma das freguesias mais pequenas com apenas 2,2 Km² de área. Em 2001 os censos registaram a existência de apenas 87 habitantes, pelo que a taxa de variação de -44,6 ocorrida entre 1981 e 2001 corresponde a uma perda de 70 habitantes, 29 dos quais no período de 1991 a 2001. Nos cadernos eleitorais estão apenas registadas duas entradas e uma única saída.

Neste caso concreto, o actual ritmo do decréscimo populacional não parece dever-se à dinâmica migratória intra ou inter-concelhia mas à baixa natalidade e ao envelhecimento acentuado da sua população. Segundo apurámos cerca de 80% da população residente é formada por pessoas na situação de reforma e/ou que têm a agricultura como principal actividade económica.

Trata-se de uma freguesia desertificada e fortemente deprimida, onde há pouco tempo ainda funcionava uma escola primária frequentada por dois alunos, sem saneamento básico e sem qualquer tipo de estabelecimentos comerciais, factores que aliados à distância que separa os seus habitantes da sede do concelho a tornam social e economicamente repulsiva.

No caso da freguesia de Valdreu, a mesma caracteriza-se por ser a que ocupa maior área na região norte do concelho de Vila Verde, com os seus 8 km². Em termos absolutos de 1991 para 2001 terá perdido 306 habitantes em consequência de saldos naturais e migratórios negativos. Os dados disponíveis no INE revelam que em Valdreu no ano de 2001 foram registados 8 Nascimentos e 9 óbitos e os dados do STAPE, para 2005, referem que 14 indivíduos transferiram a sua inscrição eleitoral para outra freguesia do concelho, tendo-se verificado a entrada de 6 novos eleitores.

Apesar de pouco relevantes em termos absolutos esses indicadores ilustram bem como se está a processar a redução do número de habitantes desta freguesia, em particular, devido à mobilidade migratória no interior do próprio concelho de Vila Verde. Efectivamente, nas trocas com as outras freguesias do concelho, Valdreu fica nitidamente a perder, sobretudo para as freguesias mais a sul, em particular para a sede do concelho, a freguesia de Vila Verde (7), com os seus outros emigrantes a deslocarem-se para as freguesias de Coucieiro (1); Gondomar (1); Prado S. Miguel (1); Sande (1); Gême (1); Barbudo (1) e Esqueiros (1). Há, ainda assim, de registar que os dados das entradas se referem a pessoas provenientes de freguesias vizinhas como Aboim da Nóbrega (2), Oriz S. Miguel (1), Oriz Sta. Marinha (1) e Valbom S. Martinho (1).

Segundo os Censos de 2001, 63,9% dos seus 648 habitantes (414) estavam ligados à agricultura. Este indicador denuncia a existência de uma população residente envelhecida que ainda resiste à custa de trabalho realizado numa agricultura de subsistência, uma vez que a pobreza dos solos dessa zona não permite obter rendimentos capazes de manter ou atrair pessoas jovens. Isso mesmo podemos facilmente observar deslocando-nos aos diversos lugares que compõem a freguesia ou simplesmente, como também fizemos, questionando os responsáveis pela Junta de Freguesia e alguns residentes.

Freguesias	Taxa de Variação populacional 60-70	Taxa de Variação populacional 70-81	Taxa de Variação populacional 81-91	Taxa de Variação populacional 91-2001	Saldo fisiológico	Saldo migratório interno
Aboim da Nóbrega	7,6	27,0	-22,4	2,4	9	-7
Arcozelo	-6,3	15,9	-14,7	17,9	4	3
Azões	-11,1	-6,5	5,9	1,5	6	-15
Barbudo	16,5	-1,7	14,3	26,1	6	1
Barros	-15,4	13,5	-5,2	10,7	-4	-2
Cabanelas	-15,4	18,2	23,6	6,8	13	10
Dossãos	-5,8	4,6	9,9	4,0	1	9
Esqueiros	-0,9	29,1	10,2	9,1	-1	-1
Freiriz	-19,9	19,6	13,6	8,9	8	-11
Geme	-15,2	12,5	-8,9	22,7	-7	4
Goães	138,5	-46,8	-15,5	4,9	1	1
Gondiães	-21,8	20,9	5,0	8,6	3	-1
Lage	12,9	4,9	10,2	7,8	9	9
Lanhas	-10,1	16,7	15,8	6,5	-1	11
Loureira	-1,4	26,1	12,5	11,0	4	5
Marrancos	14,2	3,6	6,1	13,6	4	-11
Moure	-8,3	36,5	-10,9	11,7	2	-7
Nevogilde	-4,0	15,6	-3,1	2,6	-1	-10
Oleiros	-16,8	28,7	-7,7	10,9	8	-9
Parada de Gatim	-11,5	6,8	-6,2	11,5	2	-1
Pico de Regalados	-9,5	1,7	-6,0	2,6	4	1
Ponte	-7,5	24,2	-28,5	20,8	0	10
Prado Sta Maria	-15,5	18,9	8,4	20,8	60	3
Rio Mau	27,6	9,3	-16,2	3,6	-11	-1
Sande	-39,3	47,4	-15,1	22,3	3	-4
Travassos	-17,5	28,8	0,5	4,8	1	-3
Turiz	-16,3	32,8	10,1	3,9	4	-40
Vila verde	17,1	10,7	16,6	46,3	61	149
Vilarinho	6,3	-0,9	4,1	7,4	7	6

Quadro 3 : Taxas de variação populacional, saldo de eleitores e saldo fisiológico das freguesias que se encontram em crescimento demográfico.

Fonte: INE

A leitura dos indicadores socioeconómicos e a observação directa no terreno permite identificar os factores de atracção que levaram ao aumento da população residente na generalidade das freguesias da zona sul. Esses factores são fundamentalmente de natureza económica, em especial a expansão do sector comercial em várias áreas e da oferta de habitação a preços competitivos e com melhores condições de conforto que as habitações tradicionais, bem como as acessibilidades aos serviços públicos e privados instalados na sede do concelho ou nas áreas circundantes.

O tradicional centralismo das decisões políticas em matéria de administração e gestão do território, agora em boa medida nas mãos das autarquias locais, que sempre privilegiou a localidades sedes de distrito ou concelho será o principal agente da instalação de um ciclo virtuoso nas freguesias em expansão demográfica, especialmente na freguesia de Vila Verde e por arrastamento na sua vizinha Barbudo.

Na verdade, a freguesia de Vila Verde, beneficiando do facto de ser sede de concelho, é a única a possuir serviços públicos tais como: Finanças, Segurança Social, Tribunal, Hospital, Escola Secundária, Centro de Saúde, Biblioteca Municipal, Câmara Municipal, entre outros. Além destes, a freguesia possui estabelecimentos comerciais que abrangem todas as áreas deste sector de actividade. Como complemento possui ainda excelentes acessibilidades, nomeadamente a proximidade à via rápida entre Braga e Vila de Prado. Contrastando com esta “hegemonia”, verifica-se que a freguesia de Vila Verde é das mais pequenas em termos de área total (3,1 Km²). Contudo, esta freguesia é aquela que denota maior concentração populacional (1225 hab/Km²), sendo a segunda maior freguesia ao nível do número de residentes. De 2608 habitantes em 1991 passou a 3813 em 2001⁷.

A freguesia de Vila Verde vem apresentando saldos fisiológicos positivos com o número de nascimentos a ser superior ao número de óbitos, factor que também tem contribuído para o aumento do número dos seus habitantes. Para o crescimento da sua população também apontam os dados dos cadernos eleitorais, os quais mostram que esta freguesia apresenta o maior saldo migratório positivo do concelho, registando-se no período analisado 115 saídas e 264 entradas. As freguesias que mais pessoas perderam para a freguesia de Vila Verde foram: Barbudo (40), Loureira (23), Gême (21), Soutelo (15), Pico de Regalados (11), Prado S. Miguel (11), Vila de Prado

⁷ Um pormenor curioso ressalta da análise desses indicadores no que se refere à freguesia de Vila Verde, a qual apresenta um maior número de habitantes naturais dessa freguesia do que de residentes. Uma explicação para esse facto, segundo apurámos, poderá estar relacionada, entre outros aspectos, pelo facto de no passado decénio de 80 do século XX, a freguesia de Vila Verde ter passado a possuir uma maternidade podendo as parturientes optarem por dar à luz, evitando recorrer ao Hospital de Braga, factor que também ajuda a explicar o grande número de indivíduos naturais da freguesia de Vila Verde. Em situação oposta está a freguesia de Vila de Prado, na medida em que possui residentes em muito maior número do que indivíduos naturais dela. Neste caso o facto desta freguesia fazer fronteira com o concelho de Braga poderá explicar o menor número de naturais dessa freguesia porque devido à facilidade de as futuras mães poderem aceder ao Hospital de Braga. De um modo geral, as informações recolhidas indiciam que uma percentagem elevada dos habitantes do Concelho de Vila Verde nasceu no Hospital de S. Marcos em Braga, pelo facto de ser esse Hospital Distrital o mais próximo da residência dos pais. No entanto, após a alteração da lei do registo de nascimento, embora muitas crianças de Vila Verde continuem a nascer em Braga, já lhes é atribuída naturalidade da freguesia de residência das suas mães.

Efectivamente, analisando a totalidade dos fluxos migratórios para freguesia de Vila Verde resulta que das outras 57 freguesias do concelho apenas 7 não “fornece-ram” novos habitantes à freguesia de Vila Verde. Entre as excepções incluem-se as freguesias de Cervães e Parada de Gatim. Uma das explicações que poderá servir de resposta a este fenómeno resulta do facto de estas duas freguesias serem contíguas ao forte pólo de atracção que caracteriza actualmente a localidade de Vila de Prado, a qual tem sido nos últimos anos um dos locais mais atractivos do concelho devido à forte implementação de comércio ligado às mais variadas áreas e à construção de novos fogos habitacionais. Esta freguesia contrasta em absoluto com freguesias do norte do concelho pelo baixo número de pessoas ligadas à agricultura, sector que agrega apenas 2.8% da população residente

A segunda freguesia com maior taxa de crescimento positivo a seguir à de Vila Verde, para o período entre 1960 e 2001, é freguesia de Barbudo. Esta freguesia pode considerar-se uma extensão territorial da freguesia de Vila Verde, beneficiando a sua capacidade de atracção da proximidade aos equipamentos e às acessibilidades específicas dessa freguesia e da instalação no seu espaço territorial de duas escolas primárias, dois infantários e uma escola profissional.

Contudo, a freguesia com maior número de residentes é Prado Sta. Maria (Vila de Prado) que possui mais 568 habitantes do que Vila Verde, com um total de 4383 indivíduos. Trata-se de uma das freguesias que parece estar a beneficiar mais de saldos fisiológicos elevados do que de deslocamentos inter-freguesias, pois as trocas migratórias a este nível parecem ser de soma nula dado que tendem a ocorrer com as freguesias limítrofes de Cabanelas, Lage, Oleiros, Soutelo, Cervães e Vila Verde, ganhando e perdendo residentes para todas elas de forma globalmente equilibrada. A sua capacidade de atracção verificada nos últimos anos parece também assentar num saldo migratório positivo com outros concelhos vizinhos, embora os dados disponíveis denunciem a existência de uma enorme discrepância entre o número de habitantes e o número de eleitores recenseados da freguesia. Provavelmente, uma parte significativa das pessoas que se têm deslocam para esta freguesia, não procedeu à alteração do seu registo eleitoral, ou seja, residem em Vila de Prado mas continuam registados nas freguesias das anteriores residências.

A actual capacidade de atracção desta freguesia pode estar relacionada com a instalação de vários serviços ligados à área da saúde, da educação e dos lazeres, pois possui uma extensão de saúde, 3 laboratórios de análises, 1 clínica privada, 2 farmácias, 4 escolas do 2ª e 3º ciclos e 4 escolas do 1º ciclo. Os locais de lazer são diversificados: praia fluvial, pavilhão desportivo, canoagem, piscina municipal, entre outros, e possui outras actividades terciárias e secundárias cujo crescimento fez com que a agricultura seja actualmente meio de vida de uma ínfima parte da sua população, cerca de 5%.

Consequentemente, em termos absolutos e relativos as freguesias a sul tendem a apresentar maior mobilidade populacional e maior dinâmica populacional (seja a nível das migrações intra e inter-concelhias ou dos saldos fisiológicos), e económica,

apresentando uma população residente com melhores qualificações e uma certa diversidade das actividades económicas, que conferem à própria migração inter-concelhia um carácter fortemente assimétrico.

Além disso, a capacidade de atracção das freguesias da zona sul parece também dever-se à sua menor distância espacial e temporal em relação aos centros urbanos mais próximos (cidades de Braga e Barcelos), e aos serviços neles disponíveis também pela melhoria das vias de acesso rodoviário, factores de atracção que fazem das suas freguesias espaços privilegiados de fixação de residência de muitas pessoas que trabalham nesses centros urbanos⁸.

Considerações finais

Uma das principais conclusões que se podem retirar deste estudo reside elevado contraste entre algumas das demográfica e economicamente pujantes freguesias situadas a sul do concelho, e as freguesias situadas a norte que apresentam uma mobilidade populacional diminuta, com as saídas a sobreporem-se às entradas, num processo de degradação acelerado em termos económicos e sociais, a que não são estranhas as condições do relevo montanhoso e o clima (temperaturas mais baixas e maior precipitação a norte), que influem de forma directa no uso dos solos, nas actividades económicas e nos rendimentos familiares.

A zona norte do concelho tem cada vez mais áreas deprimidas, com fracas ou nulas oportunidades de vida e de emprego, onde a agricultura de subsistência gera pobreza endémica e o atraso tecnológico gera desemprego, sub-ocupação e baixos rendimentos.

Os dados mostram-nos como a mobilidade de pessoas entre as freguesias do concelho de Vila Verde estão a conduzir ao despovoamento absoluto de algumas e ao crescimento acentuado de outras. Essa realidade alerta para a necessidade de acompanhar de perto os movimentos da população e as mudanças estruturais que os determinam, incluindo saber se as migrações intra-concelhias funcionam ou não como agentes de transformação social, traduzida em novas relações sociais e de reconfiguração da força de trabalho disponível.

No norte do concelho, os diminutos rendimentos gerados pela agricultura, as fracas condições de habitação e de conforto, o difícil acesso aos serviços públicos de saúde e educação empurram os residentes para fora dessa zona. Particularmente os residentes mais jovens que desejam melhorar o seu nível de vida e as suas condições de conforto e habitabilidade. As freguesias da região Norte aliam ainda a

⁸ Note-se que o Concelho de Vila Verde possui apenas um hospital privado o que impede que algumas pessoas procurem os seus serviços. Deste modo, em caso de urgência os indivíduos têm que se deslocar ao Hospital de S. Marcos em Braga. Para além deste serviço outros há que só existem em Braga e Barcelos tais como salas de cinema e teatro, loja do cidadão, universidade, alguma especialidades médicas, certos estabelecimentos comerciais, grandes superfícies comerciais, governo civil, maior abrangência de áreas escolares, são apenas alguns dos exemplos.

esses factores de repulsão a fraca implementação de bens essenciais como o saneamento básico, a luz pública e a água canalizada. Pelo contrário, apesar de esses problemas não serem exclusivos daquelas freguesias, as freguesias aglutinadoras de migrantes possuem melhores condições nas suas redes de saneamento básico, água e distribuição de energia eléctrica.

Para além dos aspectos ligados às acessibilidades, onde as freguesias mais a norte também ficam a perder, os serviços públicos encontram-se todos na freguesia de Vila Verde..

Em nossa opinião, o nível de despovoamento a que chegaram as freguesias do norte do concelho não mais deixará de ser um entrave ao investimento, pelo que a falta de actividade económica e social terá como consequência um futuro sem réstia de esperança em melhores dias, pois, como bem refere Marx, são os homens que fazem a sua própria história, mas não nas condições por si escolhidas.

O registo que decorre da aparente ambivalência de alguma das motivações das pessoas para se deslocarem apela para uma metodologia de aproximação aos actores sociais concretos como fontes privilegiadas na compreensão e análise deste tipo de fenómenos migratórios. Abordagem necessária para que se possa estabelecer uma ligação entre as motivações das pessoas com a sua mobilidade no território, sob pena de permanecermos ignorantes em relação às causas e à relação entre as causas que a promovem.

Na verdade, encontrar respostas cabais para as razões pelas quais migram as pessoas é algo complicado, sobretudo quando observamos que os indicadores parecem apontar para tomadas de decisão onde se cruzam as vontades individuais e os constrangimentos das estruturas sociais a nível local. E esta relação parece poder aplicar-se a simples mudanças de habitação dentro do mesmo território como a movimentos populacionais com duração, magnitude e longitude variáveis, envolvendo tanto a mudança de residência de uma zona residencial para outra como à deslocação para locais longínquos da zona de origem. Obviamente, estamos a sugerir que a análise dos movimentos migratórios, à escala local pode exigir estudos parciais e de tipo multidimensional.

Bibliografia

- Almeida, Carlos C. (1975), “Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação”, *Análise Social*, 42-43 (11), pp. 203-212.
- Amaro, Rogério R. (1985), “Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados”, *Análise Social*, 87-88-89 (21), pp. 203-212.
- Antunes, M. L. Martinho (1981), “Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português”, *Análise Social*, 2ª Série, Vol. XVII, pp. 203-212.
- Baganha, Maria I. (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, *Análise Social*, 128 (29), pp. 959-980.
- Baganha, Maria I. e Góis, P. (1999), “Migrações internacionais de e para Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, pp. 229-280.

- Barata, José F. N. (1968), *Migrações e povoamento no espaço português*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Barata, Óscar (1965), *Migrações e povoamento* Lisboa, Sociedade de Geografia.
- Borjas, George (1996), *The Economic Benefits from Migration*, Journal of Economics Perspectives, 9 (2), pp. 3-22.
- Brettel, Caroline (1991), *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Cónim, Custódio (1984), “Caracterização do fluxo dos retornos, 1960-70” in M. Silva et al (org.) *Retorno, emigração de desenvolvimento regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Freire, Rubens e Nayade, Anido (1976), “A existência de ciclos emigratórios na emigração portuguesa”, *Análise Social*, 45 (12), pp. 179-186.
- Garcia, José Luís (org.) (2000), *Portugal migrante, emigrantes e imigrantes. Dois estudos introdutórios*, Celta, Oeiras.
- Gaspar, Jorge (1987), “Ocupação e Organização do Espaço, retrospectivo e tendências” in *Portugal os próximos 20 anos*, I Vol., Fundação Calouste Gulbenkian.
- Godinho, Vitorino M. (1978), “L’émigration portugaise (XV-XX) siècles”, *Revista de História Económica e Social*, 1, pp. 5-32.
- Goldey, Patrícia (1982), Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica, *Análise Social*, 71 (18), pp. 533-553.
- Granovetter, Mark (2004), “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, in João Peixoto (org.), *Teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*, SOCIUS, 11, ISCTE – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Leandro, Maria E. (2004), “Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios. Uma perspectiva analítica”, *Análise Social*, 170, Vol. XXXIX, pp. 95-117.
- Matos, Cristina (2004), “Migrações: decisões individuais e estruturas sociais”, in João Peixoto (org.), *Teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*, SOCIUS, 11, ISCTE – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Pires, Rui P. (2003), *Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras, Celta.
- Rocha-Trindade, Maria B. (1992), *O Fenómeno da Emigração em Portugal*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tecnológica.
- Singer, P.I (1975), “Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo”, in Singer (org.), *Economia Política e Urbanização*, S. Paulo, Editora Brasiliense.

A desestruturação do mundo rural e o uso do fogo — o caso da serra da Cabreira (Vieira do Minho)

António José Bento Gonçalves¹ (bento@geografia.uminho.pt)

António Avelino Batista Vieira² (vieira@geografia.uminho.pt)

Carla Patrícia Oliveira Martins² (carla.cabeceiras@sapo.pt)

Flora Carina Ferreira Leite² (geo_flora@hotmail.com)

Francisco Silva Costa² (costafs@geografia.uminho.pt)

Introdução

Os actuais espaços florestais portugueses configuram, simultaneamente, importantes recursos mas também parcelas do território dotadas de grande vulnerabilidade em matéria ambiental.

O clima e a orografia tornam problemáticos os investimentos florestais, pois a produtividade de mato dos ecossistemas florestais é elevada, o que faz com que entre a produção, o consumo e a mineralização, exista um *superávit* de acumulação térmica anual de cerca de 1-3 toneladas/ha de matéria seca. Sendo que o ponto crítico é atingido por volta das 8-10 toneladas/ha, significa que, actualmente, o fogo tem condições de progressão de novo ao fim de 3 ou 4 anos.

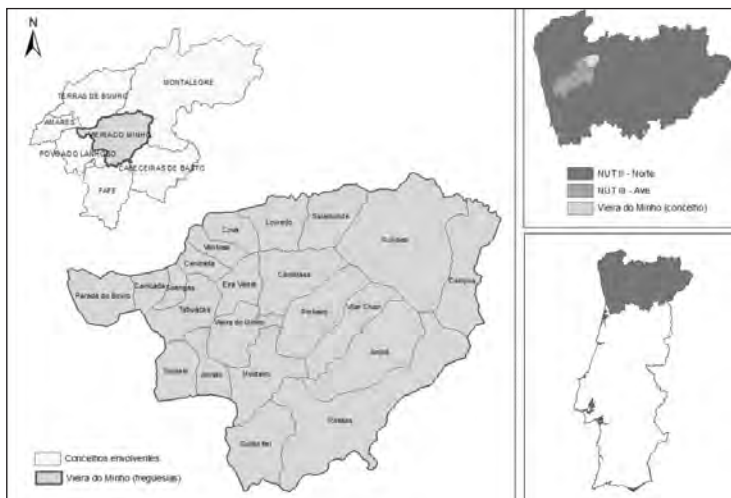
Na serra da Cabreira (Vieira do Minho), assistimos à diminuição do tempo médio necessário para que um mesmo local seja novamente percorrido por um incêndio. De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Baixo Minho (2006), a recorrência de fogo nesta região parece estar associada à pastorícia, nas regiões mais montanhosas, e à pressão demográfica nas regiões mais baixas.

O concelho de Vieira do Minho

O sector setentrional da Serra da Cabreira está integrado no concelho de Vieira do Minho, o qual se integra no Noroeste de Portugal, comungando das principais características morfológicas e climáticas que o definem (figura 1).

¹ Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) e Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento (NIGP), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

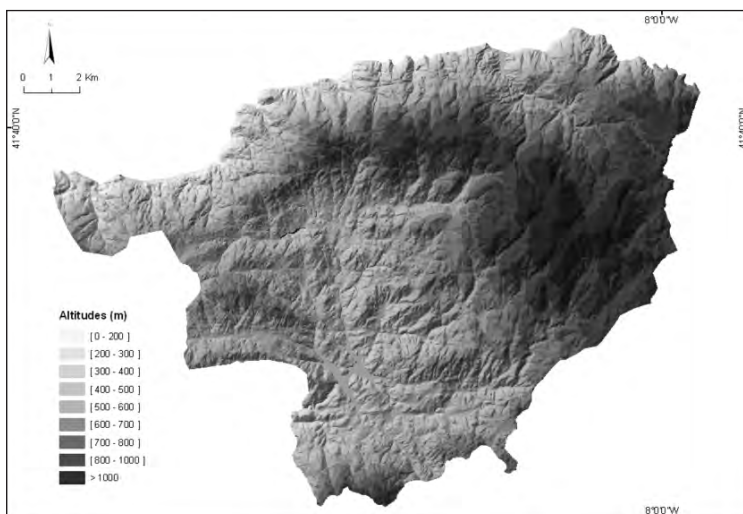
² Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento (NIGP), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.



Fonte: IA

Figura 1: Localização do concelho de Vieira do Minho.

A sua morfologia bastante acidentada vai traduzir-se em acentuados desníveis locais, sendo frequentes as vertentes com elevados declives, essencialmente no Norte e Este do concelho, por onde se distribuem os sectores mais elevados da referida serra (figura 2).



Fonte: IA

Figura 2: Esboço hipsométrico do concelho de Vieira do Minho.

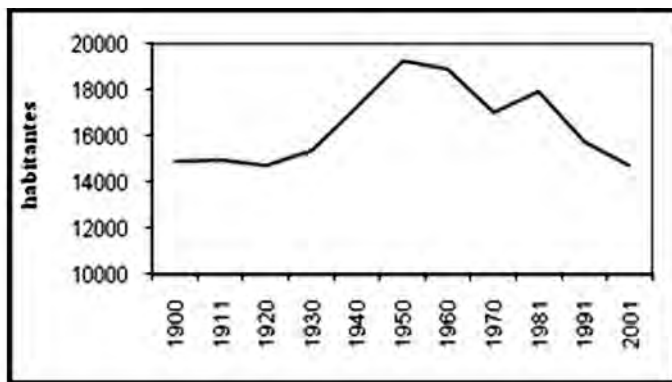
Um dos aspectos mais marcantes da Serra da Cabreira prende-se com os elevados quantitativos pluviométricos aí registados (Tabela 1).

Posto Udométrico	Prec. Média Anual R (mm)	Altitude (m)
Cabeceiras de Basto	1493	280
Caves	1462,7	330
Gondiães	1893	550
Brancelhe	2118,7	380
Guilhofrei	2705,7	350
Salamonde	2281,9	550
Zebral	3071,1	775

Tabela 1: Postos Udométricos localizados na serra da Cabreira ou nas suas imediações (1951-1980)³.

Fonte: INMG, 1951-1980

Desde os censos de 1991, o concelho de Vieira do Minho viu diminuir a sua população residente de 15775 para 14724 indivíduos (2001), o que corresponde a uma variação total negativa de 7%, confirmando assim a tendência que já se verificava desde 1950, ano em que atingiu o seu máximo com 19259 habitantes (figura 3).

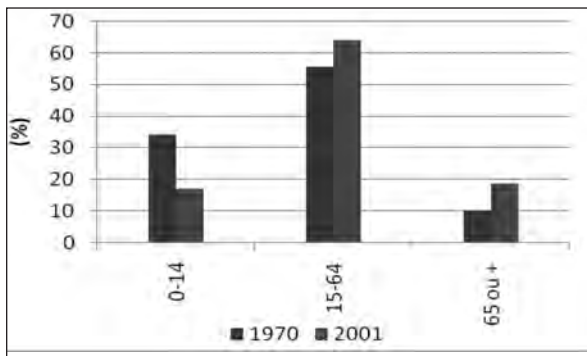


Fonte: INE

Figura 3: Evolução da população residente (Vieira do Minho, 1900 - 2001).

O concelho apresenta uma população envelhecida tendo-se verificado, entre 1970 e 2001, uma acentuada redução da população jovem de 37,4 para 19,8%, e a quase duplicação percentual da população com 65 ou mais anos, 10,4 para 17,7% (figura 4).

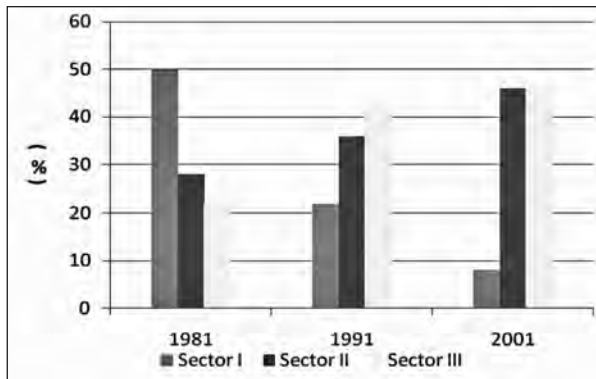
³ A negrito encontram-se as estações localizadas no concelho de Vieira do Minho.



Fonte: INE

Figura 4: Variação dos grupos etários (%) (Vieira do Minho, 1970 e 2001).

No que concerne à distribuição dos indivíduos pelos sectores de actividade, verificou-se uma profunda alteração entre 1981 e 2001, com o sector primário a passar de 50 para 8%, enquanto os sectores secundário e terciário observaram um significativo incremento, passando de 28 e 22% para 46 e 46%, respectivamente (figura 5).



Fonte: INE

Figura 5: Evolução da população activa por sectores de actividades (Vieira do Minho, 1981-2001).

2. O mundo rural — a desestruturação

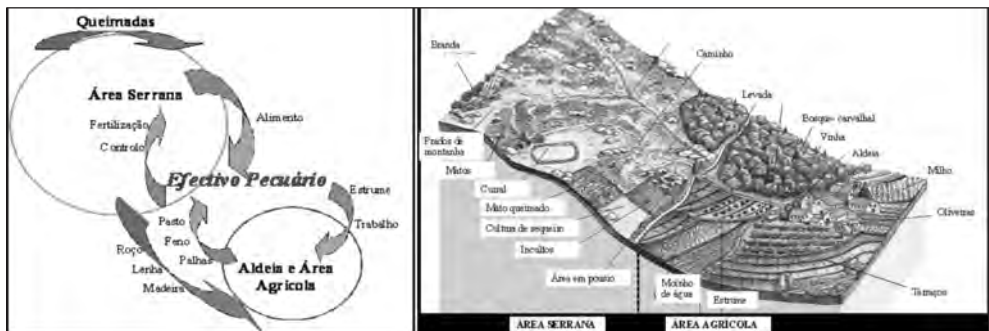
O concelho de Vieira do Minho, à semelhança da maioria da chamada “montanha minhota”, apresenta, segundo Alves, um risco de abandono da actividade agrícola muito elevado (Alves *et al.*, 2003).

Tal facto é confirmado, entre outros indicadores, pela redução em 40,5% da população agrícola, bem como pela diminuição em 44,4% do emprego na agricultura, no período de 1989 a 1999.

O abandono agrícola irá ter, na presente década, um aumento exponencial, o que decorre, fundamentalmente, do grau de envelhecimento dos agricultores portugueses e da estrutura minifundiária dominante em grande parte do território.

Embora o abandono possa ser considerado um fenómeno natural no contexto da evolução da agricultura portuguesa, tem consequências sociais, económicas e ambientais graves.

Os sistemas agrários da montanha minhota (figura 6) apresentavam um equilíbrio que dependia da complementaridade entre as áreas agrícolas e as áreas serranas.



Fonte: Alves et al., 2003

Figura 6 A, B: Organização espacial dos sistemas agrários na montanha minhota.

A circulação de matéria e energia entre ambas era fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas das áreas serranas, produtividade das áreas de cultivo e rendimento e bem-estar das populações locais. O efectivo pecuário era um elemento fundamental nesta circulação e estava directa ou indirectamente envolvido no processo.

O efectivo pecuário dependia fortemente da produtividade primária das pastagens serranas pois a produtividade das áreas agrícolas era insuficiente para a alimentação do gado e não suportava um pascigo intenso. Além disso, em Março/Abril, o pascigo era suspenso e a vegetação crescia para a produção de feno, vindo grande parte destas áreas a ser ocupada pelas culturas, de Abril/Maio a Setembro/Outubro.

“As pastagens situadas a menor altitude sustentavam o gado durante todo o ano, principalmente o gado ovino e caprino, enquanto as pastagens de altitude eram pastoreadas apenas nos meses de Maio a Setembro/Outubro. Tradicionalmente, apenas nesta altura do ano, o gado bovino e equino pernoitava e permanecia na serra. O gado ovino e caprino, geralmente pernoitava todo o ano nas cortes, fazendo apenas percursos diários à serra, até à zona de pastoreio.

Nas áreas serranas a predação do gado controlava o crescimento dos matos e a vegetação arbustiva e herbácea dos bosques e, simultaneamente, promovia a fertilização, através das suas fezes e urina.

Este papel fertilizador e controlador do crescimento da vegetação das áreas serranas pelo gado eram frequentemente substituídos pelo fogo. As queimadas são uma prática comum associada à pastorícia e tinham como objectivo promover a emissão de novos rebentos através da rápida mineralização da matéria orgânica morta ou dos órgãos aéreos das plantas. Eram fogos controlados, ateados geralmente nas épocas de menor risco de incêndio e circunscritos a áreas previamente definidas.

A roça dos matos representava uma outra forma de transferência e circulação de matéria entre as áreas agrícolas e serranas. Neste caso, a biomassa resultante do devaste dos matos era utilizada nas camas do gado para a produção de estrume, acabando, também, por promover a emissão de novos rebentos e o rejuvenescimento das áreas de pastagem. O estrume era utilizado para fertilização das áreas de cultivo.

A importância das áreas serranas não se limitava à produção de alimento para o gado ou à produção de matéria para a fertilização das áreas de cultivo. Elas também forneciam a quase totalidade da lenha e madeira utilizada pelas populações. As cinzas contribuíam também para a fertilização das hortas. O desbaste, poda, desramação e o abate dos exemplares arbóreos velhos ou doentes eram os principais métodos de obtenção da lenha ou madeira necessários.

Na sua totalidade, o conjunto destas acções, apresentadas esquematicamente na figura 6, impedia a acumulação de grandes quantidades de biomassa vegetal, particularmente morta, nas áreas de matos ou de floresta, reduziam o risco de incêndio e promoviam a rápida circulação dos nutrientes dentro do sistema agrário e o rejuvenescimento e produtividade das áreas de pastagem.

As consequências imediatas da recessão demográfica, e dos fluxos migratórios repulsivos em particular, são a feminização e o envelhecimento da população. Se considerarmos que os sistemas agrários tradicionais são complexos mas frágeis, baseados na maior utilização possível do espaço e dos recursos e, por inerência, na disponibilidade de mão-de-obra, facilmente compreendemos que qualquer alteração, inclusive demográfica (recessão demográfica e fluxos migratórios repulsivos), provoca desequilíbrios que as populações tentam corrigir mediante processos de adaptação dos meios aos recursos e às necessidades básicas. Para além da mudança nas mentalidades, ocorrem mutações relevantes nos sistemas agrários que se traduzem, entre outros aspectos, em alterações produtivas e estruturais, com consequências directas sobre o meio ambiente.

As principais consequências resultantes desta ruptura são: o abandono agrícola; a redução do efectivo pecuário, mais acentuado nos pequenos ruminantes; o aumento do efectivo de equinos; a alteração no tipo de pastoreio, passando a dominar o pastoreio livre; o acentuado aumento da permanência do gado, particularmente equino e bovino, nas pastagens serranas.

Altera-se assim o equilíbrio existente entre as áreas de cultivo e as áreas serranas. Esta nova realidade pode ter reflexos positivos, sobretudo, numa perspectiva de con-

servação. Porém, uma avaliação mais cuidada evidencia uma dualidade de efeitos resultantes desta situação.

O abandono agrícola e a alteração do efectivo pecuário têm, em si, um impacto fortemente negativo sob uma perspectiva agrária enquanto a ruptura da complementaridade e do equilíbrio entre as antigas áreas agrícolas e serranas, associados ao abandono e alteração do tipo de pastoreio têm, por sua vez, um impacto fortemente negativo sob o ponto de vista da conservação. Quem geria esta complementaridade era o agricultor em função das necessidades dos sistemas agrários e da disponibilidade espacial dos recursos. Porém, a funcionalidade de todo o sistema exigia disponibilidade de mão-de-obra que as áreas rurais não conseguiram fixar. A falta de mão-de-obra conduziu ao abandono agrícola e a formas adaptativas que se reflectiram no efectivo pecuário, em particular na alteração do tipo de pastoreio. Estas transformações dos sistemas agrários de produção tradicionais, por um efeito em cadeia, têm impactos directos nas áreas serranas, nomeadamente devido à: redução do controlo do crescimento da vegetação pela predação do gado; acentuada redução ou desaparecimento do roço de matos; diminuição significativa do consumo de lenha. Do somatório destas acções parcelares resulta a acumulação de fitomassa vegetal nas áreas serranas. Daqui resultam: a redução da produtividade das pastagens serranas; a procura de novas áreas de pastagem no espaço serrano.

Por outro lado, a acumulação de fitomassa vegetal nas áreas serranas potencia significativamente o risco de incêndio. É certo que a relação quantidade de fitomassa acumulada e o fogo pode não ser directa. Porém, o recurso ao fogo surge como uma forma alternativa/adaptativa resultante da necessidade de limpar e rejuvenescer as áreas de pastagem ou mesmo exercer controlo sobre a regeneração natural da vegetação, sem ter meios humanos para o fazer pelo roço, desbaste ou fogo controlado. Assim, ocorrem os fogos descontrolados que acabam por atingir proporções e áreas que ultrapassam em muito o que inicialmente se pretendia. Decorrente dos fogos descontrolados aumenta a erosão/degradação dos solos.

O conjunto de transformações ocorridas, nomeadamente a alteração demográfica, a evolução das mentalidades, a ruptura dos sistemas tradicionais de produção, com nova adaptação dos meios aos recursos e às necessidades básicas, alteraram significativamente a realidade, com impactos fortemente negativos, quer numa perspectiva agronómica, quer ambiental” (Leite, 2002).

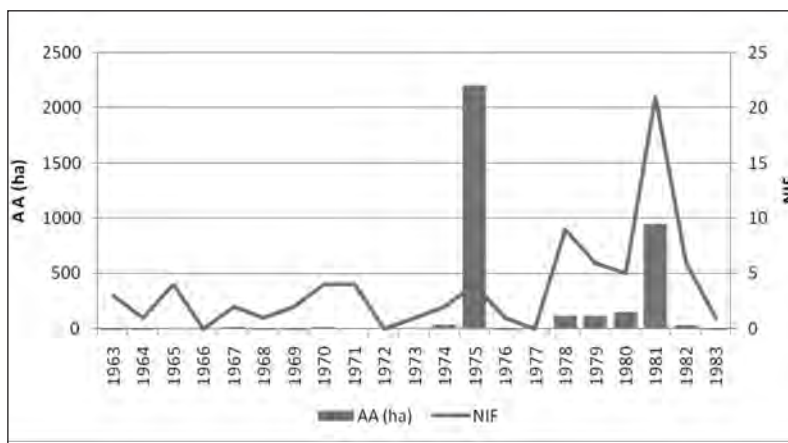
3. O uso do fogo

As décadas de 70 e 80 do século XX, foram um período de transição entre a realidade dendrocaustológica⁴ que vigorou até aos anos 60 do século passado, e a realidade actual, em que o fogo deixou de ser usado como um instrumento de gestão dos espaços silvestres, para constituir a principal ameaça e entrave à sua sustentabilidade.

⁴ Ciência que estuda os incêndios florestais.

Nos anos 70 assistiu-se a um forte incremento do número de ocorrências e das áreas ardidadas anualmente no concelho de Vieira do Minho, facto que resulta, em parte, da falta de ordenamento florestal e que constitui um dos principais estrangulamentos a esse mesmo ordenamento (Bento Gonçalves, 2006).

Quando se analisa o número de incêndios desde o início da década de 60 até ao princípio dos anos 80 (1963-1983)⁵, verifica-se a existência, embora com pequenas oscilações inter-anuais, de uma tendência abaixo dos 5 incêndios anuais. É o ano de 1978 que marca a ruptura com essa “estabilidade”, assistindo-se a partir desse ano a uma nítida tendência de crescimento⁶ (figura 7).



Fonte: Natário, 1997

Figura 7: Número de incêndios florestais e área ardida (Vieira do Minho, 1963-1983).

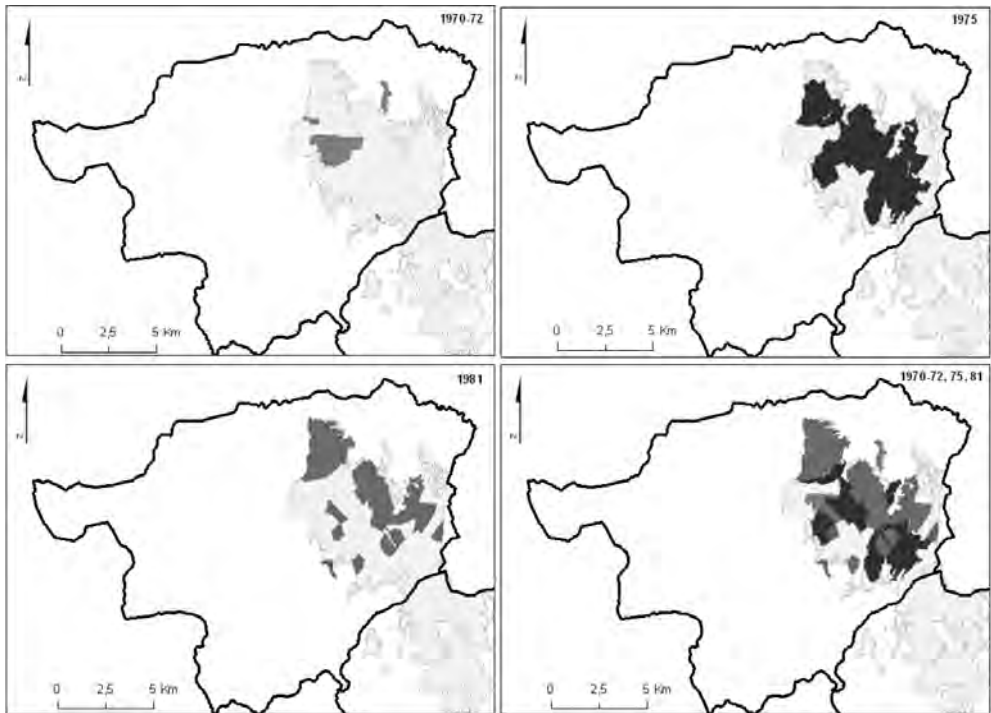
Já no que respeita às áreas ardidadas, até 1974 não havia registo de nenhum ano com mais de 100 hectares e apenas nesse ano a área ardida terá rondado este valor, sendo que nos anteriores os registos demonstram a quase inexistências de áreas ardidadas.

⁵ Com base na leitura directa dos Autos de Notícia.

⁶ O levantamento dos incêndios ocorridos durante os anos de 1943 a 1977, inclusive, realizava-se somente quando estes atingiam áreas geridas pelo Estado. Os valores das áreas ardidadas, número de incêndios e prejuízos decorrentes, em áreas privadas, eram calculados por extrapolação, com todos os erros inerentes a esta técnica. O número de ocorrências anuais de incêndios florestais em Portugal continental sofreu pois um aumento considerável nas décadas de 80 e 90 do séc. XX, existindo actualmente uma tendência de estabilização próxima das 30.000 ocorrências médias anuais. As estatísticas de ocorrências englobam os reacendimentos e a duplicação de registos resultantes de passagem de um incêndio para outra unidade administrativa (um incêndio que se propague por dois concelhos é contabilizado como duas ocorrências). Estas duas componentes (reacendimentos e ‘duplicação administrativa’) representam menos de 5% do número total de ocorrências. Para além disso, os critérios de contabilização de ocorrências sofreram alguns ajustamentos ao longo do período em análise, pelo que, apesar de se tratar de dados oficiais, a análise temporal desta variável apresenta algumas limitações (APIF/ISA, 2005).

O ano de 1975 quebrou definitivamente essa “acalmia” vigente, tendo-se registado 2207 hectares de área ardida. Com excepção dos dois anos seguintes, 1976 e 1977, em que voltou a baixar drasticamente, a área ardida total (povoamentos e mata) passou a situar-se, em termos médios, próxima dos 100 hectares anuais. O ano de 1981 atinge o segundo máximo registado (952 hectares) (figura 7).

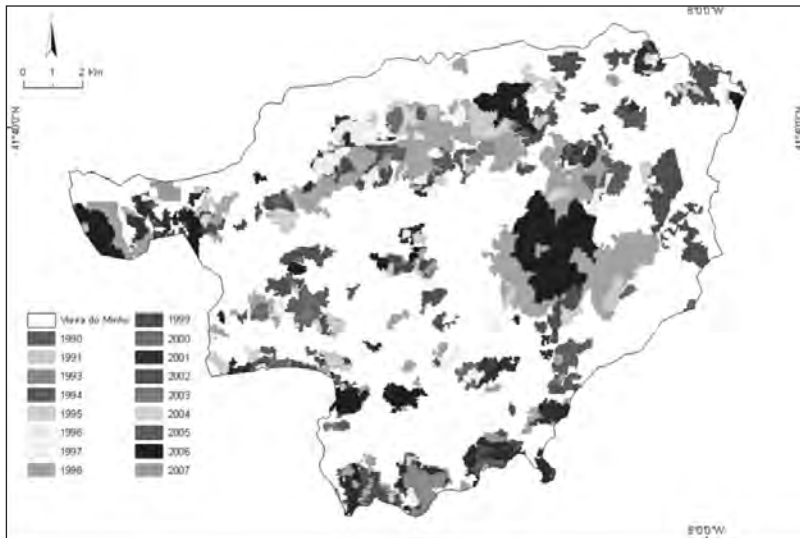
Com efeito, foi também no ano de 1975 que o Perímetro Florestal da serra da Cabreira em Vieira do Minho foi queimado, muito embora aí já se tivessem registado alguns grandes incêndios, anteriores a 1974 (1970 e 1972), tendo muita dessa área sido novamente percorrida pelo fogo em 1981 (figura 8).



Fonte: Bento Gonçalves, 2006

Figura 8: Áreas ardidas no PF da serra da Cabreira, Vieira do Minho (70-72, 75; 81).

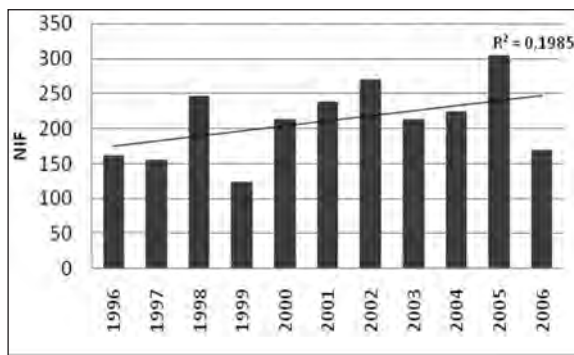
Assiste-se assim a uma nova realidade na década de oitenta, com o ano de 1975 a marcar inquestionavelmente a viragem, que se foi acentuando ao longo dos anos 90, até à actualidade (figura 9).



Fonte: DGRF

Figura 9: Áreas ardidas (Vieira do Minho, 1990-2007).

Analisando o período de 1996 a 2006 no concelho de Vieira do Minho (figura 10), observa-se, através da linha de tendência linear, que existe uma correlação positiva, embora muito pouco significativa, entre o número de deflagrações e a evolução temporal, o que significa que, embora o número de deflagrações apresente um padrão algo aleatório, existe a longo prazo uma ténue tendência para o aumento da sua ocorrência.

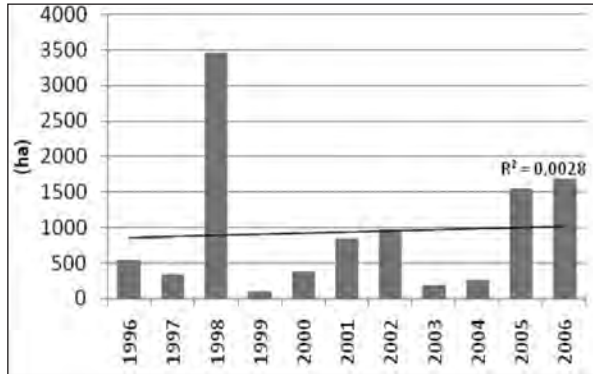


Fonte: DGRF

Figura 10: Número de incêndios florestais (Vieira do Minho, 1996-2006).

A área ardida (povoamentos e matos) é marcada por uma constante variação ao longo dos anos que tende para uma relativa estabilização nos anos mais recentes (2005 e 2006), não existindo, como se pode observar pela linha de tendência ($R^2 = 0,028$),

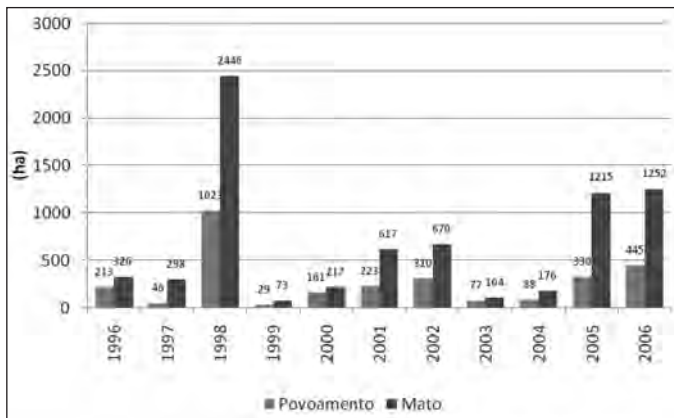
uma correlação significativa entre as áreas ardidas e a evolução temporal (figura 11). Neste período tem que se salientar o ano de 1998 por ter atingido aproximadamente 3500 hectares.



Fonte: DGRF

Figura 11: Área ardida (ha) (Vieira do Minho, 1996-2006).

A evolução da área ardida anualmente em povoamento é marcada por uma relativa estabilização ao longo dos anos, apesar das variações anuais, especialmente a partir do ano de 1998, mantendo-se durante este período abaixo dos 500 hectares. Pelo contrário, a evolução da área ardida anualmente em mato caracteriza-se pelo aumento progressivo ao longo dos anos, a partir de 1998, rondando neste ano os 2500 hectares. A partir deste momento, apenas dois anos apresentam uma acentuada diminuição, 2003 e 2004, registando 104 e 176 hectares, respectivamente (figura 12).



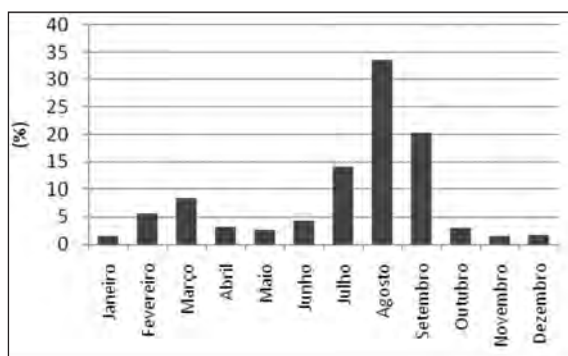
Fonte: DGRF

Figura 12: Área ardida (ha) por povoamentos e mato (Vieira do Minho, 1996-2006).

Um dos aspectos de maior realce quando se analisa a distribuição percentual do número de ocorrências de incêndios florestais, por classes de área ardida, é o predomínio (68%) das ocorrências com dimensão inferior a 1 hectare (fogachos), seguindo-se as de dimensão superior a 1 hectare e inferior a 10 hectares (28%), sendo que as ocorrências com área ardida superior a 10 hectares (3% dos 10 aos 100 hectares e 1% superiores a 100 hectares) são muito pouco representativas.

No entanto, quando se cruza a distribuição percentual do número de ocorrências de incêndios florestais, por classes de área ardida com a distribuição percentual da área ardida por classes de área ardida entre 1996 e 2006, verifica-se que 68% das ocorrências (fogachos) são apenas responsáveis por 2% do total da área ardida no período referido. No extremo oposto, os incêndios maiores de 100 hectares, correspondentes a 1% do total das ocorrências, são responsáveis por 55% do total da área ardida.

Ao analisarmos a percentagem de ocorrências por mês no concelho de Vieira do Minho, observa-se que os meses de Julho, Agosto e Setembro apresentam um claro predomínio sobre os restantes, totalizando no seu conjunto 68% do total das ocorrências, entre 1996 e 2006 (figura 13).



Fonte: DGRF

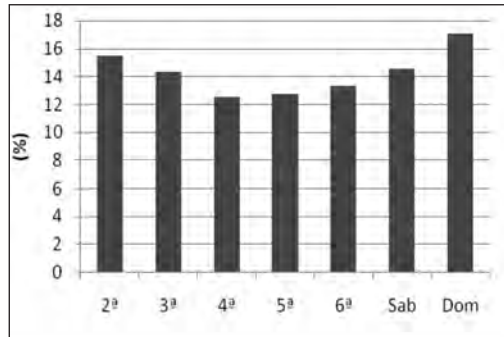
Figura 13: Percentagem de ocorrências por mês (Vieira do Minho, 1996-2006).

Destaca-se o mês de Agosto cuja percentagem de ocorrências é aproximadamente igual à soma dos meses de Julho e Setembro (14 e 20 %, respectivamente). Sobressai ainda um quarto mês, o de Março, com valores na ordem dos 8 pontos percentuais e que poderá estar relacionado com uma prática ancestral, as queimadas realizadas na Primavera nas encostas mais expostas ao quadrante sul.

Esta espécie de queimada prescrita, autêntica ciência adquirida e transmitida oralmente é ainda utilizada, estando na memória dos mais velhos os segredos do seu correcto emprego: nas encostas mais expostas a Norte, durante o Outono; na Primavera sobre as de quadrante Sul; nos planaltos elevados, antes das primeiras geadas de Setembro. Cada local era percorrido pelo fogo em intervalos regulares, de

4 ou mais anos, conforme a capacidade de renovação, para eliminar as partes lenhosas e as invasoras herbáceas menos apetecíveis. Cada queimada circunscrevia-se a uma pequena área de tal forma que o gado na sua deambulação transumântica tinha ao longo da jornada uma dieta variada (Moreira da Silva, 1990).

Analisando a repartição das ocorrências registadas ao nível dos dias da semana é possível verificar que é no domingo que mais ignições ocorrem (17,1%), seguindo-se a segunda-feira (15,4%) e o sábado (14,5%), não existindo contudo um grande desequilíbrio entre os diferentes dias da semana (figura 14).

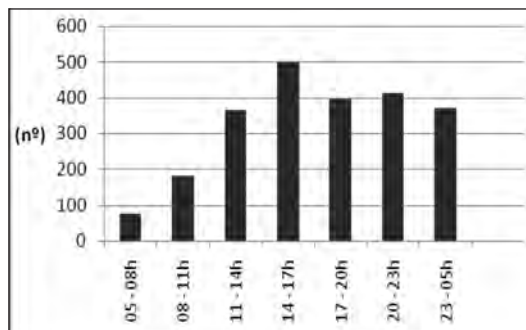


Fonte: DGRF

Figura 14: Ocorrências (%) por dia de semana (Vieira do Minho, 1996-2006).

Tal facto poderá estar relacionado, entre outras causas com actividades agrícolas realizadas ao fim de semana, por agricultores a tempo parcial e pela maior afluência de população urbana à serra da Cabreira.

Relativamente à hora do dia (figura 15), verifica-se que o máximo é atingido entre as 14 e as 17 horas (21% do total de ocorrências) e o mínimo, entre as 5 e as 8 horas (3%), sendo a classe das 20 às 23 horas e a das 17 às 20 horas, a segunda e terceira mais representativas (18 e 17%, respectivamente).



Fonte: DGRF

Figura 15: Número de ocorrências por hora do dia (Vieira do Minho, 1996-2006).

Aqui, os elementos determinantes na explicação da referida distribuição horária, são a temperatura e a actividade humana.

As origens dos incêndios são muito variadas e as motivações que estão muitas vezes subjacentes, são igualmente variadas e complexas, mas a ruptura das estruturas rurais tradicionais transformou territórios em equilíbrio em territórios dotados de grandes vulnerabilidades, nomeadamente em termos da ocorrência de incêndios florestais.

A nova realidade está na origem do actual vasto conjunto de conflitos que resultam do leque alargado de interesses, muitas vezes antagónicos, derivados do uso do solo, como sejam a convivência entre o mundo rural e os visitantes citadinos, a criação de gado em regime livre e alguns baldios, a caça (figura 16), entre outros.



Foto: A. Bento Gonçalves

Figura 16: Placa de Zona de Caça Municipal vandalizada.

Tudo isto resulta num elevado número de fogachos e incêndios florestais, quer de origem intencional, quer por negligência, como o são as queimadas para regeneração dos pastos (figura 17), afectando principalmente as áreas de mato.



Foto: A. Bento Gonçalves

Figura 17: Queimadas na serra da Cabreira (Outubro 2008).

4. O uso do fogo na renovação de pastagens

Em Vieira do Minho, em especial nas áreas serranas (serra da Cabreira), a perda das estruturas rurais tradicionais gerou um significativo abandono agrícola, associado a uma drástica redução do número de ovinos e caprinos e a um aumento do número de equídeos (Tabela 2).

	Equídeos	Bovinos	Ovinos	Caprinos
1934	409	5969	11781	7403
1940	297	5908	14434	7685
1954	444	6882	10705	4884
1955	253	6723	10286	4393
1968	128	6363	(b)	3275
1972	163	6276	3716	3003
1979	3 (a)	4458	2530	2134
1989	312	4724	3438	3310
1999	400	3455	3151	2261

Tabela 2: Equídeos, bovinos, ovinos e caprinos (Vieira do Minho, 1934- 1999).

Fonte: DGSP (1935, 1941), INE (1954, 1955, 1968, 1972, 1979, 1989, 1999)

a) Valor referente às explorações que, não satisfazendo as condições para serem inquiridas pelo questionário normal, tinham 200 metros quadrados ou mais de área agro-florestal e ou qualquer cabeça de gado, colmeia ou cortiço e ou 10 ou mais animais de capoeira.

b) Sem dados

A referida perda das estruturas rurais tradicionais originou, ainda, a não rotação dos animais na área de pastoreio, assim como a não diferenciação dos períodos de pastoreio, tendo passado a dominar o pastoreio livre.

A diminuição do número dos pequenos ruminantes⁷, associada à acentuada redução do roço de matos e à diminuição significativa do consumo de lenha, numa região onde a produtividade primária dos matos é elevadíssima⁸ e num contexto de quase total ausência de planeamento florestal, conduziu, conseqüentemente, a uma acentuada acumulação de materiais combustíveis.

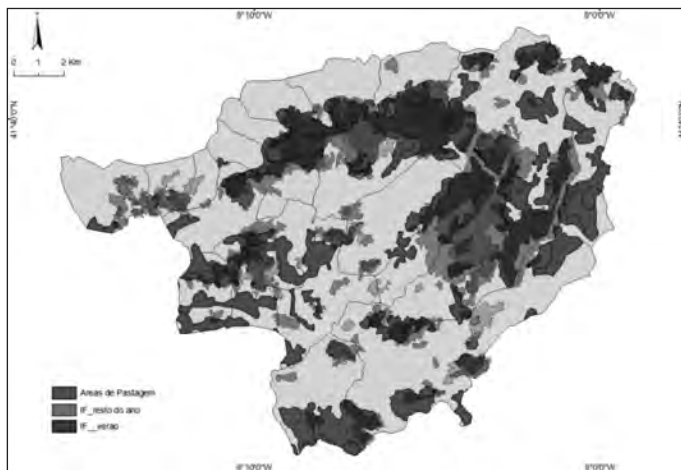
Essa acumulação teve como efeito directo uma redução da produtividade das pastagens serranas levando por sua vez a uma procura de novas áreas de pastagem no espaço serrano.

No concelho de Vieira do Minho, onde mais de 70% dos incêndios se desenvolvem em áreas de mato, a relação espacial dos incêndios com as áreas de pastagem

⁷ Um elemento que em muito contribuiu para o acumular do mato na serra foi a drástica redução dos caprinos (7685 cabeças em 1940 para 2261 em 2001) e dos ovinos (14434 cabeças em 1940 para 3151 em 2001), nomeadamente, no último caso, a raça bordaleira.

⁸ Na área serrana a precipitação média anual pode ultrapassar os 3000mm.

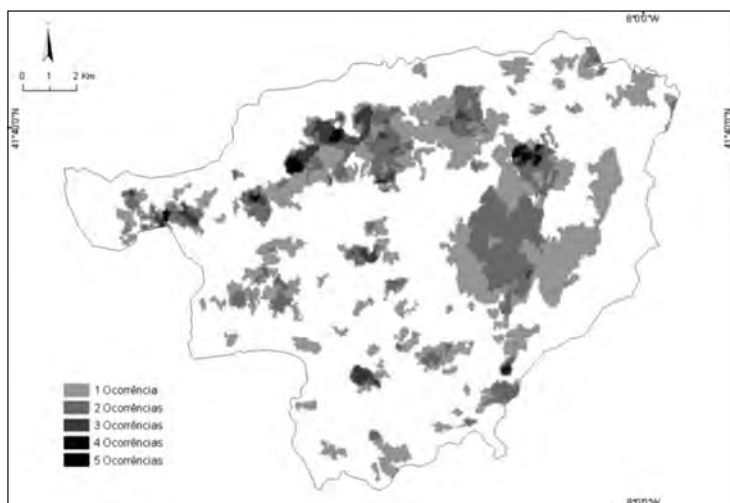
é óbvia (figura 18), mostrando por um lado a vulnerabilidade desses espaços e por outro, as pressões (pastorícia, criação de gado, caça, ...) a que estão sujeitos.



Fonte: DGRF

Figura 18: Áreas de pastagem e incêndios florestais (Veieira do Minho, 1996-2006).

O mesmo é ainda realçado pela recorrência máxima do fogo, ou seja, o número de vezes que cada área é percorrida pelo fogo, sendo que esta informação é especialmente útil na identificação de áreas onde o fogo tem origem em eventuais conflitos relacionados com o uso do solo, e onde a elevada frequência do fogo é limitativa da produção florestal e indutora de degradação do solo (figura 19).



Fonte: DGRF

Figura 19: Número de ocorrências do fogo no mesmo local (Veieira do Minho, 1990-2006).

A renovação do pasto é pois uma das principais motivações para a realização das queimadas⁹, as quais degeneram muitas vezes em incêndios florestais, sendo no entanto acompanhada por outras motivações, como sejam a caça ou conflitos de diferente natureza.

Com efeito, o recurso ao uso do fogo aumentou, pois é necessário cada vez mais renovar o pasto para o gado, que depende totalmente da alimentação produzida nas áreas de mato e nas pastagens, evitando-se que este procure alimento nos terrenos particulares confinantes com estas áreas.

A grande carga combustível, a baixa produtividade das pastagens tradicionais, o pastoreio livre (sem regulamentação), a procura de novas pastagens e a multifuncionalidade do uso do espaço (coexistem no mesmo espaço 1 Perímetro Florestal, 10 Baldios, 7 Zonas de Caça, das quais 5 são municipais e 2 associativas) ...” implicou um aumento do risco de incêndio.

Assim, como foi referido, Vieira do Minho, e em particular a serra da Cabreira, apresenta desde 1974 um longo historial de incêndios florestais, podendo-se destacar os anos de 1975, 1981, 1998, 2001, 2002, 2005 e 2006, fortemente relacionado com a desestruturação do mundo rural, muito em especial nas áreas serranas.

Notas conclusivas

Nestes espaços rurais de montanha, detidos por entidades que agem num quadro de motivações muito específico e que estão sujeitos a uma procura concorrencial, por parte da sociedade, de diversos bens e serviços, parece existir uma relação, a par de outras, entre os incêndios florestais (muitas vezes, apenas pequenas queimadas) e a redução da pastorícia e a criação extensiva de gado, num contexto de desestruturação do mundo rural.

Esta actividade representa uma forma insubstituível de valorização de territórios difíceis, de fraca atractividade e baixa aptidão produtiva. Diversos autores sugerem que do ponto de vista social a pastorícia extensiva continua a ser a única forma rentável de explorar uma percentagem significativa do nosso território. Por outro lado, esta actividade gera produções de fácil comercialização, sobretudo se atendermos à qualidade dos produtos produzidos e à procura crescente dos consumidores por produtos certificados (Castro, 2008).

Neste âmbito, as soluções para a resolução dos conflitos/problemas dificilmente poderão passar pelo âmbito legislativo, devendo a aposta passar pelo ordenamento das áreas serranas, em interligação com as figuras de plano já existentes, em espe-

⁹ Quando se sobrepõe a cartografia dos incêndios e, em particular a da recorrência dos mesmos, à das áreas de pastagem, verificamos que a relação é óbvia, com grande destaque para a serra da Cabreira e em especial para o sector Norte (Cabeço da Vaca), onde a sobreposição é quase total. Verifica-se igualmente uma tendência de estabilização do número de ignições no Verão e uma tendência crescente das verificadas nos restantes meses do ano, período tradicionalmente usado para as queimadas pastoris.

cial os Planos de Ordenamento Florestal (PROF) e Planos de Gestão Florestal (PGF), privilegiando a regulamentação dos usos do solo, envolvendo e responsabilizando neste processo as comunidades e os agentes locais e regionais, reduzindo assim desconfianças e conflitos, tornando o processo mais eficaz.

Referências Bibliográficas

- Alves, A. L., *et al.*, (2003) 'O abandono da actividade agrícola', MADRP, Lisboa.
- Bento Gonçalves, A. J. (2006) 'Geografia dos incêndios em espaços silvêstres de montanha', tese de Doutoramento em Geografia, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 500 pp.
- Castro, Marina (2008) 'A utilização dos pequenos ruminantes na prevenção dos incêndios rurais: estratégia pró-activa e promoção silvopastoril', in *A silvopastorícia na prevenção dos fogos rurais*, Isa Press, Lisboa, pp. 159-175.
- Devy-Vareta, N. (1993) 'A Floresta no Espaço e no Tempo em Portugal: o caso de arborização da serra da Cabreira, 1919-1975', Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 459 pp.
- Direcção Geral das Florestas (1983) 'Fogos, Perímetro Florestal de Vieira do Minho, Serra da Cabreira (1975 e 1981)', Divisão de Serviços de Caça, Lisboa. Mapa isolado.
- Direcção Geral dos Serviços Pecuários (1935) 'Arrolamento geral de gados e animais de capoeira' (Manifesto referido a 31 de Dezembro de 1934) Ministério da Agricultura, Imprensa Lucas & Companhia, Lisboa.
- Direcção Geral dos Serviços Pecuários - 3ª Repartição (1941) 'Arrolamento geral de gados e animais de capoeira' (Manifesto referido a 31 de Dezembro de 1940) Ministério da Economia, Tipografia Leitão, Lisboa.
- Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Direcção Geral dos Recursos Florestais e UTAD (2006) 'Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Minho', Lisboa, 131pp.
- Instituto Nacional de Estatística (1954) 'Inquérito às explorações agrícolas do continente, III - Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro', Sociedade Tipográfica, Lda., Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1955) 'Gado e animais de capoeira', Arrolamento Geral efectuado em 1 de Dezembro de 1955 no Continente e Ilhas Adjacentes, Tipografia Portuguesa, Lda., Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1968) 'Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, Efectivos Pecuários', Serviços Centrais, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1972) 'Arrolamento Geral do Gado, Continente', Serviços Centrais, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1979) 'Recenseamento Agrícola do Continente', Distrito de Braga, Serviços Centrais, imprensa Nacional-Casa da Moeda Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1989) 'Recenseamento Geral Agrícola', Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (1999) 'Recenseamento Geral Agrícola', Lisboa.
- Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (1991) 'Normais Climatológicas da Região Entre Douro e Minho e Beira Litoral (1951-1980)' - O Clima de Portugal, Fasc. XLIV, Volume I, 1ª Região, Lisboa.
- Leite, A. S., (2002) - Parque Nacional da Peneda-Gerês - Relatório Interno.
- Natário, R. (1997) - "Tratamento dos dados dos incêndios florestais em Portugal", Revista Florestal, Vol. X, nº 1, Jan-Abril, SPCF, p. 12-18.
- Númena/ Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) (2008) - 'A relação entre o fogo e o pastoreio no concelho de Montalegre - perspectivas sociológica e biofísica', Projecto de investigação, Relatório final.

Measuring the Portuguese ICT sector at a local level

Flávio Nunes*

1. Introduction

There is a widespread belief concerning the impact of ICT (information and communication technologies) investments in productivity and general living standards. However, several studies based on an empirical analysis have failed to find and prove that link, and in some cases a slowdown on productivity growth was actually detected, during the period in which large investments in ICT occurred (Haltiwanger and Jarmin, 2000; Moulton, 2000). Some explanations can be provided for this 'productivity paradox'¹, like the inability of official statistics to capture all the improvements in cost savings associated with information flows and reduced transaction costs between organizations, or the possible and well-known lag between investments in such innovations and the corresponding increases in productivity.

Despite the lack of ability to assess whether firms have finally had returns on their investments in ICT, it is unquestionable that technological change is the essential engine of economic growth, and since knowledge «pushes back the frontiers of technology» (Quah, 2000: 31), a knowledge-based economy is a concept and a reality which has been progressively recognised.

One broad area of research related to the knowledge-based economy aims to understand how these new equipments and services have not only enabled businesses to do their work in new ways (promoting organizational readjustments), but like Moulton (2000: 35) explains, «has led to the creation of new firms and even entire industries», which is usually defined as the ICT sector. The purpose of this paper is precisely to provide a detailed characterization of this economic sector in Portugal. To achieve this goal this research has been conducted in order to understand the organization and location patterns of these new forms of business and production, in addition to how their influence changes the economic structure, as well as their impact in local labour markets.

What kinds of activities are included in the Portuguese ICT sector? What is its dimension? How fast is it growing? How does it contribute to economic activity? How are Portuguese municipalities different in terms of their specialization in this kind of production and services provided? To answer these questions and in order to carefully identify all the firms of this economic sector, in the first section of this paper

* Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Geografia (flavionunes@geografia.uminho.pt)

¹ The productivity paradox draws attention to the slowdown of productivity growth during the 1970s and 1980s despite the technological improvements in computers and related ICT equipment. Moulton (2000) emphasizes the fact that the productivity slowdown was not limited to the United States, but was experienced generally across industrialized countries.

we will try to clarify what kind of activities are included in it. This is not an easy and consensual task, since on one hand we have a relevant lack of synchronization as regards the contents of this sector, and on the other hand, in terms of measuring the knowledge-based economy with comparable statistics it is important to point out that the currently used classifications of economic activities do not have yet a clearly recognized definition of the ICT sector.

After this clarification we present a detailed cartographic analysis of the spatial diffusion of these kinds of activities in Portugal. In our opinion, a strict measuring of the Portuguese knowledge-based economy implies a local level analysis, not only in order to identify some clustering tendencies affecting these activities, but also because in terms of local development there is an evident challenge related to the connections between companies included in the ICT sector (specially ICT-services) and the local business environment. It is more and more consensual that the effect of ICT on increasing local and regional productivity is not confined to the performance of dotcom companies, but their most important impact will be on existing companies, revolutionizing the ways they do business, the ways they interact with one another and with their staff and customers. Like Cairncross (2001: 128) points out, «these new relationships (...) will clearly be an important –perhaps the most important– competitive advantage for businesses in the new century». But in order to promote the upgrading of these relationships, the traditional business areas must be able to welcome services intended to enable information processing and communication by electronic means. As they integrate the services provided by these new economic activities, the existing companies will change and will be gradually included in the new economy. So, it is essential to determine if these kinds of new activities are locally available throughout Portugal.

2. How can the ICT sector be defined?

Particularly in consequence of the recent excitement and subsequent crash in the market value of dotcom companies, «reliable and comprehensive indicators are needed to track developments in new information technologies and understand their impact on our economies and societies» (OECD, 2002: 3). As this economic sector has only been recognised as a major source of economic and social change in recent years, statistics on the information society are still under development, and this is one of the most demanding and urgent challenges for the official statistical community.

In order to measure the knowledge-based economy it is important to remember that the currently used classifications of economic activities (ISIC Rev.3)² do not yet

² A major review of the currently used classifications of economic activities (ISIC - International Standard Industrial Classification) is expected only in 2007 (Gardin, 2000). There is a general agreement that ISIC needs urgent improvement in terms of information content industries, since it does not have a class for *publishing leisure software*, and the *data base activities* class is poorly defined (Working Group for Statistical Experts, 2001).

have a clearly recognized ICT sector. Acknowledging this problem, since 1997 the OECD Working Party for Indicators on Information Society (WPIIS) in collaboration with the Eurostat Task Force on Information Society Statistics, have been addressing the need for international standards for ICT statistics, with the purpose of establishing a set of definitions and methodologies to facilitate the compilation of internationally comparable data for measuring various aspects of the information economy, specifically as regards goods and services that are produced, consumed or traded and the entities involved in those activities.

While it seems to be easier to come to an agreement on the definition of the ICT-services³, the truth is for the ICT industry it looks appears to be more difficult to find a common ground, since difficulties arise in the borderline discussions related to specific ICT goods (Gardin, 2000). However, since it was crucial to come to a definition that could be applied to actual compilation of international data as soon as possible, the WPIIS adopted some guiding principles for the delineation of the manufacturing parts of the ICT sector:

For manufacturing industries, the products of a candidate industry must:

- be intended to fulfil the function of information processing and communication by electronic means, including transmission and display; or
- use electronic processing to detect, measure and/or record physical phenomena, or to control a physical process.

Components primarily intended for use in such products are also to be included. (Gardin, 2000: 3)

Table 1 shows the existing list of ICT activities according to these guidelines⁴. Since users generally require data to be comparable over time and to be able to link domestic production data with international data, this table shows the concordance between ISIC Rev.3 (International Standard Industrial Classification) and the classification used in all European Union countries, NACE Rev.1 (Statistical Classification of Economic Activities in the European Community) and CAE Rev.2 (Portuguese Statistical Classification of Economic Activities).

One of the most important aspects of the OECD ICT sector definition is that it breaks the long-established ISIC dichotomy between manufacturing and services activities, since «activities producing or distributing ICT products or services can be found everywhere in the economy» (OECD, 2002: 81). However, this type of readjustment, which will support measures and analysis to determine the extent to which a society has been computerized, is not consensual.

³ Services that «enable the function of information processing and communication by electronic means» (Working Group for Statistical Experts, 2001, p. 6).

⁴ The OECD's activity-based definition of ICT sector was established in 1998. In April 2002 it was decided that although this definition provides only a first general idea of the ICT sector, it will be only subject to reconsideration at a later date and in the context of the major revision of the ISIC (OECD, 2002).

ISIC Rev.3	NACE Rev.1 / CAE Rev.2	
3000 - Office, accounting and computing machinery	3001 - Manufacture of office machinery	ICT - manufacturing
	3002 - Manufacture of computers and other information processing equipment	
3130 - Insulate wire and cable	313 - Manufacture of insulate wire and cable	
3210 - Electronic valves and tubes and other electronic components	321 - Manufacture of electronic valves and tubes and other electronic components	
3220 - Television and radio transmitters and apparatus for line telephony and line telegraphy	322 - Manufacture of television and radio transmitters and apparatus for line telephony and line telegraphy	
3230 - Television and radio receivers, sound or video recording or reproducing apparatus, and associated goods	323 - Manufacture of television and radio receivers, sound or video recording or reproducing apparatus, and associated goods	
3312 - Instruments and appliances for measuring, checking, testing, navigating and other purposes, except industrial process equipment	33203 - Manufacture of instruments and appliances for measuring, checking, testing, navigating and other purposes, except industrial process equipment	
3313 - Industrial process control equipment services	333 - Manufacture of industrial process control equipment services	
5150 - Wholesaling of machinery, equipment and supplies	5164 - Wholesaling of machinery, equipment and supplies	ICT - wholesales
6420 - Telecommunications	642 - Telecommunications	ICT - telecommunications
7123 - Renting office machinery and equipment (including computers)	7133 - Renting office machinery and equipment (including computers)	ICT - business activities
72 - Computer and related activities	721 - Hardware consultancy	
	722 - Software consultancy and supply	
	723 - Data processing	
	724 - Database activities	
	725 - Maintenance and repair of office, accounting and computing machinery	
	726 - Other computer related activities	

Source: based on European Commission (2002) and OCDE (2002)

Table 1: Activity-based definition of the ICT Sector

Some sceptical views of the information age, such as Christopher May's (2002), argue against general claims that everything is organized on the basis of information and knowledge and postulates that «the underlying substance of our socio-economic system remains largely the same» (2002: 1). This author criticizes the rearrangements of various economic and employment statistics in order to firmly establish that the information society is emerging. In his view, the emerging ICT sector is rarely concerned with new types of enterprises or products, but is more often the result of the progressing division of tasks into their constituent elements, that were spun off or outsourced.

Despite the fact that this line of reasoning is very much linked with the most sceptical views of the information age, we also consider that more important than studying an economic sector in its global dimension, and corroborate international trends and patterns, it seems more relevant, in order to contribute to a more comprehensive and realistic analysis, to promote a division of ICT activities between four main categories: ICT-manufacturing; ICT-wholesales; ICT-telecommunications and ICT-business activities (see the right column of Table 1). In our opinion, this analytical approach will allow for the gathering of valuable information, in order to reliably interpret this economic sector, since it will allow for comparisons not only across time and space, but also between the various sorts of activities grouped in it.

Just before beginning our empirical analysis, it is important to clarify that despite the structural changes in our labour force and in our economy, the ICT sector is just one of the categories used in measuring knowledge-based economies. In the last forty years several studies⁵ emphasized the substantial increase of workers engaged in tasks that require skills in the production and distribution of knowledge, exposing a lack of synchronization in terms of the activities included in knowledge-based economies (for instance: education; R&D; media; financial services; biotechnology; ICT activities...). Despite this lack of agreement on the workforce engaged in knowledge - or information — intensive occupations, the ICT sector has been always a common reference, since some of the more common orientations in the information society studies are those that focus on the spread of computer and telecommunications technologies as the defining characteristics. In the opinion of Foray and Lundvall (1996: 13), the basic features of the knowledge-based economy, like «the new dynamics in the formation of tacit and codified knowledge; the growing importance of networked knowledge; and the acceleration of processes of interactive learning», are based on the increasing use of ICT's.

In this research, the option to study only the ICT sector is mainly related with this general assumption that both phenomena (ICT and the advent of the knowledge-based economy) are strongly interrelated, as well as the well-known relevance of the impact of these activities on local economic development, which goes far beyond the growth of high technology companies. Nowadays, all over the territory,

⁵ For a good synthesis, with a retrospective view that compares these studies and its contribution to better understand how this computerization is shaping our society, see Dordick and Wang (1993).

all kinds of firms are integrating computers and computer-controlled tools into their operations, as well as increasing the use of web-based purchasing technologies, with comparable competitive advantages. Like Fuller and Souther (1999: 290) said, the major reason for the interest that policymakers have on the take-up of ICT by small firms «is associated with contemporary notions of regional and national competitiveness». This means that the companies' changing needs should be acknowledged for the whole Portuguese territory, and that ICT services (wholesales, telecommunication and business activities) should be offered locally.

On the other hand and according to previous studies (Carayannis & Sagi, 2002), ICT enables high technology companies (most of them big multinationals firms, or great national companies traditionally located on the biggest urban regions) to expand key-functions throughout the world, in order to cut costs and obtain a higher level of efficiency, profitability and competitiveness⁶. Even small and peripheral countries, like Portugal, especially if they are able to offer some local advantages such as a qualified workforce and technological infrastructures or tax incentives, can now focus on and compete for vital functions, whether they involve manufacturing, research and development, logistic or sales. But has Portugal been an attractive destination for this kind of investments? Where are they located? How large is the workforce involved in this kind of activities?

3. Measuring the Portuguese ICT sector at a local level

In 2000 Portugal had 3221 ICT firms (occupying 63090 employees), corresponding to 1% of the Portuguese total firms⁷.

Figure 1 represents the Portuguese municipalities, comparing two main indicators: the relative importance under the ICT total firms and its dimension in terms of employees. Analysing this map we can conclude that more than 25% of the total municipalities do not have ICT activities, and those are especially located in the less developed areas: *Douro*, *Pinhal Interior Norte*, *Pinhal Interior Sul* and *Alto Alentejo*. Almost all ICT establishments (including the biggest ones in terms of employees) are located in the metropolitan areas and some middle-sized cities. In order to better demonstrate this obvious concentration on the municipalities with the best levels of accessibility, we should mention that around 60% of all municipalities with ICT firms have less than 0,1% of the Portuguese total ICT firms⁸.

⁶ Cairncross (2001) highlights the two changes that the world economy is experiencing: technological advance in computing and communications, and the breaking down of barriers in trade and investments.

⁷ In Portugal, the best source of information for keeping track of the changing structures of markets, in terms of location of enterprises, size and workers characteristics, is the Labour, Employment and Professional Training Statistics Department (Ministry for Social Security and Work). This database is annually updated (with answers to compulsory questionnaires) and monitors the universe of all Portuguese firms, with location references by municipality.

⁸ This percentage may be as high as 85% if we consider the municipalities with less than 0,5% of the Portuguese total ICT establishments.

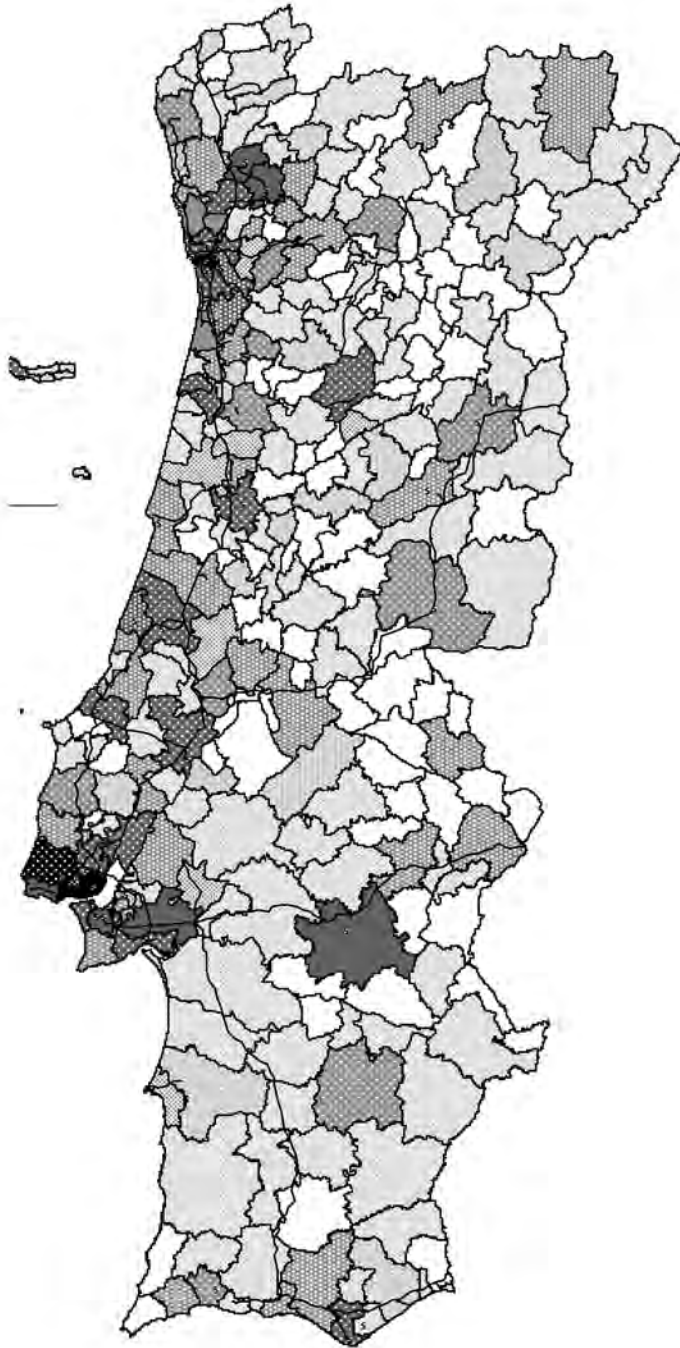


Figure 1: ICT establishments according to their dimension and municipalities relative importance under the Portuguese total ICT establishments (2000)

To exemplify this general trend we can say that around 42% of those firms are located in only four municipalities, three of which belong to Lisbon Metropolitan Area (Lisbon, Oeiras and Sintra) and the other to the Porto Metropolitan Area (Porto). Lisbon claims its status as capital city, and is also the leading financial and administrative centre, concentrating a large and mixed set of advanced services, with the head offices of the largest domestic and multinational firms. Porto's productive structure is not so rich or diverse in terms of services, and its industrial profile is more traditionally based, but strongly export oriented.

In terms of dimension, the Portuguese ICT sector is mainly composed of micro-firms. Over 70% of ICT firms have less than 9 employees, and only 16 companies have more than 500 employees. This small dimension has been reinforced over recent years. Between 1995 and 2000 only the smallest firms have increased their number of workers. It is an economic sector with a low intensive use of workers, as the majority of the Portuguese firms.

In terms of recent evolution, this economic sector is nowadays one of the most dynamic of the Portuguese economic sectors. While between 1995 to 2000 the firms growth rate for the all tertiary activities was 39,9%, in the ICT sector that rate was 87,3%⁹. Such an expressive growth was only comparable with the one recorded on *real estate, renting and business activities* (86,4%) and *construction* (81,4%).

ICT employment had a much slower growth by comparison with the dynamics of establishments. However, in 2000 it represented almost 2,5% of Portuguese employees, which represents more workers than the whole of the Portuguese primary sector.

Even so, these positive dynamics of employment should be analyzed in more detail, since it covers dramatic and significant situations of unemployment in some municipalities. Figure 2 illustrate that in recent years a decrease in this kind of employment was recorded in 53 municipalities. Valongo, Sintra and Castelo Branco are the three municipalities with the biggest declines (Table 2), each of them leaving behind over a thousand employees in a period of only five years.

The more recent facts of ICT employment are characterized by a gradually and clear super-concentration in the two metropolitan areas. All the municipalities with huge increase of ICT employees are located in the Lisbon Metropolitan Area (the most dynamic is Oeiras with almost 5 thousand new employees just in five years) or the Porto Metropolitan Area or nearby (Ovar, an adjacent municipality, is the most dynamic, with around 1300 new employees).

This territorial agglomeration can also be confirmed by the large employment decrease on all non metropolitan middle-sized cities, which had in 1995 a significant number of ICT employees (Braga, Guimarães, Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Coimbra and Faro), being the only exception Évora, where the ICT activities created almost 400 new jobs.

⁹ To better understand this figure we should not forget that we are dealing with a sector composed by emerging activities, and the established sectors should not be expected to have such high growth rates.

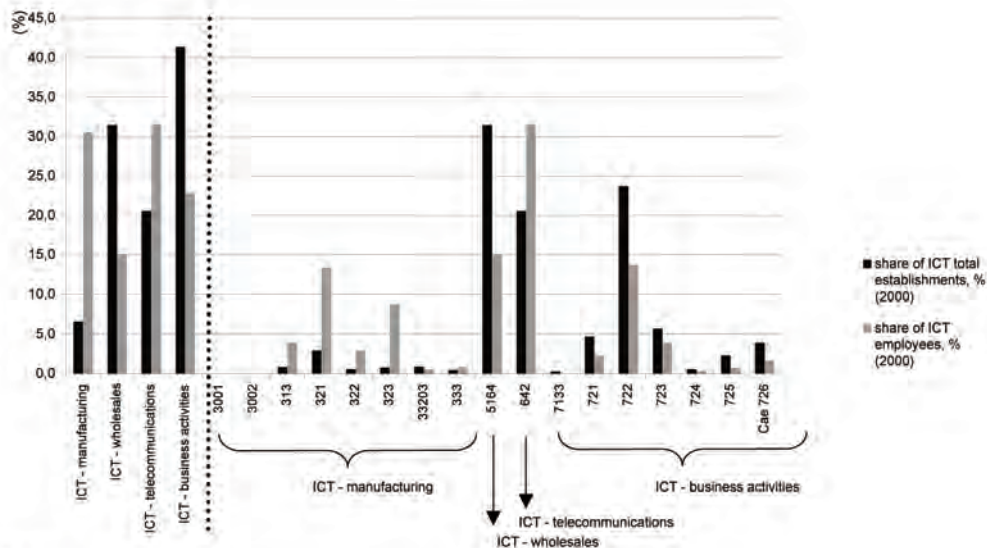


Figure 2: Spatial distribution of ICT employees, by municipality

Municipalities with a growth of ICT employees	Number of new ICT employees	Municipalities with a decrease of ICT employees	Number of ICT joblessness
Oeiras	+ 4,863	Valongo	- 1473
Seixal	+ 1,541	Sintra	- 1271
Ovar	+ 1,314	Castelo Branco	- 1196
Lisbon	+ 1,150	Guarda	- 898
Porto	+ 1,009	Santo Tirso	- 853
Vila do Conde	+ 682	Braga	- 514
Palmela	+ 563	Gondomar	- 373
Évora	+ 389	Setúbal	- 359
Vila Nova de Gaia	+ 205	Amadora	- 310
		Maia	- 305
		Loures	- 294
		Guimarães	- 273

Source: data collected in Labour, Employment and Professional Training Statistics Department, 2003
 Table 2. Municipalities with a growth or a decrease higher than 200 ICT employees, between 1995 and 2000

As we have already demonstrated, this is a diversified sector containing 17 different economic activities, which can be grouped into four main typologies: ICT-industry; ICT-wholesales; ICT-telecommunications and ICT-business activities. In Portugal, the ICT-business activities (in particular *software consultancy and supply*) include the majority of those companies (Figure 3). We have, however, a different reality in terms of employment, since ICT-telecommunication and ICT-industry (especially *manufacture of electronic valves and tubes and other electronic components*, one of the most important activities of the Portuguese automotive compo-



Source:

Data collected in Labour, Employment and Professional Training Statistics Department, 2003

Figure 3: Activities included on Portuguese ICT sector, 2000 (as listed in Table 1)

nents industry) employed the majority of ICT-employees, and the manufacturing activities gather the highest number of employees by coThis straightforward analysis allows us to state that the enormous growth of ICT establishments presented above cannot be explained by the appearance of new ICT manufacturing activities. Indeed, the whole ICT industry lost 33 establishments between 1995 and 2000. All other ICT activities, with the exception of *Data Processing*, have increased their values, especially *wholesaling of machinery, equipment and supplies* (from 625 to 1013 establishments), as well as *telecommunications activities* (from 201 to 662 new establishments, with the highest jump between 1996 and 1997).

To complete the evaluation of the Portuguese ICT sector and concerning the sales volume, we can state that 0,9% of all Portuguese enterprises¹⁰ is responsible for around 13,5 billion EUR, which is almost 6% of the all national sales volume.

Comparing this one with other sectors we can conclude that ICT's have a very high productivity rate (Table 3). Note that, for instance, despite the well-known importance of tourism in Portugal, the ICT sales volume is twice the amount recorded by tourism activities, particularly *hotels and restaurants*.

¹⁰ In this database the sales volume is collected by enterprises. One single enterprise may group several establishments.

	Enterprises		Total sales	
	1995/2000 (%)	% under the Portuguese total enterprises (2000)	1995/2000 (%)	% under the Portuguese total sales (2000)
Portugal - Total	39,8	100	54,3	100
Portugal – ICT sector	82,8	0,90	170,2	5,94
Primary sector	30,7	3,74	44,8	1,08
Secondary sector	42,1	31,56	39,7	35,37
Tertiary sector	39,2	64,70	64,1	63,55
Agriculture, hunting and forestry	31,5	3,64	48,3	1,00
Fishing	6,6	0,10	10,3	0,08
Mining and quarrying	18,9	0,36	8,4	0,38
Manufacturing	19,5	17,01	28,6	24,09
Electricity, gas and water supply	43,8	0,04	28,7	2,94
Construction	85,3	14,15	101,7	7,96
Wholesale and retail trade; repair of motor vehicles, motorcycles and personal and household goods	25,7	31,57	63,4	36,65
Hotels and restaurants	36,2	11,50	76,6	2,33
Transport, storage and communication	70,9	3,53	73,1	6,02
Financial intermediation	43,0	0,58	39,6	11,00
Real estate, renting and business activities	83,2	8,80	97,5	4,98
Public administration and defence; compulsory social security	25,0	0,08	159,2	0,01
Education	38,4	1,07	158,2	0,55
Health and social work	65,8	3,46	138,1	0,92
Other community, social and personal service activities	50,1	4,11	115,5	1,10
Private households with employed persons				
Extra-territorial organizations and bodies	0,0	0,00	-100,0	0,00

Source: data collected in Labour, Employment and Professional Training Statistics Department, 2003
Table 3. The recent evolution of enterprises and total sales in the different Portuguese economic sectors

5. The effect of the automobile industry and the Taguspark on the progress of Portuguese ICT activities

Since the early 60's, with the compulsory adjustment of all cars to the national market and with the arrival of the Renault companies, the Portuguese car components industry flourished. However, the consolidation of this economic sector was only to happen with the AutoEuropa company, which was established in the municipality of Palmela in 1991, thanks to a joint venture between Ford and Volkswagen¹¹. This investment in Palmela involves a volume of production around 130 thousand vehicles/year and has changed the way firms operate in a network, with a larger impact on Portugal's productive structure¹². These new methods are based on a high quality guarantee and on a very efficient logistic system that facilitates frequent deliveries (from the components suppliers) to a supplier-park located next to the assembly plant, which allows for to a sequential just-in-time production. AutoEuropa has been instigating a domino effect in terms of the emergence of several important firms of automobile components suppliers, and we should underline that some of the more important ICT-manufacturing activities, like *manufacture of electronic components*¹³, *manufacture of cables*¹⁴ or *manufacture of radio receivers*¹⁵, are part of the network of institutions and firms throughout Portugal that have developed new forms of co-operation with the automobile industry.

Two particularly important companies producing electronic components for the automobile industry are located in the municipality of Évora, and help us to explain its ICT importance in spite of being a non metropolitan middle-sized city. Both of them come as a direct result of Siemens' strong investments, which begun in 1969 with the construction of a manufacturing facility for communications products and the hiring of approximately one thousand employees. In 1999, Tyco International bought the relay production unit in Évora, and the manufacture of electro-mechanical relays for the automobile industry continued. This firm became the top automotive relays manufacturing unit in Europe, after high-tech manufacturing equipment and a third fully-automatic production line were added. At another site in Évora, in 1997, Siemens built a new factory (EPCOS) for the production of tantalum chip capacitors with joint-venture partner Matsushita. The success of this

¹¹ Although since 1999 VW took over the company.

¹² From the 365 suppliers of AutoEuropa, 44 of them are located in Portugal (Vale, M., 1999, cited in Chorincas, J., 2002)

¹³ The *manufacture of electronic components* located in Portugal produces items almost exclusively for the automobile industry. Some examples of multinational companies present in Portugal are: Delphi (belongs to General Motors), Yazaki Saltano, Grunding, Siemens, Preh, Roederstein, United Technologies Automotive or Ford Electronics.

¹⁴ The *manufacture of cables* is a very dynamic activity, and allows Portugal to be known as the biggest European producer and exporter of cables. Cablinal, Lear and Leonische are the main cable producers established in Portugal.

¹⁵ The national *producers of radio receivers* are not exclusively dedicated to the automobile industry and export the majority of their goods. The Portuguese production of car radios is concentrated in only four firms, three of which are located in the Braga district and belong to three of the biggest European multinationals: Bosh, Grunding and Ford Electronics.

firm is the consequence of the use of these chip capacitors in automotive industry and computer industries, but also of the increased demand for these electronic components in order to produce cellular telephones. Initially Eastern Europe was also considered for the construction of the new tantalum factory, but the distribution infrastructure already established by the Siemens electromechanical factory was a key-point for choosing Évora.

As we have already demonstrated, Oeiras is the most dynamic municipality concerning the creation of new ICT employments. This fact is strongly related to the Taguspark, established in the municipality in 1992. This is the oldest and largest science park in Portugal, and had in 2002 about 5,000 people employed in 190 companies. The main factors that can be identified as critical to its successful operation are: its location, near Lisbon and close to the capital's highway network, the infrastructures developed by the local authorities covering several aspects of the development of Taguspark and the surrounding area, the combination of public and private sector partners and the development of the Taguspark's image as a prestigious location. The first priority for the development of Taguspark was to attract large ICT 'anchor' occupants, such as Portugal Telecom or the call centre and IT operations of a major bank (BCP). After this, the emphasis was laid on attracting smaller technology-based companies. Since 1999, the business incubator began operating, and nowadays it provides assistance to some 120 companies; ICT is the main activity, but there are also electronics, energy-related, biotech and other new enterprise projects, some of them with strong links with academic institutions.

6. Conclusion

The Portuguese ICT sector is very heterogeneous as regards its contents. While it is essentially composed of micro-firms and this small dimension has been reinforced during recent years, there are also several huge companies that are part of the TOP Portuguese companies. As a result of the limited size of their local market, some of these Portuguese ICT firms with growth ambitions have already started a successful strategy of internationalisation, obtaining economic profits as well as establishing new cooperation links. The main foreign target markets are public administrations and local telecommunication enterprises, located in countries with some cultural and geographic proximity: Portuguese speaking African countries (Angola and Mozambique), EU countries (some of them in Eastern Europe), and Brazil (Valente, 2002).

Similarly to the Portuguese ICT enterprises that are present in other markets, there are also some multinational ICT manufacturing companies that distribute key functions throughout Portugal, especially firms of components supplying the automotive industry, which is a major application for ICT in Portugal. This explains the fact that the relative specialisation of some municipalities in ICT production

depends largely of foreign affiliates, as for instance Évora with *Tyco Electronics* and Vila do Conde with *Infineon Technologies*.

The importance of the ICT sector in the Portuguese economy grew significantly over the last few years. It has been an important growth promoter for various establishments, and a less important but still relevant factor of employment growth.

Partly as a result of being composed of emergent activities, ICT is the more dynamic Portuguese economic activity sector in terms of emergence of new establishments. Even so, our geographic detailed analysis allows us to say that these global positive dynamics conceal some dramatic and significant situations of unemployment in some municipalities, with strong economic and social impacts in local communities.

All throughout Portugal this economic activity sector has a pattern of dispersion of smallest telecommunications establishments, but with very little relevance on the main national statistics. A thorough analysis points out that it is an urban activity sector, which is gradually becoming a metropolitan activity sector. In Portugal the dimension of the two metropolitan areas enables the ICT establishments to benefit from a variety of agglomeration factors, like population, businesses, employment, R&D institutions, high qualified workforce, infrastructures and transport services.

It is progressively acknowledged that the growth of economies is in some way fuelled by ICT adoption, since it has altered the way businesses and consumers interact. Thereby, more important than to analyse if the ICT sector already accounts for a relative share of Portuguese total volume sales, is to understand that it can give a relatively large contribution to growth and productivity performances in the rest of the economy. To achieve this goal there is the need to generalise the access to modern means of information and knowledge and enable firms to efficiently and profitably use these new technologies. However, the local unavailability of ICT businesses activities in the Portuguese less developed and peripheral areas make somewhat difficult the adoption of outsourcing tasks as services capable to process information and communication by electronic means, which may have some negative impact when ICT's are no longer just innovative tools but also vehicles of further innovation.

While we are aware that the development of ICT activities depends on the demand, we can expect that Portuguese non-urban firms are much slower in the progressive process of learning how to readapt their organizations to the ICT challenges. In these municipalities, various policies and efforts are needed to help the rapid diffusion of ICT's and to get companies to adopt them.

References

- Cairncross, F. (2001) *The Death of Distance 2.0. How the Communications Revolution Will Change Our Lives*, London: Texere.
- Carayannis, E., & Sagi, J. (2002) 'Exploiting opportunities of the new economy: developing nations in support of the ICT industry', *Technovation*, 22: 517-524.
- Chorincas, J. (2002) *O Cluster Automóvel em Portugal*, Lisboa: Ministério das Finanças - Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- Dordick, H. & Wang, G. (1993) *The Information Society. A Retrospective View*, Newbury Park: Sage Publications.
- European Commission (2002) *Information society statistics. Data 1996-2001*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Foray, D. Lundvall, B.-A. (1996) 'The Knowledge-Based Economy: From the Economics of Knowledge to the Learning Economy' in OECD (2002) *OECD Documents. Employment and Growth in the Knowledge-based Economy*, Paris: OECD Publications, pp. 11-32.
- Fuller, E. and Southern, A. (1999). Small firms and information and communication technologies: policy issues and some words of caution. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 17, 287-302.
- Gardin, O. (2000) *A definition of ICT manufacturing products. A proposal for discussion DSTI/ICCP/IIS(2000)2*, Paris: OCDE.
- Haltiwanger, J. & Jarmin, R. (2000) 'Measuring the Digital Economy' in Brynjolfsson, E. & Kahin, B. (eds.) (2000) *Understanding the Digital Economy*, Massachusetts: The MIT Press, pp. 13-33.
- May, C. (2002) *The Information Society. A sceptical view*, Cambridge: Polity Press.
- Moulton, B. (2000) 'GDP and the Digital Economy: Keeping up with the changes' in Brynjolfsson, E. & Kahin, B. (eds.) (2000) *Understanding the Digital Economy*, Massachusetts: The MIT Press, pp. 34-48.
- Oecd (2002) *Measuring the Information Economy*, Paris: OECD Publications.
- Quah, D. (2000) 'Characteristics of the new economy: Stability, Growth, and Polarisation' in European Commission (2000) *Report of the Workshop on 6-7 April 2000: The New Economy of the Global Information Society. Implications for Growth, Work and Employment*, Brussels: European Commission/ Information Society Directorate-General, pp. 31-34.
- Vale, M. (1999) *Geografia da Indústria Automóvel num Contexto de Globalização – Imbricação Espacial do sistema AutoEuropa*, Lisboa: Universidade Clássica de Lisboa.
- Valente, T. (2002) *Internacionalização do sector das TIE*, Lisboa: ANETIE-Associação Nacional das Empresas das Tecnologias de Informação e Electrónica.
- Working Group of Statistical Experts (2001) *Measuring the knowledge-based economy: Global and regional developments*. Retrieved Oct 19, 2003, from <http://www.unescap.org/stat/cos12/wgse12/wgse12-05.htm>

O ciclone de 1941 e os prejuízos causados na sua passagem pela bacia hidrográfica do rio Ave — Uma perspectiva a partir do relatório do chefe da 2ª Secção da 1ª Direcção Hidráulica do Douro

Francisco da Silva Costa*

I. Os cantões: organização territorial e quadro normativo

A gestão do Domínio Público Hídrico em Portugal radica numa tradição institucional e jurídica centenária que formulou conceitos ainda hoje relevantes nesta matéria. A administração Hidráulica foi instalada em Portugal no final do século XIX, com a publicação do Regulamento dos Serviços Hidráulicos no Diário do Governo n.º 276, de 5 de Dezembro de 1892.

A Organização dos Serviços Hidráulicos considera no artigo 28º “ (...) § 1º a divisão do continente em duas circunscrições hidráulicas: a primeira, com sede em Lisboa, compreendendo as áreas da 3ª e 4ª Circunscrições Hidráulicas, e a segunda, com sede no Porto, compreendendo as áreas das antigas 1ª e 2ª Circunscrições Hidráulicas (...)”².

A organização do território descrita no artigo 36º refere que “ (...) Cada uma das secções de serviço interior compreenderá uma ou mais bacias hidrográficas completas (...)”, considerando, por isso, a bacia hidrográfica como a unidade de planeamento dos recursos hídricos. É o artigo 37º que estabelece os critérios da divisão territorial com a criação das secções, lanços e cantões, numa hierarquia espacial bem definida:

- a secção compreende um determinado número de lanços que se subdividem em cantões;
- o lanço é composto por um certo número de cantões completos de modo a ficarem compreendidos dentro do mesmo concelho pertencente a circunscrição. Cada lanço deverá ficar compreendido quanto possível entre povoações ou pontos importantes e nunca deverá ter menos de 30 quilómetros de extensão;
- cada cantão terá entre 6 e 8 quilómetros de extensão, quando abranger a fiscalização em ambas as margens dum rio ou ribeiro, e entre 10 e 12 quilómetros, quando lhe pertencer só uma das margens.

Este modelo de organização territorial estaria em vigor até à publicação do Decreto-Lei n.º 26117, de 23 de Novembro de 1935, que criou, no então Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos. Esta direcção foi dotada com serviços externos, entre os quais “ (...) § 1º A Direcção Hidráulica do Douro — 1.ª Direcção —, com sede no Porto, abrange as

* Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, francisco@geografia.uminho.pt

¹ Este relatório está incluído no processo n.º 352 de 1941 do arquivo da Administração da Região Hidrográfica do Norte.

² Fixadas pela Plano de organização dos serviços hidráulicos com a divisão do País em 4 circunscrições hidráulicas (Carta de Lei de 6 de Março de 1884).

bacias hidrográficas dos rios ao norte do rio Douro, a bacia hidrográfica deste e as dos cursos de água que, indo desaguar no mar, ficam compreendidos entre o rio Douro e a lagoa de Esmoriz, inclusive (artigo 5.º) (...)”. Já no espírito destas mudanças institucionais, o engenheiro director da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos tinha enviado às respectivas divisões, uma circular (em 1 de Julho de 1934), em que preconiza os critérios de organização territorial e as obrigações daí decorrentes. Assim, refere “ (...) *Torna-se de absoluta necessidade por um pouco de ordem no serviço de fiscalização e por isso determino aos Chefes de Divisão:*

1) que mandem proceder, por intermédio dos chefes de secção e de conservação, a delimitação da área de fiscalização de cada cantoneiro, área que obedecera quanto possível, não as divisões por freguesia ou concelhos, mas sim a bacias dos cursos de água;

2) que para cada uma dessas áreas mencionem: a) os grandes rios nelas compreendidos; b) os afluentes destes também nelas compreendidos; c) as linhas de água de menor importância designando-as pelos seus nomes, desde que levem água permanente ou só sequem na ocasião de maior estiagem;

3) que a medida que as delimitações forem feitas e registadas os nomes dos cursos de água, remodelem o serviço de fiscalização, por forma a que os cantoneiros visitem as linhas de água a que se referem as alíneas a) e b) pelo menos de três em três meses a que se refere a alínea c) pelo menos de seis em seis meses;

4) que os cantoneiros indicarão semanalmente, aos chefes de conservação a parte dos cursos de água por eles visitadas (...);

7) que os chefes de secção e de conservação organizem o serviço de fiscalização por forma a poderem exercer vigilância sobre os cantoneiros;

8) que cada secção hidráulica deve começar desde já a delimitação de cantões (...);

10) que quando seja conveniente intensificar a fiscalização (...) deverá o número de visitas as linhas de água ser maior (...).”

Neste contexto, foi estabelecida uma nova divisão das bacias hidrográficas do rio Ave e do rio Cávado, no âmbito duma estrutura integrada dentro da respectiva secção. Os lanços e os cantões foram reorganizados e foi introduzida uma numeração. A bacia hidrográfica passou a ser constituída por doze cantões numerados de 16 a 27 (fig. I), organizados por sub-bacias.

Em 1941, a área do lanço n.º 5 (com sede na Póvoa de Varzim), da 2ª Secção de Braga da Divisão Hidráulica do Douro, estava confinada à bacia do Rio Ave e costa marítima, desde o ribeiro de Lourido (a norte de Aguçadoura) até ao rio Donda, inclusive. Os doze cantões continuavam a existir com alguns acertos.

O regulamento dos Serviços Hidráulicos aborda também as competências e atribuições do pessoal do quadro de cada secção. O artigo 41º especifica as áreas de actuação das secções do serviço. A orgânica de cada secção está definida pelos artigos 43º ao 48º, onde são referidas de forma hierarquizada, as atribuições e competências, de carácter mais executivas, para o director da circunscrição hidráulica e os engenheiros chefes das secções do serviço externo, e mais administrativas e técnicas, dos restante pessoal, nomeadamente do chefe de secção, dos mestres de valas e

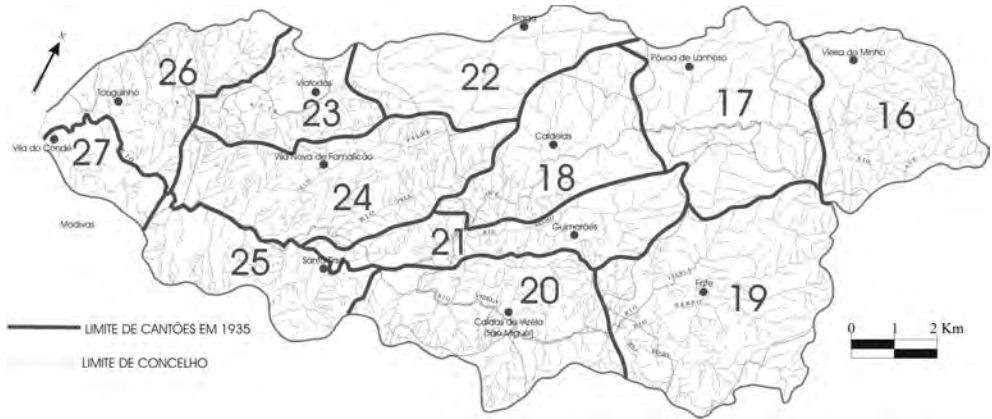


Fig. I: Divisão da bacia hidrográfica do rio Ave, por cantões, em 1935.

(Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

dos guarda-rios. Aos engenheiros chefes das secções do serviço externo cabia, principalmente, fiscalizar o serviço dos mestres e guardas e a observância dos respectivos regulamentos (2º do artigo 48º). Entre outras funções, estavam previstas determinadas tarefas administrativas, nomeadamente a elaboração do relatório anual, onde, além das referências à contabilidade da secção, também era considerado o capítulo do pessoal.

Os chefes de lança desenvolviam também acções de fiscalização, mas relacionadas com a execução das obras e trabalhos a realizar. Vigiar e fiscalizar o serviço de polícia dos mestres e guardas e enviar ao chefe de secção, os autos e participações sobre transgressões, eram outras das competências atribuídas (2º, 5º e 7º do artigo 49º).

As competências dos mestres de vala decorriam, essencialmente, das saídas de campo, com as quais se pretendia “ (...) percorrer amiudadas vezes todo o seu lança, examinar detida e minuciosamente o estado das matas (...) rios, valas, esteiros (...) e bem assim (...) das pontes e outras obras; das plantações, viveiros e revestimentos; e... tomando nota de todas as transgressões cometidas (...)” (3º do artigo 50º do Regulamento dos Serviços Hidráulicos) e “ (...) examinar se pelos proprietários confinantes com diversas correntes de água, e dos campos inundáveis, são cumpridas as disposições das leis e deste decreto e respectivo regulamento a que são obrigados (...)” (5º do artigo 50º, idem).

A polivalência de funções do guarda-rios, descrita no 1º ponto, do artigo 51º, do Regulamento do Serviços Hidráulicos, resultava, essencialmente, do exercício de “ (...) a vigilância e a polícia e conservação das (...) margens (...) rios, ribeiros, canais e valas, das pontes e aquedutos, dos marcos quilométricos e hidrométricos, das plantações e sementeiras e, em geral, de qualquer pertença das obras; devendo dar imediatamente parte ao mestre, seu chefe, de qualquer dano ocorrido que por si só não possa reparar com a possível e conveniente brevidade (...)” Os guarda-rios assumem,

sem dúvida, um papel central na gestão das áreas pertencentes ao Domínio Público Hídrico, reflectida e assumida no artigo 237º do mesmo regulamento, em que se enfatiza a natureza da sua missão “ (...) *essencialmente protectora, cumprindo-lhes empregar todos os meios de vigilância e de advertência para evitar que se pratiquem crimes, delitos ou transgressões, e devem usar da maior prudência e circunspecção no desempenho dos serviços a seu cargo, a fim de evitar conflitos.*”

II. O ciclone de 15 de Fevereiro de 1941 — uma abordagem a partir do relatório de prejuízos

Os ciclones violentos são fenómenos muito pouco frequentes em Portugal Continental. No entanto, quando ocorrem, causam grandes danos materiais e constituem uma ameaça para a vida humana. O ciclone ocorrido na Península Ibérica entre os dias 15 e 16 de Fevereiro de 1941 foi, sem dúvida, o mais violento verificado no nosso país em todo o século XX e, seguramente, ainda se mantém vivo na memória de algumas pessoas mais idosas. O ciclone de 15 de Fevereiro de 1941, produziu, em poucas horas, estragos em quase todo o território continental³, tendo também sido sentido em algumas áreas da bacia hidrográfica do rio Ave, principalmente no sector inferior ao longo rio Ave, e no curso superior do rio Vizela.

No relatório elaborado pelo chefe da secção⁴, este refere que “ (...) *Não ponderam todos os prejuízos causados pelo vendaval de 15 de Fevereiro de 1941 (...) devido ao volume de águas, em algumas correntes o não ter consentido. Porém, pelo que foi possível observar (...) esses prejuízos foram os seguintes: (...) podem bem considerar-se na sua maioria, pela derrubação de árvores, sendo algumas de fruto, desmoronamento de valados, ramadas, pequenos muros de suportes, destelhamento de moinhos, etc., o que calculadamente dá o prejuízo de cerca de 33.000\$00. É certo que este prejuízo não se pode considerar total, em virtude de as árvores derrubadas terem o seu valor (...)* Porque julgo conveniente salientar alguns prejuízos de maior vulto (...) — *Rio Ave, freguesia de Bougado Santiago (Santo Tirso), prejuízos na azenha pertencente a Manuel Joaquim da Costa Cruz, avaliados em 500\$00; no mesmo rio, freguesia e concelho, prejuízos na azenha de Laurinda de Sousa Neves, no valor de 300\$00; prejuízos na azenha de Manuela Azevedo Couto em 300\$00; prejuízos na azenha Manuel Joaquim da Costa Portela em 400\$00; ainda no mesmo rio, na freguesia de Fradelos, Vila Nova de Famalicão, prejuízos na azenha de Henrique da Costa Carneiro e uma parede destruída, avaliados em 600\$00; na mesma freguesia, prejuízos na azenha Manuel Pereira da Silva Carneiro, avaliados em 300\$00; no concelho de Fafe e nas freguesias de Vila Cova, muro de suporte destruído, pertencente*

³ Foi sentido com particular incidência na região centro, nomeadamente na cidade de Coimbra, onde se registaram ventos máximos da ordem dos 135 km/h.

⁴ Relatório dos prejuízos causados pelo ciclone de 15.2.1941 aos proprietários confinantes da área de jurisdição da 2ª secção da 1.ª DHD.

a Francisco Jorge de Oliveira, avaliado em 300\$00; na freguesia de Silvares, muro de suporte destruído pertencente a Henrique Lemos, avaliado em 1.000\$00; freguesia de Freitas, muro destruído, pertencente a Faustino Oliveira Peixoto, avaliado em 500\$00; freguesia de Travassos, muro destruído pertencente a Maria de Oliveira, avaliado em 200\$00; freguesia de Queimadela, muro destruído pertencente a António Antunes, avaliado em 1.500\$00; freguesia de Fornelos, muro destruído pertencente a Albino Nogueira avaliado em 400\$00; em Vila do Conde, freguesia de Macieira, na margem do rio Ave, uma azenha e ramada parcialmente destruídas pertencentes a Lourença Rosa de Azevedo, sendo os prejuízos avaliados em 600\$00. Neste concelho houve mais prejuízos de pequena monta, que vão englobados na avaliação geral... De maneira que, somados os prejuízos a que se faz menção especial, aos que englobadamente foram referidos, a totalidade é de cerca de 41.400\$00 (...). (fig. II)”

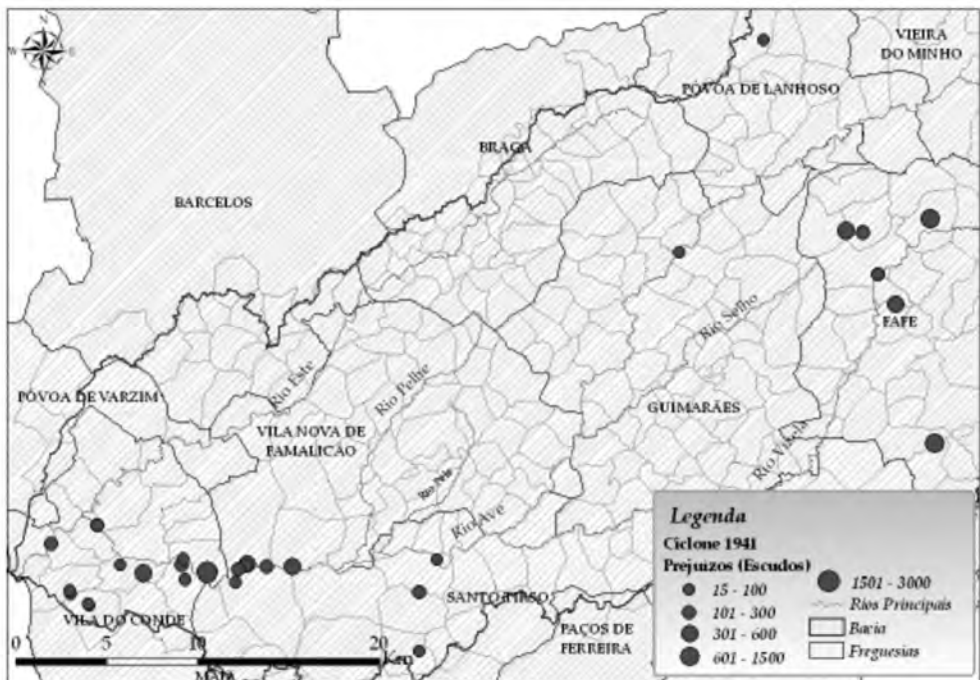


Fig. II - Localização dos locais afectados, pelo ciclone de 15 de Fevereiro de 1941, em função dos prejuízos estimados.

(Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Esta estimativa de prejuízos teve por base o levantamento efectuado pelos guarda-rios nos respectivos cantões (quadro I).

Esta vasta operação foi no entanto prejudicada pelos elevados caudais que se verificavam ainda durante os trabalhos dos guarda-rios. Os principais danos registados foram:

N.º de Cantão	Nome	Residência
22	Raul Martins Gomes Oliveira	Braga
16	Amaro José Ribeiro	Vieira do Minho
23	Manuel da Silva	Viatodos - Barcelos
24	Joaquim da Costa Santos	Vila Nova de Famalicão
27	Altino Barreira da Silva	Modivas - Vila do Conde
25	Manuel Moreira da Silva	Santo Tirso
18	José Ribeiro	Caldelas - Guimarães
19	Humberto Eugénio Ribeiro e Matos	Fafe
17	Manuel Joaquim da Rocha	Póvoa de Lanhoso
20	Eurico Romualdo Peixoto	Vizela - Guimarães
26	Manuel Afonso de Carvalho Jacó	Touguinhó - Vila do Conde
21	José António Martins Antanôa	Guimarães
22ª)	Joaquim Manuel da Mendes	Braga

Quadro I: Relação de guarda-rios e respectivas sedes de residência, no 5º Lanço da 2ª secção de Braga, envolvidos no levantamento dos prejuízos decorrentes do ciclone de 15 de Fevereiro de 1941.

(Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

— o derrube de árvores. No Cantão de Vizela, foram contabilizadas 548 árvores caídas, num valor que foi estimado em 3877 escudos (quadro II).

Curso de água	Total	Valor (\$)
Vizela	226	1395
Ferro	30	205
Bugio	26	222
Infantas	49	318
Pombeiro	38	351
São Martinho	21	227
Vila Fria	24	140
Tagilde	7	42
Tamonde	16	102
Sá	78	606
Fervenças	21	160
Formigosa	12	109
Total	548	3877

Quadro II: Valor estimado dos prejuízos resultante da queda de árvores, causados pelo “ciclone” de 15 de Fevereiro de 1941. (Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Nas contagens efectuadas foram também identificadas as espécies a que pertenciam as árvores derrubadas (quadro III);

Espécies arbóreas	N.º	(\$)
Amieiros	297	1672
Austrálias	3	60
Carvalhos	126	875
Cerejeiras	78	670
Choupos	33	170
Eucaliptos	9	230
Castanheiros	2	200

Quadro III: Valor estimado dos prejuízos resultante da queda de árvores, por espécies arbóreas, causados pelo ciclone de 15 de Fevereiro de 1941. (Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

- o desmoronamento de valados e margens;
- a queda de ramadas;
- o desabamento de muros;
 - o arrombamento de açudes;
- a destruição de moinho.

Embora alguns cantoneiros tenham tido um enorme trabalho no levantamento dos prejuízos, nomeadamente na contagem de árvores caídas nas margens dos cursos de água, a probabilidade dos prejuízos serem maiores é grande, dada a extensão dos cantões a fiscalizar e a falta de informação por parte dos proprietários afectados pelo ciclone. Neste âmbito, foi publicado o DL 31360 de 1 de Julho de 1941, que permitiu a abertura de uma linha de crédito destinado às despesas da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas com os estragos produzidos nas matas pelo ciclone de 15 de Fevereiro de 1941.

Referências Bibliográficas

- Costa, F. S. (2008) *A gestão das águas públicas – O caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973*, Tese de Doutoramento em Geografia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 857 p.
- Dantín Cereceda, J. (1941) “El ciclón del 15-16 de febrero de 1941 sobre la Península Ibérica” *Estudios Geográficos, II (febrero de 1941)*, CSIC.
- Pita, P. (1941) “El temporal de los días 15 y 16 de febrero de 1941”, *Revista de Aeronáutica, n.º 2*.
- Gonçalves, A. J. B., (2006) *Geografia dos Incêndios em Espaços Silvestres de Montanha – O caso da Serra da Cabreira*, Tese de Doutoramento em Geografia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 439 p.

Rubio, J. V. R. (2001) “Los temporales de viento en la península ibérica. Análisis meteorológico de la extraordinaria situación atmosférica de febrero de 1941”, *revista Gerencia de Riesgos y Seguros de la Fundación MAPFRE Estudios*, n.º 74.

Anexos

Curso de água	Lugar	Freguesia	Descrição dos prejuízos	Prejuízo estimado	Proprietário
Rio Ave	Retorta	Retorta	Telhas de casa de azenha e casa de habitação	200\$00	Companhia Rio Ave
	Espinheira	Tougues	Casa de azenha, roda, muro e ramada	170\$00	Augusto Castro
	Maia	Macieira	Casa de azenha, roda, ramada	600\$00	Lourença Rosa Azevedo
	Picotos	Macieira	Casa de azenha	50\$00	José da Silva Carvalho
	Azevedo	Fornelo	Telhas de casa de azenha	50\$00	Manoel Gonçalves Oliveira
	Mata	Fornelo	Telhas de casa de azenhas	100\$00	Adelino Batista Gomes
	Mata	Fornelo	Telhas de casa de azenhas	100\$00	Elisa Gonçalves Maia
	Mata	Fornelo	Telha de casa de azenhas e parede	150\$00	Adelino Batista Gomes
	Rêgo Naval	Fornelo	Telhado de fábrica	3.000\$00	Fábrica do Papel do Rio Ave
Ribeiro de Braziela	Braziela	Árvore	Telhado de casa de moinho	30\$00	Manoel Azevedo Cardeal
Ribeiro de Savinhães	Saltão	Fajozes	Telhado de casa de moinho	40\$00	José Dias Pires
	Cazal Tem	Fajozes	Arranque de 2 cerejeiras	20\$00	Manuel Francisco da Silva
	Cazal Tem	Fajozes	Arranque de 1 pinheiro	20\$00	Manuel Francisco da Silva
	Cazal Tem	Fajozes	Ramada e queda de 2 pinheiros	50\$00	José Dias Pires

Quadro IV: Descrição dos prejuízos registados pelo guarda-rios Altino Barreiro da Silva no cantão n.º 27, Vila do Comde. (Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Curso de água	Lugar	Freguesia	Descrição dos prejuízos	Prejuízo estimado	Proprietário
Ribeiro do Fojo	Lata	Vilacova	muro de suporte com 15x3m	300\$00	Francisco Jorge Oliveira
Rio Bugio	Soprado	Silvares (São Martinho)	muro de suporte com 80x2m	1.000\$00	Henrique de Lemos
Rio Torto	Linharinho	Freitas	muro de suporte com 40x1,5m	500\$00	Faustino Oliveira Peixoto
Rio Vizela	Lapa	Travassós	muro de suporte com 5x4m	200\$00	Maria Oliveira
Ribeiro da Bordeira	Igreja	Queimadela	muro de suporte com 80x4m	1.500\$00	António Antunes
Ribeiro de Lomarinho	Lomarinho	Fornelos	muro de suporte com 20x4m	400\$00	Albino Nogueira

Quadro V: Descrição dos prejuízos registados pelo guarda-rios Humberto Eugénio Ribeiro Matos no cantão n.º 19, Fafe. (Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Curso de água	Lugar	Freguesia	Descrição dos prejuízos	Prejuízo estimado	Proprietário
Rio Ave	Maganha	Bougado (Santiago)	Azenha e árvores	100\$00	Joaquim da Costa Cruz
	Bairros	Bougado (Santiago)	Azenha	300\$00	Laurinda de Sousa Neves
	São	Bougado (Santiago)	Azenhas	300\$00	Manuel Azevedo Couto
	Barca	Bougado (Santiago)	Azenha	400\$00	Manuel Joaquim da Costa Portela
	Pedras Rubras	Fradelos	Azenha e moinho	600\$00	Henrique da Costa Carneiro
	Povoação	Fradelos	Azenhas	300\$00	Manuel Pereira da Silva Carneiro

Quadro VI: Descrição dos prejuízos registados pelo guarda-rios Joaquim da Costa Santos no cantão n.º 25, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão. (Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Curso de água	Lugar	Freguesia	Descrição dos prejuízos	Prejuízo estimado	Proprietário
Ribeiro de Sangui-nhedo	Diniz de Baixo	Santo Tirso	Ramada	300\$00	Manuel Correia Miranda
Rio Ave	Pinheirinho	Santo Tirso	Ramada	100\$00	Narciso Eduardo Souza
Ribeiro da Barrela	Ribeira	Guimarei	Ramada	20\$00	Manuel Francisco Carneiro Araújo

Quadro VII: Descrição dos prejuízos registados pelo guarda-rios Manuel Moreira da Silva no cantão n.º 24, Santo Tirso. (Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Curso de água	Lugar	Freguesia	Descrição dos prejuízos	Prejuízo estimado	Proprietário
		Souto (São Salvador)	Árvores, telhado e muros	15\$00	

Quadro VIII: Descrição dos prejuízos registados pelo guarda-rios José Ribeiro no cantão n.º 18, Guimarães. (Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Curso de água	Lugar	Freguesia	Descrição dos prejuízos	Prejuízo estimado	Proprietário
		Rendufinho (Póvoa de Lanhoso)	Árvores, telhado de fábrica	50\$00	José Joaquim Fernandes

Quadro IX: Descrição dos prejuízos registados pelo guarda-rios Amaro José Ribeiro no cantão n.º 16, Vieira do Minho. (Fonte: Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Curso de água	Amieiros	(\$)	Austrálias	(\$)	Carvalhos	(\$)	Cerejeiras	(\$)	Choupos	(\$)	Euca- liptos	(\$)	Castanheiros	(\$)	Total	(\$)
Vizela	153	765	3	60	65	390					5	180			226	1395
Ferro	16	90			9	40	5	75							30	205
Bugio	12	72			6	60	8	90							26	222
Infantas	28	168			12	60	9	90							49	318
Pombeiro	10	60			14	140	9	126	5	25					38	351
São Marti- nho	6	72			10	125			5	30					21	227
Vila Fria	24	140													24	140
Tagilde	7	42													7	42
Tamonde	6	42			10	60									16	102
Sá	26	126					29	145	17	85	4	50	2	200	78	606
Fervenças	5	50					10	80	6	30					21	160
Formigosa	4	45					8	64							12	109
Total	297	1672	3	60	126	875	78	670	33	170	9	230	2	200	548	3877

Quadro VIII: Descrição dos prejuízos registados pelo guarda-rios Eurico Remoaldo Silva Peixoto no cantão n.º 20, Vizela, Guimarães.

Cooperação e mudança organizacional*

Ivo Domingues

Introdução

Os fenómenos da cooperação entre pessoas tendem a ser analisadas por recurso a teorias inspiradas ou derivadas da teoria dos jogos e de orientação psicossociológica. Assim, tendem a focalizar mais o comportamento cooperativo dos indivíduos do que o processo de cooperação, a privilegiar os processos de decisão, a enfatizar as formas de racionalidade monitorial da conduta e o controlo de recursos que sustentam a dependência e a reciprocidade, ao mesmo tempo que tendem a considerar um limitado número de participantes. As questões que orientam a investigação focalizam as condições viabilizadoras da cooperação, a percepção dos movimentos dos jogadores, a antecipação dos benefícios proporcionados pelos movimentos planeados e a avaliação dos benefícios obtidos pelos movimentos realizados.

Neste texto proponho análise da cooperação realizada no seio de uma Parceria de Desenvolvimento de Sistemas de Gestão da Qualidade para organizações do sector social. Proponho uma leitura da cooperação como processo, desenvolvido por agentes intencionados que agem em contexto organizacional. Proponho analisar o modo como a cooperação é regulada por meio de processo de estruturação segundo as dimensões da significação, legitimação, dominação e responsabilização.

A sua adopção permite vantagem sobre as leituras mais estratégicas da cooperação, pois considera dimensões mais ou menos desprezadas pelas leituras dominantes. Assim, ao lado da dominação, suportada pelo acesso e uso de fontes e meios de poder, pode ser abordada a significação, fundamental às definições de situação e classificação da realidade, e a legitimação, fundamental à justificação das acções e à definição das intenções dos participantes e monitorização da conduta. Ainda lhe acrescento outra dimensão — a da responsabilização — insuficientemente valorizada na teoria da estruturação e que aqui integro sem caução teórica por não ser esta reflexão oportunidade adequada a esse esforço.

1. Contexto organizacional da cooperação

A PD realiza o seu projecto cooperativo em contexto organizacional cujos principais atributos são os seguintes: voluntariedade, pois a adesão foi opção da gestão de topo das organizações participantes; formalidade, pois possui sistema de gestão vali-

* Siglas: IPSS – Instituições Privadas de Solidariedade Social; PD – Parceria de Desenvolvimento; RTP – Recursos Técnico-Pedagógicos; SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade.

dado pela entidade financiadora do qual fazem parte a Equipa Técnica e a Equipa Directiva; complementaridade, pois quase todas as organizações assumem responsabilidades específicas pela realização do programa de desenvolvimento de produtos adoptado e aprovado pela entidade financiadora; reciprocidade, pois cada organização detinha ou passou a deter maior controlo sobre dado recurso de que as restantes organizações carecem para realizar o projecto; comensurabilidade dos objectivos, pois todos os participantes partilham o desejo da certificação do SGQ das organizações; controlabilidade do trabalho da parceria, por meio de entidade externa para o efeito contratada e por meio da função interna de coordenação confiada a uma das organizações; equidade das organizações, pois todas gozam do mesmo poder decisional; precariedade da cooperação, pois é materializada por equipas adhocráticas, tendo previsto limitado calendário de dois anos. É neste contexto que ocorrem as práticas mais adiante analisadas e materializadoras de princípios estruturais.

Todas as organizações controlam ou passaram a controlar factores necessários ao sucesso da PD, o que reforça a recíproca e colectiva dependência. A empresa privada possui competências em Gestão da Qualidade e em Gestão de Recursos Humanos. A Câmara Municipal possui capacidade de mobilização das IPSS do concelho e goza do prestígio de ser importante entidade de gestão territorial; as IPSS detêm conhecimentos e competências para actuar na prestação dos serviços sociais. Cada tipo de organização controla recursos distintos, residindo a importância da sua participação no valor pelos parceiros reconhecido ou atribuído a esses factores para o sucesso do Projecto e à capacidade para os controlar e manter restrito o seu uso. Neste caso, os mais importantes recursos são controlados pela empresa consultora, que sabe interpretar e adaptar a Norma ISO tomada como referencial para montar os SGQ, e pelas IPSS, que conhecem a legislação do sector e sabem como prestar os serviços protocolados com o Estado. Os recursos controlados pela Câmara Municipal são mais necessários na fase final da realização do projecto, aquando da disseminação dos modelos de gestão criados na PD pelas outras organizações do sector social.

Todas as organizações tinham de assumir responsabilidade formal e operacional pela execução das actividades que a PD necessariamente teria de executar. A empresa de consultoria ficou com a responsabilidade pela execução dos RTP, a Câmara Municipal ficou com a responsabilidade pela comunicação externa da PD, as IPSS ficaram com a responsabilidade pela execução do Balanço de Competências, pela gestão financeira e coordenação operacional da PD, pela cooperação internacional com PD que desenvolviam outros projectos na área social, pela elaboração de Manual de Boas Práticas do sector social, pela coordenação da formação interna na PD e apenas uma ficou sem nenhuma responsabilidade atribuída.

Este estudo, realizado no sector social, impressiva e espontaneamente conotado com os valores da solidariedade e do altruísmo, permitirá ver como se desenvolveu e estruturou uma PD criada para melhorar, em parceria, os processos e as práticas da gestão da qualidade. Surpreenderemos os agentes envolvidos em situações variáveis entre a cooperação e o conflito, entre o esclarecimento e a omissão, entre a reci-

proacidade e a iniquidade, entre a partilha e a privatização, fazendo diversos e insuspeitos usos das regras e dos recursos adoptados ou disponíveis.

2. Princípios estruturais da regulação da PD

Etzioni analisou as formas de controlo organizacional para identificar os meios que as organizações encontram para obter a aceitação e a obediência (1974:57-71). Existem, em sua opinião, três formas de obter a colaboração das pessoas e a sua obediência às regras. Aquelas formas variam de acordo com a natureza das organizações, definidas em função do seu padrão dominante de consentimento, ou seja, da relação entre tipo de poder dominante e tipo de participação. Nas organizações coercivas (prisão, hospitais de doenças mentais, etc.) o poder é coercivo, as sanções podem ser físicas como a limitação de movimentos e supressão de conforto, e a participação predominantemente alienada; nas organizações culturais (escolas) o poder é normativo, as sanções são simbólicas como o tratamento pessoal e a distribuição de concordância, e a participação é mais moral; e nas organizações utilitárias (empresas) o poder é remuneratório, traduzido em salários e gratificações adicionais, e a participação é calculista. Mas esta tipologia não se aplica a equipas e, menos ainda, a equipas de natureza *ad hoc*. Nestas, o poder é normativo, inspirado em códigos técnicos e relacionais, as sanções são simbólicas, como as formas de tratamento e uso da palavra, e a participação é técnica, orientada para a resolução de problema adoptada como objectivo comum.

Berger e Luckman judiciosamente argumentam que a actividade social é ela mesma meio de controlo social (1967:53-72). Nas relações sociais duradouras, as pessoas desenvolvem padrões de acção, comportamentos habituais realizados no seu dia-a-dia. Os comportamentos mais importantes para os indivíduos são tipificados, assumem a forma de papéis sociais, tornam-se instituições. Estas funcionam como guias de conduta, restringem as possibilidades de escolha de orientações alternativas, facilitando a sua persistência como instituições e critérios de avaliação do comportamento. Não adopto o conceito de papel para organizar a leitura, mas convoco esta ideia de controlo em fluxo, na serialidade dos encontros.

Quanto à forma, o controlo pode assumir as seguintes categorias: *controlo social técnico* e *controlo social expressivo*. O primeiro é tendencialmente realizado por indivíduos dotados de competência de interpretação de requisitos do código normativo tomado por referência e de implementação do SGQ. Inspira-se mais em racionalidade técnica viabilizadora de análise da conformidade das práticas face aos requisitos normativos. A mediação normativa técnica, realizada pelos consultores, assume enorme importância, a qual progressivamente se reduz à medida que dirigentes e técnicos vão desenvolvendo conhecimento dos requisitos e aplicação do referencial normativo. O segundo é tendencialmente realizado por parceiros envolvidos na PD, dirigentes e técnicos pertencentes às organizações parceiras. Inspira-se mais em

racionalidade monitorial, agindo segundo requisitos normativos relacionais. São estas duas modalidades de controlo que vou propor observar no funcionamento da PD segundo as quatro dimensões estruturais antes expressas.

Proponho analisar o processo de cooperação e, mais do que isso, o processo de regulação da cooperação procurando práticas mais recursivamente actualizadas, constitutivas de princípios estruturais. Estes são “conjuntos de interconexões” institucionalizadas que governam a reprodução dos sistemas sociais, constituídos pelas práticas sociais recíprocas e recursivas dos agentes (Giddens, 1979:141). Existem princípios estruturantes dos sistemas sociais quando as práticas adquirem regularidade e recursividade, assumindo a forma de padrão da interacção, organizam e orientam as condutas, regularizando as práticas. O espaço e o tempo são vistos como contexto normativo, articulados pela região. A regionalização consiste na definição dos comportamentos considerado adequados nas diferentes bandas de espaço-tempo (Giddens, 1988:119).

Para formular princípios organizadores da conduta adopto como critérios dimensões da estruturação social, concretamente a significação, permitida pela comunicação e pelo uso de esquemas interpretativos partilhados, a legitimação, assente na moralidade e nas regras morais, e a dominação, facilitada pelo uso de recursos de poder (Giddens, 1988: 122). A esta acrescento a responsabilização, permitida pela definição de relações entre agentes e efeitos esperados ou observados da agência. A formulação destes princípios permite generalização por indução analítica (Denzin, 1989: 165-75) à cooperação na PD. Contudo, a generalização destes princípios a outros casos não é legítima e aqueles apenas podem ser adoptados como hipóteses de pesquisa. Os princípios estruturais que procuro correspondem a modalidades de regulação da cooperação observadas nos encontros dos órgãos operacionais e estratégicos da PD. Estas modalidades reproduzem racionalidades que tanto reflectem interesses pessoais como institucionais, tanto consideram os fins como os meios, tanto têm em conta o valor de uso como o valor simbólico das acções e dos produtos, e esta diversidade de factores e influências dotam a monitorização de ambiguidade e incerteza que tornam a racionalidade mais complexa e variável.

2.1. Segundo a legitimação

a) A legitimidade do controlo social expressivo é tanto maior quanto menor é a eficácia do controlo social técnico

Quando o desvio é de natureza técnica e operacional, a actuação reguladora compete a quem domina os recursos que sustentam o controlo social técnico e os seus resultados obtidos dispensam ou exigem a actuação doutra forma de controlo. Quando a regulação é mal sucedida e a correcção do desvio não ocorre, este pode permitir efeitos estratégicos para a PD e, nesse caso, abrem-se possibilidades de intervenção de quem controla os recursos expressivos. Existe, assim, uma alter-

nância operacional dos tipos de controlo de acordo com a natureza do problema e dos seus efeitos.

Quando a coordenadora da consultoria se apercebeu de atraso na implementação do SGQ nalgumas organizações, procurou indagar das suas causas e disponibilizar recursos facilitadores da recuperação necessária para a realização dos objectivos da PD. Tomou a iniciativa de marcar reuniões com os responsáveis das organizações onde o processo estava atrasado para equacionar o problema, sem grande sucesso porque os factores do atraso eram dificilmente corrigíveis. Três meses mais tarde, como o desvio ainda se mantinha, a coordenadora da PD viu-se obrigada a marcar reunião da Equipa Directiva para pressionar os dirigentes das organizações em atraso a mobilizar os recursos necessários à implementação do SGQ. Aqueles reafirmaram compromisso com o projecto e investimento pessoal e institucional na realização dos objectivos da PD.

b) Quanto mais universal é o desvio, menos legítimo é o controlo social técnico

A extensão do desvio influencia a percepção do controlo realizado, seja de natureza mais instrumental e operacional ou de natureza mais simbólica e estratégica. A existência doutros parceiros atrasados naturaliza o desvio, despenalizando o atraso e dispensando diagnóstico das causas e correcção da diferença.

Para activar a análise e correcção do problema, a coordenadora da consultoria procurou marcar reunião em duas das organizações atrasadas. Sem sucesso, telefonou às coordenadoras locais da implementação e, depois, telefonou aos directores executivos daquelas organizações. Numa das organizações, o seu líder argumentou a falta de recursos humanos, desvalorizou os efeitos para a organização e convocou idêntico atraso noutras organizações verificado. Na outra organização, realizou reunião com o dirigente e a gestora da qualidade, tendo esta recusado a intervenção reguladora da coordenadora e lembrado que outras organizações se encontravam igualmente atrasadas. A tensão entre dirigente e técnica e entre técnica e coordenadora atingiu tamanha intensidade que esta, paradoxalmente, sentiu necessidade de legitimar a sua presença e de lamentar ter tido a iniciativa de provocar a análise do problema.

c) Quanto mais intenso é o desvio da sincronização, mais legítimo é o controlo social expressivo

Os desvios na forma e no conteúdo da actuação motivam menor preocupação do que os desvios no tempo de realização porque se considera que estes colocam mais problemas à execução e avaliação do projecto. A individualização das soluções pode beneficiar de legitimação que facilmente recorre à natural especificidade organizacional e à providencial adaptabilidade local das soluções, mas já o atraso na execução obtém mais difícil explicação e menos condescendente aceitação.

Na fase da implementação, cada organização mais ou menos individualizou o processo, passando a adoptar soluções criativas, de origem local ou adoptadas dou-

tras organizações internas e externas à PD. Esta adaptação local dos procedimentos, documentos e registos a ninguém incomodou, beneficiando de espontânea compreensão e tolerante aceitação. Mas o mesmo não aconteceu quando se tratou do atraso na implementação verificado em três das organizações. Neste caso, a coordenadora da consultoria teve de sublinhar o atraso e mobilizar técnicos e dirigentes para a recuperação, seguida de intervenção da entidade coordenadora e da Equipa Directiva. Mediante a dimensão do desvio temporal da execução, a coordenadora do projecto quis ouvir os responsáveis das organizações confessarem o desvio temporal e declararem a sua firme vontade de rápida melhoria do desempenho.

d) Quanto mais externos são os efeitos dos desvios, menos legítimos são os controlos sociais técnico e expressivo

A proximidade e materialidade dos efeitos dos desvios estimulam a urgência e a intensidade da intervenção reguladora. A percepção de danos e prejuízos próprios organiza a actuação na sua forma, conteúdo e tempo, proporcionando respostas diferenciadas de acordo com a definição subjectiva da gravidade dos efeitos do desvio.

É objectivo formal da PD disseminar os procedimentos adoptados para, através de *benchmarking*, permitir idênticos benefícios a organizações que às organizações parceiras foram associadas. Cada IPSS devia convidar duas organizações para acompanhar o seu projecto e apropriar-se das melhorias realizadas para igualmente gozar de oportunidades para inovar. Contudo, este objectivo sempre esteve longe do desejado sucesso. Por insuficiente iniciativa das organizações parceiras ou por insuficiente interesse e investimento das organizações convidadas, esta disseminação foi, nalguns casos, reconhecidamente frágil. Analisada esta falha de objectivo do processo de disseminação em reunião da Equipa Directiva, recebeu mais resignados lamentos do que desejadas melhorias, parecendo quase natural a baixa realização, não tendo merecido grande reparo a não constituição dessa parceria local para a disseminação por uma das organizações parceiras, cujo dirigente expressamente revelou o seu desinteresse em partilhar o seu SGQ com outras organizações externas à PD.

2.2. Segundo a significação

e) Quanto mais simbólico o controlo social técnico, mais indesejada a regulação

Os sentidos construídos sobre os objectos da PD são influenciados pelas posições sociais ocupadas, propiciadoras de desigual afectação pelos efeitos das acções. A significação e a partilha de significados percorrem as linhas dos efeitos sociais da regulação.

A entidade que realizou a avaliação externa do processo e dos produtos realizados pela PD redigiu, num dos seus relatórios, apreciações do desempenho da PD vistas por alguns dos seus membros como indesejáveis e até injustificáveis. Apesar da coordenadora da consultoria ter mencionado que aquelas expressões eram normais

em documentos daquela natureza, a maior parte dos membros da Equipa Técnica continuou a ver aquelas expressões como prejudiciais porque poderiam ser vistos como expressão de incapacidades da PD. Esta posição estimulou comentários de membros da Equipa Técnica que questionavam a legitimidade da equipa de avaliação externa da PD e obrigou que os seus membros sentissem necessidade de justificar melhor e em público o seu modo de ver o projecto e o seu desenvolvimento. Por fim, esta aceitou alterar algumas formas de redacção que não comprometessem demais o sentido original pretendido sobre o desempenho da PD.

f) Quanto mais custoso o controlo social técnico, mais indesejada a regulação

O sentido construído acerca da regulação depende da subjectiva análise da relação custo-benefício. A regulação operacional pode ser desvalorizada face à expectativa de custos e à crença de que as pessoas fazem o melhor que podem ou que seguem padrão de desempenho mais ou menos auto-regulado.

Na fase da validação colectiva dos procedimentos pela equipa consultora concebidos, cada processo integrava objectivos, indicadores e metas, tendo todos estes elementos sido apreciados e aprovados. Na fase da implementação e validação operacional dos procedimentos em cada uma das organizações, houve indicadores que foram eliminados porque eram custosos de medir e houve processos que foram fundidos para reduzir o número de objectivos a controlar e o número de indicadores a medir. A percepção dos custos operacionais da medição como excessivos pode sobrepor-se à percepção dos efeitos operacionais da medição como benéficos, sobretudo quando a gestão valoriza mais o controlo dos custos do que o controlo das operações.

g) Quanto menor o valor simbólico, menor a utilidade do controlo social técnico

Na apreciação de instrumentos e práticas de regulação, pode ser mais importante o valor simbólico do que o valor de uso. As decisões tendem a seguir impressiva avaliação de custo-benefício entre os efeitos materiais e os efeitos simbólicos das operações que a organização desenvolve.

Algumas actividades previstas na candidatura não mereceram grande atenção de alguns dos membros da PD porque estes desconhecem o seu âmbito ou desvalorizam os seus efeitos. A preferência vai para actividades congruentes com fins conhecidos ou desejados por serem tidos por mais adequados à organização ou ao sector de actividade. A construção do RTP Manual de Procedimentos foi facilmente aceite porque era a expressão documental da mudança estratégica e operacional realizada. Mas já a construção do Sistema de Indicadores de Desempenho Organizacional foi menos valorizado por implicar novas práticas de medição consideradas não urgentes para as organizações e por não ser oficialmente exigido nem passível de reconhecida visibilidade pública já que não seria passível de certificação específica, podendo ser discretamente integrado no SGQ. O valor simbólico estimulado pelos significados atribuíveis pode ser, e nalguns casos é, mais importante do que o valor de uso permitido pela actualização operacional.

2.3. Segundo a dominação

h) Quanto maior a imposição normativa, maior a adesão ao controlo social técnico

A atribuição da força de Norma a requisitos operacionais promove a sua aceitação. O carácter normativo dos modos de fazer reduz as possibilidades de resistir à mudança e facilita a inovação operacional.

Houve melhorias facilmente adoptadas porque técnicos e dirigentes seguiam a presunção de que a inovação apreciada correspondia a requisitos normativos ou permitia desejada congruência entre práticas antigas e práticas legitimadas na Norma. Foi o que se passou com a adopção do processo de recrutamento e selecção de recursos humanos, o qual regula a actuação, reduzindo a informalidade das práticas e o arbítrio das decisões e promovendo a contratação por mérito, prática ainda pouco usual. O mesmo aconteceu com a introdução de alguns novos requisitos no processo de candidatura, o qual desse modo adquiriu mais transparência e objectividade.

i) Quanto maior a importância do controlo social técnico, menor a importância do controlo social expressivo

O conhecimento dos referenciais normativos permite poderes assimétricos entre consultores, por um lado, e dirigentes e técnicos das organizações, por outro lado. A relação normativa mediadora, correspondente à interpretação de requisitos normativos e sua adaptação aos processos e procedimentos das organizações, concede muito poder aos consultores.

A participação dos consultores em encontros determina a sua influência normativa mediadora e a influência das suas interpretações na actuação das organizações parceiras. Mesmo quando os consultores propõem adopção de requisitos mais inspirados nas suas crenças pessoais do que inspirados na Norma, as plateias tendem a adoptar as propostas apresentadas porque desconhecem a sua subjectiva legitimidade. É aqui, na materialização dos requisitos normativos em procedimentos, que a silenciosa luta pela definição da legitimidade dos requisitos e da legitimidade das práticas se acentua. As técnicas diversas vezes procuraram apoio mediador dos consultores para implementar actividades que reduziam o poder arbitrário dos dirigentes. Deste modo procuram contornar dificuldades de regulação expressiva quotidiana, de resto tornada menos importante pela força dos requisitos imperativos da Norma.

j) Quanto mais arbitrário o controlo social técnico, mais regulador o controlo social expressivo

Parece existir tendência para quem detém mais poder normativo investir menos na aplicação do poder normativo na definição dos modos de prestar os serviços. Há aqui não admitido e tácito reconhecimento da força dos requisitos normativos, crença na força do poder expressivo ou na capacidade de ajustar os requisitos normativos aos modos de operar dominantes.

Os procedimentos de realização, correspondentes aos modos de prestar os serviços, foram concebidos pela Equipa Técnica e validados pela Equipa Directiva antes de serem implementados. Já os procedimentos de suporte viram iniciada a sua implementação após terem sido aprovados pela Equipa Técnica, sem terem sido apreciados pela Equipa Directiva, a qual dispensou esse requisito processual. De resto, os primeiros já tinham sido pelos dirigentes aprovados de forma ritualista pois, na reunião de apreciação, um dos dirigentes confessou que não os lera e que confiava nos técnicos que os haviam formulado e, de seguida, os restantes dirigentes reconheceram que os não tinham analisado suficientemente bem. Esta omissão na apreciação dos procedimentos só é possível porque os dirigentes simultaneamente confiam nos técnicos e gozam de poder regulador para corrigir qualquer inovação não desejada.

2.4. Segundo a responsabilização

l) Quanto maior o controlo social técnico, mais individualizada a responsabilidade

A responsabilidade pela execução do projecto pode ser mais afectada pela percepção dos seus efeitos do que pela sua utilidade. Parece haver tendência para aumentar o sentido da responsabilidade individual quando os efeitos colectivos são percebidos como negativos.

Uma das organizações beneficiárias ficou responsável pela realização do Balanço de Competências, cujos resultados eram necessários para avaliar o perfil do pessoal para a implementação do SGQ. O primeiro relatório apresentado era pouco adequado, como foi por todos reconhecido e mais ou menos veladamente criticado. O relatório acabou por ser redigido por uma técnica da empresa consultora, tendo merecido reconhecida conformidade por parte dos outros membros da Equipa Técnica. O segundo relatório já foi elaborado pela organização que havia ficado responsável pela sua redacção e, nos termos previstos, foi pela Equipa Técnica aprovado. A realização desta tarefa foi possível porque a técnica da organização a quem ficara afecto aquele produto desenvolvera mais as suas competências e porque já se sabia que a entidade financiadora do projecto não daria, desta vez, tanta importância àquele documento. A análise de conformidade técnica parece estimular a atribuição individual de responsabilidades, podendo beneficiar de solidariedades funcionais espontâneas ou requeridas.

m) Quanto mais valorizado o controlo social técnico, mais desejada a partilha de responsabilidades

As actividades de coordenação, formação e consultoria permitem maior visibilidade pública e podem carrear mais prestígio para quem as realiza. Por isso, o acesso a oportunidades de reforço da imagem organizacional ou pessoal pode ser fonte de conflito.

O projecto colectivo acabava com a disseminação dos produtos formulados e validados na PD. A organização que coordenara a anterior fase procurou que essa responsabilidade fosse apenas partilhada por si e pela empresa de consultoria, intenção que mereceu acesa discórdia de algumas das outras organizações. Os seus técnicos não queriam ser afastados do processo de disseminação na região porque, creio, haviam adoptado estratégias de valorização pessoal que a disseminação viabilizava para abrir novas oportunidades profissionais. Lembraram que todos tinham o mesmo direito a participar naquela fase e que não haviam anunciado a sua falta de interesse, não tendo a organização coordenadora competência formal para decidir quem participava e quem não participava. A solução foi integrar as organizações que reclamaram, fazendo os seus técnicos parte das equipas formadoras e promotoras de mudança noutras organizações da região.

n) Quanto menor o poder social técnico, menos negociada a responsabilidade operacional

A partilha da responsabilidade pela execução de acções integradas no projecto pode ser ambígua e gerar problemas futuros, sobretudo quando é limitado o conhecimento sobre a exigência das acções a realizar. A negociação da partilha de responsabilidades com base em presunções sobre as acções a realizar pode gerar condições conflituosas.

No lançamento da PD, cada organização parceira informou as demais organizações das suas capacidades e sensibilidades para realizar as acções que integravam o projecto. Uma delas, não reconhecendo a si própria nenhuma capacidade particular, acabou por aceitar a acção que nenhuma das outras desejou. Quando, mais tarde, teve de realizar aquela acção, o seu líder descobriu que a falta de capacidades instaladas aumentava o seu esforço operacional, para além de ainda ter de se confrontar com a crítica generalizada dos representantes das outras entidades parceiras. Mais tarde, em sede de reformulação do orçamento, solicitou aumento das verbas afectas ao custeio da sua participação devido ao esforço marginal que teve de aplicar para realizar acção que, argumentou, ninguém havia querido e que era fundamental para a PD.

o) Quanto mais externa a responsabilidade, menos legítimo o controlo social expressivo

A troca de serviços entre as organizações é condicionada por regras de individualização organizacional e consideração operacional. A emissão de opiniões menos abonatórias acerca de dado processo ou prática é desaconselhável e prejudicial à cooperação.

A formação dos funcionários das organizações foi realizada por formadores de outras organizações que, entre si, a planearam e executaram. Estas ficaram, nalguns casos, surpreendidas com algumas práticas rotinizadas existentes na organização intervencionada. Num dos casos, a formadora emitiu juízo interrogativo sobre

dada prática, o que mereceu firme crítica do dirigente da organização e que reproduziu em reunião da Equipa Directiva. Esta crítica deixou profundo mal-estar entre os membros da Equipa Técnica que acharam a correcção desproporcionada face aos efeitos da falta. Os membros da Equipa Técnica quiseram receber voto de confiança da Equipa Directiva, pois não achavam correcto deslocarem-se a uma organização para participar no seu desenvolvimento e terem de acautelar reservas valorativas sobre os seus processos e práticas. Foi a única experiência comum na formação. Cada uma das organizações procurou tratar do problema da formação a seu modo.

3. Mudança organizacional em parceria — Dupla Orientação Integrada

Como antes se verificou, a PD acabou por não potenciar as oportunidades de cooperação no desenvolvimento partilhado dos seus SGQ e mesmo, no final da primeira fase, acabou por se fragmentar, pois algumas das organizações não quiseram participar na fase da disseminação e outras, que o quiseram fazer, tiveram de lutar e conquistar esse direito à organização coordenadora da PD. Contudo, continuaram por mais algum tempo a cooperar na pressão junto da Câmara Municipal e da Direcção Regional da Segurança Social. Por que evoluiu a parceria para esta situação de cooperação selectiva mitigada, restrita à influência de órgãos decisores e desaproveitando inúmeras outras oportunidades de cooperação?

A teoria disponível que procura a explicação da cooperação no domínio social tende a conceder muita importância a factores organizacionais, grupais e comunicacionais.

Para encorajar a cooperação é necessário satisfazer diferentes requisitos: afastar as sombras do futuro, através do aumento da frequência e da duração das interacções; mudar a perspectiva de ganho, tornando os incentivos pela cooperação a longo prazo mais elevados do que os incentivos pela defecção a curto prazo; ensinar as pessoas a tomar conta umas das outras, incentivando o altruísmo; ensinar a reciprocidade e a equidade para permitir a recompensa da mútua cooperação; melhorar as capacidades de reconhecimento, lembrando aos cooperantes outras interacções passadas e lembrar as mais importantes características dessas interacções (Axelrod, 1984: 124-41). Nem todas estes requisitos são facilmente realizados porque, por um lado, não há condições contextuais adequadas, como o tempo longo, por outro lado, porque existem inibidoras habilidades e susceptibilidades pessoais e, por fim, por falhas do processo de estruturação.

A dimensão da parceria também afecta a cooperação, variando esta na razão inversa da dimensão do grupo (Komorita and Lapworth, 1982; Fox and Guyer 1977; Bonacich et al 1976; Hamburger et al, 1975). Neste caso, a composição das equipas, composta de nove pessoas cada em representação de outras tantas entidades parceiras, é muito superior ao número de pessoas normalmente considerado nos estudos sobre decisões dilemáticas. Mas essa condição não era factor de perturbação

porque poucas foram as decisões dilemáticas, a grande maioria das organizações tinha vocação social comum.

A frequência da comunicação promove a cooperação (Orbell et al, 1990; Orbell et al, 1988; Liebrand, 1984). A comunicação reforça o conhecimento recíproco e promove o consenso. Contudo, não terá sido por défice de encontros e de comunicação interpessoal, pois ocorreram cerca de meia centena de encontros em cada uma das equipas, em dois anos, frequência aparentemente proporcionadora de interações diversas.

A diferença de orientações normativas afecta a participação, mesmo quando os objectivos são partilhados (McClintock&Liebrand, 1988; Liebrand et al, 1986; Kramer et al, 1986; Liebrand, 1984). É verdade que duas das organizações que, desde logo, se declararam não disponíveis para participar na fase da disseminação eram dirigidas por pessoas com profundas experiências empresariais, cujos critérios de satisfação nem sempre se satisfiziam com a morosidade dos processos de tomada de decisão muito participada, mas é igualmente verdade que o dirigente de outra organização desistente não comungava daquela condição e que duas das organizações que quiseram avançar para esta fase viabilizaram mais o desejo de promoção profissional dos seus técnicos do que a opção dos seus dirigentes.

A identidade grupal e os sentimentos de pertença ao grupo afectam a cooperação (Brewer & Kramer, 1986; Kollock, 1998; Bornstein et al, 1990; Rapoport et al, 1989). Os membros da PD já se conheciam devido à participação em agrupamentos de IPSS de base local e, inclusivamente, já haviam em conjunto alargado equacionado o desenvolvimento das organizações. Mas esse conhecimento recíproco nunca deixou de ser mais ou menos superficial e, para além disso, nunca a participação neste projecto terá almejado mais do que a obtenção de financiamento para desenvolverem o SGQ das suas organizações. Por isso, a identidade do grupo nunca beneficiou de capacidade identitária.

A literatura apresenta outros factores relacionais que afectam a cooperação. O formato em que o jogo é apresentado influencia o modo como é praticado (Guyer et al, 1973), as pessoas são afectadas por razões de ordem moral (Dawes, 1980), pela força da conformidade (Messick & Brewer, 1983) e por regras da simpatia (Stroebe & Frey, 1982), a revelação de boa vontade para cooperar afecta a cooperação (Miettinen & Suetens, 2008). Todos estes factores estiveram presentes de modo mais ou menos continuado porque são, em diferente grau, fundamentais a uma cooperação voluntária e orientada para a regulação organizacional.

De diferentes modos e intensidades, aqueles factores contribuíram para a adopção de cooperação selectiva mitigada. Contudo, há uma outra razão que justifica o défice de emparceiramento na cooperação — o défice processual da estruturação. A eficácia e eficiência da cooperação organizacional, tal como a mudança ou a reprodução organizacional de que, de resto, tantas vezes constitui exemplo, careceu de 'dupla orientação integrada'. Esta consiste na orientação da conduta para a mudança/reprodução estrutural, dos modos de combinar regras e recursos, e na

orientação da conduta para a mudança/reprodução das estruturas nas diversas regiões da actuação. Este não é momento para aprofundar extensamente esta reflexão e demonstrar a sua adequação para explicar a mudança e a reprodução organizacional, mas aqui ofereço breve evidência da sua capacidade explicativa.

No início do projecto, admitiu-se estender a cooperação a outras áreas, como seja a troca de informações sobre o mercado para equilibrar a oferta e a procura conceitual de serviços sociais, a troca de equipas para realizar auditorias internas e promover práticas de *benchmarking* e chegou igualmente a admitir-se a cooperação na aquisição de bens de consumo de modo a embaratecer os seus preços. Nenhuma destas actividades se realizou, nem mesmo a segunda, que chegou a ser inscrita no projecto. A actividade mais íntima que a cooperação permitiu foi a formação trocada, permitindo que técnicas das diferentes organizações realizassem acções de formação noutras organizações, mas até esta gerou problemas expressos em dúvidas sobre a legitimidade de opiniões verbalizadas. A inexistência de práticas bem sucedidas e rotinizadas materializadoras de cadeia de valor da cooperação dificulta a adopção de novas práticas. A mudança ou a reprodução organizacional deve ser global, intervir nas principais regiões que afectam a qualidade e a produtividade para explorar o princípio da sinergia, aplicado à produção da mudança e estruturação das práticas.

A coordenação da PD competiu a uma das IPSS envolvidas no projecto. A ela, mais do que a qualquer outra entidade parceira, competia propor significados, construir discursos, dominar as relações e responsabilizar os participantes pelo encaminhamento do projecto. Mas essa função de liderança foi afectada por dois factores. Por um lado, a organização não controlava o principal recurso do projecto — o conhecimento mediador da Norma e o conhecimento técnico-científico para conceber e implementar os RTP previstos. Este défice de competências retira alguma legitimidade à sua coordenação porque a sua fragilidade é evidenciada sempre que surgem problemas de interpretação dos requisitos normativos e a necessidade de conceber instrumentos de desenvolvimento da gestão da qualidade. Por outro lado, a ambição de protagonismo local acabou por conduzir a sua actuação para o afastamento não anunciado nem discutido de organizações que desejavam cooperar na fase da disseminação dos resultados. Esta opção desferiu golpe final nas possibilidades de experiência positiva e aprendizagem das vantagens da cooperação.

A adopção da teoria da estruturação como orientação de fundo para gerar e gerir a mudança organizacional, para monitorar e regular a actuação, aumenta a eficácia e a eficiência das inovações organizacionais. Quando se lhe associa visão holística e sistémica da mudança ou da reprodução organizacional, amplia-se o seu poder de regionalização e normalização estrutural.

Estou convicto que o sucesso e o fracasso da reprodução e, ainda mais, da mudança organizacional pode ser adequadamente explicado, prevenido e corrigido por recurso à ‘dupla orientação integrada’. Nesta, a atenção é, simultaneamente, convocada para a extensividade regional da estruturação e para a intensidade dimensional da estruturação, integradas na actuação monitorada da conduta. A pes-

quisa orientada para a evidenciação da materialidade de princípios estruturais enunciados em torno da regulação social técnica e da regulação social expressiva, correspondentes a determinadas configurações sociais, pode permitir explicar por que a inovação organizacional pode ser bem ou mal sucedida.

Esta ideia ainda não foi, até onde o meu conhecimento alcança, explorada na teoria da mudança organizacional. Necessita, por isso, de investigação empírica que permita a sua validação. Caso se revele adequada, a teoria da estruturação pode inspirar os gestores e estes podem aspirar a maior eficácia e eficiência económica e humana da sua conduta.

Referências Bibliográficas

- Axelrod, R. (1984) *The Evolution of Cooperation*, Basic Books.
- Berger, P., & Luckman, T. (1967) *The Social Construction of Reality*, New York: Doubleday.
- Bonacich P., Shure G., Kahan J. & Meeker R. (1976) 'Cooperation and group size in the n person prisoner's dilemma', *Journal of Conflict Resolution*, 20:687-706.
- Bornstein G, Erev I. & Rosen O. (1990) Intergroup competition as a structural solution to social dilemmas, *Social Behaviour*, 5(4): 247-60.
- Brewer, M. & Kramer, R. (1986) 'Choice behavior in social dilemmas: effects of social identity, group size, and decision framing', *Journal of Personality and Social Psychology*, 50:543-49.
- Dawes, R. (1980) 'Social Dilemmas', *Annual Review of Psychology*, 31:169-193.
- Denzin, N. (1989) *The research act: a theoretical introduction for sociological methods*, New Jersey: Prentice Hall, 3th edition.
- Etzioni, A. (1974) *Análise Comparativa de Organizações Complexas*, São Paulo, Zahar Editores.
- Fox, J. & Guyer M. (1977) 'Group size and others: strategy in an n-person game', *Journal of Conflict Resolution*, 21:323-38.
- Giddens, Anthony (1979) *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*, London: McMillan; Berkeley.
- Giddens, Anthony (1988) *New rules of sociological method*, London: Hutchinson, 5th edition.
- Guyer, M., Fox, J. & Hamburger, H. (1973) 'Format Effects in the Prisoner's Dilemma Game', *Journal of Conflict Resolution*, 17: 719-744.
- Hamburger H. Guyer M. & Fox J. (1975) 'Group size and cooperation', *Journal of Conflict Resolution*, 19:503-31.
- Kollock, P. (1998) 'Transforming social dilemmas: group identity and cooperation', in Danielson, P. (ed) (1998) *Modeling Rational and Moral Agents*, Oxford, UK: Oxford University Press, pp. 186-210.
- Komorita, S. & Lapworth, C. (1982) 'Cooperative choice among individuals versus groups in an N-person dilemma situation', *Journal of Personality And Social Psychology*, 42:487-96.
- Kramer R. & Brewer M. (1986) 'Social group identity and the emergence of cooperation in resource conservation dilemmas' in Wilke, Ham, Messick, D.M. & Rutte, C. (eds) (1986) *Experimental Social Dilemmas*, Frankfurt: Verlag Peter Lang, 205-34.
- Liebrand W. (1984) 'The effect of social motives, communication and group size on behavior in an N-person multi-stage mixed-motive game', *European Journal of Social Psychology*, 14:239-264.
- Liebrand, W., Wilke H. Vogel, R. & Wolters, F. (1986) 'Value orientation and conformity in three types of social dilemma games', *Journal of Conflict Resolution*, 30:77-97.
- McClintock, C. & Liebrand, W. (1988) 'Role of interdependence structure, individual value orientation, and another's strategy in social decision making: a transformational analysis', *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(3): 396-409.

- Messick, D. & Brewer, M. (1983) 'Solving social dilemmas: a review', *Review of Personality and Social Psychology*, 4:10-43.
- Miettinen, T. & Suetens, S. (2008) 'Communication and Guilt in a Prisoner's Dilemma', *Journal of Conflict Resolution*, 52(69): 945-960.
- Orbell J, Dawes R. & Van de Kragt, A. (1990) 'The limits of multilateral promising', *Ethics*, 100:616-27.
- Orbell J, Van de Kragt A & Dawes, R. (1988) 'Explaining discussion-induced cooperation', *Journal of Personality And Social Psychology*, 54:811-19.
- Rapoport, A. & Bornstein, G. (1989) 'Solving public good problems in competition between equal and unequal size groups', *Journal of Conflict Resolution*, 33:460-79.
- Stroebe, W. & Frey, B. (1982) 'Self-interest and collective action: the economics and psychology of public goods', *British Journal of Social Psychology*, 21: 121-137.

Poder, redes e heterogeneidade: algumas notas de investigação a partir da «Teoria do Actor-Rede»

José Pinheiro Neves*

1. Introdução

Pretende-se pensar alguns resultados de investigações empíricas a partir dos trabalhos de Bruno Latour e Michel Callon. Começarei por fazer uma breve introdução à teoria do actor-rede, origens e principais desenvolvimentos teóricos, seguida de uma pequena reflexão baseada na minha experiência de investigador¹.

Defendo o seguinte argumento: a teoria do actor-rede (com origem na sociologia da ciência e da tecnologia) ao acentuar o carácter construtivista e ao sugerir formas mais qualitativas de análise organizacional aproxima-se de uma tradição fundamental da sociologia: a sua herança hermenêutica. Ao mesmo tempo consegue articulá-la com os recentes desenvolvimentos da filosofia pós-estruturalista conhecida através de nomes como Derrida, Foucault e Michel Serres. E, de uma forma mais global, diria que esta abordagem permite um novo olhar sobre os fenómenos do poder e da participação². Ou, usando as palavras de John Law (1998: 63), «o recente trabalho desenvolvido pela sociologia da ciência [e da tecnologia] tem uma especial relevância para o estudo do poder e [...] contribui para um esboço de uma teoria geral do controlo social».

Nesta primeira parte, farei descrição do meu trajecto teórico (e também, nalguns momentos, partilhado por colegas como o Professor Manuel da Silva Costa e Joel Felizes) mostrando as razões que me levaram a considerar esta perspectiva como um bom ponto de partida para a investigação sociológica³.

* CECS – Centro de Estudos Comunicação e Sociedade e CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais. ICS, Universidade do Minho, Portugal (jpneves@ics.uminho.pt)

¹ Comunicação apresentada no XIV Seminário do Subcomité Ibero-americano do Comité de Investigação n.º10 da Associação Internacional de Sociologia realizado em San Juan, Argentina, Junho de 2001. O texto nunca foi objecto de publicação. Aproveito esta oportunidade para o publicar, com apenas algumas pequenas alterações, como uma singela homenagem ao Prof. Manuel Silva Costa, companheiro nesta viagem e neste percurso na Sociologia. Foi, para mim, uma grande honra tê-lo como orientador e amigo que sempre me apoiou, ao longo destes 20 anos, mesmo nos momentos em que avancei por terrenos complexos e, como verifiquei mais tarde, pouco rentáveis a curto prazo na lógica da carreira académica. Sem a sua ajuda intelectual e incentivo, duvido que pudesse continuar esta demanda. O meu sincero obrigado!

² A teoria do Actor Rede tem afectado algumas correntes clássicas na sociologia das organizações: «... a confrontação com os escritos de Michel Callon e Bruno Latour parece ter dado mais flexibilidade e um carácter mais construtivista à sociologia das organizações de Erhard Friedberg, apesar das rigidezes ligadas à manutenção de um vocabulário sistemo-funcionalista na senda dos trabalhos de Michel Crozier» (Corcuff, 1995: 73).

³ A partir de uma atitude de verdadeira “tolerância” perante a alteridade e acima de tudo numa ética universitária e universal (um resquício da autonomia da corporação universitária medieval em relação ao poder do Rei e da ortodoxia religiosa). Como diz Derrida, esta tolerância consiste no “gosto da leitura e da discussão argumentada, a recusa dos julgamentos baseados na autoridade e no dogmatismo académico” (Derrida, 1988: 36).

2. De como cheguei à «Teoria do Actor-Rede»

Quando, num anterior Seminário realizado em Braga em Junho de 1995, apresentei um texto sobre a desconstrução em Derrida e os seus efeitos na sociologia (Neves, 1997), senti aquilo que Simmel designa pela reacção ao estranho⁴. De facto, a “desconstrução” de Derrida aparecia como uma estranha mania, como uma bizarria de um filósofo francês que alguns conheciam. Um filósofo que, além de parecer estranho à sociologia, era fundamentalmente conhecido no âmbito dos Estudos Literários e da Semiótica. “Desconstrução” surgia como algo de heterodoxo, como algo não merecedor de respeito porque não tinha a benção dos clássicos. Como diz Hanna Arendt, perante o estranho há uma tendência forte para a destruição ou então para o ostracismo⁵. Por isso, reconheço que naquela altura fracassei na minha tarefa⁶.

Passados alguns anos, volto a insistir mas, em vez em de propor mais uma visão filosófica tal como fiz anos atrás nas Canárias e em Montréal, começo por partilhar alguns dos problemas com que se defrontaram os sociólogos da ciência e da tecnologia nas suas práticas de investigação (e que se assemelharam aos que senti no meu trabalho no terreno). A conclusão a que chegam é muito próxima da de Derrida. Diria que são duas estradas que vão conduzir ao mesmo fim. Espero que algumas das minhas palavras possam provocar as «gramas» que eu senti em anos anteriores. Mas, antes de entrar na parte mais empírica desta comunicação, façamos uma breve história do meu percurso teórico.

Tudo começou com uma sensação de incomodidade na escrita como investigador social. Tive a noção clara que uma certa forma de escrever sociologicamente e de “investigar” o social apenas era capaz de pensar novos fenómenos sociais, como por exemplo as novas tecnologias, de uma forma unilateral. Perante esta sensação de falta, tinha duas soluções possíveis: continuar a insistir (embora aperfeiçoando, sendo mais rigoroso, recolhendo mais dados empíricos) nos mesmos conceitos e na mesma forma de ler o “socius” ou resolver o problema mudando de paradigma, situando-me ao nível dos conteúdos. Durante muito tempo, a segunda pareceu-me a mais razoável. Contudo houve algo que me fez repensar muitas das minhas certezas: num primeiro momento, foi a leitura (nalguns casos releitura) de Nietzsche e Heidegger e, por

⁴ Embora as leituras de outros autores atravessassem igualmente esse texto (Michel Foucault por exemplo), o ponto mais “marcante”, produtor de um deslocamento, foi a “desconstrução” de Derrida (Neves, 1997).

⁵ “O ‘estranho’ é um símbolo assustador pelo facto da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode actuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma definida tendência para destruir.” (Arendt, 1978: 387)

⁶ Será interessante verificar que os escritos derridianos originam uma forte reacção a partir de leituras superficiais da sua obra. Segundo Fernanda Bernardo, “o alheamento do ético político, um puro estetismo ou, mais radical e significativamente, um neo-conservadorismo constituem o mote mais insistentemente glosado pelas leituras simplistas e pelos veredictos manifestamente abusivos lançados a este modo diferente de filosofar generalizado por sob a designação de *desconstrução* ou de *gramatologia* que não fazendo a *oiko-nomia* [domesticação] da *diferença* ou da alteridade, e que questionando as pseudo-evidências ligadas à presença a si da consciência e à axiomática que lhe é própria, se institui como o princípio de uma resistência absoluta do filosófico, do político, e do ético-jurídico ao seu fundamento onto-fenomenológico» (Bernardo, 1995: 3-6).

outro, de autores pós-estruturalistas franceses nomeadamente Foucault, Derrida e Deleuze. Com a minha descoberta de Derrida em 1995, aquilo que antes era apenas uma sensação de incomodidade, de suspeita que eu tinha perante a escrita, nomeadamente a sociológica, passou a tornar-se algo de muito importante, de nuclear. No entanto, ainda tudo me parecia muito fora da própria sociologia. A filosofia era algo que não se adequava ao carácter de ciência social da sociologia, tal como tinha aprendido numa certa leitura dos clássicos da sociologia. Então, houve um segundo momento decisivo para esta crise: a leitura de vários autores anglo-saxónicos que, a partir de várias pesquisas no terreno, sugeriam que a reflexão filosófica pós-estruturalista e a sociologia não eram incompatíveis. Antes pelo contrário (Hassard, 1993). Vejamos o exemplo de uma dessas correntes.

3. Breve esboço da «Teoria do Actor-Rede»

No essencial, esta escola centra-se em dois franceses: Michel Callon com formação em engenharia e trabalhos na área da sociologia das organizações e Bruno Latour, que vem da área da filosofia e da antropologia. Estes dois investigadores desenvolveram várias pesquisas nos anos setenta e oitenta com um carácter acentuadamente etnográfico. Nomeadamente Latour, «durante dois anos, partilhou a vida quotidiana dos investigadores do laboratório de neuro-endocrinologia do professor Roger Guillemin na Califórnia. A análise produzida a partir desta etnografia de laboratório, situa-se sobre o auspício de David Bloor e da etnometodologia, descrevendo os processos sociais de construção dos factos científicos» (Corcuff, 1995: 69).

Sugeriram que a sociologia da ciência deveria adoptar os princípios metodológicos avançados pelo filósofo inglês David Bloor que consistiam na afirmação do relativismo metodológico (a imparcialidade e a simetria do investigador em relação aos resultados da ciência e da não ciência). Mas vão mais além: esta simetria não se devia aplicar apenas à parte metodológica mas deveria abranger os fundamentos da ciência social. Numa palavra, passar do relativismo metodológico para o relativismo teórico.

De acordo com John Law (1998: 65-66), «primeiro, alguns autores notaram que há uma certa excentricidade num princípio de simetria metodológica que se aplica apenas ao mundo natural e, ao mesmo tempo, não se implementa sobre a sua contraparte social. [...] Esta perspectiva também necessita da adopção de um segundo princípio, o da chamada *simetria generalizada*. Este princípio implica que o observador use os mesmos termos e princípios explicativos quando descreve e explica o êxito (ou fracasso) tanto dos componentes sociais como dos científicos em tais desacordos».

Tendo em conta as distinções normais das ciências esta observação pode parecer excêntrica. No entanto, diríamos que o feitiço se virou contra o feiticeiro: se os sociólogos da ciência não se limitaram aos contextos sociais e profissionais e denunciaram o carácter construtivista dos trabalhos dos cientistas do mundo natural, então a mesma atitude simétrica deveria ser adoptada relativamente às diferentes traduções sociais.

O «perigoso vírus» do relativismo entraria na sociologia através da dessacralização do modelo de referência das ciências sociais tradicionais. Contudo, não é um movimento inspirado no idealismo romântico mas antes de um movimento (aparentemente «romântico») que nasce no seio do núcleo duro da ciência, nos laboratórios dos cientistas — e não nos cafés dos «artistas e filósofos». E, também, não estamos perante uma substituição (por exemplo, a sociologia hermenêutica radical) ou perante uma dualidade epistemológica, típica da solução moderada positivista presente (Neves, 2002).

Esta desconfiança expressa pelo agnosticismo penetrou na própria linguagem que os sociólogos utilizavam. E se as demonstrações do carácter construído da ciência fossem provadas na investigação, o que se diria das construções teóricas sobre o mundo social? E o que queria aqui dizer «provar»?

Mas, tal como dizia Derrida, a desconstrução teria de ter um momento construtivo, mesmo que relacional e provisório. Na verdade, se deixassem de existir os pontos de referência «verdade», então o que encontramos nessas organizações são sociólogos e cientistas das ciências do mundo físico a tentarem impor a uns e aos outros e aos que vivem fora do laboratório formas de «ver», «traduzir» tanto o mundo natural como social.

Por isso, «a noção de *tradução* está no centro do seu dispositivo teórico. Os actores (individuais e colectivos, humanos e não humanos) trabalham constantemente na tradução das suas linguagens, dos seus problemas, das suas identidades ou dos seus interesses nas dos outros. É através deste processo que o mundo se constrói e se desconstrói, se estabiliza ou se desestabiliza» (Corcuff, 1995: 71).

Como diz Michel Callon (citado em Domènech e Tirado, 1998: 23): «a tradução é o mecanismo através do qual os mundos (social e natural) tomam forma progressivamente. O resultado é uma situação em que certas entidades controlam outras. Compreender o que os sociólogos, em geral, designam por relações de poder significa descobrir a maneira como se definem os actores, como se lhes associa e simultaneamente se lhes obriga a permanecer fiéis às suas alianças. O reportório da tradução não só está concebido para dar uma descrição simétrica e tolerante de um processo complexo que mistura constantemente uma variedade de entidades sociais e naturais. Também permite uma explicação de como uns poucos obtêm o direito de expressar e representar os numerosos actores silenciosos dos mundos natural e social que mobilizaram».

Assim, «em lugar de, como no passado, conceber-se como um ramo da sociologia do conhecimento na qual os factores sociais de fundo e em grande escala, conhecidos basicamente pelo analista, são utilizados para explicar a produção de conhecimento, passa a dirigir-se para o estudo das maneiras através das quais os actores criam e tentam impôr uns aos outros versões tanto do mundo natural como do social. Isto é, dirige-se para a análise dos processos de «tradução» nos quais os actores (incluídas as colectividades) combatem para impor a outros versões da realidade que definem (a) o número desses outros, tanto naturais como sociais, que pode dizer-se que exis-

tem no mundo, (b) as suas características, (c) a natureza das suas interrelações, (d) os seus respectivos tamanhos e (e) as suas posições em relação ao actor que intenta fazer a tradução. [...] Tanto a realidade natural como a estrutura social têm de ser contempladas como o produto cambiante final de intentos mútuos de tradução» (Law, 1998: 68-69).

Mais tarde, estes autores sugerem mesmo que se aprofunde esta atitude agnóstica e simétrica (ou de descentramento como diria Derrida) ao dizerem que os dualismos como sociedade/natureza e humano/não humano deverão ser pensados de uma outra forma, mais simétrica, menos antropocêntrica.

De facto, «mais do que o questionamento da assimetria com que tradicionalmente a epistemologia explicou a verdade e o erro, a proposta de radicalizar o princípio da simetria defende que dualismos como natureza/sociedade e humano/não-humano devem também ser colocados entre parêntesis» (Domènech e Tirado, 1998: 19).

Permitam-me a ousadia de dar voz a algumas das vossas possíveis objecções. «Então esses autores não caíram no relativismo mais absoluto, na ideia de que vale tudo em ciência? Que contribuição positiva podemos extrair para a nossa prática de investigação sobre o poder e a participação? Aparentemente será nula».

Vejamos a resposta destes investigadores.

Para isso, estes autores recorrem a Michel Foucault. Na verdade, a sua base de partida mostra-lhes que as teorias clássicas da sociologia e da ciência política eram incapazes de dar conta do carácter maleável e micro das relações do poder (Martins e Neves, 2001). Partia-se da ideia substantiva e localizada do poder, esquecendo a importância do relacional e da noção weberiana do poder como dominação entre seres que agem, produzem inscrições, deslocações.

De facto, as «descrições da ciência e da actividade dos científicos em termos de dominação, submissão e luta atravessam igualmente os textos dos teóricos do actor-rede. Grande parte do seu trabalho consiste em mostrar como os actores e colectividades articulam concepções dos mundos — natural e social — e tratam de as impor aos outros» (Domènech e Tirado, 1998: 23).

Contudo, neste caso, não se pretende construir mais uma teoria da representação objectiva do poder na medida em que os conceitos corresponderiam a realidades referenciais exteriores. Com o conceito de tradução tudo muda de figura.

A tradução remete para uma actividade contínua que se processa em redes móveis, do tipo neuronal. Aquilo que alguns sociólogos viam como algo macro, relativamente estável e localizado, passa a ser encarado como algo em movimento contínuo que o atravessa também. Assim, «a noção de *rede* visa apreender a estabilização, jamais definitiva e sempre em laboração, das relações entre os humanos e os objectos. Mas a estabilização das formas de vida social deve ser considerada mais como um ponto de chegada do que como um ponto de partida da análise. Trata-se de reabrir as *caixas negras* (aquilo que vai por si e que não é mais interrogado, como um facto científico, uma técnica, um procedimento, uma instituição) fechadas pelos actores» (Corcuff, 1995: 71-2).

Na verdade, o poder terá de ser concretizado, visionado e acompanhado pelo sociólogo nas deslocações, traduções operadas pelos agentes sociais. Teremos de deixar de começar pela análise do que nos aparece como estável, começar pela estabilidade para acompanharmos os que agem no seu processo de construção das deslocações que nos surgem estabilizadas no presente⁷.

4. Algumas notas em torno de uma investigação sociológica sobre as novas tecnologias na Administração Local⁸

Esta investigação surgiu a partir de conversas informais com engenheiros de sistemas que, juntamente com técnicos e políticos regionais, eram responsáveis pela informatização nas municipalidades da região norte. O objectivo inicial era a de conhecer os impactos organizacionais. Ou seja, tentar entender as razões que levavam os funcionários das municipalidades a bloquear o processo.

O projecto implicava a interacção entre várias redes de actores que antes tinham pouco contactos. Normalmente, a lógica era a do mercado visto que muitas das câmaras recorriam ao mercado das empresas de informática. É de realçar que uma das grandes multinacionais, a IBM, tinha uma solução para esta área (gestão municipal) mas era de âmbito geral. Ou seja, não tinha em conta as especificidades da gestão autárquica e além disso implicava uma grande dependência dos municípios em relação à empresa. Este projecto foi desenvolvido num outro agrupamento de municípios um pouco à rebelia da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN). Mais tarde, a mesma CCRN arranca então com o projecto que irá ser objecto de análise mais apurada.

De facto, pretendia-se que a informatização dos municípios fosse um indutor de desenvolvimento em zonas relativamente atrasadas do ponto de vista sócio-económico. Como dizia um dos responsáveis da CCRN, «a CCRN e o INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores) arrancam com um projecto diferente: em princípio, as autarquias associam-se e vão comprar equipamento em conjunto. [...] Procurou-se a partir dos Gabinetes de Apoio Técnico (GATs) que dependem da CCRN, dar apoio às Câmaras»⁹. Este projecto de tipo associativo tinha as seguintes características: «a Comissão de Coordenação da Região Norte disponibiliza, às autarquias que o solicitarem, aplicações computacionais adequadas à resolução de alguns problemas comuns da gestão municipal. A aquisição de equipamentos é da responsabilidade das autarquias, sujeita à compatibilidade com o software oferecido. O desenvolvimento de um pacote de aplicações de base e o acompanhamento técnico da aquisição dos computadores e da instalação das aplicações corresponde à inter-

⁷ Um pouco o que nos propõe Michel Foucault na sua genealogia (Martins e Neves, 2001).

⁸ Esta investigação foi coordenada por Manuel da Silva e Costa e contou igualmente com a colaboração de Moisés de Lemos Martins, Joel Felizes e Albertino Gonçalves.

⁹ Entrevista a um técnico.

venção do INESC neste processo. Essas aplicações consubstanciam-se num produto único denominado SIGMA - Sistema Integrado de Gestão Municipal» (Miranda e outros: 1989: 1).

Alguns técnicos ligados à CCRN afirmavam então que «a inovação, a que não é indiferente a informática, far-se-á sentir no funcionamento dos serviços municipais, no modo como se departamentaliza a actividade e como se distribuem as funções pelos actores dos vários patamares, do nível político onde mora o poder de decisão, passando por um nível intermediário em que poderá estar delegada a capacidade de gestão».

Contudo, ao mesmo tempo assinalavam que a racionalização ao nível tecnológico (utilização da informática) não é acompanhada ao nível organizacional. De facto, «é comum constatarem-se situações em que a passagem da organização informal para uma burocratização racional, não é acompanhada por uma modernização das tecnologias de gestão, não se sujeita o aparelho a uma coordenação capaz de evitar a tendência para a segregação sectorial, não se definem competências nem se modernizam os procedimentos, mantendo as rotinas que a prática demonstra ultrapassadas».

De acordo com os mesmos actores, esta dificuldade em inovar explicava-se pelas **resistências** dos funcionários com mais idade e menor formação. De acordo com um entrevistado, «a informatização inicia um processo complicado, vem mexer com hábitos, tradições. As pessoas oferecem uma certa **resistência** pois a informática muda um pouco **a maneira de trabalhar**. As equipas antigas estão a desaparecer, a aposentar-se. Portanto quanto mais novo é o pessoal, mais fácil é o processo. [...] Os políticos não têm levantado entraves mas não são eles os motores disto. É ao nível do pessoal. São as pessoas mais jovens, muitas sem licenciatura (com cursos do Fundo Social Europeu) que dinamizam isto. Cada Câmara tem pessoas com os seus vinte e cinco anos que são os grandes dinamizadores disto e que vão começando a conquistar os outros. A informática é uma coisa nova e é **natural** que uma pessoa resista àquilo que não conhece»¹⁰.

Concluindo, o discurso típico dos responsáveis (engenheiros e técnicos superiores da administração pública) consistia em repetir os seguintes tópicos argumentativos: a) existem bloqueios organizacionais que impedem uma reorganização dos serviços e racionalização dos circuitos de informação; b) a informatização seria, em si, um elemento de modernização e de inovação.

Um dos engenheiros, numa entrevista, dizia que «aquilo parecia o jogo do gato e do rato» em que os engenheiros sentiam que alguns funcionários estavam a fazer «batota». Na verdade, o projecto arrastava-se no tempo e todos achavam que tinha de ser tomada uma medida. Este tipo de queixa tornou-se tema recorrente nas entrevistas mas também remetia o sociólogo para um local previamente designado¹¹.

¹⁰ Entrevista a um técnico.

¹¹ Mais tarde esta desconfiança latente levou-me a sugerir uma revisão do título inicial da pesquisa recusando o termo «impactes sociais». Como sabemos, o termo “impacte” é herdado da balística e pode ter efeitos incorrectos no estudo sociológico. De facto, estabelece uma lógica de causalidade simplificador (na linha da física clássica de Newton) esquecendo o carácter subjectivo e reflexivo de **todo** o conhecimento.

Desta forma, a parte material, física do processo seria sempre responsabilidade dos engenheiros. Embora eles, no fundo, tivessem um modelo social inerente à sua solução técnica. Esta situação poderia dar origem a uma pesquisa típica da sociologia da ciência e tecnologia mertoniana. Ou seja, «os conteúdos da ciência [ou da tecnologia, no nosso caso] ficavam à margem da investigação sociológica, apenas se devia prestar atenção ao papel que tem o contexto em que se produz a actividade científica: em que medida favorece ou dificulta esta» (Domènech e Tirado, 1998: 16). Neste caso, seriam os conteúdos da tecnologia que ficavam à parte como algo não discutível. Aquilo que se pedia era que contextualizasse o uso «errado», «atrasado» dessa tecnologia. O uso certo da mesma tecnologia, a sua génese, tudo isso ficaria de fora.

Enquanto decorria a investigação, foi «decidido» privatizar o processo devido aos atrasos na implementação dos sistemas informáticos. Esta incapacidade deveu-se a vários factores: o número reduzido e a meio tempo de responsáveis do projecto a nível central (engenheiros universitários o que provocou dificuldade em responder às solicitações); a sua formação apenas técnica que os tornou incapazes de definir uma estratégia organizacional de introdução; e, por fim, o progressivo controle do processo por parte tanto do nível dos Gabinetes de Apoio Técnico (que se apropriaram e nalguns caso personalizaram o projecto) como dos técnicos que entretanto foram sendo formados ou que entraram no Projecto (o que criou alguma ambiguidade no processo). Mais tarde tentou-se resolver os bloqueios entretanto desenvolvidos entregando o apoio a uma empresa privada formada no âmbito do INESC. Embora não se resolvesse a questão estrutural, todos os entrevistados das Câmaras confirmam que o apoio melhorou devido à lógica mais empresarial e menos burocrática entretanto adoptada. Contudo, segundo técnicos envolvidos nesta fase, os problemas continuaram visto que os actores organizacionais internos continuaram a ser os mesmos.

5. Uma reflexão em torno das conclusões

Após dezenas de entrevistas com reduzido carácter directivo, dois estudos aprofundados de caso, um inquérito sociológico e de outras recolhas de informação, sentimos que algo nos escapava. Em vez de tentar encontrar uma representação das formas estabilizadas definindo causalidades explicativas genéricas, pensamos em propor uma outra abordagem mais antropológica. Ou seja, estudar os processos através dos quais os actores traduzem e deslocam. Como diz Latour, trata-se de «**seguir os agentes sociais**», os que agem socialmente.

Sublinhámos então duas ideias: a necessidade de a sociologia ter em conta o seu carácter reflexivo e, em última instância, interpretativo. Neste sentido, seguimos os que agiam neste projecto, incluindo os elementos não humanos. Esta interacção dos investigadores com os agentes sociais e não sociais, o diálogo constante estabelecido

com um dos engenheiros responsáveis pela concepção do projecto e com os restantes entrevistados, teve efeitos teóricos importantes¹².

Neste meio, em que se cruzam diferentes discursos, tentámos produzir uma tradução que desse conta desta teia complexa de discursos e práticas numa lógica de interacção. Baseados na nossa própria experiência de investigação e em vez de nos refugiarmos ortodoxamente por detrás do poder simbólico da instituição universitária, adoptamos uma estratégia que tendeu a ser essencialmente semiótica. Por outras palavras, o conhecimento sociológico num contexto de modernidade tardia cada vez mais complexa — a informática é um indicador dessa complexidade — já não pode adoptar uma forma ortodoxa assente numa dicotomia entre o investigador e o seu objecto, modelo importado de uma concepção tradicional das ciências exactas. O sentido deixa de ser único, em que o retorno se faz através de instrumentos pesados - ditos científicos à imagem das ciências “exactas” — passando a ser nos dois sentidos onde o “cientista social” seria mais um facilitador do que um “sábio” clássico detentor do saber absoluto. Este fio hermenêutico, que nos orientou na “Torre de Babel” da nossa investigação, permitiu-nos uma abertura, uma disponibilidade para a escuta, para uma tentativa de diálogo que nalguns casos foi momento de criação de teoria, de observação dos paradoxos inerentes à realidade.

Contudo, devido a prazos de ordem institucional e sem haver tempo para «digerir» os dados recolhidos, foi apresentado um relatório oficial da pesquisa em que se concluía o seguinte (Neves, 1994):

«Na verdade, assiste-se aqui a uma espécie de luta retórica (expressão de um conflito de poder mais ou menos simbólico) entre os grupos defensores de uma burocracia tradicional que querem conservar o estatuto e a autonomia do funcionário na estruturação das suas tarefas e o discurso informático (dos actores ligados à tecnoestrutura e à direcção técnica — chefias — e política — presidente e vereadores) que pretende «invadir» esse espaço autónomo do funcionário, tornando-o mais racional e, portanto, mais eficaz numa lógica técnica e financeira de adequação meios-fins».

E esta luta retórica ou «tradução» também tinha a ver com o seguinte:

«Avançamos agora com a nossa interpretação: as novas tecnologias de informação (com o seu modelo organizacional potencial) obrigariam (a este nível) a uma maior estruturação das actividades, o que passaria por uma definição mais explícita do comportamento dos empregados, uma maior especialização dos papéis na atribuição de tarefas, um maior grau de standardização das ocupações organizacionais e uma maior formalização dos procedimentos escritos. Na prática, a formalização

¹² Boaventura de Sousa Santos diz algo semelhante: segundo ele, as condições sociais para uma ciência pós-moderna implicariam uma passagem da aplicação técnica da ciência para uma aplicação edificante. A aplicação técnica caracteriza-se pela exterioridade, separação fins/meios, não mediação universal/particular, evita os conflitos, sem ética, aplicação unívoca e unidimensional, avaliação quantitativa. Na aplicação edificante (e pós-moderna) da ciência valoriza-se o compromisso, a ligação meios/fins, a argumentação, a reflexão sobre os poderes, a ética, a aceitação do saber local, amplia a comunicação e interacção, é edificante e construtiva implica, por isso, uma nova conflitualidade entre os «tecnicistas» e os «edificantes» no campo das ciências sociais (Santos, 1989).

deixaria de estar limitada às questões de carreira e passaria a envolver o próprio processo de trabalho, limitando a liberdade de acção do funcionário e o grau de incerteza associado à estruturação do seu fazer quotidiano¹³.

Não admira por isso que se produza uma espécie de luta retórica (que é a expressão de diferentes hermenêuticas e de conflitos de poder) entre o discurso «inovador» do «staff» com as suas queixas de incompreensão e críticas ao conservadorismo dos funcionários mais velhos e dos «line» ligados ao pensar tradicional da burocracia¹⁴. De facto, o senso-comum dos informáticos (e em geral da tecnoestrutura) argumenta que a informática é produtora de inovação organizacional e que a informatização (novas tecnologias de processamento de informação integradas em sistemas racionais de informação) modifica a burocracia organizacional. Como diz Alter, este «senso-comum» além de confundir a descrição com a prescrição, adopta a perspectiva determinista segundo a qual as novas tecnologias produzem necessariamente fenómenos de inovação ou, um discurso mais social que remete as soluções para as técnicas «neutras» de gestão (receitas) sem pensar as mudanças organizacionais como um todo. No início da investigação, fomos tentados por esta abordagem «inovadora» do processo (ou retórica da modernização) e tentamos encontrar dados e informações que pudessem confirmar essa hipótese. Apesar deste esforço, as conclusões da investigação empírica sugerem-nos afinal um aparente paradoxo: a mudança organizacional acontece mas, simultaneamente, não é possível qualificá-la como uma mudança organizacional no sentido da inovação».

Tratava-se na verdade de uma outra coisa: da criação e recriação constante dos actores sociais que podendo ser algo «macro» e passível de algumas generalizações (inscrições gráficas como diz Latour) é fundamentalmente uma forma mais ou menos estabilizada de conexões com um carácter heterogéneo.

Bibliografia

- Arendt, Hannah (1978), *O sistema totalitário*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978
- Bernardo, Fernanda (1995), “Introdução. O outro cabo - A desconstrução e a desconstrução da Europa onto-económica”, in Jacques Derrida, *O outro cabo*, Reitoria da Universidade de Coimbra/ A Mar Arte, pp. 3-90
- Corcuff, Philippe (1995), *Les nouvelles sociologies*, Paris, Éditions Nathan, 1995, 68-75
- Costa, Manuel da Silva (1994), *Organização do trabalho e participação. Lição de síntese*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

¹³ Neste sentido a informatização assume-se como uma taylorização do trabalho administrativo: a especialização/mecanização é acompanhada de uma tendência para a standardização, simplificação e controle mais estrito dos procedimentos do trabalho.

¹⁴ No discurso dos técnicos da tecnoestrutura (racionalizadores ligados à informática e à gestão), surgem sempre três temas consensuais, como vimos no estudo exploratório: a informatização como algo de automaticamente inovador na organização autárquica; a racionalização ao nível tecnológico (utilização da informática) não é acompanhada ao nível organizacional (o que remete para resistências a esse processo) - os actores dessa resistência são caracterizados em função de características biológicas (a idade) e a menor qualificação.

- Costa, Manuel da Silva; Neves, José Pinheiro (1994), *Estudo do impacte social da utilização das novas tecnologias nas autarquias locais. Relatório final do projecto apoiado pela JNICT, PCTS FSC n.º 39/90*, Braga, CCHS da Universidade do Minho.
- Costa, Manuel da Silva; Neves, José Pinheiro (1997), “Novas tecnologias e organizações administrativas: um estudo empírico”, in *Dinâmicas multiculturais, novas faces, outros olhares* [Actas das sessões temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa, Julho de 1994], Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 169-185.
- Costa, Manuel da Silva; Felizes, Joel Felizes; e Neves, José Pinheiro (1998), «Portuguese chief administrative officers: between rationalization and political struggles», in K. K. Klausen and A. Magnier (eds.), *The Anonymous Leader – appointed CEOs in Western local government*, Odense, Odense University Press, pp. 220-237.
- Derrida, Jacques (1975), *Posições. Semiologia e materialismo*, Lisboa, Plátano Editora, pp. 34-59
- Derrida, Jacques (1988), *Mémoires*, Paris, Ed. Galilée, 1988
- Domènech, Miquel; Tirado, e Francisco Javier; (1998), «Claves para la lectura de textos simétricos», in Miquel Domènech e Francisco Javier Tirado, *Sociología simétrica*, Barcelona, Gedisa Editorial, pp. 63-107
- Foucault, Michel, (1984), “Deux essais sur le sujet et le pouvoir”, in Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, *Michel Foucault. Un parcours philosophique*, Paris, Gallimard, pp. 297-321. [Tradução portuguesa: “O sujeito e o poder” in *Sociedade e cultura 1, Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 13 (1), 2000, pp. 349-370].
- Hassard, John (1993), “Pós-modernidade e análise organizacional”, in John Hassard e Martin Parker, *Postmodernism and Organizations*, Londres, Sage Publications, 1993
- Latour, Bruno (1983), «Give me a laboratory and I will raise the world», in K. Knorr-Cetina e M. Mulkey (eds.), *Science Observed: Perspectives on the Social Study of Science*, London, Sage, pp. 141-170
- Law, John (1998), «Do poder e suas táticas. Uma abordagem a partir da sociologia da ciência», in Michel Domènech e Francisco Javier Tirado (comps.), *Sociología simétrica*, Barcelona, Gedisa Editorial, pp.).
- Martins, Moisés de Lemos; e Neves, José Pinheiro, (2001), «As lágrimas amargas da participação: como pensar o «poder» a partir de Michel Foucault», *Sociedade e cultura 2, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, Vol. 13 (2) [Comunicação apresentada no X Seminário Internacional do Subcomité Ibero-Americano do Comité de Investigação n.º 10 da Associação Internacional de Sociologia, realizado nas Ilhas Canárias, em 1997]
- Miranda, Vladimiro; e outros (1989), *Sigma - Gestão Municipal em Unix/C e Bases de Dados em implantação na Região Norte*, Porto, INESC, Ed. Policopiada, 1989.
- Neves, José Pinheiro (1993), *Para uma análise sociológica da informatização nas organizações municipais*, Braga, Universidade do Minho, 235 p.
- Neves, José Pinheiro (1997), «Da crise na sociologia das organizações à desconstrução em Derrida», in *Cadernos do Noroeste*, vol. 10, n.º1, 1997, pp. 227-243.
- Neves, José Pinheiro (1998), «Da análise do discurso às relações de poder: as análises de Foucault e Deleuze», in António Lucas Marin; e Pablo Garcia Ruiz, *La Participación en un mundo en crisis*, Madrid, Subcomité Iberoamericano del Comité de Investigación 10 de la Asociación Internacional de Sociologia, pp. 136-154.
- Neves, José Pinheiro (2002), «Para (Re)pensar Velhos Dilemas Sociológicos. O Conceito de «Poder» em Michel Foucault e Gilles Deleuze», in José A. Bragança de Miranda; e Joel Frederico da Silveira (Org.), *As ciências da comunicação na viragem do século*, Lisboa, Vega Editora, 2002, pp. 1075-1092.
- Neves, José Pinheiro; e Felizes, Joel (2002), “Playing by the rules in Portuguese local government: interpretations of the discourse of administrative leadership”, in Peter Dahler-Larsen (ed.), *Social Bonds to City Hall – how appointed managers enter, experience and leave their jobs in Western local government*, Odense, Odense University Press, 2002, pp. 76-88.
- Santos, (1989), Boaventura de Sousa, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento.
- Robert, Henri (1989), *Project d'informatisation des municipalités de la region du nord du Portugal. Mission d'évaluation pour l'O.C.D.E. du 25 au 29 Septembre 1989*, Porto, INESC, Policopiado.

Com uma enxada e um fouchinhão. Estruturas familiares, modelos sociais e construções identitárias numa região de tradições migratórias

Margarida Durães*

Introdução

Em 1870, a quando de uma das suas pesquisas etnográficas, na região do Alto Minho, Martins Sarmiento escreveu no seu caderno de notas o seguinte registo: *“a maior parte dos homens de Âncora, de Afife, de Areosa e das aldeias vizinhas vivem, todos os anos, seis a sete meses longe das suas casas. Eles são pedreiros, estucadores e partem à procura de trabalho até ao Porto e Borda-d’água. A lavoura é feita pelas mulheres. No Natal, eles regressam a casa”*.

Esta anotação, do final do século XIX, é mais um testemunho das fortes tradições migratórias da região do Alto Minho, cujas origens se encontram nos alvares da nacionalidade portuguesa e para as quais possuímos abundante documentação, graças a uma grande diversidade de fontes, produzidas a partir dos séculos XVII e XVIII. Os passaportes internos (Lagido, 2004; Solé, 2001; Durães e Lagido, 2007) são algumas das fontes que já foram utilizadas para o estudo deste fenómeno e que permitem uma avaliação da intensidade das correntes migratórias minhotas em direcção a outras regiões do país ou do estrangeiro. Graças aos últimos trabalhos desenvolvidos sobre a problemática das migrações internas, hoje temos um conhecimento mais sólido em relação à intensidade dos fluxos, aos itinerários e destinos adoptados, às épocas de deslocação, aos períodos de ausência, ao perfil sociológico dos migrantes e aos impactos económicos provocados quer nas regiões de origem quer nas regiões de destino (Durães, Lagido e Caridade, 2006; Durães e Lagido, 2007).

Neste texto, pretendemos abordar uma outra dimensão estabelecendo as conexões entre as características socioeconómicas do fenómeno migratório e os comportamentos adoptados pelas sociedades rurais em relação às formas de reprodução social e organização das famílias. Para atingir este objectivo, o estudo das relações entre os movimentos migratórios, as estratégias de devolução do património e o sistema de organização familiar e de reprodução social, adoptamos, para campo de observação, a comunidade rural de Areosa, pertencente ao concelho de Viana do Castelo, em virtude da intensa mobilidade da sua população masculina registada no final do século XVIII, princípio do século XIX (Durães, Lagido, Caridade, 2006).

Reunindo e cruzando as informações provenientes de várias fontes documentais como os passaportes internos e os testamentos, tentamos compreender qual era a influência das práticas de herança sobre a mobilidade da população ou se, inversamente, os importantes fluxos migratórios registados no final do século XVIII determinaram os comportamentos e estratégias hereditárias.

*Professora Auxiliar, Departamento de História da Universidade do Minho (margaridad@ics.uminho.pt)

1. A paisagem e as características socioeconómicas regionais

Areosa é uma comunidade rural da região do Alto Minho. Esta área caracterizada por um relevo montanhoso e atravessada por ribeiras profundas que formam cadeias de montanhas sucessivas que começam em Espanha e terminam no Atlântico é por vezes comparada às grandes vagas deste oceano que determina o clima e a vida desta terra. A vida, está estabelecida nos sopés dos montes e planícies ao abrigo das montanhas que a protegem dos ventos *Nortes* e *Nordestes* e lhe dão a água que tudo fertiliza (Herculano, 1987: 97).

Esta imagem romântica da região, desenhada por um autor do século XIX, justifica-se na medida em que toda a paisagem é dominada por uma cadeia de montanhas que se chama Peneda-Gerez. Este sistema montanhoso é formado por um conjunto de quatro montanhas — Peneda, Soajo, Amarela e Gerez — que começam no território de Espanha e evoluem em anfiteatro descendendo até ao litoral através de outras montanhas de pequena e média altitude.

Assim, a partir de uma estreita planície que corre todo o litoral, a altitude sobe rapidamente até aos 700 metros da Serra d’Agra ou aos 1416 da Serra da Peneda e aos 1548 da Serra do Gerez. Mas todo este conjunto de grandes, médias e pequenas serras é cortado por rios e ribeiros que, ao longo dos séculos deram origem a pequenos e estreitos vales onde se escondem um sem número de pequenos lugares e aldeias que formam as freguesias (Capela, 2005). À volta destes vales organizaram-se pequenas explorações agrícolas à medida que cada pequeno bocado de terra foi conquistado à montanha com o esforço e a força do trabalho dos homens que quiseram instalar-se nesta região. Como consequência deste povoamento e ocupação do solo, o Alto Minho é uma região que se caracteriza pelo grande parcelamento e a dispersão das explorações agrícolas. Estas são formadas, em geral, por pequenas parcelas de terra de qualidade muita diversa mas que permitem uma policultura intensiva graças à mão-de-obra abundante e ao complexo sistema de irrigação que começou a ser implantado desde os tempos mais antigos.

O sistema “campo-prado”, assim denominado por Orlando Ribeiro, permitiu o desenvolvimento de um sistema agrário em parcelas rodeadas de árvores ou de vinhas e sujeitas a uma exploração intensiva graças à utilização do estrume e da água dos rios, ribeiras, riachos, regatos, fontes e nascentes que se dispersam através de toda a região minhota (Ribeiro, 1971 : 60-67).

Este sistema de agricultura intensiva desenvolveu-se em explorações de pequena dimensão consagradas à cultura do milho e a uma pequena policultura. Durante o verão a produção era destinada ao consumo dos homens. Durante o inverno, os campos serviam para a produção de pastagens que alimentavam os animais. Vacas, bois, alguns carneiros e cabras assim como o vinho e os cereais eram os únicos produtos excedentes que se vendiam nos mercados regionais, nos anos de boas colheitas. Foi esta agricultura de subsistência que conduziu o pequeno lavrador à necessidade de ter outras actividades que pudessem complementar os pequenos lucros retirados da agricultura.

Estes comportamentos não só engendraram uma incerteza socioprofissional mas também permitiram uma melhor inserção das mulheres nas actividades agrícolas.

Sem querer cair nos exageros de Oliveira Martins (1953: 52-53) que já no século XIX assinalava a importância do trabalho da mulher do Minho, a pesquisa etnográfica de Martins Sarmiento constata, também, que as mulheres são a principal força de trabalho na agricultura minhota. Porquê? Porque um grande número de homens parte para longe de casa à procura de trabalho e de um rendimento durante a maior parte do ano.

2. Especificidades das migrações minhotas

Eram os homens que se deslocavam temporária e periodicamente para fora da sua região de origem, enquanto as mulheres eram fundamentalmente sedentárias (Brettel, 1991; Rosental, 2004). Os fluxos migratórios eram compostos fundamentalmente por homens que individualmente ou em grupo, decidiam tentar a sua sorte fora da sua terra natal.

Alguns, completamente sem terra, partiam à procura de um lugar ou de salários melhores que aqueles que eram praticados nesta região de alta densidade demográfica e mão-de-obra abundante¹. Outros, ausentavam-se durante alguns meses para tentar obter proventos financeiros que complementassem os rendimentos das suas pequenas explorações. E ainda havia aqueles que partiam com o *savoir-faire* adquirido na prática de uma actividade artesanal, procurando um trabalho e um salário mais alto que lhes permitisse juntar algumas economias (Durães, Lagido e Caridade, 2006).

Estas deslocações eram sobretudo migrações de “*mantien*” (Rosental, 1990: 1403-1431; Rosental, 2004: 107-135). A maioria dos homens pedia um passaporte para ir e voltar ou somente por trinta dias, três meses ou alguns meses suplementares. A análise pormenorizada do período para o qual o passaporte era pedido permite constatar que esta questão está quase sempre em relação directa com a ocupação profissional de quem o pede além de que é uma indicação que nos permite afirmar que a maior parte dos migrantes tinha sempre o regresso no seu horizonte. Porém, e apesar das fortes expectativas de retorno isso não impedia que a ausência não pudesse tornar-se mais longa e mesmo definitiva.

Além de serem essencialmente masculinas, as migrações internas, ao contrário das exteriores, integravam maioritariamente homens casados (23,8%) cuja média de idade se situava nos 32 anos. Os celibatários contribuíam com 19,7% e os viúvos, em muito pequeno número só participavam com 1,7% para o total do fluxo migratório.

¹ No começo do século XIX, a densidade populacional média era, para o Distrito de Viana do Castelo de 82,9h/Km² e para o concelho de 105,5h/Km², in Rui Graça Feijó, *Liberalismo e Transformação Social*. Lisboa, Ed. Fragmentos, 1992.

Simultaneamente, as migrações temporárias eram maioritariamente rurais. É de notar a forte contribuição que foi dada, num período de apenas 30 anos, por certas comunas rurais como Areosa (934), Âncora (341), Santa Marta (425), Carreço (291) ou Soutelo (371), onde se podia detectar uma tradição migratória profundamente enraizada que lhes permitiu deter a primazia no fornecimento de emigrantes até ao século XX. Mas, como já foi afirmado por Bernard Derouet, “nem todas as aldeias, nem todas as famílias estavam engajadas com a mesma intensidade na actividade migratória” (Derouet, 1998: 312). Em consequência desta diversidade de comportamentos, ao nível do município, nós podemos constatar profundas diferenças porque havia certas comunas que não participavam nos fluxos migratórios enquanto outras mantinham uma forte tradição migratória.

Todavia, assim como acontece em outras regiões rurais europeias também em Portugal “a geografia das correntes migratórias parece bem estabelecida, os campos de deslocação bem definidos, as direcções e os raios de acção extraordinariamente variados. Parecia que cada família tinha uma imaginação suficiente para encontrar um sector aproveitável em função dos gostos e das qualificações de cada um” (Beteille, 1970: 428).

As qualificações profissionais mais representativas dos migrantes estavam em relação directa com a sua proveniência geográfica e reflectiam a sua origem rural e as condições de vida desta região de *minifúndio*. Os trabalhadores da construção e os artesãos (27,5%), os camponeses, os jornaleiros e os trabalhadores em geral (23,9%) eram os profissionais mais representados na amostra de migrantes construída com os passaportes internos emitidos e registados em Viana do Castelo nos anos de 1760-67 e 1808-1837. As migrações internas, consideradas desde sempre como complementares da actividade agrícola, iniciavam-se na Primavera e prolongavam-se até ao final do Verão. Porém, ao longo de todo este período dois momentos eram preferidos: a primeira vaga de migrações começava em Março e atingia o seu maior volume em Abril e Maio. No decurso dos meses seguintes havia uma ligeira diminuição de saídas ainda que o número de partidas continuasse a ser sempre significativo. A partir do mês de Agosto, até ao final de Outubro, assiste-se a uma nova vaga, numericamente superior à primeira.

A constatação destes dois comportamentos — uma migração de Primavera/Verão e uma migração de Outono/Inverno — confirma a existência de lógicas migratórias diferentes na região do Noroeste de Portugal.

Por um lado havia uma verdadeira migração de complementaridade. Era um sistema que não permitia a partida senão depois do fim dos grandes trabalhos agrícolas ou, pelo menos, só possibilitava a partida depois de terminadas as colheitas e quando se dava início à “estação morta”, à estação do Inverno. Este sistema foi o adoptado por todos quantos escolheram partir em Agosto/Outubro sendo os lavradores aqueles que devemos nomear em primeiro lugar. No entanto, havia sempre um número não negligenciável de migrantes deste grupo que partiam na Primavera quer possuíssem ou não explorações agrícolas.

Por outro lado e ao contrário do que durante tanto tempo se afirmou, as actividades complementares que os homens desenvolviam nem sempre tinham lugar durante o Inverno, a estação morta do ponto de vista agrícola. Os homens que partiam a partir do mês de Abril (momento das sementeiras) e não regressavam a não ser no começo do Outono, quando as colheitas terminavam, pareciam mais preocupados com a complementaridade financeira que o seu trabalho podia trazer ao orçamento familiar do que com a complementaridade das suas ocupações. Todavia, a partida de um grande número de homens no período de mais intenso trabalho nos campos minhotos não parece ter inviabilizado as explorações agrícolas. Quer porque as altas densidades humanas da região continuassem a fornecer a mão-de-obra necessária, quer porque as mulheres que ficavam eram suficientes para assegurar os trabalhos, o amanho da terra prosseguia dentro da normalidade sem que se verificassem grandes queixas de falta de mão-de-obra para a agricultura.

Desta maneira, os homens, quer eles fossem pequenos proprietários rurais quer fossem artesãos que, ao lado da sua casa e do seu quintal, possuíam uma oficina ou “*cabaneiros*” e jornaleiros que procuravam trabalho numa região onde havia mão-de-obra excedentária, partiam para outras regiões do país onde lhes era oferecido melhores oportunidades de trabalho. No entanto, parece que “o ritmo das migrações era determinado pelas escolhas individuais que se inscreviam de facto numa estratégia familiar” (Moulin, 1986: 230), independentemente da ocupação principal dos elementos masculinos do grupo doméstico. Lisboa, Porto, Coimbra e os grandes, médios ou pequenos centros urbanos da Beira, Estremadura, Ribatejo ou Alentejo eram os destinos preferidos das gentes do Minho (Durães, Lagido e Caridade, 2006: 51).

No século XIX, os destinos diversificaram-se a tal ponto que a nossa amostra apresenta 376 localidades diferentes para as quais partiram aqueles que procuravam trabalho fora da sua aldeia de origem. Como nós já constatamos, em Portugal como na restante Europa Ocidental, os comportamentos migratórios eram muito diversificados, tão diversificados como os géneros de vida, as estruturas socioprofissionais, as estruturas mentais ou ainda as tradições regionais (Poussou, 1970 :11-78).

Além disso, e porque o fenómeno migratório era tão intenso, na região do Alto Minho, é preciso analisar se foram somente os caracteres naturais da região aliados às altas densidades da população que conduziram os homens à partida. Em que medida as estratégias de herança utilizadas pelas famílias pertencentes a esta sociedade rural não influenciaram, elas também, os grandes fluxos migratórios que se registaram em certos períodos?

3. Migrações internas e estratégias hereditárias

As migrações sazonais ou temporárias no Noroeste de Portugal foram um fenómeno muito complexo em virtude da grande variedade das ocupações profissionais, da duração da ausência e das diferentes épocas de partida e de retorno. A quantidade

dos homens que partiam mudava rapidamente em função das conjunturas políticas e económicas. Apesar desta complexidade que torna as migrações diferentes segundo as aldeias da região, é evidente que nas aldeias onde as migrações tinham uma grande tradição, a vida social e económica era profundamente alterada pelo fenómeno (Poirineau, 1962 : 5-50). Esta relação constata-se ao nível demográfico, ao nível da organização familiar, da reprodução e da mobilidade social e ainda ao nível económico.

Neste estudo chamar-se-á a atenção, sobretudo, para as relações entre as migrações e as estratégias de herança que condicionavam a organização familiar e as formas de reprodução social.

Do ponto de vista da sucessão e da herança, a lei portuguesa prescrevia a partilha igualitária entre os descendentes quando os bens eram livres e sem comportar qualquer carácter de bens vinculados (Durães, 2001 :175-218). No entanto, a mesma lei permitia a qualquer testador dispor livremente da terça parte do seu património. Este “terço” era utilizado para aumentar de alguma maneira a legítima de um dos descendentes ou fazer legados e doações a outros familiares ou a outras pessoas que não tinham de ter forçosamente qualquer laço de parentesco com o testador. Para atingir este objectivo os testadores utilizavam escrituras jurídicas — testamentos, doações ou constituições de dote. Só através destas escrituras os testadores podiam dispor do seu “terço” deixando-o a alguém.

Por isso, não ficamos surpreendidos com as informações veiculadas nas actas testamentárias que foram consultadas. São testamentos que pertencem a habitantes da freguesia de Areosa já mencionada, e que mostram uma preferência pela forma de sucessão única aliada à herança beneficiada. É uma amostra formada por testamentos pertencentes a testadores que eram pequenos e médios lavradores que possuíam a plena propriedade das explorações agrícolas e de todos os seus bens. Nestes casos, a Lei Geral do Reino (Ordenações) determinava que, quando alguém morria sem testamento, o seu património devia ser fraccionado de modo a ser distribuído de modo igualitário por todos os herdeiros legítimos. Todavia, existiam situações familiares que levavam um grande número de homens e mulheres a redigir o seu testamento. De modo a impedir a partilha igualitária, os testadores utilizavam um certo número de disposições nos seus testamentos que tinham como principal finalidade regular a sucessão e a partilha dos bens de uma forma que eles consideravam mais correcta e justa.

Para uns, a principal razão que os levava a escrever um testamento era o facto de não ter descendentes directos e a necessidade de escolher alguém, entre os membros da família, que merecesse ser o herdeiro do seu património. Para outros, sobretudo para aqueles que estavam casados, o testamento onde redigiam a sua última vontade, mostrava uma preocupação especial com o bem-estar do cônjuge que iria sobreviver, tentando que nada lhe faltasse depois do seu desaparecimento. Segundo a Lei Geral do Reino, os cônjuges eram excluídos da herança. Por isso, homens e mulheres casados tentavam assegurar a sobrevivência dos seus cônjuges por meio da elaboração de um testamento onde eles lhes atribuíam a propriedade ou o usu-

fruto dos bens que cabiam no terço. Todavia, para a maioria dos testadores possuidores de um certo número de filhos, o acto testamentário era utilizado para beneficiar um dos filhos com o «terço» e assim aumentar a sua quota-parte. Em geral, o filho ou a filha que via a sua legítima beneficiada era aquele que ficava a habitar com os pais, ajudando-os nos trabalhos agrícolas ao longo da sua velhice ou quando ficavam doentes (Durães, 2002).

Os números aos quais chegámos na nossa pesquisa, e que mostram uma tendência muito forte para a supremacia do sistema de herança desigual através do qual se privilegiava um único herdeiro excluindo da sucessão todos os outros possíveis concorrentes, devem ser submetidos a uma análise mais fina que possa colocar em relevo as múltiplas circunstâncias associadas a este sistema.

Além disso, a escolha do herdeiro não era totalmente livre. A lei, embora deixando ao testador uma relativa liberdade para decidir a quem ele queria deixar o seu património, impunha-lhe algumas restrições de modo a proteger os membros da família mais próximos. Daí que na sucessão testamentária, eram os laços familiares que presidiam a todas as formas de devolução do património material e simbólico da sociedade camponesa. Deste modo, os filhos encontravam-se no cimo das preferências dos testadores, seguidos pelo cônjuge e só depois apareciam os parentes colaterais. No entanto se nós procedermos a uma leitura mais cuidada dos dados é possível verificar que entre os casais, a preferência recaía sobre o cônjuge e só depois dele surgiam os descendentes directos.

A decisão que Manuel Enes tomou, quando em 1743 fez o seu testamento pode servir de exemplo para este comportamento. Como ele estava doente e quase a morrer, chamou o padre e pediu para lhe escrever a sua última vontade. No testamento ele declarava que *“em razão do amor que ele tinha pela sua mulher, ele a nomeava herdeira do terço dos seus bens, tanto dos bens móveis como dos bens de raiz. Esta parte do património pertencer-lhe-ia até à hora da sua morte deixando à sua livre vontade a escolha do filho que poderia herdar este terço”*². Com o mesmo propósito de proteger a sua esposa que lhe iria sobreviver, mas de maneira mais restrita, pode-se mencionar o testamento de Manuel Pires Frosso, falecido no mesmo ano de 1743. No seu testamento ele legava o usufruto do terço de todos os seus bens a sua mulher Maria Martins, mas nomeava como herdeira dos bens que pertenciam ao terço *“uma das suas filhas, aquela que ficasse a habitar com eles”*³. Vontade idêntica foi expressa por Domingos Bamba⁴, Francisco Martins⁵ ou Manuel Pires⁶, todos lavradores que habitavam na paróquia de Areosa. Ainda que os testadores tivessem descendentes, quando eles ditavam o seu testamento, legavam aos cônjuges o usufruto do “terço” na condição de ele mais tarde o deixar em proveito de uma das filhas que o casal

² ADV, *Livro de Testamentos da Freguesia da Areosa*, fol. 15

³ ADV, *Id., ibid.*, fol. 17V

⁴ ADV, *Id., ibid.*, fol. 29V

⁵ ADV, *Id., ibid.*, fol. 30

⁶ ADV, *Id., ibid.*, fol. 28V

tinha tido. Era pois o cônjuge, sobretudo a mulher, que presidia a este universo testamentário camponês. No dizer dos testadores que escolheram as mulheres como herdeiras e sucessoras principais, era o seu bom senso, a sua habilidade, a sua experiência e a sua capacidade para cultivar, reger e governar a exploração agrícola que fazia delas as administradoras mais eficazes (Durães, 2000: 376-385).

Os descendentes estavam presentes nos testamentos porque a lei, considerando-os como herdeiros obrigatórios, não permitia que fossem excluídos da herança salvo em casos excepcionais. Os filhos eram citados porque era preciso fazer contas e saber se todos estavam “*compostos*”, evitar as injustiças e prever o futuro daqueles que ficariam em casa sob a autoridade do herdeiro principal e sucessor designado. E nos casos observados, os testadores da amostra não pareciam submetidos ao princípio da primogenitura e ainda menos ao da masculinidade. Ao contrário do que se passava noutras regiões de direito escrito de influência romana e com o mesmo tipo de constrangimentos jurídicos no que diz respeito à posse das explorações agrícolas, nesta região as filhas não eram de modo nenhum excluídas da sucessão. Apesar das normas que estipulavam que as filhas deviam ser afastadas em benefício dos rapazes, em numerosas ocasiões as filhas foram escolhidas como herdeiras principais em detrimento dos rapazes tendo sido utilizado, tanto pelos pais como pelas mães, a sucessão testamentária para o conseguir.

Na amostra documental que foi construída a partir dos testamentos pertencendo à paróquia de Areosa do concelho de Viana do Castelo, o número de vezes em que as filhas aparecem mencionadas como as herdeiras beneficiadas com o “terço” é de tal modo importante (69%) que não se pode deixar de insistir na exclusão e na desigualdade com que os descendentes masculinos foram tratados. A apoiar a nossa afirmação encontram-se numerosos testamentos nos quais o testador designa uma só filha ou todas as filhas para receber o terço e assim ver a sua porção beneficiada com as casas e os bens de raiz enquanto os descendentes masculinos recebem legítimas muito mais humildes.

A fim de explicar este comportamento em matéria de herança é indispensável dar uma vista de olhos sobre o conteúdo, por exemplo, do testamento de Joana Fernandes e do seu marido João Parente, redigido no ano de 1744 quando ela, testadora, se encontrava doente e quase a morrer. Nas escrituras jurídicas que este casal mandou lavrar para estabelecer a sua última vontade, os dois testadores indicavam a existência de seis filhos, cinco rapazes e uma filha. A filha, casada e habitando com os pais, apesar do dote que já tinha recebido na ocasião do casamento, foi beneficiada, segundo o testamento, com uma soma que representava os serviços que ela prestou em casa “*no trabalho da terra, ajudando a ganhar dinheiro para pagar os juros de algumas dívidas de que eles eram devedores*”. Estas dívidas foram contraídas para poderem instalar os restantes filhos. Dois de entre eles seguiram os estudos para aceder à carreira eclesiástica, tendo os pais pago todas as despesas. Além dos estudos os pais também lhes deram um património de modo a poderem viver com dignidade conforme o seu estatuto. Com o outro filho eles despenderam 30.000rs

para o pedido de dispensa que teve de fazer para se poder casar. Além desta soma, deram-lhe ainda uma pequena caixa, um cobertor, uma enxada e um fouchinhão de mato. Ao quarto filho deram-lhe, na ocasião do casamento, uma leira, um cobertor, uma enxada e um fouchinhão de mato como o anterior já tinha recebido. Com o quinto filho eles despenderam 24.000rs em moedas de ouro para que ele pudesse oferecer esse ouro à noiva na ocasião do casamento e 19.200rs na compra de um fato. Além disso, e apesar de todo este dote, os pais ainda lhe ofereceram como a seus irmãos, um cobertor, uma enxada e um fouchinhão de mato. Deste modo, eles conseguiram estabelecer toda a sua descendência. Mas, ao contrário do que se passava em outras regiões portuguesas e europeias, aqui, os rapazes tiveram de partir à procura de uma situação que lhes possibilitasse começar uma nova vida fora da sua família e da sua terra de origem. Para isso, os pais ajudaram-nos segundo as suas possibilidades económicas e ofereceram-lhes os utensílios fundamentais que lhes permitiriam trabalhar e ganhar de que viver não importa onde: uma enxada e um fouchinhão para roçar o mato.

Exemplo semelhante é o que encontramos no testamento de Manuel Martins Oleiro e de sua mulher Isabel Vieites, redigido em 1743. Tendo seis filhos (três filhos e três filhas), o casal repartiu a casa entre as suas três filhas, enquanto dois dos filhos receberam 48.000rs para emigrar para o Brasil. O terceiro filho, já casado, tinha recebido na altura do casamento um pequeno dote (uma caixa e roupa) que lhe foi descontado na legítima a que ele teria direito.

Sempre com o objectivo de ilustrar esta exclusão masculina, não podemos deixar de mencionar um outro caso exemplar dos comportamentos hereditários destas comunidades rurais. Em 1739, Maria Afonso e seu marido Francisco Martins fizeram o seu testamento para decidir como iriam partilhar o “terço” dos seus bens entre as três filhas que tinham tido em conjunto. No testamento eles reafirmaram a validade do conteúdo da escritura jurídica de dote que eles tinham feito à mais velha, onde eles determinavam que ela receberia o terço das casas de habitação e do “*lugar*”. A segunda filha, que também já estava casada, e uma neta do casal (filha da terceira filha, já morta) deveriam partilhar entre elas a outra metade do terço dos bens que estavam fora do “*lugar*”. Embora o benefício tenha sido para a filha mais velha que habitava com os pais, esta maneira engenhosa de partilhar foi, sem dúvida, o processo encontrado para não excluir ninguém da possessão de bens fundiários já que todos os descendentes eram do sexo feminino.

No Alto Minho as montanhas parecem querer, não somente, dominar e delimitar o horizonte, mas também, impedir e tornar difícil a possibilidade daí se instalarem mais homens. Simultaneamente elas parecem querer proteger as mulheres. Para se aplicar um modelo como este, os testamentos estão cheios de cláusulas que têm como principal objectivo o bem-estar e a sobrevivência das mulheres, quer elas sejam casadas, quer elas sejam solteiras ou viúvas.

Este conjunto de estratégias serve não somente as situações particulares de cada família, mas ele faz parte também de um modelo cultural que foi construído a par-

tir de instituições jurídicas. É um modelo caracterizado pela transmissão *post mortem* do património, pela impossibilidade de uma exclusão total dos filhos legítimos e pela utilização frequente do “terço” de maneira a beneficiar, sobretudo, as filhas que decidem habitar com os pais até à hora da sua morte.

O testamento de João Gonçalves, concebido em 1741, mostra a que ponto este modelo estava bem enraizado na mentalidade e nos comportamentos que deveriam ser adoptados em relação às formas de devolução do património. Uma vez doente, moribundo o testador chamou o padre que lhe redigiu o testamento, onde ele dizia ter uma filha mas, igualmente, que a sua mulher estava de novo grávida. Assim, ele deixava a sua esposa, como era hábito nas comunidades rurais, o usufruto do seu “terço” a fim que pudesse dele gozar até ao fim dos seus dias. Depois da sua morte e no caso de o *nascituro* ser um rapaz, o “terço” seria entregue inteiramente à filha, sendo esta obrigada a dar a seu irmão a quantia de 30.000rs. Mas se o *nascituro* fosse uma menina, então o “terço” deveria ser repartido igualmente entre as duas filhas.

Ainda que esta situação seja um exemplo extremo, fora do comum, onde um rapaz já estava a ser deserdado antes de nascer, pela simples razão de ser rapaz, este caso permite compreender a situação vivida pelos homens destas comunidades rurais. Eles eram excluídos da herança da terra ou, quando muito, recebiam somente pequenas explorações formadas por parcelas dispersas com as quais não podiam sustentar uma família.

Com esta sorte, eles não tinham outra solução a não ser encontrar um ofício ou então partir com a enxada e o fouchinho à procura de trabalho como criados, jornalheiros ou “*homens ganhões*”.

As diversas razões apresentadas pelos testadores que escolheram como sucessores e herdeiras principais pessoas do sexo feminino estavam em relação directa com a ausência dos homens de casa durante a maior parte do ano.

Porém, a nomeação de um sucessor era, em geral, acompanhada por um conjunto de encargos que não deviam de modo nenhum ser desprezados. Legados pios, dotes ou legados em dedução da legítima, legados simples, usufrutos, pensões, pagamentos de dívidas eram as principais rubricas que agravavam os herdeiros que tinham sido beneficiados pelo “terço”.

A necessidade de “acomodar” aqueles que deixavam a casa, de dar a cada um dos descendentes “*em dinheiro a parte que lhe pertencia*”, ou a obrigação de “*compor com os irmãos a parte que lhes pertencia depois de deduzidas as despesas*” eram algumas das expressões utilizadas nos testamentos indicando que a escolha de um herdeiro universal ou beneficiado não se fazia gratuitamente.

Como exemplo das dificuldades vividas, temos o testamento de Joana Fernandes e de João Parente, de que nós já falamos. Todos os filhos receberam as legítimas às quais tinham direito. A filha recebeu o terço e quase todas as propriedades fundiárias que pertenciam a seus pais. Mas, à hora do falecimento, no seu testamento, os pais declararam que tinham muitas dívidas e que eles já não sabiam se os bens que possuíam seriam suficientes para pagar os dotes, os patrimónios e reembolsar as

dívidas, deixando livre de obrigações o “terço” que eles tinham atribuído à sua filha. Ela era a herdeira principal. Mas qual foi o preço que ela teve de pagar para receber esse benefício? Será que seu marido também fez parte daquele grupo de homens casados, que teve necessidade de acompanhar os cunhados e vizinhos, em algumas saídas, a fim de poder ganhar dinheiro e ajudar a sua mulher e sogros a pagar todas as dívidas?

4. A organização familiar e a solidão feminina

Segundo Flandrin (1994: 61), o estudo das estruturas e das formas de organização familiares é um dos temas que suscitou o maior número de debates entre os historiadores da família e da sociedade. A origem desses debates encontra-se no confronto entre diferentes tipologias, métodos e fontes propostas para a análise da formação e da reprodução dos grupos domésticos. Tudo teria começado pela tipologia definida por Frédéric Le Play — família nuclear, família tronco, família alargada — e muito tempo aceite como aquela que representava melhor as estruturas e a organização da família de Antigo Regime. A partir do fim dos anos sessenta do último século, esta tipologia começou a ser contestada a partir dos estudos dos historiadores de Cambridge, dirigidos por Peter Laslett. Segundo estes historiadores, os modelos apresentados por Le Play não correspondiam à organização familiar encontrada na Inglaterra no período pré-industrial. Por isso, eles concluíram que a família nuclear ou “instável”, assim designada por Le Play, não era uma consequência da industrialização, mas a forma corrente da organização da família inglesa (Laslett, 1972: 847).

A polémica generalizou-se, dando lugar a uma produção prolífica tanto em favor de uma como de outra tipologia. No entanto, no começo deste século, o debate foi relançado com a introdução do conceito de “*ciclo familiar*”, proposto por um conjunto de historiadores e de antropólogos. A família, o grupo doméstico na sua dimensão e complexidade, passaram a ser considerados, doravante, por realidades em mutação constante e não dados estáticos. A introdução na análise do conceito de “*ciclo familiar de desenvolvimento*” como um “*utensílio metodológico*” pelo meio do qual se pode comparar a vida dos grupos domésticos à vida dos indivíduos, permite detectar as formas de organização sucessivas, pelas quais todas as famílias passam, assim como os condicionamentos que, em cada momento, mais influenciaram os modelos adoptados (Sarti, 2001: 141).

As práticas de herança utilizadas para beneficiar as filhas e excluir os rapazes da posse de bens fundiários foram um dos condicionamentos que influenciaram a organização da família e sobretudo a organização do grupo doméstico.

A doação do “terço” a um dos filhos para aumentar a sua legítima era acompanhada de um conjunto de obrigações, entre as quais se deve colocar em evidência o dever de coabitação. Quando esta exigência se concretizava após o casamento do filho beneficiado com a parte disponível, ela provocava a coabitação dos dois núcleos

conjugais (família tronco) aos quais se podiam juntar os descendentes do casal mais velho que ainda não tinham partido da casa e as crianças do casal mais jovem à medida que nasciam (família alargada). A dimensão do grupo familiar estava, assim, em mudança contínua e o número dos seus membros dependente de factores demográficos (mortes, nascimentos, casamentos) e ainda de “um leque bastante largo de condicionalismos” (Robichaux, 2002).

Segundo Rafaella Sarti, para a compreensão dos modelos de organização familiar, todos os condicionalismos devem ser considerados, seja, por exemplo, “as tradições locais e sociais em relação à composição da família; as normas relativas à transmissão e à divisão do património; as simpatias e as idiossincrasias individuais; as possibilidades económicas e as práticas de coabitação ou de separação” (2002: 140-143). No entanto, a esta enumeração ainda devemos juntar os modelos de migração já que eles são igualmente um factor importante que age sobre a dimensão, a composição e a organização do grupo doméstico. Em estudos anteriores realçamos o papel desempenhado pelas estratégias hereditárias e pelas práticas de coabitação e de separação utilizadas pelos camponeses do Minho na organização dos grupos familiares (Durães, 2003: 193-225). Neste estudo, iremos sublinhar a influência das migrações na transformação das regras estabelecidas pelas práticas de transmissão do património.

Como já antes deixamos dito, nas comunidades rurais do Alto Minho, utilizava-se a prática de beneficiar um filho, em geral aquele ou aquela que ficava em casa para ajudar e cuidar dos pais durante a sua velhice e em caso de doença até à sua morte. A coabitação entre os membros das duas gerações era obrigatória e constituía a condição mais importante para se ser herdeiro beneficiado. Eram sobretudo estes deveres, e a sua aceitação ou a sua recusa, que provocavam estruturas familiares mais ou menos complexas, estando aquelas por sua vez dependentes do poder económico da “casa” e das possibilidades oferecidas pelo espaço doméstico.

Como em muitas outras regiões da Europa (Fauve-Chamoux, 1984: 514), as casas dos camponeses minhotos eram exíguas. A maioria dos camponeses viviam em pequenas casas térreas, com uma só divisão, sombrias, mal arejadas, onde os mais diversos odores se misturavam com o fumo das chaminés e os cheiros humanos. No entanto, no mesmo espaço rural havia casas com estruturas mais complexas que permitiam outras possibilidades.

Quando assim acontecia, os testadores tinham o cuidado de reservar quartos, partes da casa ou mesmo edifícios secundários da exploração agrícola (Sarti, 2002: 136). Esta solução permitia ao cônjuge sobrevivente e aos filhos celibatários manter a sua individualidade e a sua intimidade apesar de permanecerem economicamente dependentes do herdeiro.

O modelo ideal, no entanto, seguido por todas as famílias camponesas, sempre que as condições mínimas para o concretizar estavam reunidas, era a coabitação dos pais com o herdeiro principal mesmo depois do seu casamento, e com os outros filhos enquanto estes se mantivessem celibatários.

Mas o testamento de Andreza Pires Esteves, escrito em 1747, mostra a que ponto este modelo ideal de organização familiar foi transformado pelas numerosas saídas do herdeiro principal sempre que tinha necessidade de ganhar dinheiro para sustentar a sua família. A fim de guardar as práticas da região, Andreza e seu marido Francisco Afonso escolheram o seu filho Manuel como herdeiro principal e atribuíram-lhe um dote para que ele pudesse casar. Na escritura de dote de casamento os pais deram-lhe o “terço” de todos os seus bens. Mas Manuel só entraria na posse dos bens após a morte dos seus pais. Algumas outras obrigações foram, ainda, adicionadas. De todas merecem especial destaque as que concernem o dever de coabitar com os pais e o de pagar os legados pios.

Antes de morrer, Andreza fez o seu testamento onde declarava que ela e a sua nora Joana, esposa de Manuel, tinham pago o enterro e o legado pio de seu marido com o dinheiro que Manuel tinha enviado de Espanha. Longe de casa, quando o pai faleceu, Manuel trabalhava em Castela ao lado do seu irmão Domingos e de vários vizinhos. Dali enviou para casa, pelo irmão, algumas economias que tinha conseguido juntar, graças ao seu trabalho e que permitiram à mãe e mulher fazer face às despesas do enterro do pai. Mas, algum tempo depois, ele regressou a Portugal. Pelo testamento de Andreza, sabemos que ela o terá enviado a Lisboa, onde trabalhava um outro filho, de nome André, para receber o dinheiro que aquele lhe tinha deixado em testamento. A partir de então, Manuel ficou em Lisboa a trabalhar e por lá permaneceu até à morte da mãe. Quando a mãe redigiu o seu testamento ele continuava longe de casa, porque foi à sua nora que ela pediu para lhe fazer o enterro e o legado pio⁷.

Foi deste modo que o modelo cultural e social almejado, pelas práticas de herança da região, acabou completamente alterado devido às fracas capacidades económicas da família e à necessidade de procurar um complemento financeiro fora da região e mesmo fora do país. A família tronco desejada por Andreza e seu marido, quando eles fizeram a escritura de dote a seu filho, transformou-se num grupo doméstico formado exclusivamente por mulheres (Andreza, Joana e Ascensão a única filha que Joana teve de seu marido) habitando a maior parte do tempo sós.

Esta é a história de vida, não apenas de uma família em particular, mas um caso que exemplifica o quotidiano familiar de todas as famílias onde as práticas migratórias se tornaram habituais.

Em suma: as sociedades de montanha estão, regra geral, na origem dos fluxos migratórios devido aos limitados recursos que estes ambientes oferecem aos seus habitantes, ainda que não seja apenas a paisagem agreste e o solo rochoso a explicarem o facto de os homens se sentirem atraídos a partir à procura de uma colocação e de uma forma de subsistência fora da sua terra de origem. Em paralelo com os condicionalismos naturais havia, também, um conjunto diversificado de condicio-

⁷ ADV.C, *Livro de Testamentos da Freguesia de Areosa*, fol. 42.

nalismos sociais e culturais que agiam e de onde se devem destacar as estratégias de devolução do património de uma para outra geração, utilizadas por estas comunidades rurais a fim de se manter o equilíbrio entre as capacidades da natureza e os homens. Foram estas estratégias que produziram uma grande quantidade de herdeiros, que excluídos da posse de terra, acabarão por alimentar os fluxos migratórios.

No entanto, a complexidade do funcionamento destes fenómenos e as suas interconexões torna difícil de discernir as causas e os efeitos de cada elemento. Por um lado temos as estratégias hereditárias que consistindo na sucessão única e herança beneficiada, multiplicaram o número de herdeiros desprovidos de bens fundiários que se sentiram obrigados a partir à procura de um ofício para assegurar a sua sobrevivência. Por outro lado, a ausência dos homens durante a maior parte do ano ou ao longo de vários anos, condicionava a escolha do herdeiro beneficiado que, em geral, recaía sobre as filhas reforçando a exclusão dos rapazes.

Por um lado, o modelo de herança beneficiada consistindo na escolha de um herdeiro principal visava a manutenção da exploração com uma área mínima de forma a garantir a sua rentabilidade; mas, os pesados encargos financeiros que este modelo de herança comportava conduziam os homens à procura de receitas no exterior da casa emigrando para fora da região e mesmo do país. Era através das migrações que adquiriam um suplemento financeiro que ajudava os magros orçamentos familiares dos pequenos e médios camponeses e tornava possível a manutenção de uma economia de subsistência.

Enfim, não podemos deixar de pensar que a racionalidade do funcionamento dos dois fenómenos está intimamente ligada a vários níveis, de tal modo que nenhum poderia funcionar sem ser influenciado ou ter o apoio do outro.

Referências bibliográficas

- A. Poitrineau, A. (1962), “Aspects de l’émigration temporaire et saisonnière en Auvergne a la fin du XVIIIe et tau XIXe siècle”, in *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, tome IX, janviers – mars, pp. 5 – 50.
- Brettell, C. (1991), *Homens que Partem Mulheres que Esperam. Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Capela, J. V. (coord.) (2005), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*. Braga, Ed. Casa Museu de Monção/Univ. do Minho.
- Derouet, B. (1998), “Les paradoxes de l’ouverture: exclusion familiale et migrations dans la Creuse et le nord du Massif central (XVIIIe – XIXe siècles) in G. Bouchard, J. Dickinson, J. Goy, (dir.) *Les exclus de la terre en France e tau Québec (XVIIe – XXe siècles). La reproduction familiale dans la différence*. Québec, Septentrion.
- Durães, M. (2000), *Herança e Sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga. Séculos XVIII – XIX*. Tese de doutoramento. Braga, Univ. do Minho.
- Durães, M. (2001), “Filhos e Enteados. Práticas sucessórias e hereditárias no mundo rural (Braga, séculos XVIII-XIX)”, in *Cadernos do Noroeste*, 15 (1-2), pp. 175-218.
- Durães, M. (2002), “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)”, in *Cadernos de Noroeste*, vol. 17 (1-2), pp.125 – 144.

- Durães, M. (2003), “Heranças: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX)”, in *População e Família. Família Ibero-Americana*, n° 5. S. Paulo, Brasil.
- Durães, M., Lagido, E., Caridade, C. (2006), “Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIIIe-XIXe siècles)”, in *Obradoiro de História Moderna*, n° 15, Univ. de Santiago de Compostela, pp. 29 – 76.
- Durães, M., Lagido, E. (2007), “A Arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (sécs. XVIII – XIX)”, in *Livro de Homenagem ao Prof. Teodoro de Matos*, Lisboa, CHAM.
- Feijó, R. G. (1992), *Liberalismo e Transformação Social*. Lisboa, Ed. Fragmentos.
- Flandrin, J.- L. (1994), *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa.
- Fontaine, L. (1990), “Solidarités familiales et logiques migratoires en pays de Montagne à l’époque moderne”, in *Annales E. S. C.*, nov. – déc., n° 6, pp. 1.433 – 1.450.
- Herculano, Alexandre (1987), “O Minho”, in *Cenas de um ano da minha Vida (1832-33)*, Lisboa.
- Lagido, E. (2004), *Santa Maria de Âncora (1624 – 1910). População e Sociedade*. Tese de Mestrado em História das Populações, apresentada à U. M., Braga.
- Laslett, P. (1972), “La famille et le ménage : approches historiques », in *Annales E.S.C.*, janv.-fév., p. 847.
- Lorenzetti, L. (1999), *Economie et migrations au XIX siècle: les stratégies de la reproduction familiale au Tessin*. Bern, Ed. Peter Lang, Pub. Universitaires Européennes, Séries III.
- Martins, J. P. de Oliveira (1953), *Portugal Contemporâneo*. 3° vol. Lisboa.
- Poussou, J.-P. (1970), “Les mouvements migratoires en France et a partir de la France à la fin du XVe siècle au début du XIXe siècle: approches pour une synthèse”, in *Annales de Démographie Historique*, pp. 11 – 78.
- Rey Castelao, O. (2006), “Les femmes “seules” du Nord-Ouest de L’Espagne: trajectoires féminines dans un territoire d’émigration 1700 – 1860”. Texte présenté au *Congrès de l’Association de Démographie Historique*, Paris, janvier 2005. A publier aux *Annales de Démographie Historique*.
- Ribeiro, O. (1971), “Agricultura”, in *D. H. P.* Porto, pp. 60 – 67.
- Robichaux, D. (2002), “Hogar, grupo doméstico y familia en México: conceptos universales contra realidades particulares”. Communication présentée au *Congrès Internacional AHILA*, Université Azores.
- Beteille, Roger, (1970), “Les migrations saisonnières en France sous le Premier Empire. Essai de synthèse”, in *Revue d’histoire moderne et contemporaine*. n° 17.
- Rosental, P.- A. (1990), “Maintien/rupture: un nouveau couple pour l’analyse des migrations”, in *Annales E. S. C.*, n° 6, pp. 1403 – 1431.
- Rosental, P.- A. (2004), “La migration des femmes (et des hommes) en France au XIXe siècle”, in *Annales de Démographie Historique*, n° 1, pp. 107 – 135.
- Sarti, R. (2001), *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*. Editorial Estampa, Lisboa.
- Solé, Maria Glória Parra (2001), *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593 – 1850)*. Guimarães, NEPS.

Os municípios: do modelo clássico à governação

J. A. Oliveira Rocha*

Não existem em Portugal estudos interdisciplinares das autarquias locais. Os historiadores preocupam-se com a evolução histórica do poder local; os sociólogos analisam a origem e a fonte dos poderes locais; os juristas perdem-se no estudo das competências dos diversos órgãos locais e administração periférica; já quanto a análise das políticas e ao modelo de gestão, a investigação é quase inexistente (Rocha e Proença, 2005). Ora sob este ponto de vista é possível encontrar na Europa famílias de municípios ou agrupamentos com características diferentes.

1. Tipos de Administração Local

Com base em Page e Goldsmith (1987) e tendo conta diversas variáveis, classificamos os países europeus em dois grupos: países do Norte (Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Noruega) e países do Sul (França, Itália, Portugal, Grécia).

Enquanto nos países do Norte, os governos locais gozam de grande autonomia e desempenham um largo leque de funções, no Sul, os governos locais, embora tenham grande peso político no governo central, têm menos responsabilidades a nível local.

Com a construção do Estado de “Welfare”, depois da Segunda Guerra Mundial, no Norte o desenvolvimento das políticas sociais passou a ser da responsabilidade dos municípios, cuja receita tinham origem em impostos municipais. Isto é verdade para os países nórdicos, já que em Inglaterra os municípios actuaram fundamentalmente como agências locais de serviços (Cochrane, 1994).

Nos Estados do Sul, o Estado mantém-se altamente centralizado, entendendo-se que a isso o obrigava a equidade e as economias de escala.

Esta diferenciação entre o Norte e o Sul explica-se pela história política dos respectivos países. No Sul os países sofreram a influência das reformas de Napoleão que dividiram o território em unidades administrativas dependentes do poder central. Com o desenvolvimento do Estado de “Welfare”, as unidades locais permaneceram pequenas, sem funções, sendo a implementação das políticas sociais da responsabilidade do poder central, o qual criou estruturas desconcentradas, à margem da organização autárquica. Isto aconteceu mesmo em países, como Portugal, que, no século XIX, racionalizou a divisão administrativa, diminuindo drasticamente o número de concelhos.

Os países do Norte são o resultado da reforma protestante, a qual acentuou a descentralização e autonomia dos poderes locais. Com o Estado de Welfare a Inglaterra e os países nórdicos não desenvolveram burocracias centralizadas, delegando nas elites locais a implementação das políticas sociais.

* Professor Catedrático da Administração e Políticas Públicas.

E, por isso, sobretudo nos países nórdicos, assistiu-se à *recomposição municipal*, isto é, ao aumento da área das unidades locais. Semelhante movimento ocorreu nos Estados Unidos sob o nome de *consolidação das áreas metropolitanas*. Pretendia-se aumentar a dimensão das unidades de governo local em ordem a aumentar a eficiência, o *output*, a participação dos cidadãos e a responsabilidade dos funcionários (Ostrom, 1999).

2. Transformação nos Anos Oitenta

Nos anos oitenta os municípios europeus vão ser sujeitos à influência de dois fenómenos que vão alterar profundamente a sua configuração e comportamento. Refirmo-nos à integração europeia e à crise do Estado de “welfare” e adopção da nova gestão pública.

Europeização do Governos Locais

O contraste entre os países do Sul e do Norte foi diminuindo com a integração europeia. Em primeiro lugar, a europeização mudou o relacionamento entre o governo central e as unidades sub-nacionais. Assim, a Carta Europeia da Autonomia Local impõe o reconhecimento da autonomia local pela legislação interna e, na medida do possível, pela Constituição de cada país, deixando contudo alguma margem de liberdade aos estados subscritores quanto à definição do respectivo regime. A Carta foi ratificada por Portugal, pela resolução de Assembleia da República n.º 28/90, de 13 de Julho de 1990.

A regra, imposta pela Carta, é a atribuição das responsabilidades públicas às autoridades mais próximas dos cidadãos (art. n.º 3); além disso devem ter recursos financeiros próprios (art. 9.º); e, finalmente, a tutela do governo central deve reduzir-se às situações previstas na Constituição e na lei.

A europeização foi ainda implementada como resultado da possibilidade de acesso aos fundos comunitários, por parte das autarquias locais. A concessão destes fundos supõe o cumprimento de determinadas normas e requisitos impostos de modo uniforme em toda a União Europeia.

É oportuno frisar que o recurso aos fundos comunitários constitui uma fonte de financiamento considerável e particularmente importante no investimento local (M. Silva Costa e outros, 1999). Segundo estes autores, e referindo-se apenas aos municípios do Minho, a componente do Feder atingiu em 1993 37% dos investimentos a nível local.

Sem deixar de lado determinadas particularidades, estes processos têm tido consequências nas estruturas organizacionais dos diversos governos locais, bem assim como nas políticas, levando, de forma lenta, mas inelutável, à uniformização pro-

gressiva. Segundo os autores citados acima, os municípios fizeram uma aprendizagem rápida dos procedimentos, ajustando-se às exigências comunitárias.

Nova gestão Pública

A outra forma de uniformização dá-se pelo nome de “new public management”. Como vimos atrás, a construção do Estado de “Welfare” trouxe consequências diferenciadas no Norte e no Sul. Nos países do Norte da Europa, os governos locais aumentaram as suas competências e redimensionaram-se, transformando-se em fornecedores de serviços e bens públicos. No Sul mantiveram as suas estruturas tradicionais, cabendo ao governo central a definição, formulação e implementação das políticas sociais.

A crise do Estado “welfare” veio alterar a gestão. Mas enquanto os governos locais do Norte se viram forçados a adoptarem técnicas e processo de gestão empresarial, os do Sul não sentiram de imediato esta necessidade porque não desempenhavam funções nas áreas sociais. Só nos anos 90 e depois dos processos de descentralização é que os municípios do Sul se viram confrontado com as mesmas dificuldades. Em Portugal este processo ocorreu, de forma limitada, em 1999, pela transparência de competências do poder central para as autarquias (Leis 159/99 e 169/99).

Como consequência os governos locais debatem-se em toda o lado com dois grandes desafios: necessidade de fazer a transição da modernização interna para o desenvolvimento de gestão estratégica; e a necessidade de redefinir a interface entre a Administração local e a sociedade envolvente. Ao lidar com este problema os políticos locais têm adoptado em conjunto de medidas de modernização que podem ser apresentadas em três grandes conjuntos:

- Modernização interna, o que significa insistência em *outcomes* e *outputs* e introdução das modernas técnicas de gestão, como sejam a contabilidade de custos, reengenharia e insistência na eficiência.
- Democratização do governo local, o que supõe a crescente autonomia e envolvimento dos munícipes e gestão de qualidade.
- Orientação para o mercado, implicando privatização, concorrência, separação entre financiadores e prestadores dos serviços públicos municipais e *contracting-out* (Rocha e Proença, 2005: 270).

Em termos de prestação de políticas sociais Montalvo (2003) chama atenção à nova realidade de Estado “franchising” que se caracteriza pela multiplicação de unidades fornecedoras de “welfare”.

Em suma, embora se trata duma transformação radical, sobretudo nos países do Sul, os governos locais foram introduzindo técnicas e processos de gestão, completamente alheios à tradição administrativa. Steve Martin (2002: 306) sintetiza, sub-

linhando que se traduz pelo «wider use of market and quasi-market mechanisms, attempts to empower senior strategic managers and introduction of a greater degree of external scrutiny of local authority performance».

Nos finais de século XX verifica-se que o managerialismo nem sempre funcionava bem e que existiam outros modelos de reforma tanto ou mais eficientes que o “NPM”, importado do Reino Unido (Pollit, 2009). Em simultâneo, foram adoptadas outras práticas e instrumentos de gestão pelas organizações locais que nos permitem concluir que a gestão autárquica evoluiu para um modelo que caracterizamos como sendo de governação.

Sendo assim, importa examinar as linhas de força e as diversas dimensões da governação local.

3. Governação local

Quais são então os contornos da nova gestão municipal, os quais informam a nova perspectiva do funcionamento das autarquias? É claro que não podemos falar dum padrão uniforme, mas de tendências:

• **Acentuação da autonomia local**

A crescente capacidade do governo local implica autonomia bastante, de modo que as acções e decisões locais tenham consequências ao mesmo nível local. Esta tendência traduz-se no princípio do utilizador-pagador, isto é, o dinheiro gerado localmente deve pagar as despesas efectuadas (Gargan, 2002).

• **Alargamento das Funções de Welfare**

A nova gestão pública municipal converteu-se inequivocamente em governação. Como afirma Mantalvo (222) governação implica a substituição do processo de decisão vertical por uma relação horizontal de interdependência no exercício do poder, cabendo aos eleitos locais apenas a função de mediação e arbitragem dos interesses sectoriais. Acresce que o município de prestador directo dos serviços transformam-se em município regulador.

Trata-se da gestão em rede a que fizemos já referência (Wilson e Doig, 2000).

• **Funções sociais**

Com a crise do Estado de “welfare” as autarquias têm progressivamente assumido funções no domínio da educação, saúde, segurança social e emprego. Mas não significa que desempenhem directamente estas funções. Na verdade, recorrem cada vez mais frequentemente a formas de administração indirecta, como o *contracting-out* e modalidades diversas de parcerias.

• **Estratégias competitivas – O Marketing Urbano**

As autarquias não podem limitar-se a substituir o Estado central, devendo adoptar uma estratégia competitiva e ganhadora. Neste sentido, devem conhecer os seus

pontos fracos e fortes, as suas oportunidades, ameaças e problemas mais importantes, de forma que possam traçar um plano de acção destinado a «vender» a sua imagem e os seus produtos de qualidade. Isto significa uma mudança radical de comportamento que passa pela competitividade e está ligado à globalização da economia.

• **Dicotomia entre Política e Administração**

A actividade política e a função de gestão estão de tal forma interligadas que o pressuposto de que parte o “New Public Management” não se verifica, pelo que não é possível a adopção do paradigma puro de gestão. Na verdade, o município é uma unidade política-administrativa, gozando o executivo municipal de legitimidade política.

E, neste contexto, o presidente da Câmara têm uma importância fundamental, ao qual cabe efectivamente a governação municipal. Distinguir, no contexto municipal, a função de gestão da função política é aberrante e constitui um obstáculo ao bom desempenho. É neste contexto que se assiste à politização dos altos funcionários municipais (Montalvo, 2002).

• **Qualidade dos serviços**

Se considerarmos os municípios quer como forma latentes, quer como instituições políticas administrativas, eles existem em função dos clientes/cidadãos, ou munícipes; o que significa que têm que adoptar necessariamente uma estratégia de qualidade. De resto, parece-nos que as organizações municipais são as que mais facilmente são passíveis de aplicação do modelo europeu de gestão da qualidade.

Neste contexto ganha importância o papel da comunicação. Toda a actividade municipal deve estar aberta aos munícipes de forma que estes possam participar (Dienerova, 2006). Fala-se hoje mesmo de *orçamentos participativos*.

• **Individualização das Autarquias**

As autarquias municipais são organizações complexas, com lógicas diferenciadas: a dos eleitos, a dos funcionários autárquicos e a da população em geral, contribuintes, eleitores, clientes, consumidores e residentes. A complexidade duma tal organização, onde a sedimentação cultural e o peso da história local inserem vectores adicionais de complexidade requer cada vez mais a capacidade para organizar livremente os seus órgãos de gestão sem terem de se acomodar as regras homogéneas impostas pelo poder central (Margarida Proença, 1993).

Isto tem várias consequências. Em primeiro lugar, os modelos organizativos, devem ser o resultado da interrelação com o meio envolvente, bem assim como da capacidade de inovação. Com orçamento próprio, cada autarquia deverá assumir a sua própria identidade, onde a interrelação com as associações locais desempenhará um papel de primeira importância. Aliás, não se trata duma ideia revolucionária na história municipal portuguesa, pois, pelo menos no seu início, os municípios gozavam de autonomia organizativa, estabelecida por foral, ou Carta de foral. De resto, é oport-

tuno sublinhar que historicamente, a perda da autonomia dos concelhos coincide com a reforma dos forais, a qual consistiu na sua uniformização.

Em segundo lugar, é sublinhado por muitos autores (ver, por exemplo, Peter John, 2001; Tom Entwistle e outros, 2006) a importância crescente da liderança municipal como forma de afirmação. Em Portugal esta tendência é manifesta no acentuar do presidencialismo municipal (Montalvo, 2002). Na verdade, os presidentes de Câmara não só viram aumentar os seus poderes formais e competências, como progressivamente se vêm afirmando como representantes do Concelho, sendo os vereadores figuras apagadas.

Conclusão

Estas alterações, ora claras, ora difusas, anunciam claramente o aparecimento de um novo modelo de organização autárquica, claramente diferenciado do modelo tradicional administrativo. Com o 25 de Abril, os municípios adoptaram uma ideologia fordista e desenvolvimentista que parece francamente em fase de ser ultrapassada. Por outro lado, a preocupação com a pura eficiência vem sendo substituída pelo conceito de governação em que ganha relevo não apenas a procura de eficiência, mas também a consulta pública, o envolvimento dos cidadãos, os quais são considerados não apenas clientes, mas também *stakeholders* e, portanto, participantes interessados na actividade municipal (Bovaird e Löfler, 20002).

Referências

- Bovaird, Tony e Elke Löfler (2002) "Moving from Excellence Models of Local Service Deliberity to Benchmarking Good Governance". *Int Review of Administrative Sciences* 68,1:1-24.
- Cochrane, Allan (1949) *Whatever Happened to Local Government?* Buckingham: Open University Press.
- Costa, Manuel Silva e Outros (1999) *Poder Local e Integração Europeia*. Braga: Universidade do Minho.
- Dienerova, Katarina (2006) "the Role of Communications and Public Relations" in *Managing Change in Local Governance*, ed. by Munawwar Alan and Andrew Nickson. London: Commonwealth Secretariat: 67-80.
- Entwistle, Tom e outros (2006) "Leadership and Service Improvement: Dual Elites or Dynamic Dependency?" *Public Service Improvement: Policies, Progress and Prospects*. Londres: Routledge: 11-24.
- Gargan, John (2000). "Local Government Governing Capacity: Challenges for the New Century" John Gargan, ed. *Handbook of Local Government*. New York: Marcel Dekker, Inc.
- John, Peter (2001) *Local Governance in Western Europ*. London: Sage Publications.
- Martin, Steve (2000) "The Modernization of Uk Local Government: Markets, managers, monitors and mixed fortunes". *Public Management Review* vol. IV, N.º 3: 291-308.
- Montalvo, António Rebordão (2002) "Tendências e Perspectivas do novo Modelo de Gestão Pública Municipal". Juan Mozzcaffreddo e outros. Eds. *Ética e Administração*. Lisboa: Celta: 245-268.
- Ostrom, Elinor (1999) "Metropolitan Reform: Propositions Derived from Two Traditions". *Polycentricity and Local Public Economies*: M.D. Maginio ed.: Bloomington . Indiana University Press: 139-162.
- Page, E. e M. Goldsmith (1987) *Central and Local Government Relations*: Beverly Hills, Cal.: Sage.

- Pollit, C (2009) "A Review of Public Sector Reform". *Conferência no Centro da Administração e Políticas Públicas*. Lisboa, 20 de Março: ISCSP – Universidade Técnica.
- Proença, Margarida (1993) "A teoria das organizações e gestão pública". *Administração XVII*: 37 e sgts.
- Rocha, J. A. Oliveira e Margarida Proença (2005) *Governação Local e Gestão Autárquica*. Braga: Universidade do Minho.
- Wilson, John e Alan Doig (2000) "Local Government Management: A Model for the Future?". *Public Management* vol. 2, n.º 1: 57-83.

Marx-Engels e as fraseologias (pseudo)dicotómicas¹

Manuel Carlos Silva*

1. Introdução

É recorrente a assunção da clássica contradição-distinção entre sociedade civil e Estado desde a perspectiva hegeliana, passando pela visão liberal e pela modalidade social-democrata, até à visão marxista. Tradicionalmente, a teoria liberal tende a separar a esfera económica da política, pressupondo assim a ideia de propriedade sem poder inerente ao económico e a do poder sem propriedade, próprio da esfera política e, em especial, estatal. Esta ideia de separação de esferas — económica, social, jurídica e política — é prosseguida e sustentada não só por neo-liberais (Dahl 1989), mas também por sociais-democratas, nomeadamente em torno do conceito de cidadania (cf. Mozzicafredo 1998:258, 261). O complexo de interesses de grupo são dados como distante e externos ao sistema político ou, quando muito, apenas em situação de interacção, de ajustamento e adaptação ao meio sócio-político e sobretudo estatal.

Inerente a este pressuposto há a referir um outro — aliás igualmente destacado pela teoria dos jogos (cf. Neuman e Morgenstern 1964) e pelo próprio Parsons (1988) — sustentando que todos os actores sociais são relativamente livres, iguais e autónomos, dispõem de instrumentos no sentido de assumirem a opção mais conveniente e, como tal, estão em condições semelhantes e/ou detêm recursos mobilizáveis no sentido de usar e potenciar atomisticamente a autonomia do Estado em vista da realização dos seus objectivos.

A distinção sociedade-Estado e/ou economia-política tem também a sua continuidade e expressão em certas teorias sociológicas. Assim, enquanto, por exemplo, as teorias do poder (Dahrendorf 1959, Parkin 1979) e das elites (Pareto 1989) tendem a salientar a sobredeterminância dos factores organizativos e políticos na estruturacção da sociedade,² as teorias da estratificação (Davis e Moore 1976) e das classes sociais (Poulantzas 1975, Wright 1978), embora com distintos pressupostos, sustentam o primado do social e do económico respectivamente sobre o político-estatal.

Pertinentes são, sem dúvida, as distinções analíticas dos diversos campos da realidade social, desde que elas não reifiquem qualquer um deles nem separem ou ocultem

* Universidade do Minho (mcsilva@ics.uminho.pt)

¹ Este texto de reflexão deve muito a Veit Bader, de cujo enorme caudal de conhecimentos teóricos pude beneficiar, devendo também referir que nos idos anos '80 a discussão sobre a economia e a racionalidade camponesa, seus constrangimentos e estratégias, a religiosidade e o patrocínio presentes na minha tese de doutoramento foi frutífera para ambos. Partilho estas ideias com colegas do Departamento e do ICS que em boa hora decidiu prestar uma homenagem ao colega Manuel Silva e Costa, como o principal impulsionador do Curso de Sociologia e de Geografia no ICS.

² Mais, o Estado não só estruturaria as relações entre sociedade e poder político mas, inclusivamente, as relações de poder na sociedade, o que aponta para uma concepção reducionista do poder ao Estado, perdendo de vista a origem e a natureza poliforme do poder, tal como o sustentam Elias (1980) e Bader (1991).

alguma(s) das referidas dimensões, mas tenham em vista a sua intermutabilidade, imbricação e hierarquização, de modo a obter uma adequada explicação na estruturação dos mais variados fenómenos sociais. Nesta perspectiva, não negando a relativa autonomia de cada um dos pólos do binómio Sociedade-Estado, mas contrariando o axioma liberal de propriedade sem poder e de poder sem propriedade, postula-se a necessidade da sua articulação, nomeadamente no estudo das formações sociais e políticas com os respectivos interesses e conflitos em jogo (cf. Santos 1993, Marsch e Stocker 1995), independentemente duma maior ou menor proximidade dos actores sociais aos poderes institucionais do Estado.

Se, em primeiro lugar, importa desconstruir as concepções (neo)liberais e social-democratas que sustentam a neutralidade do Estado face às classes sociais ou a radical dualidade ou separação entre economia e política, num segundo momento convém também (re)questionar-se em que medida a tradicional e dominante concepção marxista em torno destes binómios, sobretudo desde o início do século XX, não deverá ser reequacionada.

2. Infraestrutura-superestrutura

É conhecida como clássica e intocável a velha distinção marxista entre infraestrutura e superestrutura. Enquanto a primeira remeteria para o conjunto de forças produtivas, para o económico — o qual constituía a base do edifício social, político e ideológico —, a segunda englobaria o complexo de instituições políticas e ideológicas, abarcando as esferas várias desde o Estado, as ideologias e mentalidades, a moral e a religião, a arte e a literatura, entre outras. Esta estruturação do binómio infraestrutura-superestrutura costuma fundamentar-se em várias passagens dos escritos de Marx e Engels (1998, 1976) e foi defendida à saturação pela corrente bolchevique desde o próprio Lenine a outros seguidores do marxismo, chegando mesmo tornar-se um dogma na era estalinista. Entretanto, esta não era contudo a interpretação de diversos dos fundadores da Escola de Francoforte e de outros marxistas, designadamente no ocidente, sendo de destacar figuras proeminentes como Gramsci (1974), cujas contribuições afastar-se-iam dos doutrinadores estalinistas e seus seguidores.

O binómio infraestrutura-superestrutura defendido pelos fundadores do marxismo terá de ser contextualizado no tempo. O principal adversário a ser combatido por estes teóricos era na altura o idealismo alemão, nomeadamente o hegeliano e, por isso, todas as energias argumentativas eram mobilizadas nesse sentido. Vários temas tais como o campesinato, o comunitarismo,³ o não desenvolvimento da teoria das classes sociais e, neste âmbito, o papel da política, designadamente o Estado, e sobretudo a religião não foram objecto de subsequente reflexão mais aprofundada, simplesmente, como refere Engels (1942), por não terem tempo de centrar-se nestas

³ Cf. autocritica de Marx face a Vera Zasoulitsch sobre o papel do comunitarismo (*mir* russo) (cf. Marx 1973).

problemáticas. O próprio Engels (1942) justifica a razão por que é que Marx e ele próprio colocaram o acento tónico na dimensão económica na refutação das várias formas de idealismo e como não lhes restou tempo para se debruçarem sobre a análise doutros factores:

“We had to emphasize this main principle in opposition to our adversaries, who denied it, and we had no always the time, the place or the opportunity to allow the other elements involved in the interaction to come into their own rights.”

E, de seguida, insurge-se contra os que utilizam a fraseologia materialista para se dispensarem de estudar história:

“The materialist conception of history also has a lot of friends nowadays, to whom it serves an excuse for not studying history...In general the word materialist serves many of the jounguer writers in Germany as a mere phrase with wich anything and everything is labeled without further study: they stick on this label and they think the question disposed off... But our conception of history is above all a guide to study, not a lever for construction after the manner of Hegelians. All history must be studied afresh, the conditions of existence of the different formations of society must be individually examined before the attempt is made to deduce from the political, civil-legal, aesthetic, philosophic, religious notions corresponding to them” (Engels 1942:472,477).

É óbvio que se pode analisar a obra de um autor pelo que produziu, mas não se pode imputar e exigir uma produção que o seu tempo biográfico e social não permitiu desenvolver, o que em Marx é visível nalguns temas como o das classes, a relação entre economia e política, sociedade e Estado, classe e etnicidade e/ou género e/ou nacionalidade, entre outras.

No tocante às classes sociais, se bem que, em várias das suas obras, Marx (1974, 1975, 1998) lhes fez, directa ou indirectamente, várias referências, é bem conhecido o seu programa iniciado mas não acabado em *O Capital* no sentido de teorizar em torno das classes sociais. O mesmo dir-se-ia em torno da binómio economia e política ou sociedade civil e Estado, que são duas componentes do todo social que têm sido objecto de ampla discussão ao longo dos séculos XIX e XX até hoje.

Não só segundo os fundadores do marxismo como para grande parte dos teóricos marxistas tradicionais, o Estado seria constituído por um conjunto instrumental de aparelhos político-ideológicos que visam a reprodução das relações da(s) classe(s) dominante(s) (O’ Connor 1973, Althusser 1974). Esta distinção entre o económico e o político com a subsequente tese da determinância deste por aquele vai de par com a de infraestrutura enquanto alicerce sobre o qual se ergue toda a superestrutura política e ideológica. Foi aliás nesta base que Marx (1974a:272) e sobretudo Lenine (1975) elaboraram um conceito classista de Estado, em que este não é um árbitro

nem constitui uma entidade neutral que paire acima das classes, sendo antes um instrumento nas mãos e em benefício das classes dominantes. Esta posição tradicional viria a ser reequacionada por alguns (neo)marxistas como Poulantzas (1975) que, embora reafirmem, em termos de médio-longo prazo, a subordinação estratégica da lógica estatal aos interesses das classes dominantes, assumem contudo a tese da relativa autonomia do Estado e, em geral, da própria esfera política face à económica, surgindo o Estado como uma condensação política das relações económicas e das classes presentes em determinada formação social.

A deriva mecanicista e economicista de uma plêiade de seguidores cegos e dogmáticos que se reivindicavam do legado marxista teve, para além dos jovens marxistas acima referidos, dois pilares algo afastados mas coincidentes no mesmo ponto: por um lado, o revisionismo reformista alegadamente marxista, e o estalinismo, supostamente revolucionário, por outro. O primeiro, corporizado em teóricos da II Internacional como Kautsky (1974) e Bernstein (1964), considerava as forças produtivas imparáveis, não podendo extrair-se quaisquer ilações sobre o objectivo do movimento. Donde, a preocupação nuclear centrar-se-ia no desenvolvimento dessas forças produtivas, pelo que o que importava era caminhar, reformando esta sociedade capitalista, sem se preocupar nem pugnar pelo socialismo.

Por seu turno, o estalinismo, descurando, desvalorizando ou menosprezando os avanços gradativos, apontava, de modo dogmático e radical, como objectivo supremo a revolução, não dando tréguas à perspectiva ‘revisionista’ e reformista. O ‘purismo’ estalinista, em vez de delinear uma estratégia de reforma do próprio Estado, depurou, de modo sectário, os seus companheiros opositores em nome do objectivo supremo da revolução. As transformações na economia pela via da nacionalização e socialização dos meios de produção fariam emergir *sua sponte* o novo homem socialista. É operada assim uma leitura linear e simplista da relação entre infraestrutura e superestrutura, o que deu lugar a uma inflação de críticas vindas de adversários do marxismo, acusando-o de mecânico, economicista e determinista.

Esta era a versão dominante do marxismo institucional desde a versão dos partidos comunistas e Estados dos países de Leste que se reivindicavam do socialismo até à maior parte dos dirigentes dos partidos comunistas não só do Leste como do ocidente. São de ressaltar não só contributos seminais de Lukacs (1976) e outros autores da Escola de Francoforte, que se direccionavam numa perspectiva menos leninista e de modo algum estalinista na concepção e aplicação do materialismo histórico e dialéctico.

Com Rosa Luxemburgo (1979) e sobretudo Gramsci (1974) — ambos avessos a concepções vanguardistas e práticas controleiras — o marxismo ganha espessura histórica e nele relevam os processos de conservação e mudança com análises finas das respectivas situações históricas, chamando, particularmente Gramsci, a atenção para os factores de ordem política e ideológica, destacando determinados conceitos como bloco hegemónico, a importância da religião nos processos de legitimação e dominação políticas.

Estas posições foram minoritárias durante o período estalinista em que o marxismo conheceu uma certa fossilização e estagnação teóricas até aos anos sessenta, altura em que surgiram teóricos, quer na análise de classes, quer na análise dos processos históricos, nos movimentos sociais, mormente sindicais, procuraram um regresso às origens, por um lado e, por outro, desenvolveram a teoria marxista de modo a torná-la mais fecunda para analisar velhas e novas situações e sobretudo fazer frente à acusação recorrente ao marxismo de este constituir uma teoria mecanicista, economicista e determinista. Assim, o estruturalismo francês com marxistas como Althusser (1980), Poulantzas (1975) e Godelier (1984), para escapar ao labéu mecanicista e economicista e, ao mesmo tempo, preservar o tradicional esquema infraestrutura-superestrutura, avançam a rebuscada distinção entre dominância e determinância nomeadamente em sociedades anteriores ao capitalismo. Ou seja, em determinada sociedade o factor dominante poderia ser o parental ou o religioso, mas o determinante será o económico, induzindo a ideia algo estranha para um estruturalista de que seria o económico a ‘escolher’ (!) o político, o religioso ou o parental. Deste modo, em vez de clarificar e simplificar, os estruturalistas franceses vieram criar um autêntico imbróglie que mais problemas trouxe do que resolveu, em contraponto com outras perspectivas marxistas não estruturalistas como a de Thompson (1963) e Hobsbawm (2003) mais centrados na análise da formação de classe, sua experiência, consciência e (des)mobilização.

3. Para além das dicotomias: algumas ilustrações

A superação das velhas dicotomias referidas, se pressupõe o abandono do axioma (neo)liberal, tão pouco passará pela abordagem organicista, funcional e (neo)corporativa, como o advogavam Durkheim (1977) e os diversos doutrinadores (neo)corporativos; por outro lado, ela implicará também, senão o abandono, a reformulação da velha distinção marxista entre infraestrutura e superestrutura, devendo ter-se em conta, quer os aspectos da dominação na economia e na sociedade, quer as funções económicas do político e sua relativa autonomia e mesmo especificidade face ao económico. Neste quadro, não só é pertinente a defesa da tese sobre a reversibilidade e a convertibilidade dos diversos tipos de recursos, como a assunção da pluricausalidade e a complementaridade de factores explicativos (económico, social, político, simbólico), desde que não deixem todavia de se articular e hierarquizar os diversos níveis de análise: socio-estrutural (estruturas e tendências das desigualdades), organizacional (desigual distribuição de competências, posições, oportunidades e relações de dominação) e interaccional (desigual distribuição de papéis, associações selectivas, discriminações, exclusões sociais).⁴

⁴Sobre a reversibilidade e convertibilidade de recursos, cf. Weber (1978), Bourdieu (1980), Bader e Benschop (1988:167) e Silva (1993:493). Relativamente à necessidade de articulação dos diversos níveis de análise socio-estrutural, organizacional e interaccional, cf. Luhman (1982), Bader e Benschop (1988).

O tradicional binómio infraestrutura-superestrutura, ainda que compreensível ao tempo de Marx à luz do intenso combate teórico-prático entre materialismo e várias formas de idealismo designadamente o hegeliano, como referi, exige hoje uma redefinição que para uns já estaria presente ou em gérmen nos fundadores do marxismo e/ou seria inerente aos princípios do materialismo histórico e dialéctico, para outros implica a sua reformulação ou mesmo abandono em favor duma perspectiva plurinível e pluridimensional. O legado marxista não pode ser visto, de modo algum, numa perspectiva absoluta, fechada e acrítica, pois doutro modo, para além de compreensíveis insuficiências dos seus fundadores, determinados enviesamentos e perversões passados e ainda presentes de vários dos seus seguidores torná-lo-iam incapaz de dar novas respostas não só a velhos como novos problemas. Há razões teórico-metodológicas e práticas para colocar algumas objecções às velhas leituras mecanicistas, deterministas e monocausais do marxismo ortodoxo, não sendo de menosprezar neste campo contributos que têm sido avançados por alguns eminentes neomarxistas e outros cientistas sociais críticos, mesmo que advindos de outras correntes.

Para além dos contributos de autores como Elias (1980), Giddens (1984) ou Bourdieu (1980) para a superação de velhos dilemas sociológicos (estrutura-acção, sociedade-indivíduos), alguns neomarxistas com forte influência weberiana como Bader e Benschop (1988) têm mesmo abandonado o velho esquema infraestrutura para adoptar uma postura epistemológica e teórica mais pluridimensional e pluricausal, tendo ido paradoxalmente beber alguma inspiração ao neosistémico estrutural funcionalista Luhmann (1982). Ainda que com enfoque diferenciado sobre estrutura, estes autores fazem uma crucial distinção entre o nível sócio-estrutural ou societal; o nível organizacional e o nível interactivo, embora sem deixar de salientar que entre estes três níveis há uma certa hierarquia, em que o sócio-estrutural está na base, condiciona e integra o nível organizacional e, por sua vez, este condiciona e integra o interactivo. Tal não invalida não só uma relativa autonomia em cada nível, como o processo de influência em sentido inverso do interactivo para o organizacional e deste para o estrutural. Esta saída teórica, além de conferir aos respectivos níveis uma relativa autonomia, permite, num cruzamento com uma metodologia pluricausal, a superação de impasses teóricos provocados pela defesa *a outrance* de alegadas explicações monocausais.

Este esquema analítico permite compreender e explicar determinados fenómenos sociais que uma visão unilinear e mecânica entre infraestrutura e superestrutura impede. Por exemplo, a respeito das desigualdades sociais, a clássica posição de certa retórica alegadamente marxista, ao subalternizar a estruturação organizacional das desigualdades e o próprio papel dos actores sociais — vistos apenas como simples ‘marionetas’ da estrutura —, acabou por subestimar a dimensão interactiva na reprodução das desigualdades e a sua reemergência pela via partidária e organizacional-estatal, tal como ocorreu, quer em regimes do dito socialismo real, quer em regimes burgueses, quando o papel do Estado e do político em geral foi ignorado ou pelo menos subestimado.

Do mesmo modo, a rigidez dogmática, sobretudo quando aliada a práticas sectárias e radicais, demonstrou uma incapacidade de perceber diversos fenómenos políticos como, por exemplo, a força e o impacto das clivagens nacionais e étnicas, as quais eram reduzidas a conflitos de classe, quando aquelas eram, dum ponto de vista conceptual e prático, relativamente autónomas e, como tal, exigiam uma articulação ou mesmo um tratamento autónomo, de modo a ser dada a adequada resposta para o avanço das lutas sociais e não permitir a sedução de tais bases de apoio pela direita ou mesmo pela extrema direita nacionalista e xenófoba.

O mesmo se pode dizer do fracasso da projectada aliança operário-camponesa, quer nos países do ‘socialismo real’, designadamente na URSS e na Polónia, quer, por exemplo, em países do sul da Europa, onde o campesinato constituiu uma base social de apoio não do das forças industriais e progressistas, mas do bloco rural e conservador (cf. Silva 1998). Por outro lado, os camponeses constituíam tendencialmente uma classe que não era definida pelo aquilo que eram, mas pela negativa a partir do esquema dual ‘burguesia-proletariado’, ou seja, eram definidas pelo que não eram, como uma classe em desagregação ou para o proletariado ou para a burguesia. Nesta óptica eram definidos ambigualmente como pequena burguesia ou velha pequena burguesia,⁵ logo portanto como classe duvidosa, indecisa, não confiável. De resto, a esperada polarização sócio-política entre camponeses (pequeno)burgueses e camponeses semiproletários não viria a acontecer nem na URSS nem noutras formações sociais a leste ou a ocidente. Mais, quando se proclamava que no sector agrário — como aliás noutros — as classes potencialmente revolucionárias seriam, além dos assalariados, os pequenos camponeses pobres, esta tese acabaria por ser desmentida em inúmeras situações históricas. Por outro lado, contrariamente à ideia que as lideranças mais firmes e revolucionárias seriam as provindas do campesinato mais pobre, diversas foram as situações históricas na América Latina e noutras formações sociais do chamado Terceiro Mundo que mostraram ser os camponeses médios os que estão em condições de liderar e mobilizar revoltas e movimentos sociais camponeses (cf. Wolf 1974). De resto, esta tese é igualmente válida noutras situações e com outras classes, grupos ou categorias sociais como os desempregados, idosos, pensionistas, minorias étnicas ou imigrantes clandestinos e sobretudo trabalhadores precários.

Outra questão que tem sido razão e ocasião de amplos debates entre marxismo e feminismo (e no seio dos movimentos das mulheres) tem sido a polémica em torno de qual o conceito analítico prioritário — a classe ou o género — para compreender e explicar as desigualdades de género e as formas de dominação, designadamente das mulheres, ao longo de várias formações sociais. Tal tem dado origem a diversos posicionamentos que, embora hoje maioritariamente se situem num campo articu-

⁵ Se me perguntarem qual o móbil primeiro, em termos pessoais e políticos, sobre o meu engajamento teórico na produção da minha tese de doutoramento, poderei confessar a profunda revolta que sentia, como filho de pequenos camponeses, que, vivendo em enormes dificuldades económicas, ainda levava o epíteto de ‘pequeno burguês’ pelos ‘puros’ revolucionários no meu tempo estudantil, fossem do Partido Comunista, fossem da extrema esquerda, designadamente os grupos ‘marxistas-leninistas’.

lado de conceitos e paradigmas complementares, durante a forte dominância da tradicional ortodoxia (pseudomarxista) a secundarização, subalternização ou mesmo desprezo das questões femininas levou ao enquistamento teórico e à persistência ou reforço objectivo de formas de exploração e dominação patriarcais.

Deixando de lado alguns dos temas onde a ortodoxia (pseudo)marxista acabava por não ter a leitura apropriada, poderíamos também incidir o foco de análise na inoperância da análise monocausal e a inabilidade em perceber a relação dialéctica entre sociedade e Estado, economia e política em vários tipos de sociedade. Estas distinções quando entendidas como separações compartimentais, além de contribuírem amiúde para legitimar as relações de propriedade burguesas, comportam ambiguidades e confusões quando aplicadas às sociedades, quer pré-modernas, quer modernas, sejam estas últimas, ora de capitalismo tardio, ora de ‘socialismo’ estatista.

Quanto às sociedades pré-modernas, as relações de parentesco ou formas simbólicas designadamente religiosas ou ainda os mecanismos de redistribuição de poder assumem uma particular relevância (cf. Polanyi 1957:48, Sahlins 1960:403, Bourdieu 1980:209, Bader 1991). Nas modernas sociedades capitalistas a esfera política, em especial a estatal, tem detido, mormente até aos anos oitenta, uma extraordinária relevância não só na implementação de infraestruturas e equipamentos públicos como nos processos de reprodução social e, em especial, na regulação dos mercados de trabalho, na política financeira e monetária, nas relações laborais, na política de rendimentos e na segurança social (subsídios, pensões) e nas políticas educativas e de saúde. Por fim, nas sociedades ditas socialistas de carácter estatista, sobretudo até ao seu desmoronamento, a magnitude do papel do Estado tornou-se ainda maior devido à drástica eliminação da propriedade privada dos meios de produção e à conseqüente redução do mercado, à correlativa implementação duma economia planificada e centralizada pelo Estado e, em especial, à formação duma elite política, criada e alimentada à sombra do partido ‘comunista’ e do Estado. Por outras palavras, a clássica posição marxista, ao subalternizar a estruturação organizacional e política das desigualdades e o próprio papel dos actores sociais — vistos apenas como simples ‘marionetas’ da estrutura —, acabou por subestimar a dimensão interactiva na reprodução das desigualdades e a sua reemergência pela via partidária e organizacional-estatal e que aliás esteve na base da ‘degenerescência’ e nos ditos desvios mas que mais não eram do que sintomas também de economicismo que tende a desprezar as dimensões políticas e simbólicas nos processos de transformação social.

4. Conclusão: para além da fraseologia

Nesta reflexão procurei relevar que os princípios básicos do materialismo histórico e dialéctico continuam actuais e, neste quadro, Marx continua a ser uma referência fundamental no pensamento contemporâneo e nos movimentos sociais em vista da emancipação social. É fundamental, embora obviamente não a única refe-

rência, pois determinados temas e tópicos como os referidos não foram nem poderiam ter sido abordados ou, pelo menos, com a necessária profundidade e desenvolvimento. Aliás, qualquer um destes temas, entre outros, e que serviram apenas de ilustração tem dado lugar a pesquisas e amplos debates, nos quais Veit Bader tem dado o seu lúcido e incontornável contributo teórico.

Trouxe à colação esta breve reflexão para reafirmar que, por um lado, não são imputáveis a Marx e Engels as responsabilidades e perversidades subsequentes perpetradas por responsáveis dos partidos comunistas, designadamente na URSS e demais países do Leste e, por outro, que a melhor homenagem que podemos fazer aos fundadores do marxismo é procurarmos, no quadro do materialismo histórico e dialéctico, fazer avançar o conhecimento face a velhas e novas questões. Por isso, não basta utilizar retoricamente certos chavões marxistas-leninistas ou fazer declarações de fé à justa linha ‘marxista-leninista’ para conhecermos a complexidade das situações no mundo de hoje. Mais grave, porém, é quando esta ‘linha’ é apresentada pelos seus portadores com ares de detentores de verdade, ora de modo dogmático e arrogante, ora de modo sibilinamente paternalista.⁶

O paradoxo da história do pensamento marxista e, mais ainda no mundo de hoje em acelerada transformação, é o de que os seus alegados defensores prestam um mau serviço às causas de esquerda quando tomam o legado marxista como um código quase canónico de princípios. O dogmatismo na teoria e o sectarismo na prática constituem hoje os maiores obstáculos ao avanço da teoria marxista e sua necessária renovação, em termos programáticos e orgânicos, para fazer face aos velhos e novos problemas provocados pelo desenvolvimento desigual da sociedade capitalista, assim como a várias perversões e distorções das experiências do ‘socialismo real’.

O marxismo mantém-se vivo e actuante, não obstante as diversas crises e refluxos a partir da década de 70 do século XX. Contrariamente aos arautos da morte do marxismo, ele continua sendo, em várias ciências sociais, nomeadamente na sociologia onde me situo basicamente, (i) fonte de inspiração da leitura da realidade — desde que não se feche mas se abra ‘com frescura’ a aspectos ou elementos doutros paradigmas (por exemplo, accionalismo weberiano e interaccionismo, para além dos contributos de heterodoxos da Escola de Francoforte e muitos neomarxistas e outros críticos próximos do marxismo); e, conseqüentemente, (ii) como guia e alavanca da acção e como motor duma utopia que funciona como mobilização para a transformação.

O marxismo desempenha hoje um papel central não só no pensamento contemporâneo como na orientação da praxis, das práticas sociais, desde que não seja visto e repetido como cartilha envolta numa preguiçosa fraseologia dita marxista-leninista que perde de vista o que de melhor tem o marxismo: o seu método histórico e dialéctico na análise da realidade em termos macro, meso e microsociais. Ou seja, em vez de pensar as questões e analisar as situações concretas, fixam-se em etiquetas

⁶ Os camaradas que apresentam discordâncias face à ‘linha justa’ são olhados, senão como inimigos, como colaboradores do inimigo, que acabarão fatalmente por ‘vender-se’ à burguesia e os que apresentam dúvidas importa reabilitar como ‘ovelha tresmalhada’ ou figura ‘desviante’.

alegadamente marxistas-leninistas e — eu acrescentaria — comprazem-se em diletantes verborreias, incapazes de ler a realidade e articular o velho e novo, o geral e o particular, o abstracto e o concreto.

Se o reformismo desvirtuou o marxismo, o estalinismo contribuiu decisivamente para a sua fossilização até aos anos sessenta (e nalguns sectores até hoje), deixando de entender o marxismo como um método de análise da realidade, de modo a perceber suas continuidades e mudanças a nível sócio-estrutural, organizacional e interactivo. É à luz destes vários níveis de análise que o tradicional binómio infraestrutural-superestrutura pode e, no meu entender, deve ser reequacionado e redefinido não para cair num eclecticismo estéril mas para trilhar um caminho fértil e, metodicamente, aberto ora à mono ora à pluricausalidade, respeitando a relativa autonomia dos diversos níveis de análise mas enquadrando-os numa hierarquia analítica desde o societal ou sócio-estrutural, passando pelo organizacional-político, até ao interaccional.

Bibliografia

- Althusser, Louis (1972 (1965)), *Pour Marx*, Paris:Maspero.
- Althusser, Louis (1980), *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa: Presença
- Bader, Veit (1991), *Collectief Handelen*, Groningen:Wolters-Noordoff.
- Bader, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: Wolters Noordhoff
- Bernstein, Eduard (1964(1899)), *Socialismo revolucionário*, Rio de Janeiro:Zahar
- Bourdieu, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.
- Dahl, R. A (1989), *Democracy and its Critics*, New Haven and Londres:Yale University Press.
- Dahrendorf, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, London:Routledge & Kegan Paul.
- Dahrendorf, Ralf (1990), “A New Social Contract” in R. Dahrendorf (ed) *The Modern Social Conflict – An Essay on the Politics of Liberty*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Davis, Kingley e MOORE, Wilbert E. (1976 (1945)), “Alguns princípios de estratificação” in O. Velho et al. (eds) *Estrutura de classes e estratificação social*:115-132, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Elias, Norbert (1980 (1970)), *Introdução à Sociologia*, Lisbon: Edições 70.
- Engels, Friedrich (1942), *Selected Correspondence, 1846-1894*, Nova Iorque:International Publishers.
- Godelier, Maurice (1984), *L’ideel et le materiel. Pensée, économies, sociétés*, Paris:Fayard.
- Gramsci, Antonio (1974), *Obras Escolhidas*, vol. I, Lisbon: Editorial Estampa.
- Hobsbawm, Eric (2003), “Class consciousness in History” in L.M.Alcoff and E. Mendieta (eds) *Identities: Race, Class, Gender and Nationality*, Oxford.Blackwell.
- Kautsky, Karl (1974 (1897)), *A questão agrária*. Porto: Afrontamento.
- Lenine, Vladimir (1975), *Sobre o Estado e as eleições*, Lisbon:Vento de Leste.
- Luhman, Niklas (1982 (1970)), *The Differentiation of Society*, New York: Columbia University Press.
- Lukacs, George (1976(1945)), “A consciência de classe” in O. Velho et al. (eds) *Estrutura de classes e estratificação social*; 11-59, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Luxemburg, Rosa (1979(1906)), *Greve de massas, Partidos e Sindicatos*, S. Paulo : Kairos.
- Marsh, David and STOKER, Jerry (1995), *Theory and Methods in Political Science*, London: The Macmillan Press.
- Marx, Karl (1974 (1967)), *O Capital*, Lisbon: Delfos.

- Marx, Karl [1974a (1859)], *Contribuição para a crítica da Economia política*, Lisbon: Estampa.
- Marx, Karl (1975), *Trabalho assalariado e capital*, Porto:Escorpião.
- Marx, Karl e ENGELS, Friedrich [1976(1846)], *A ideologia alemã*, Lisbon: Presença.
- Marx, Karl e ENGELS, Friedrich (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*, Lisbon:Hugin.
- Marx, Karl e ENGELS, Friedrich (1973 (1881)), « Letres » in M. Godelier (org), *Sur les societes precapitalistes. Textes choisis de Marx, Engels e Lenine*, Paris:Editions Sociales.
- Mozzicafredo (1998) “Estado, modernidade e cidadania” in J.M. Viegas and A F. Costa (eds), *Portugal: que modernidade?:245-283*, Oeiras:Celta.
- Neuman, J. e Morgenstern, Oskar [1964 (1944)], *Theory of Games and Economic Behavior*, New York:Wiley.
- O’ Connor, (1973), *The Fiscal Crisis of the State*, New York:St. Martin Press.
- Pareto, Wilfredo (1989) “A circulação das elites” in M. B. da Cruz (ed) *Teorias Sociológicas*,vol I: 449-457, Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Parsons, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid:Alianza Editorial.
- Polanyi, K. (1957), *The Great Transformation*, New York: Beacon Press.
- Poulantzas, Nicos (1975), *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris: Maspéro, vol. I:32-100, 149-165; vol. II:14-77.
- Sahlins, Marshall (1960), “Political Power and the Economy in Primitive Society” in G.E.Dole and R.L. Carneiro (eds) *Essays in the Science of Culture in Honor of Leslie A White:390-415*, New York:Thomas Crowel Company.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português» in B.S. Santos (ed) *Portugal, um retrato singular*, Porto: Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (1994), “Peasants, Patrons and the State in Northern Portugal” in L. Roniger and A.Gunes-Ayata (eds), *Democracy, Clientelism and Civil Society:29-48*, London, Colorado:Lynne Rienner Publishers.
- Silva, Manuel Carlos [1998(1994)], *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias no noroeste de Portugal*, Porto:Afrontamento.
- Thompson, E. [1982(1963)], *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Middlesex:Penguin.
- Wolf, Eric (1974(1969)), *Les guerres paysannes du vingtième siècle*, Paris:Maspéro.
- Wright, Erik Olin (1978), *Class, Crisis and the State*, London: NLB.

Da impossibilidade de superar a actual crise do capitalismo

José Maria Carvalho Ferreira*

Os desafios e os problemas de investigação que a produção de teoria envolve em relação aos objectivos e ao conteúdo do Programa «Próximo Futuro» da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do «Workshop» a realizar em 12 e 13 de Novembro de 2009, sobre as respostas à crise, são complexos, difíceis, mas também muito actuais e pertinentes.

O objecto de observação do qual decorre o objecto científico central da produção de teoria é atravessado pelo dilema da crise. Esta, como conceito polissémico, genérico, abstracto e complexo, induz-nos a explicá-la, interpretá-la e a compreendê-la, tendo por base uma série de causalidades e efeitos que têm a sua origem em fenómenos sociais, políticos, culturais, civilizacionais e económicos que, pela sua emergência e plasticidade social, afectam sobremaneira o funcionamento normativo das sociedades contemporâneas. O desemprego, a precariedade da vinculação contratual, o desvio, o crime, a guerra, a pobreza e a miséria resultantes das disfunções e perversões da regulação do mercado, do Estado, das instituições e organizações da sociedade civil são demonstrações, inequívocas, de um tipo de crise cujas configurações e tendências biológicas e sociais evidenciam um mal estar civilizacional generalizado no que concerne o equilíbrio ecossistémico da espécie humana com as espécies vegetais e espécies animais do planeta Terra. Por outro lado, a emergência de uma multiplicidade de conflitos sociais desviantes e perversos enformam e estruturam, cada vez mais, os processos de socialização e de sociabilidade que tendem a desenvolver-se no sentido de uma guerra civil interindividual à escala planetária.

Estas interrogações emblemáticas questionam, em primeiro lugar, todos os actorescientistas que realizam as suas investigações nos domínios das ciências sociais e humanas, mas também todos aqueles que trabalham e investigam noutros domínios científicos: biologia, saúde, física e matemática, etc. Perante a fragilidade e a impotência dos modelos e paradigmas científicos persistentes a demonstrarem o seu valor heurístico e eficácia, efectiva, na prevenção e controlo dos fenómenos desviantes e perversos que geraram a actual a crise, a primeira ilação a extrair é de que esses modelos e paradigmas também estão mergulhados numa profunda crise. Estando todas as ciências inscritas no contexto normativo da racionalidade instrumental do capitalismo, quando não integram os mecanismos de eficácia e de rentabilidade determinados pela maximização do lucro, enveredam, naturalmente, por uma situação de risco iminente de serem excluídas do mercado que regula o sistema global da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços científicos.

Assim sendo, em relação à temática da crise, assumo, também, a minha ignorância em relação aos factores sistémicos particulares e globais que enformam a sua

* Professor/investigador ISEG-UTL/SOCIUS

epistemologia e ontologia actual. Pelo que acabo de referir, considero que estamos longe de poder controlar ou sequer poder prevenir a natureza complexa e abstracta que a actual crise encerra nas sociedades contemporâneas. Esse desiderato, no meu entendimento, é atravessado por uma ignorância generalizada dos diferentes actores que pretendem, querem ou podem interpelar as incidências do risco, da incerteza, da insegurança, do medo e da perplexidade face à emergência galopante das suas disfunções e perversões biológicas e sociais.

Não é meu propósito enveredar por uma postura enciclopédica sistémica global, nem tenho tão-pouco capacidades cognitivas e emocionais para esse efeito. Em função do exposto, não estruturo o meu discurso narrativo a partir de análises dicotómicas e determinísticas que olham para a crise como se a sua essência fosse, simplesmente, económica e financeira, descurendo os factores de incidência civilizacional, cultural, biológica, social e política. Ao prescindir da comparabilidade e do contraste sistemático de leituras e citações de autores que se têm debruçado sobre um tema tão vasto, complexo e abstracto, como é a temática da actual crise, remeto-me à condição-função de actor-cientista aprendente das linguagens sociológicas que enformam a minha realidade de professor e investigador.

Ao assumir uma postura de aprendente como actor-cientista no contexto da minha historicidade biológica e social, assumo plenamente a minha condição-função de objecto de observação e de objecto científico, evitando as sistemáticas disjunções analíticas dos discursos narrativos que separam a teoria da prática, o presente do passado, os factores objectivos dos factores subjectivos, os factores qualitativos dos factores quantitativos.

Não obstante saber que a minha análise possa enveredar pela especulação e o erro, recuso seguir os modelos de análise «judaico-cristãos» que separam, mecanicamente, as partes do todo que enformam a acção individual e colectiva, assim como a interdependência e complementaridade subsistente entre as partes e a totalidade sistémica que estão na origem dos processos de socialização dos fenómenos sociais, políticos, económicos, culturais e civilizacionais. Ao sair dos parâmetros desse mecanismo compreensivo, interpretativo e explicativo, cujas causalidades e efeitos dos fenómenos desviantes e perversos têm sempre uma essencialidade comportamental ou estrutural e institucional, centro a minha análise nos parâmetros da actual crise da sociedade capitalista, tendo presente a função estruturante que o actor factor de produção trabalho exerce no processo global da mesma. Estou ou procuro estar longe das análises determinísticas, como são os casos do modelos e paradigmas vigentes que, na generalidade dos casos, separam, mecanicamente, o bem do mal, a teoria da prática, a escravidão da submissão, a burguesia do proletariado, o indivíduo do grupo, assim como a sociedade civil do Estado. Esta separação ou disjunção mecanicista, sendo objectiva e subjectivamente impossível é, no entanto, objecto de expiações e de culpabilizações sistemáticas por parte daqueles ou daquelas que sofrem ou não os revezes da actual crise capitalista.

Este tipo de atitude comportamental com grande plasticidade social parece paradoxal, mas não é. Quer na situação de desempregado, auferimento de um salário de

miséria, quer ainda numa situação de pobreza, de precariedade de vinculação contratual ou de exclusão social, a percepção e a dedução genérica dos efeitos negativos dos problemas e das origens dessas realidades está sempre no capitalismo ou no Estado, mas nunca nos indivíduos, grupos, comunidades ou sociedades civis que se identificaram e se adaptaram, normativamente, a esse mesmo capitalismo e a esse mesmo Estado. Tanto é assim que não obstante esses problemas negativos terem sido uma constante na história do capitalismo e do Estado, hoje, perante uma crise inaudita nunca antes imaginada, os que vivem numa situação de miséria e pobreza continuam a reivindicar trabalho, emprego, salários de miséria e inclusão na ordem social vigente, exigindo, para o efeito, o que o capitalismo e o Estado não podem dar.

Em função das interrogações e problematizações introdutórias que o mesmo texto encerra, desenvolverei a minha análise a partir de duas dimensões básicas: 1) natureza do processo de industrialização e de urbanização com base nos limites históricos da transformação da matéria orgânica em matéria inorgânica; 2) contingências das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e da globalização e as suas consequências comportamentais à escala local, regional, nacional, continental e mundial.

1. Limites do processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas

Se bem que o processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas continue imparável, nomeadamente, ao nível das potências regionais emergentes, como são os casos emblemáticos da China, do Brasil e da Índia, as perversões biológicas e sociais criadas por esse processo chegou ao seu limite histórico. As razões desse facto derivam de um modelo de transformação de matéria orgânica em matéria inorgânica que se esgotou no apogeu dos «trinta gloriosos anos do capitalismo» (1945-1975).

Os efeitos estruturantes desse modelo fizeram-se sentir, prioritariamente, na transformação, destruição, redução e extinção massiva dos recursos naturais, água e oxigénio do planeta Terra. O gigantismo qualitativo e quantitativo da exploração do solo, montanhas, rios, mares e florestas que serviram e servem de matérias-primas para a produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias circunscritas aos sectores do automóvel, química, siderurgia, petróleo, energia nuclear, ferro, cimento, vidro, têxtil, imobiliário, transportes e indústria agro-alimentar, gerou uma situação insustentável ao nível do ambiente e do ordenamento do território. Este processo de industrialização foi, enormemente, potenciado pela hegemonia do peso estruturante destes sectores nas taxas de crescimento económico e na valorização do capital dos países capitalistas mais desenvolvidos. Por outro lado, tem sido incrementado, recentemente, em países capitalistas menos desenvolvidos, em cujos territórios ainda é possível extrair matérias-primas com potencialidades orgânicas. A transformação de imensos recursos naturais ainda disponíveis numa pluralidade

de mercadorias inorgânicas permite a expansão e a saída da crise em que o processo de industrialização está mergulhado.

No sentido amplo do termo, a montante, no interior e a jusante desse processo de industrialização, é praticamente impossível não ter presente a emergência histórica de um processo simultâneo de urbanização com a sua própria especificidade populacional no que concerne à sua dimensão, densidade e heterogeneidade populacional. Os processos migratórios do campo para a cidade, assim como o fenómeno massivo da emigração entre países e continentes, explicam o conteúdo e as formas de urbanização em estreita interdependência e complementaridade com o processo de industrialização materializado em fábricas, oficinas, zonas de habitação, mercados, transportes, estradas, pontes, centros comerciais, lojas de pequeno comércio, turismo, lazer, actividades culturais e recreativas, desporto, assim como actividades políticas, religiosas e sociais.

É um processo sistémico urbano-industrial de integração, de interdependência e de complementaridade estrutural e funcional, cuja evolução se traduziu numa crescente complexidade e abstracção social, económica, política, cultural e civilizacional. Quando, hoje, observamos a vida quotidiana do *homo urbanus* nos grandes aglomerados urbanos das sociedades contemporâneas que agregam vários milhões de habitantes, facilmente nos apercebemos dessa realidade. A estratificação e a desigualdade social generalizaram-se nos interstícios de uma imensa economia informal e subterrânea que vegeta e vive dos resíduos e restos dos caixotes do lixo abandonados pelo consumo ostensivo e desenfreado dos estratos sociais possidentes e privilegiados que lideram os processos de institucionalização e de formalização da economia formal. Por outro lado, pela interdependência e complementaridade que subiste entre ambas, estes fenómenos também se verificam no interior da economia informal e subterrânea. Em qualquer das circunstâncias, a identidade da vida quotidiana de qualquer habitante dos grandes aglomerados urbanos baseada no consumo desenfreado de objectos do sector industrial está a esgotar-se e a desintegrar-se de forma progressiva.

A extensão territorial de qualquer aglomerado urbano implica a extinção de muitas espécies animais e muitas espécies vegetais. Pela via da transformação de imensos territórios em cimento, ferro e vidro, desaparecem também as probabilidades de existência de oxigénio e de água no solo orgânico. Tornando-se um território inorgânico morto sem probabilidades de produzir oxigénio e água, extinguiram-se as hipóteses de vida para qualquer espécie animal ou qualquer espécie vegetal. Digamos que as fontes genuínas da criação e sustentabilidade de qualquer espécie animal ou espécie vegetal, nestas circunstâncias, são extintas, na medida em que não existem recursos naturais, água e oxigénio nos territórios confinados ao espaço-tempo do sistema urbano-industrial.

No mesmo sentido, o espaço-tempo da transformação de «inputs» orgânicos em «outputs» inorgânicos inscritos no modelo padrão de produção, distribuição, troca e consumo de produtos do sector industrial — automóvel, petróleo, química, têxtil,

siderurgia, ferro, vidro, cimento, indústria agro-alimentar e transportes — é em si mesmo a personificação da extinção e destruição do oxigénio e da água existente nos aquíferos e lençóis freáticos, assim como da potenciação das emissões de gases com efeito estufa traduzíveis no aumento da camada do ozono e na desertificação acelerada do planeta Terra e, logicamente, na extinção de todas as espécies animais e espécies vegetais.

Na medida em que o progresso e a razão são factores estruturantes primaciais de eficácia do modelo padrão da racionalidade instrumental do capitalismo, este revela-se, cada vez mais, impotente para maximizar o lucro através das probabilidades de vida que é inerente à espécie humana, nomeadamente no que se refere à acção individual e colectiva do actor factor de produção trabalho. Extinguindo-se o oxigénio e a água que resulta da acção mortífera sobre as espécies animais e as espécies vegetais, extinguem-se as probabilidades de reprodução do sistema capitalista baseado na espécie humana, enquanto essência antropocêntrica no planeta Terra. Neste sentido, o limite do próprio capitalismo reside na sua incapacidade histórica em capitalizar os recursos naturais, cuja inexistência e destruição progressiva põem em risco a própria existência da espécie humana, incluindo aquela parte que, ainda, pretende e aspira sobreviver, biologicamente, nos parâmetros normativos do capitalismo.

Os sinais objectivos das tendências biológicas que indiciam a implosão do sistema capitalista não deixam de ser sintomáticos em relação à insustentabilidade do capitalismo com base nos sectores emblemáticos do sector industrial: automóvel, petróleo, química, siderurgia, agro-alimentar, cimento, ferro, vidro, imobiliário e têxtil. Contrariamente ao que afirmam todos os ideólogos do sistema capitalista e de outras ideologias políticas, a crise que este enfrenta não é uma mera questão polarizada à volta do sistema financeiro ou do sistema económico ao nível mundial. O desemprego, assim como a precariedade da vinculação contratual, a pobreza, a miséria e a exclusão social actual resultam de inúmeras calamidades naturais, do abandono massivo das fontes de criação e manutenção da vida no planeta Terra, e sobretudo da ignorância de um sistema social e de uma espécie humana que transformou os recursos naturais que a natureza nos legou como fontes orgânicas de vida em elementos inorgânicos de morte.

A perda de capacidade imunológica do corpo humano face à emergência de uma série de doenças provocadas pelas mutações em curso nas diferentes espécies animais e espécies vegetais deve, no mínimo, alertar-nos para o risco, a incerteza e os sintomas negativos que a biotecnologia, a biocência, a tecnociência e a biomedicina já personificam para o equilíbrio sistémico da vida quotidiana da espécie humana e de todas as espécies animais e espécies termos de ambiente, o panorama era o seguinte: nesse ano e nesse dia, 7 086 233 de hectares de florestas perdidas; 2 719 814 252 de toneladas métricas de energia pela via do petróleo consumido; 2 256 374 627 de toneladas métricas de energia consumida em carvão. Em contrapartida, em termos das potencialidades energéticas de raios solares incidentes no solo terrestre, estimava-se um valor de 1 710 518 177 953 toneladas métricas de consumo probabilístico de energia.

Por fim, se pensarmos que a população mundial actual, neste momento, está quase a atingir o número de 6 800 000 000 de seres humanos e que, por outro lado, metade dessa população vive as vicissitudes da crise concentrada nos grandes aglomerados urbanos, somos constrangidos a pensar a crise numa perspectiva sistémica global, tendo presente que as interdependências e complementaridades entre as suas diversidades locais, regionais, nacionais e continentais integram uma multiplicidade de fenómenos disfuncionais e perversos numa rede inextricável e complexa de factores económicos, sociais, políticos, culturais e civilizacionais.

2. Contingências das TIC e da globalização na actual crise do capitalismo

Cingindo-me, agora, às dimensões estruturantes das TIC e da globalização no seio da sociedade global, não basta focar a diversidade tipológica dos estímulos e das respostas comportamentais induzidos pela produção, distribuição, troca e consumo de uma panóplia de bens e serviços consubstanciados em «Hardware» e «Software». O mundo das TIC reportados à plasticidade social da informática, da inteligência artificial, da robótica, da telemática, da biotecnologia, da biociência, da tecnociência, da biomedicina, da nanotecnologia, da Internet, das linguagens *web*, é um mundo inacabado de inovações e mudanças com origem numa crescente integração e progressão da ciência e da técnica no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo.

As TIC, conjugadas de forma interdependente e complementar com os desígnios e objectivos da globalização, potenciaram as virtualidades desta de uma forma inaudita. De facto, quando estamos a reflectir sobre o impacto das TIC nas actividades económicas, não podemos nem devemos limitar-nos à análise do sector industrial, mas devemos também e sobretudo discernir sobre o sector de serviços, não esquecendo, obviamente, o sector agrícola. Hoje, as actividades económicas circunscritas ao contexto da racionalidade instrumental do capitalismo incidem, basicamente, na educação, no ambiente, na saúde, na biologia, nos serviços, na comunicação, nos transportes, na cultura, nos serviços sociais, no desporto, enfim, na globalidade das actividades económicas, políticas, sociais e culturais que produzem e reproduzem as actuais sociedades contemporâneas.

Por outro lado, as TIC, na medida em que permitem a coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real, viabilizam a produção, distribuição, troca e consumo de qualquer bem ou serviço de características analítico-simbólicas, à escala local, regional, nacional e mundial de forma padronizada. Qualquer jogo de futebol, guerra do Iraque ou do Afeganistão em directo, conflito social, crime, notícias sobre estrelas mediáticas com sucesso, actividades das empresas transnacionais, actividades do Estado e da sociedade civil, enfim, tudo isso e muito mais, é passível de ser produzido, distribuído, trocado e consumido aquando da sua emergência e integração sistémica global em cada segundo, minuto, hora ou dia da vida quotidiana, circunscrito a qualquer indivíduo, família, grupo, organização, comunidade ou etnia

que habitam o planeta Terra. São actos irrepetíveis de execução de tarefas e funções por cada actor factor de produção trabalho que integra o processo de produção, em interdependência e em complementaridade sistémica com todos os outros actores factores de produção trabalho que integram o processo de distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos. Tendo por base os seus órgãos sensoriais, os milhares de milhões de seres humanos que integram esse processo de coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real têm probabilidades não lineares de integrarem ou não um processo sistémico de aprendizagem de competências cognitivas e emocionais e, por essa via, de integrarem o processo de trabalho e a organização do trabalho que exigem, imperativamente, competências adequadas e atempadas, inscritas, normativamente, ao nível da cada tarefa ou função da divisão do trabalho, da autoridade hierárquica formal, do processo de liderança e do processo de tomada de decisão decorrentes da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos.

A globalização insere-se num sentido linear às escalas local, regional, nacional, continental e mundial, levando cada actor factor de produção «trabalho» a evoluir no sentido de um comportamento-padrão, quer esse comportamento integre as mesmas modalidades de produzir, distribuir, trocar e consumir objectos de tipo material, quer se insira nos processos de aculturação e de aprendizagem social quando reportados a actividades económicas, culturais, sociais e políticas de tipo imaterial. Como consequência, as tendências de padronização espacio-temporal das múltiplas actividades económicas impelidas pela força estruturante das TIC e da globalização no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo não se coadunam mais com modalidades de gestão, de governação, de reflexão e de decisão de um passado que, embora «glorioso do capitalismo», tende para a sua extinção ou já tem extremas dificuldades em subsistir.

Estes aspectos estruturantes das TIC têm consequências profundas e sistemáticas nas modalidades cognitivas e emocionais de adaptação e de reacção do actor factor de produção trabalho, quando este executa as suas tarefas e funções no contexto do processo de trabalho e da organização do trabalho directamente reportado à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos. Para o efeito, é fundamental discernir sobre a diversidade quantitativa e qualitativa do gigantismo dos signos e significados gerados pelas TIC, tendo presente as contingências dos estímulos e das respostas adaptativas e reactivas do actor factor de produção trabalho em relação às suas probabilidades de acesso e categorização da informação, conhecimento e energia humana que integram os mecanismos automáticos, complexos e abstractos das TIC. Desse modo, quando escrevemos ou falamos sobre as TIC, estamos, indelevelmente, a discernir sobre uma probabilidade quase infinita de acesso ao conhecimento, informação e energia humana que antes estava polarizada nos perfis socioprofissionais do *saber fazer* adstrito às tarefas e funções antes executadas pelos engenheiros, torneiros, fresadores, electricistas, tecelões, marceneiros, carpinteiros, mecânicos, sapateiros, serralheiros, e pedreiros que substanciavam a civilização urbanoindustrial em declínio.

Entretanto, grande parte, senão a totalidade, desse *saber fazer* foi, progressivamente, deslocado e integrado nos mecanismos automáticos das TIC. A energia, a informação e o conhecimento que estavam directamente reportados ao *saber fazer* de cada profissão do sector industrial, assim como o espaço-tempo do processo de trabalho e da organização trabalho confinado aos gestos, tempos, movimentos e pausas do actor factor de produção trabalho ligado a esse sector, ao sector de serviços e ao sector agrícola, foi, pela via estruturante das TIC, também objecto de uma redução drástica ou, na maioria dos casos, extinto.

Nos dias de hoje, para qualquer ser humano, ou, mais concretamente, para qualquer actor factor de produção trabalho que tenha a veleidade de integrar plenamente o processo de produção, de distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos gerado pelas TIC e a globalização, deve, antes de mais, possuir competências cognitivas e emocionais que lhe permitam, de forma atempada e adequada, categorizar a informação, o conhecimento e a energia directamente reportada às funções e às tarefas que está incumbido de realizar. Em segundo lugar, para qualquer actor factor de produção trabalho que queira integrar esse processo, não pode simplesmente reagir ou adaptar-se conforme o estipulado normativamente pelas estruturas e funções da organização do trabalho prevalentes em qualquer empresa transnacional e em outras a ela associadas. Para descodificar e codificar, de forma atempada e adequada, os fluxos e as redes de informação, conhecimento e energia que atravessam a mente, a psique e o corpo do actor factor de produção trabalho como sistema aberto, é necessário que os seus órgãos sensoriais sejam criativos, livres e espontâneos. Por outro lado, como sistema aberto, o actor factor de produção trabalho não pode ser simplesmente analisado com base na sua identidade intrapessoal, ou seja, da sua singularidade e das suas potencialidades cognitivas e emocionais, que poderão, eventualmente, permitir-lhe a integração positiva no quadro normativo da racionalidade instrumental do capitalismo.

Os estímulos-respostas, cujas causalidades e efeitos estruturantes têm a sua sede própria nos mecanismos automáticos, complexos e abstractos das TIC, sendo um produto histórico de milhares de milhões de seres humanos, são um imenso trabalho vivo coagulado de informação, energia e conhecimento que necessita de ser novamente produzido, distribuído, trocado e consumido em todos os segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses e anos da trajectória biológica e social do actor factor de produção trabalho. Este só existe e persiste, historicamente, enquanto instrumento ou meio mercantil de eficiência e eficácia nos parâmetros da evolução normativa da sociedade capitalista. Em relação às competências cognitivas e emocionais que são exigidas a cada actor factor de produção trabalho que concorre e compete por um hipotético emprego e um hipotético trabalho num mercado complexo e abstracto, há que compreender a especificidade dessa concorrência e competição dinamizada pelas TIC e a globalização às escalas territoriais e espacio-temporais das localidades, regiões e países que integram, actualmente, as sociedades contemporâneas.

Assim, quando nos situamos no contexto da coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real, o espaço-tempo da vida quotidiana de cada actor factor de produção trabalho é uma singularidade concreta que é objecto de uma diversidade gigantesca de estímulos analítico-simbólicos complexos e abstractos provindos da acção estruturante das TIC e da globalização. Na actual tendência de competição e concorrência, é um processo de aprendizagem e de aculturação que ocorre no seio da família, nos grupos de referência, nos locais de trabalho, em outros espaços-tempos e territórios possíveis da trajectória biológica e social de cada singularidade traduzíveis na acção individual e colectiva do actor factor de produção trabalho. A este, exige-se para o efeito, em cada espaço-tempo referido, competências comunicacionais e afectivas. Desde logo, entre pais e filhos, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos. São relações interpessoais, intrinsecamente, concretas baseadas em cada olhar, em cada forma de falar, sentir, pensar e agir, todavia socializadas pelo peso estruturante dos estímulos-respostas provindos da capacidade afectiva e comunicacional das imagens, signos e significados produzidos, distribuídos, trocados e consumidos através da acção estruturante das TIC e da globalização.

No fundo, em qualquer circunstância, é um espaço-tempo de probabilidades não lineares de emergir como um actor de aprendizagem efectiva através do interconhecimento incrustado em relações sociais de características espontâneas e informais. Todavia, estas relações que permitem, potencialmente, o desenvolvimento de uma aprendizagem efectiva no local de trabalho são, por outro lado, submergidas e atravessadas por fluxos e redes de informação, conhecimento e energia normativas, gerando, simultaneamente, uma concorrência e competição interpessoal inaudita, quer entre colegas que têm as mesmas qualificações e auferem do mesmo salário, quer entre chefes e subordinados com diferentes qualificações, auferindo de salários e exercício do poder diferenciados. A urgência e a emergência dos estímulos-respostas confinados à execução de cada tarefa ou função implica uma comunicação e socialização de afectos atempada e adequada, traduzindo-se, desse modo, numa concorrência e competição desenfreadas ao nível das relações interpessoais. Em função das contingências das TIC e da globalização no processo de trabalho e na organização do trabalho, as relações interpessoais deixaram de ser determinadas pela acção coactiva ou normativa de capacidade de liderança das chefias, das qualificações normativas reportadas à execução de tarefas dos subordinados e às decisões normativas dos decisores, uma vez que cada actor factor de produção trabalho é objecto de uma aprendizagem sistemática como aprendente de comunicação e de socialização de afectos através TIC, aquando da sua integração no processo de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos.

Ao situarmo-nos ao nível de relações sociais intragrupais, intergrupais e intra-organizacionais no âmbito de qualquer empresa ou organização, aumenta progressivamente o carácter abstracto e complexo do espaço-tempo da concorrência e da competição do actor factor de produção trabalho, na medida em que aumenta, gradualmente, o processo de institucionalização e de formalização dos seus órgãos sen-

soriais, e estes, por outro lado, são constrangidos a viabilizar a codificação e a descodificação de linguagens que têm a sua origem nos estímulos-respostas induzidos pelas TIC e pela globalização. Neste aspecto, quando discernimos sobre o conteúdo da globalização, devemos pensar na acção estruturante das empresas transnacionais. Temos que perceber o conteúdo e as formas da rede complexa e abstracta que integram a sua existência ao nível do espaço-tempo virtual em coincidência com a sua existência ao nível do espaço-tempo real. As articulações e as interdependências dessa rede prolongam-se com base numa subcontratação das transnacionais com uma série de empresas inseridas na economia formal ao nível local, regional, nacional e continental. Isso não obsta, também e sobretudo pelos seus efeitos desviantes e perversos, que a implantação sistémica global dos efeitos estruturantes das TIC e da globalização na referida rede se realize através da sua capacidade estruturante junto do mercado e das empresas que operam no mercado mundial da economia informal.

Podemos, desde já, admitir uma inevitabilidade estruturante que teve repercussões imediatas na crise actual do capitalismo. O desemprego, tal como a precariedade da vinculação contratual, nos sectores emblemáticos do sector industrial, são explicáveis pela inclusão da informação, do conhecimento e da energia do factor de produção trabalho na estrutura dos custos de produção do sector automóvel, da química, da siderurgia, do têxtil, da industria agro-alimentar, do cimento, ferro e vidro, mas também através de um crescendo progressivo do papel estruturante da técnica e da ciência no desenvolvimento da integração e automatização de informação, energia e conhecimento humano nas TIC. É um processo estruturante, inelutável, de mudanças sistemáticas e profundas que evolui sempre no mesmo sentido, com incidências manifestas na estruturação de problemas e desafios em relação à acção individual e colectiva do actor factor de produção trabalho no contexto actual da racionalidade instrumental do capitalismo: a) acréscimo progressivo e irreversível da sua desqualificação, desemprego, precariedade da vinculação contratual, pobreza, miséria, exclusão social, desvio e crime; b) acréscimo progressivo e irreversível das exigências de competências, probabilidades não lineares de emprego, probabilidades não lineares de estabilidade de vinculação contratual e, conseqüentemente, probabilidades não lineares de não enveredar pela pobreza, miséria, exclusão social, desvio e crime.

Por outro lado, as TIC introduziram novas modalidades de causas e efeitos em relação aos conteúdos e formas de socialização das actividades económicas, sociais, políticas e culturais. Não estamos mais a pensar, reflectir e agir, como nos tempos de antanho dos «trinta gloriosos anos do capitalismo» centrado no exemplo emblemático do sector industrial. As matérias-primas («inputs») a transformar em mercadorias («outras») não são mais exteriores à condição humana, como eram e são, ainda, uma parte substancial dos recursos naturais em extinção, a água e o oxigénio que subsiste nas espécies animais e nas espécies vegetais que perduram no planeta Terra. Quando interagimos com as TIC, quando descodificamos e codificamos as suas

linguagens, nós somos a matéria-prima fundamental que tem ou não capacidades cognitivas e emocionais para transformar informação, conhecimento e energia gerada («inputs»), de forma atempada e adequada em bens e serviços («outputs»). Somos uma realidade comportamental que importa e exporta informação, conhecimento e energia humana. Somos um sistema aberto concreto, cujas causalidades e efeitos singulares de interacção, descodificação e codificação das linguagens analítico-simbólicas das TIC são, exclusivamente, informação, conhecimento e energia humana. São matérias-primas internas e externas à condição-função do actor factor de produção trabalho no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. São uma probabilidade não linear de aprendizagem de competências cognitivas e emocionais, de aprendizagem de competências comunicacionais e afectivas, a partir dos cinco (5) órgãos sensoriais, com especial incidência para o papel da audição e da visão no espaço-tempo confinado à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos.

Saímos, portanto, da produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias com características materiais denominadas, genericamente, de consumo corrente, para entrarmos num outro espaço-tempo de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias imateriais ou, mais concretamente, bens e serviços analítico-simbólicos. Todavia, existe uma grande diferença entre as duas realidades. Enquanto o espaço-tempo da produção, distribuição, troca e consumo de bens mercantis observáveis à vista desarmada, como são os casos do automóvel, da química, siderurgia, ferro, cimento, vidro, têxtil, obedece e é, perfeitamente, compatível com as lógicas espácio-temporais do curto, médio, e longo prazo, o mesmo não poderá afirmar-se em relação ao espaço-tempo confinado à produção, distribuição, consumo e troca de bens e serviços analítico-simbólicos.

Esta tendência histórica não só torna mais complexa e mais abstracta as probabilidades não lineares de concorrência e de competição do actor factor de produção trabalho, no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, como, por outro lado, o obriga a evoluir, irreversivelmente, por dois caminhos possíveis: a) desqualificação, desemprego, precariedade da vinculação contratual, pobreza, miséria, exclusão social, violência, desvio e crime; b) aprendizagem efectiva de competências, vinculação contratual instável, emprego, salários altos, probabilidades não lineares de identidade individual e colectiva com a ordem social vigente.

Todavia, o desemprego e a precariedade da vinculação contratual, como todos os sucedâneos estruturantes que enunciei, resultam, no meu entendimento, do facto de uma grande percentagem da população mundial não possuir as capacidades cognitivas e emocionais que são requeridas para uma aprendizagem efectiva de competências, que implicam a probabilidade não linear de descodificar e codificar, de forma adequada e atempada, as linguagens das TIC e da globalização, limitando-se, nas circunstâncias, a assumir uma série de papéis rotineiros pautados, invariavelmente, por gestos, movimentos, tempos e pausas reportados na perícia e na intuição centrada no saber-fazer energético do actor factor de produção trabalho. São papéis

meramente reactivos e adaptativos às contingências dos mecanismos automáticos das TIC, emergindo e funcionando como meros apêndices funcionais destas no que se refere à criação de energia, informação e conhecimento reportado ao processo de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos que integram o mercado mundial do actual processo de industrialização e de urbanização das sociedades contemporâneas.

Pela sua plasticidade social e incidência nas sociedades contemporâneas, revela-se um processo de competição e de concorrência irreversível, cujos resultados são bem visíveis no aumento drástico das taxas de desemprego, da precariedade da vinculação contratual, da pobreza, da miséria, da exclusão social, do crime e do desvio à escala mundial. A realidade normativa e as expectativas racionais dos «trinta gloriosos anos do capitalismo», ao desmoronarem-se, criam, paulatinamente, uma série de medos, atavismos seculares, insegurança, angústias e frustrações quotidianas com reflexos profundos na população mundial e sobretudo junto daqueles que, potencialmente, aspiram a usufruir de emprego e trabalho estável. Quer um quer outro dos factores referidos tornaram-se uma «espécie» de miragem ou de maldição histórica em relação à estabilidade emocional e cognitiva de qualquer indivíduo aculturado nos parâmetros da sociedade capitalista actual. No sentido amplo do termo, só existe emprego e trabalho para, hipoteticamente, controlar ou erradicar o desvio, o crime e a violência provocados pelas perversões e disfunções de um sistema social global pautado por uma vida quotidiana atravessada por pulsões de morte. De facto, persiste uma tendência irreversível para aumentar o volume de emprego e de trabalho à escala mundial. Todavia, o único trabalho e o emprego que aumenta, exponencialmente, fundamenta-se na socialização efectiva das pulsões de morte dos múltiplos grupos socioprofissionais em crise, cuja razão de ser, só pode ser vivenciada nas várias frentes de guerra que subsistem aos níveis local, regional, nacional e continental.

São tipos de guerra incrustados numa vida quotidiana sem sentido face à ignorância das contingências das TIC e da globalização. São, por outro lado, tipos de guerra resultantes da impotência histórica do actor factor de produção trabalho em arranjar trabalho e emprego no espaços-tempo macro-societal e no espaço-tempo micro-societal. A luta pelo emprego e pelo trabalho são extremamente violentas, mas que têm incidências vivenciais sistemáticas e profundas ao nível do imaginário individual e colectivo de cada actor factor produção trabalho que habita, actualmente, o planeta Terra. Como corolário lógico, o crime, o desvio e a violência começam por ser um dilema ou um problema psíquico, mental e físico, cujo *locus* central é intrapessoal.

O mal-estar civilizacional começa, assim, em qualquer indivíduo e generaliza-se a todos os outros que deixaram de ser produtores de sentido pelo facto de não poderem subsistir, historicamente, sem trabalho e sem emprego. Essa realidade afecta, desde logo, toda a estabilidade emocional e cognitiva intrapessoal de qualquer indivíduo que aspira a ser um actor normativo no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. Vários sintomas emergem em catadupa. O sofrimento, a frustração, a insegurança e o medo traduzem-se, muitas vezes, no desvio e no crime contra a pró-

pria pessoa, como é o caso emergente das taxas de suicídio de grupos socioprofissionais que concorrem e competem no exercício de funções e tarefas directamente reportados à socialização das pulsões de morte no processo de trabalho e da organização do trabalho das empresas transnacionais e em outras empresas a elas associadas.

Este mal-estar civilizacional é resultante do papel instrumental que o actor factor de produção assume no contexto da sociedade capitalista. Desde que não se transforme num objecto mercantil eficaz, não integra o processo de produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços e, conseqüentemente, é marginalizado ou excluído. Para todos estes, só lhes resta enveredar pela guerra civil interindividual que subsiste à escala planetária. Como já referimos, não obstante o seu *locus* principal residir, primordialmente, em factores intrapessoais, a generalização desta guerra tem um espaço-tempo privilegiado nas relações interpessoais. No espaço-tempo da família, dos grupo primários de referência, assim como no espaço-tempo do local de trabalho e nos locais públicos, emergem uma série de desvios e de crime violentos, cuja plasticidade social no que concerne às tipologias de relações sociais interpessoais se torna, cada vez mais, visível nas relações entre homens e mulheres, entre pais e filhos, entre membros de um mesmo grupo, entre colegas de trabalho, ou entre quaisquer indivíduos que frequentam os espaços públicos.

Esta guerra civil interindividual generaliza-se por uma série de redes sociais intragrupoais, intergrupoais, intra-organizacionais, interorganizacionais, intra-soce-tais e intersociais que, pela via estruturante da sua interdependência e complementaridade sistémica, emergem natural e espontaneamente através da coincidência do espaço-tempo virtual com o espaço-tempo real. Mais uma vez nos apercebemos de que estas redes sociais resultam dos efeitos estruturantes das TIC e da globalização. Estas permitem e estimulam relações sociais de natureza complexa e abstracta, criando, por essa via, redes sociais infinitas, sem que para o efeito cada indivíduo que as integra necessite de assumir a sua natureza psíquica, mental e física num espaço-tempo concreto mediatizado pela co-presença física e pelo interconhecimento. Não sendo produtores de sentido no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, a emergência da coincidência do espaço-tempo virtual da complexidade e da abstracção com o espaço-tempo real da complexidade e da abstracção transforma, potencialmente, qualquer indivíduo num actor factor produção trabalho desviante, que envereda, facilmente, para uma situação de crime. São estas pulsões de morte que alimentam e reproduzem a guerra civil interindividual em que estamos submergidos.

3. Considerações finais

Na minha opinião, a famigerada e tão atribulada crise que incendeia as mentes, as psiques e os corpos dos que ainda pretendem reformar ou salvar um sistema social moribundo é uma crise de ignorância generalizada. Claro que é uma crise do

sistema capitalista a nível mundial, com especial incidência nos sistemas financeiro, político, económico, social, cultural e civilizacional.

Contrariamente às teses schumpeterianas que viam na vocação destruidora do capitalismo uma função histórica inovadora e criativa, na minha opinião, na actualidade, o capitalismo tem poucas hipóteses de inverter o caminho que vem gerando a sua própria negação. Esta primeira conclusão parece paradoxal, mas não é.

Como resposta à crise que atravessa, a única hipótese que lhe resta consiste em caminhar no sentido inverso ao da destruição do mercado orgânico, o que implica a produção de oxigénio e de água, que são vitais para reconstituir solos, montanhas, rios, mares, oceanos, florestas, espécies animais e espécies vegetais que integram o planeta Terra. Para esse efeito, é crucial transformar tudo o que é inorgânico em orgânico. Mais uma vez, na minha opinião, como consequência dessas mudanças imperativas, é crucial destruir todos os sistemas urbanoindustriais que tenham ultrapassado os limites da auto-sustentabilidade e da auto-organização territorial, ambiental, administrativa, económica, política, social e civilizacional. Para o efeito, é fundamental limpar e reconstituir montanhas, florestas, rios, mares e oceanos. Destruir tudo o que tenha que ver com fábricas, matadouros, auto-estradas e indústria agro-alimentar que subsiste da civilização urbano-industrial, que, como referi neste texto, vive a expensas da produção, distribuição, troca e consumo da escravidão e morte das espécies animais e espécies vegetais.

Como segunda conclusão, a crise actual do capitalismo resulta do hiato existente entre as actividades económicas circunscritas ao espaço-tempo real e às actividades económicas circunscritas ao espaço-tempo virtual. Entre produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias de natureza material e produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias de natureza imaterial. Na ocorrência, pura e simplesmente, os actores que intervêm nos interstícios desse processo, na generalidade dos casos, estão numa situação de omissão e de dissonância comportamental, de ineficiência produtiva e de ignorância em relação ao espaço-tempo da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços analítico-simbólicos. Não existindo produção de sentido por parte do actor factor de produção trabalho, nada existe para produzir, distribuir, trocar e consumir. Com actores sem competências comportamentais analítico-simbólicas, não há produção de sentido e, conseqüentemente, maximização do lucro. Nestas circunstâncias, a crise actual do capitalismo é personificada por uma imensa ignorância de informação, conhecimento e energia em relação à generalidade dos actores que integram o referido processo.

Como uma terceira hipótese conclusiva e resposta possível à crise do capitalismo, para este subjaz a necessidade histórica imperativa de extinguir a guerra civil interindividual baseada em processos de socialização e de sociabilidades pautados pelas pulsões de morte. Neste âmbito, para que os indivíduos readquiram uma nova probabilidade de se transformarem em produtores de sentido, é crucial que as relações intrapessoais, interpessoais, intragrupoais, intergrupoais, intra-organizacionais, interorganizacionais, intrasociais e inter-sociais evoluam no sentido da cooperação,

da liberdade, da criatividade e da responsabilidade. Para o efeito, em presença das contingências das TIC e da globalização, é crucial que essas relações sejam intrinsecamente espontâneas e informais, que emerja a democracia directa e a auto-organização no espaço-tempo do processo de trabalho e da organização do trabalho. Evoluir nesse sentido, implica inverter o processo histórico civilizacional do progresso e da razão que culminou na institucionalização e formalização do actor factor de produção trabalho num mero objecto mercantil no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo. Implica, desde já, enveredar por um processo de aprendizagem e aculturação sistemático e profundo, cuja sentido histórico culmina na construção de uma nova civilização sem chefes nem subordinados, sem divisão do trabalho e sem autoridade hierárquica formal. É um processo sistémico global que começa na família e se estende a todos os espaços-tempos da vida quotidiana dos indivíduos que actualmente fazem parte da espécie humana e que integram as sociedades contemporâneas do planeta Terra.

Escrever a História na primeira pessoa. Propósitos e sentidos de algumas autobiografias de intelectuais e políticos africanos recentemente publicadas

José Carlos Venâncio*

1. Nos últimos anos têm sido publicadas, em número significativo, autobiografias de intelectuais e políticos africanos. Se tal é perceptível no que ao mercado livreiro português diz respeito, não deixará de ser verdade para os restantes mercados europeus, mormente os das ex-metrópoles coloniais, pois algumas das que são publicadas em Portugal são traduções de línguas europeias, mormente do inglês. Um tal acontecimento, sempre gratificante para quem se dedica ao estudo das questões africanas, deixa, naturalmente, antever propósitos e sentidos que importa averiguar. Porquê a sua publicação na presente conjuntura internacional e africana? Que rumos para o continente poderão ser inferidos de tantas palavras escritas na primeira pessoa? De que forma as autobiografias em apreço contribuem para o aprofundamento do nosso conhecimento sobre África, mormente as suas culturas, os seus sistemas políticos e as suas lideranças? Estas são algumas das questões que pretendo, sob uma perspectiva literária e histórica (de história política), desenvolver no presente ensaio, concentrando-me na análise de um conjunto de autobiografias seleccionadas consoante aquelas que me parecem ser as questões sociais e políticas mais prementes das sociedades africanas hoje. Trata-se, por conseguinte, de uma primeira abordagem, que, como tal, produzirá resultados de valor provisórios. Não passarão de aproximações.

2. Enquanto exercícios representativos de um sujeito empírico, em que o protagonista ou personagem se transforma no interlocutor da sua própria experiência de vida, a autobiografia, assim como o diário¹, e a epístola valem como géneros ou subgéneros narrativos, que, por sua vez, se distinguem de um outro, o romance autobiográfico, pelo facto de não serem *assumidamente* ficcionais.

O acto narrativo na autobiografia, como de resto também acontece no romance autobiográfico, ocorre por iniciativa de um sujeito empírico, vertido num *eu*, num sujeito de enunciação, que, afirmando-se perante *outros*, se afirma perante *si mesmo*. A narração autobiográfica é, pois, neste sentido, um exercício de *textualização* que também dá ao narrador o conhecimento de si próprio.

* Universidade da Beira Interior, jvenancio@sapo.pt

¹ Refiro-me sobretudo ao que, não sem alguma imprecisão e fundamento teórico, se poderá considerar como diário *íntimo*, cujo uso ou prática se terá tornado habitual no século XVII. O mesmo não é extensível à epístola, género ou subgénero que foi, por exemplo, bastante apreciado e desenvolvido na antiguidade clássica. Lembremo-nos, para tanto, das célebres cartas de Cícero.

Quem narra a sua vida, fá-lo porque gosta de escrever, mas fá-lo, sobretudo, porque acredita que entre um passado complexo, difícil, caótico, e um futuro que se avizinha mais ordenado, a sua acção se impôs, contribuiu significativamente para essa passagem. É um fazedor de história e, nessa qualidade, poderá servir de guia para gerações vindouras. Há, assim, um propósito didáctico na autobiografia ou na escrita de cariz autobiográfico que, de modo algum, deve ser menosprezado.

Tal característica é igualmente significativa para caracterizar quer a figura do intelectual, quer a do político. Partilham-na ambos, com uma única diferença: os primeiros expõem a sua pretensão transformista e educativa através de quadros teóricos e paradigmas, sem se preocuparem propriamente com a sua concretização; tarefa que deixam aos políticos, que, deste modo, se afirmam sobretudo pela acção.

3. As motivações que levam os autores africanos a narrarem as suas experiências de vida, a escreverem autobiografias, não são essencialmente diferentes destas. Reflectem, como seria expectável, vivências e preocupações de ordem local, termo que, neste contexto, pretende referir a África subsaariana, que, enquanto realidade vasta, complexa e diferenciada, apenas por razões de agendamento metodológico e em contraste com outras realidades de igual grandeza, como sejam a europeia ou a asiática, é passível de ser entendida como uma unidade, a que são atribuídas características específicas.

As especificidades em referência decorrem, sobretudo, da rápida transição das sociedades africanas de universos culturais tradicionais (termo que, na realidade, não caracteriza na sua plenitude as conjunturas sociais que pretende nomear)² para universos identificados com o que, não sem alguma imprecisão, se designa por modernidade ou modernidades, sendo que o plural traduz a aceitação da premissa de que os processos de modernização são vários e coexistentes. O célebre romance de Chinua Achebe, *Things Fall Apart* (Londres 1958) é seguramente o registo literário mais contundente desta rápida transformação, em que Okonkwo, a personagem principal, renega a ordem europeia trazida pelos missionários e pelo comissário distrital, decapitando num ápice, com a sua catana, o chefe dos guardas africanos, suicidando-se de seguida. Sem ser um romance de cariz autobiográfico, *Things Fall Apart* não deixa de expressar um certo pensar e um certo mal-estar do seu autor, um dos escritores nigerianos com maior projecção internacional, sobre o processo de modernização a que o seu povo, os ibos, foi sujeito, passando nomeadamente a integrar a nova realidade política chamada Nigéria. O esfumar-se dos muitos e promiss-

² Há um leque relativamente vasto de termos para classificar uma conjuntura onde as relações de produção capitalistas, valorizando o mercado e as suas leis como forças de integração e regulação sociais, não se faziam sentir com a intensidade que hoje conhecemos. A regulação passava, em vez disso, pelas relações de parentesco, pela religião e pelo exercício, em muito arbitrário, do poder político. A aplicação da justiça, em conformidade, seria, supostamente, também arbitrária.

sores anseios de desenvolvimento, igualdade e dignidade humanas surgidos aquando do nacionalismo e das independências³, é outra das motivações experimentadas pelos autores africanos.

Nenhuma das motivações apontadas esteve na origem daquela que será, porventura, a primeira [pelo menos em língua inglesa (Edwards 1967: ix)] autobiografia escrita por um africano. Trata-se da autobiografia de Olaudah Equiano, *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa the African*, publicada pela primeira vez em 1789, o ano de todas as decisões no que à Revolução Francesa diz respeito. Equiano era um ex-escravo de origem ibo, nascido, ao que informa, em 1745. Ao serviço do capitão Pascal, participou na Guerra dos Sete Anos. É libertado aos 21 anos de idade, convertendo-se ao calvinismo. Aprendera, entretanto, a escrever e a ler com a ajuda de amigos e, na condição de ex-escravo, tornou-se activista do movimento anti-esclavagista, em cujo propósito e prática se insere a escrita da autobiografia. Reage, nestes termos, à humilhação e brutalidade de que os africanos negros foram alvo; primeiro escravizados e deportados para outros continentes e depois, com a emergência das teorias da racialização, em relação às quais o Iluminismo não foi propriamente inócuo, considerados como sub-humanos, colocados na base da pirâmide com que caracterizaram e hierarquizaram a humanidade, cujo topo seria ocupado pela chamada raça branca.

Equiano, enquanto escritor e homem livre, fruto, para o bem e para o mal, da modernidade europeia, teve, assim, a oportunidade de se rebelar contra um dos lados mais perniciosos dessa mesma modernidade: mais do que a aceitação, a justificação da escravatura.

Motivação próxima teve, dois séculos depois, Richard Wright, um dos grandes nomes da Renascença Negra nos Estados Unidos da América, ao escrever *Black Boy* (trad. Port.: Um negro que quis viver), um livro de teor autobiográfico, cuja classificação por géneros suscita alguma perplexidade: se se trata de uma autobiografia, como é geralmente referenciado, ou de um romance autobiográfico⁴. O certo é que, nele, o seu autor denuncia as condições de vida dos negros americanos no Mississipi (na cidade de Jackson e em Memphis) nas segunda e terceira décadas do século XX. (...)”o Sul só reconhecia — di-lo quando partia para o Norte — uma parte de um homem (entenda-se negro), só podia aceitar um fragmento da sua personalidade;

³ No que respeita às promessas não cumpridas pela África independente, Mazrui (1993: xvi) fala-nos de seis paradoxos: o da *habitação* (sendo o berço da humanidade, hoje é o pior continente para se viver), o da *humilhação* (não sendo os africanos os povos mais brutalizados da história, são seguramente os mais humilhados), o da *aculturação* (não sendo as sociedades africanas as culturalmente mais próximas do mundo ocidental, são as que mais rapidamente se ocidentalizaram no decurso do século XX), o da *fragmentação* (não sendo África o continente mais pequeno, é o mais fragmentado politicamente), o da *retardação* (não sendo a região mais pobre do mundo, é, depois da Antártida, a mais atrasada em termos técnicos e de desenvolvimento) e, por fim, o da *locação* (sendo provavelmente o continente mais central no globo, é, depois da Antártida, o mais periférico).

⁴ Apenas a título de curiosidade, vale, a este respeito, citar as suas palavras quase no fim da narrativa, quando deixava precisamente o Sul (Memphis, no caso): “(...) sabia que nunca chegaria realmente a sair do Sul, porque os meus sentimentos já tinham sido *formados* ali (...)” (p. 343). Itálico meu.

tudo o mais — as coisas melhores e mais profundas do coração e do espírito — era deitado fora numa ignorância e num ódio cego” (p. 343).

Foi significativa a influência que Richard Wright, Langston Hughes e outros escritores e poetas americanos negros desta geração tiveram no despertar das consciências africanas para os problemas do colonialismo, da humilhação rácica e da subvalorização cultural. Essa influência exerceu-se sobretudo junto dos jovens africanos educados pelo sistema colonial, que, em atitude de revolta, pelo seu não reconhecimento como pessoas de plenos direitos pelo sistema que os arrancara do universo tradicional, começavam a ensaiar os primeiros enunciados nacionalistas, os primeiros poemas e os primeiros trechos de prosa nas línguas da colonização; digo línguas da colonização porque essa influência não se restringiu ao mundo de língua inglesa, fez-se sentir também no mundo francófono e lusófono, aqui com especial repercussão em poetas como Agostinho Neto, Manuel dos Santos Lima, etc.

Os escritos desta fase, quer fossem de teor instrumental, quer fossem marcadamente literários, eram sobretudo de esperança; de esperança num mundo novo e, não poucas vezes, por influência marxista, num homem novo. Alguns dos romances desta altura tinham cariz autobiográfico. *La aventure ambiguë*, 1961 [A Aventura ambígua] de Cheikh Hamidou Kane, autor senegalês, é um deles. Nele é narrada a experiência de um jovem *toucouleur* em Paris, para onde se deslocara para prosseguir os estudos, chamado Samba Diallo, até certo ponto o próprio autor. O confronto com Descartes e Pascal não o leva a renegar as suas origens, a educação islâmica que trazia de casa, uma tarefa que se mostrara deveras difícil, se não impossível. Esta é, pelo menos, uma das possíveis interpretações do desfecho do romance: o assassinato do herói por um louco, na sua terra natal, que não entendeu as dúvidas que Samba Diallo trouxe da Europa em relação à fé islâmica.

Independentemente do que este assassinato possa representar no que à conciliação de África com a modernidade (europeia) diz respeito, o certo é que a maioria dos intelectuais e escritores da geração de Hamidou Kane, embora conscientes da problemática relevada pelo romance em apreço, conscientes do seu desprendimento em relação às origens africanas, tinham uma atitude mais otimista quanto ao seu futuro e ao futuro dos países que passaram a representar enquanto membros das respectivas elites. Mais do que os movimentos como o pan-africanismo ou a negritude, foi o nacionalismo que lhes ofereceu a oportunidade de redenção. Através do nacionalismo puderam, à medida que reivindicavam a autonomia política dos seus países, reencontrar-se ou, talvez melhor, aproximar-se, num processo de procura identitária subjectivamente experimentada (Venâncio 2000: 63 e segs.), do universo cultural, supostamente matricial, do qual se haviam separado.

O romance surge como um dos géneros literários preferidos para repensar percursos, expor as angústias e as expectativas que afligiam os intelectuais e políticos da primeira geração de nacionalistas. *A autobiografia de Kwame Nkrumah*, publicada em 1957, será das poucas, se não a única autobiografia da altura. São, em contrapartida, publicados vários textos, alguns deles académicos, de teor ensaístico e

profilático. *Facing Mount Kenya*, de Jomo Kenyatta, publicado pela primeira vez em 1938, em que o autor retoma a tese defendida na London School of Economics, será talvez, neste reconstruir da história ensaística africana, o primeiro texto a merecer registo. O livro de Nkrumah, *Africa Must Unite!*, cuja primeira edição é de 1963, é outra importante, quiçá a mais importante, referência dessa ensaística. Tornou-se um livro incontornável para o entendimento da política africana moderna. Nele estão, aliás, os fundamentos da Organização da Unidade Africana, constituída no ano da sua publicação. O livro *Neo-colonialism: the Last Stage of Imperialism*, também de Nkrumah, publicado em 1965, é outro importante marco do pensamento ensaístico africano, mormente no que ao domínio político diz respeito. *The Struggle for Mozambique*, de Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da FRELIMO, livro publicado em 1969 (publicado em Portugal em 1975, com o título *Lutar por Moçambique*), após o assassinato do seu autor, é outro ensaio a completar este leque de escritos em que os seus autores, embora cientes das dificuldades que enfrentavam e haviam de enfrentar, se posicionam, em termos políticos, a favor de uma África moderna e em vias de desenvolvimento. Estabelecem, para tal, programas políticos e governativos que deveriam orientar os primeiros anos das independências dos respectivos países.

4. Se os anos 60 do século XX, em que a maioria dos países africanos atingiram a independência, foram, pelo menos durante a primeira metade da década, anos de esperança, como os ensaios supracitados e inúmeros escritos de ordem política registaram, diferente é o contexto actual, em que surgiram as autobiografias em análise. Das várias autobiografias que têm sido publicadas⁵, darei especial atenção às seguintes: de Muta Wangari Maathai, *Unbowed*, 2006 [Indomável. Uma luta pela liberdade, ed. port. 2007], de Peter Godwin, *When a Crocodile Eats the Sun – A Memoir*, 2006 [Quando um crocodilo come o sol. Memórias do Zimbabué ou a Implosão de Uma Nação, ed. port. 2008], de Wole Soyinka, *You must set forth at dawn – A Memoir* [É melhor partires de madrugada – Memórias, ed. port. 2008] e, por fim, Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a história. Autobiografia* (2008).

Muta Wangari Maathai é uma cientista e activista ecológica queniana, Prémio Nobel da Paz de 2004. Formou-se nos Estados Unidos, para onde foi ao abrigo da chamada “Ponte Aérea Kennedy”, que permitiu a cerca de seiscentos estudantes quenianos, entre os quais o pai de Barack Obama, estudarem em universidades americanas. Como o avô deste, também o seu pai havia feito parte da primeira geração de quenianos a deixarem os lares para se empregarem em empreendimentos coloniais, mormente fazendas agrícolas, iniciando-se, dessa forma, na economia mone-

⁵ De referir que o livro *O Ministro*, de autoria do escritor e político angolano Uanhenga Xitu, publicado pela primeira vez em 1990, contendo elementos explícita e intencionalmente autobiográficos em muitos dos seus capítulos, traduz, pelo rol de preocupações relevadas, a presente conjuntura, a conjuntura em que estas autobiografias se inserem, e não a dos anos 60.

tarizada estabelecida pelo sistema colonial. Após o regresso à terra natal, Muta Wanjari trabalhou na Universidade de Nairobi, na Faculdade de Veterinária, onde foi a primeira mulher africana a integrar o respectivo corpo docente. Mas, como também acontecera com o pai de Obama, não tardou que se visse a braços com o regime político vigente, liderado pela mão forte de Jomo Kenyatta. Muitas das dificuldades sentidas não tinham propriamente a ver com a governação política no sentido restrito do termo, mas sim com as opções e as estratégias de desenvolvimento então adoptadas, sem quaisquer preocupações ambientais, e com a subestimação da força empreendedora das mulheres no desenvolvimento do país. Da conjugação destes dois factores nasceu o Movimento Green Belt, de motivação ambientalista, cujos objectivos passavam pelo reflorestamento e cujo impacto, quer a nível nacional, quer internacional, veio a justificar, em grande medida, a atribuição do prémio Nobel à sua principal promotora.

Peter Godwin é um zimbabueano branco, jornalista, a residir em Nova Iorque, que, no seu livro, relata a sua experiência e a da sua família no Zimbabué. Infere-se da narrativa uma clara opção nacionalista, conquanto crítica, do rumo que o país tem tomado sob a governação de Robert Mugabe. Em momento algum, porém, a crítica em apreço é redutível à sua condição de branco num país onde a maioria da população negra. Esta, após uma guerra civil sangrenta, logrou, pela mão de dois movimentos de libertação, a ZAPU (Zimbabwe African People's Union), liderada por Joshua Nkomo, e a ZANU-PF (Zimbabwe African National Union – Patriotic Front), dirigida por Robert Mugabe, implantar uma democracia de um homem um voto. Godwin põe sobretudo em causa a política de “limpeza étnica” ou de “limpeza política”⁶ levada a cabo por Mugabe. Trata-se de uma postura alicerçada em determinados valores universais, partilhados pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que têm a ver com o direito à vida e à dignidade humana. Nestes termos, a sua crítica é extensível aos responsáveis pelo Holocausto que, entre os muitos males que causaram à humanidade, lhe roubaram, até à idade adulta, a verdadeira identidade do pai, George Godwin, nascido oficialmente em 1924 na Inglaterra. O verdadeiro nome do pai, judeu e natural da Polónia, era Kazimierz Jerzy Goldfarb. Como muitos outros judeus da Europa central, perdera parte da sua família nos campos de concentração nazis.

Godwin morre em 2004 e é em sua homenagem que o autor escreve uma autobiografia que, neste sentido, acaba por ser também uma biografia da sua família. A mãe, médica, aquando da escrita da autobiografia (publicada em inglês em 2006), ainda vivia.

⁶ Estes são os termos, com a dúvida implícita de qual será o mais adequado, que a jornalista Christina Lamb (2006) utiliza para classificar a política que, a dada altura, passou a ser incrementada pelo governo de Robert Mugabe. Apenas uma faceta dessa política teve a ver com o movimento dos chamados “veteranos de guerra” em prol da desapropriação das terras dos fazendeiros brancos, cujos procedimentos (não propriamente os motivos) são, em si, condenáveis, mas que são parte de um problema muito mais complexo, cuja explicação transcenderia, em muito, o âmbito do presente artigo.

Wole Soyinka é um dos escritores africanos mais conhecidos; aliás, o único escritor africano agraciado com o Prémio Nobel de literatura, galardão que lhe foi atribuído em 1986. É, além disso, um dos intelectuais de referência em África. Têm sido meritórios os seus posicionamentos no que respeita ao exercício de poder na Nigéria independente, origem de muitos dissabores de que igualmente tem sido vítima. Sendo yoruba de origem, nascido, por conseguinte, no seio de uma das culturas e experiências societais africanas mais sofisticadas, o seu pensamento político e a sua acção vão para além das fronteiras étnicas. Aquando da Guerra do Biafra (1967-70), causada pela declaração de independência da República do Biafra, região maioritariamente habitada por ibos⁷, sob a liderança do tenente-coronel Odumegwu Ojukwu, Wole Soyinka posicionou-se, por livre iniciativa, como intermediário entre as partes em conflito. Não só não logrou atingir os objectivos desta ousadia, como acabou por ser preso pela federação sob suspeita de traição. Registou o tempo passado na prisão num livro memorial que intitulou: *The Man Died: Prison Notes* (1972)⁸

Inspirando-se Soyinka frequentemente na sua cultura de origem, recordemo-nos, para tanto, que os yorubas possuem, por exemplo, um dos panteões religiosos mais complexos em África, o seu pensamento é, a par desse enraizamento, de um racionalismo inequívoco. Os seus referentes políticos e éticos são de teor universal. É, aliás, conhecida a sua posição em relação à negritude, (...) “a tiger does not proclaim its tigretude”, o que deixa antever a sua aversão a movimentos e a posicionamentos retóricos afrocentristas.

Samuel Chiwale é um dos dirigentes mais carismáticos da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). Pertence, como o seu camarada de partido Alcides Sakala, também ele autor de um livro de memórias⁹, à geração de dirigentes da UNITA responsáveis pela transformação do seu movimento de libertação em partido político. A autobiografia veio, assim, colmatar a necessidade de transmitir às gerações futuras o que foi a vida da UNITA e dos seus dirigentes ao longo de quarenta anos, num processo em que o autor, ao recordar-se do passado, se revela a si mesmo. É também uma justificação, um esclarecimento sobre as razões que os moveram durante tantos anos e tanto sofrimento causaram a si próprios e à população em geral. “A minha vida foi inteiramente dedicada à luta”, diz no início do primeiro capítulo (p. 11).

⁷ Outro importante grupo étnico na Nigéria são os Hausa, maioritários no Norte do país.

⁸ Publicou ainda outros livros de memórias/autobiografias: *Aké: The Years of Childhood* (1981), *Isara: a Voyage around Essay* (1981/1990) and *Ibadan: The Penkelemes Years: a Memoir 1946-65* (.....)

⁹ *Memórias de um guerrilheiro. Os últimos anos de guerra em Angola*. Prefácio de Maria Antónia Palla, Lisboa: Dom Quixote 2006. Não se trata propriamente de uma autobiografia e também não é apenas um diário, conquanto se mantenha fiel ao registo diário, entre 1998 e 2002, da última fase da guerra civil, numa altura em que Jonas Savimbi e demais elementos da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) estavam a ser fustigados pelas tropas governamentais. É, nessa perspectiva, também um livro memorial. Se o livro de Sakala se refere ao período que vai de 1998 a 2002, a última fase da guerra civil, a autobiografia de Chiwale debruça-se sobretudo sobre a guerra colonial e sobre a guerra civil até aos Acordos de Bicesse, em 1991. Eles são, assim, complementares no que à reconstituição da história da UNITA se refere.

Sem deixar de abraçar a causa da UNITA e sem nunca pôr em causa a liderança de Jonas Savimbi, Chiwale consegue manter um certo distanciamento em relação a certos episódios de abuso de poder no seio da organização, tais como os julgamentos sumários e a cremação de pessoas vivas. A sua própria tia foi vítima de tal atrocidade, a que ele foi obrigado, num acto de violência atroz e gratuita, a assistir. “Fui forçado a assistir a tão dantesco espectáculo, vendo a minha tia aos estremeções, e só não sucumbi graças às minhas convicções políticas” (p. 271), diz.

Ele próprio, acusado a dada altura de traidor, só terá escapado a semelhante destino por interposição da mãe de Savimbi. De qualquer modo, a figura do líder, como acima referi, não é posta em causa, sem que nos dê indicações na sua narrativa se Savimbi estaria ou não ao corrente do *complot*, com os devidos pormenores, de tais atrocidades. As culpas são remetidas ora para a Brigada de Informações e Defesa (BRINDE) ora para dirigentes, ou melhor, para um dos dirigentes que (...)“vieram a trair a UNITA aliando-se ao MPLA” (p. 271). Ficamos sem saber quais seriam esses dirigentes, assim como também nada é dito quanto ao destino de uma outra figura do movimento, Vakulukuta, acusada igualmente de traição.

Atendendo ao teor das respectivas narrativas, é possível verificar algumas diferenças subtis no relacionamento que ambos mantinham com Jonas Savimbi, que por ambos era respeitado, se não mesmo idolatrado. Chiwale, que se refere a ele por “mais-velho”, parece ter estado afectivamente mais próximo do líder, mantendo para com ele uma relação de teor paternalista. O mesmo não diria em relação a Sakala, que refere Savimbi sempre por presidente, embora o tenha acompanhado praticamente até ao fim dos seus dias.

5. As autobiografias em apreço perpassam um conjunto de preocupações e denúncias de irregularidades e acontecimentos que preenchem o quotidiano africano dos nossos dias. Em questão estão políticas públicas erradas, má governação, opções de desenvolvimento desajustadas às realidades, elites corruptas e ineptas, nepotismos, desigualdade de géneros, descuidos e crimes ecológicos, limpezas étnicas e políticas, prisões políticas, guerras injustas, enfim, um rol de situações que, no seu conjunto, configuram a situação de crise que afecta grande parte do continente. A falência do Estado, enquanto entidade socialmente reguladora, é uma preocupação que está presente em todas as autobiografias. E não é para menos, pois esta, se não é a principal causa da situação vigente (que felizmente começa a não ser generalizável a toda a África subsaariana), é a mais visível.

Embora não se descure o alcance de interferências externas, que, nalguns casos, assume uma índole manifestamente neo-colonial, regista-se, em qualquer dos autores agendados, uma acentuada responsabilização dos dirigentes e elites africanas pelo descalabro das sociedades e economias dos seus países, o que, em si, é indicador de uma mudança de paradigma; a passagem do que se poderá designar por paradigma da dependência, alicerçado na tradição marxista, para o paradigma da

modernização, de inspiração weberiana¹⁰, que encontra uma das possíveis traduções no conceito de *self-made man*, um legado da experiência histórica americana. Poder-se-á, em consonância, deduzir que o olhar destes autores sobre os anos que se seguiram às independências dos seus países é deveras negativo, sendo que, por sua vez, pouca ou nenhuma responsabilidade pelo ocorrido lhes pode ser imputada. Enquanto sujeitos históricos, de uma forma ou doutra, cedo se viram arredados do destino e da governação dos seus países. Três deles são intelectuais, grupo social que por natureza se constitui como contra-poder¹¹, e um quarto, Samuel Chiwale, encetou pelas armas, enquanto guerrilheiro, a luta contra o poder instituído em Angola, com o qual obviamente não concordava. Retomando a breve teorização feita a propósito do significado social da escrita de uma autobiografia, cabe perguntar pelo sentido pedagógico implícito na escrita da mesma, que o mesmo será interrogarmo-nos sobre os caminhos apontados às novas gerações. Vimos que quem escreve uma autobiografia o faz, em geral, porque se sente um vencedor. Venceu o passado e delega às gerações seguintes um futuro pretensamente mais ordenado. Se atendermos ao repto lançado por Timothy Brennan (1989: 23), a divisão (...) between exile and nationalism (...) presents itself as one not only between individual and group, but between loser and winner, between a mood of rejection and a mood of celebration”, vemos que as autobiografias em apreço foram, afinal, escritas por “losers”, por perdedores. E Soyinka confessa este estado de espírito quando, em meados dos anos 90, se vê uma vez mais obrigado a deixar o país, fugindo da ditadura de Sani Abacha: “For one who had sworn to himself that no tyrant would ever again chase him beyond the bounds of his nation, it was a moment of bitter defeat” (p. 387).

Assim sendo, e a *título conclusivo*, apraz-me assinalar que as autobiografias analisadas, não cumprindo aquela que é tida como uma das principais funções associadas ao género ou subgénero em apreço, perdem a sua oportunidade histórica, a pertinência da sua escrita e da sua publicação. Não me parece que assim seja. E não o é, porque os que as escreveram não são forçosamente “perdedores”. A realidade que criticam é, na verdade, condenável e dos seus textos emergem comportamentos, posturas e princípios que a África do futuro não pode, de forma alguma, descurar. Se os seus autores alguma vez foram ou se sentiram como perdedores, a longo prazo serão vencedores para bem de todos os africanos e da humanidade em geral.

¹⁰ Cf., a este respeito, Venâncio 2000. Os intelectuais, políticos e críticos africanos acompanham, com esta viragem, a conjuntura política e ideológica dominante na sociedade internacional, cujas manifestações mais extremas são ou eram (atendendo às grandes transformações que a actual crise financeira e económica importará) as políticas neo-liberais.

¹¹ É conhecida, enquanto dado sociológico, a dissidência entre políticos e intelectuais da primeira geração de nacionalistas. Se num primeiro momento, aquando da luta, estiveram juntos, após as respectivas independências os interesses e as condutas de ambos os grupos divergiram, constituindo-se os intelectuais como contra-poder, como guardiães de uma ordem política e social democrática e humanista, que estava a ser subvertida pela governação, quase sempre de forma ditatorial, pelos políticos. De referir que o conceito de intelectual aqui trabalhado tem menos a ver com o conceito gramsciano de “intelectual orgânico” do que com ideia romântica de intelectual. Cf. Venâncio 2000: 85

Bibliografia

Autobiografias analisadas

- Chiwale, Samuel, 2008, *Cruzei-me com a história. Autobiografia*, Lisboa: Sextante Editora
- Godwin; Peter, 2008 [2006, When a Crocodile Eats the Sun – A Memoir], *Quando um crocodilo come o sol. Memórias do Zimbabué ou a Implosão de Uma Nação*, Lisboa: Bizâncio
- Maathai, Muta Wangari, 2007 [2006, Unbowed], *Indomável. Uma luta pela liberdade*, Lisboa: Bizâncio
- Soyinka, Wole, 2006, You must set forth at dawn – A Memoir, Nova Iorque: Random House Trade Paperbacks [Trad. Port., 2008, *É melhor partires de madrugada – Memórias*, Colares: Pedra da Lua]

Outras autobiografias e diários analisados ou referidos

- Sakala, Alcides, 2007 [2006], *Memórias de um guerrilheiro. Os últimos anos da guerra em Angola*, Lisboa: Dom Quixote
- Edwards, Paul (Ed.), 1967 [1789], *Equiano's Travels. His Autobiography. The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano or Gustavus Vassa the African*, Sussex: Heinemann
- Mandela, Nelson, 1995 [1994, Long Walk to Freedom. The Autobiography of Nelson Mandela], *Longo caminho para a liberdade. Autobiografia*, Porto: Campo das Letras
- Nkrumah, Kwame, 1962 [1957], *Un líder y un pueblo* [The Autobiography of Kwame Nkrumah], México: Fondo de Cultura Económica
- Rodrigues, Deolinda, 2003, *Diário de um exílio sem regresso*, Luanda: Editorial Nzila

Bibliografia secundária

- Brennan, Timothy, 1989, *Salman Rushdie & the Third World*, Londres: Macmillan
- Edwards, Paul (Ed.), 1967 [1789], "Introduction", in *Equiano's Travels. His Autobiography. The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano or Gustavus Vassa the African*, Sussex: Heinemann
- Lamb, Christina, 2009 [2006], *Casa de pedra. A história verídica de uma família dividida no Zimbabué devastado pela guerra*, Lisboa: Pedra da Lua
- Johnson, Paul, 2009 [1988], *Intelectuais*, Lisboa: Guerra & Paz
- Mazrui, Ali A., 1993, *The African Condition*, Cambridge: Cambridge University Press
- Stratton, Florence, 1994, *African Literature and the Politics of Gender*, Londres/Nova Iorque: Routledge
- Venâncio, José Carlos, 2000, *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África*, Lisboa: Vega

Estudantes finalistas e representações sobre o futuro

Emília Araújo

Joana Domingues

Sabina Ribeiro

Sílvia Martins

Ana Santos

1. Introdução

Nas sociedades contemporâneas a transição para a vida adulta permanece associada à conquista de autonomia financeira, a qual depende da entrada no mercado de trabalho (Abrantes e Guerreiro, 1998). Esta transição para a vida adulta é cada vez mais demorada, implicando a gestão permanente da incerteza em relação ao futuro por parte das instituições, governos e indivíduos. Assumido ainda como principal horizonte temporal, em relação ao qual se desencadeiam as acções quotidianas, o futuro surge cada vez mais representado como resultado da acção individual, embora sem um carácter sequencial ou linear, tal como caracterizava os percursos dos biográficos do capitalismo industrial (Boltanski e Chiapello, 2000).

Podemos adiantar, tal como afirmava Pais (cit. *in* Abrantes, 2007:25) que a inserção dos jovens na vida adulta tende hoje a deixar de implicar trajectórias lineares (da escola para o trabalho) e requerer trajectórias *yo – yo* envolvendo a gestão simultânea de situações (nomeadamente, a formação, trabalho, vida pessoal). Mas, porque as trajectórias estão inseridas num eixo temporal, torna-se importante questionar não só quais são as representações do futuro mas também o significado que estas podem ter à luz dos modelos de orientação temporal que caracterizam as sociedades actuais e os quais primam por essa incerteza e contingência (Lallement, 2003 ; Dubar, 2004; Demazière e Dubar, 2005; Brose, 2004).

O futuro constitui uma das dimensões centrais do tempo social (Adam, 1990; Bergmann, 1992; Sue, 1995; Araújo, 2005) e consta dos estudos da sociologia do trabalho, (Mercure, 1995;1996; Dubar, 2000 ; Thoemmes, 2000 ; Zarifian, 2001 ; Lallement, 2003) estilos de vida e estratificação social (Crompton e Lyonette, 2006), entendendo-se que as concepções dos indivíduos acerca do tempo futuro sinalizam a forma como conduzem o seu dia-a-dia e o investimento que fazem em diversas esferas do seu quotidiano, no presente.

No plano empírico, o futuro, enquanto representação social, tem sido estudado em diversos segmentos e planos (Coser e Coser, 1963), designadamente atendendo à sua extensão (duração), natureza da acção individual (grau em que o indivíduo acredita ser o futuro produto da sua acção) e carácter da acção colectiva (grau em que o indivíduo acredita ser o futuro produto da acção de outros) e grau de estruturação (quantidade e natureza das acções e eventos previstos). Observando estas categorias, tem

sido analisada a influência de algumas variáveis sociológicas centrais na formulação e no condicionamento do futuro: a idade (fase no ciclo de vida e tempo histórico), o género e a classe social de pertença. De forma sintética, tende a concluir-se que o futuro constitui uma categoria representacional na qual ancora um certo esquema de acções na idade adulta, fase em que os indivíduos se sentem responsáveis por destinos de outros e de si próprios, estando aptos a conceber as implicações da sua acção sobre o futuro e a antecipar, no presente, essas consequências com resultados sobre a sua acção. Numa sociedade em que o género continua a ser uma variável estruturante nos destinos sociais dos indivíduos, sustenta-se, ainda, que as mulheres raciocinam e agem maioritariamente sobre uma postura de tipo mais providente e contingente e antecipatório do que os homens (Leccardi e Rampazi, 1993).

Em termos de classe social, o futuro surge atribuído, sobretudo, aos grupos intermédios da hierarquia social — mais concretamente à pequena burguesia de enquadramento — caracterizada pela aspiração de ascensão social e pela tendência para o adiamento de recompensas (Le Shan, 1952). Mais recentemente, fruto das mudanças sociais em curso, muito em particular o esbatimento das diferenças simbólicas e materiais entre classes sociais, tem-se discutido que o cruzamento entre o género e a classe oferece uma hipótese ligeiramente distinta. Argumenta-se as mulheres, cujas pertenças sociais se localizam em níveis menos privilegiados da hierarquia social (estamos a referir-nos aos grupos de “empregados executantes”), revelam ter uma orientação para o futuro permeada pela capacidade de adiamento de recompensas, pelo menos nos casos em que seguem a formação de nível superior.

No que respeita ao ensino superior, e como trabalhado por diversos autores (Machado et al, 2003), acrescenta-se que as áreas científicas de formação acabam por ser não só fruto de um certo *habitus* de classe e resultantes das “preferências”, características e visões do mundo dos estudantes que nelas ingressam, como acabam (as áreas), nas suas culturas e modelos de funcionamento e padrões de identidade, por modelar e condicionar as representações de futuro dos indivíduos, intervindo sobre a sua acção quotidiana. Isto na medida em que geram representações sobre a validade da formação no mercado de trabalho, poder de intervenção sociopolítica, imagem social e crença na validade da construção e investimento curriculares que actuam na construção de um leque de possibilidades de vida.

O futuro pode, atendendo a estas variáveis, constituir um objecto de análise de vários grupos sociais mas é especialmente importante trabalhá-lo ao nível dos jovens, pois trata-se do “grupo” que torna mais visíveis as mudanças em ocorrência, numa certa sociedade, ao nível cultural e social. Entre elas, as que se prendem com os modos de perspectivação dos percursos profissionais e pessoais. Ainda a sociologia, em geral, e a sociologia do trabalho, em particular, têm proposto um modelo interpretativo da experiência social dos jovens alicerçado na abordagem do risco (Beck, 2001; Giddens, 1991). Toma-se aqui como pressuposto que as suas decisões, em contextos de acção incertos, são cada vez mais autónomas e contingenciais mas também mais individualizadas nas suas recompensas e consequências (Bauman,

2003). No centro desta interpretação assume-se que as instituições (a nível macro e meso), não chamam a si o papel regulador e disciplinador sobre a vida dos indivíduos. Daí o futuro individual acabar por ser concebido como resultado último das decisões e acções dos próprios indivíduos, tidos como sendo portadores da racionalidade necessária a avaliação do risco e sua experiência.

Tendo em conta estes pressupostos teóricos analisamos os principais traços das representações sobre o futuro dos jovens de três cursos da universidade do Minho, sustentando a ideia de que, apesar da individualização ser uma característica dos modelos de acção e percepção quotidianos, os jovens desejam a existência de um acção reguladora e normativa por parte das instituições, mais concretamente enunciada através dos seus diversos discursos acerca das trajectórias pessoais.

2. Método

Este trabalho tem um carácter exploratório, dado ter abrangido uma amostra diminuta de indivíduos de quatro cursos: Sociologia, Ciências da Comunicação, Gestão e Línguas e Literaturas estrangeiras. Escolheram-se estes cursos dado inscreverem-se, de forma genérica, nas ciências sociais, uma área assumida como área «problemática» em termos de inserção no mercado de trabalho¹ embora contendo em si diversas distinções. O último é especialmente feminizado, não favorecendo o estabelecimento por conta própria².

O estudo resultou da aplicação de questionários aos alunos finalistas e da realização de entrevistas a um grupo reduzido destes, tendo sido respeitadas todas as fases necessárias à aplicação de um inquérito deste tipo, nomeadamente a realização de um pré-teste. No total foram realizados 113 questionários, distribuídos pelos diversos cursos: sociologia, ciências da comunicação, línguas estrangeiras e gestão, tendo estes sido aplicados nas aulas, de forma presencial, no início do segundo semestre de 2008.

¹ Segundo o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), a procura de emprego por parte dos diplomados com habilitação superior até Junho de 2007 apresenta uma estrutura etária mais jovem que a observada para o total de desempregados. É na estrutura etária mais jovem que a habilitação superior predomina pelo que os desempregados se concentram maioritariamente no grupo etário dos 25 aos 34 anos (57% das situações). Ao invés, é no grupo etário de 55 e mais anos que se apresentam menos ocorrências (5%). É até aos 25 anos que a intensidade de procura de emprego por parte dos jovens diplomados se revela bastante acentuada e a partir dessa idade tende a diminuir. Em relação ao total de desempregados por género é notória a prevalência das mulheres com um maior número de desempregadas com habilitação superior. Contudo são também elas que possuem mais estudos comparativamente ao género masculino. As áreas de estudo que registam um maior número de desempregados por área são as Ciências Sociais e do Comportamento que abrange cursos como Antropologia, Ciência Política, Economia, Psicologia, Sociologia e Relações Internacionais.: A área de Humanidades que abrange cursos como Arqueologia, Filosofia, História e Línguas e Literaturas e a área de Serviços Sociais abrange cursos como Animação Sociocultural, Educação Social, Política Social e Serviço Social.

² O curso de Sociologia registava em 2007/2008 um total de 311 inscritos, sendo dois terços mulheres (205). O curso de comunicação social registava um total de 395 alunos, sendo 276 do sexo feminino. O curso de Línguas estrangeiras aplicadas inscrevia 100 alunos, sendo apenas ¼ do sexo masculino (24). A Gestão apresentava mais paridade: num total de 581, cerca de metade são do sexo feminino (299).

Os inquiridos são maioritariamente do sexo feminino (71,4%), tendo sido inquiridos 28 alunos em cada curso. Apenas foram inquiridos os alunos que estavam na aula, na altura da realização do questionário, facto que nos conduz a resultados ainda preliminares.

3. Projectos profissionais e familiares

A quase totalidade dos jovens inquiridos indica ter como preocupação principal terminar a licenciatura e obter emprego na sua área de formação, sendo notória a representação de que o trabalho é o meio principal de acesso ao consumo e de garantia de integração social (Nunes et al., 1997).

Assim, podemos sistematizar as preocupações enunciadas pelos inquiridos considerando as seguintes acções, todas associadas à actividade profissional: conseguir emprego; evoluir na carreira; ter estabilidade profissional; obter lugar no mercado de trabalho; gerir a «exploração» no mercado de trabalho.

A actividade profissional é uma prioridade nas suas vidas e o trabalho é entendido como muito importante. Por isso, a grande parte dos inquiridos garante que se empenha na procura de um emprego que satisfaça as suas necessidades. Todavia, só metade destes (os mesmos que indicam planear continuar a estudar no final da licenciatura) afirma que fará tudo o que estiver ao seu alcance para conseguir uma actividade profissional que corresponda à sua área de formação. A outra metade, que provavelmente conjugará a actividade profissional “de ocasião” com a formação, considera que o seu objectivo é conseguir um trabalho, independentemente de este estar ou não relacionado com a sua área de formação. Estes jovens configuram o perfil mais comum relativamente às estratégias de integração no mercado laboral, afirmando que «a pessoa tem que se adaptar a tudo», postura que está em consonância com a ideia desenvolvida por Brannen e Nilsen. Os autores alegam ser socialmente requerido aos indivíduos que possuam capitais em várias áreas e consigam reconfigurar disposições e projectos de acordo com as exigências do inconstante mercado de trabalho (Brannen e Nilsen, 2002).

Apesar da preparação no sentido do confronto com o inesperado e incerto fazer parte dos universos representacionais dos jovens inquiridos, estes asseguram ser muito importante para si e para as suas tomadas de decisão ter informação sobre a duração ideal da formação a levar a cabo. A este respeito, faz bastante diferença no grau de planeamento de futuro, assim como em relação ao grau de segurança percebido por parte dos jovens, a existência, ou não, de mestrados integrados. As entrevistas realizadas aos alunos indicam que o mestrado integrado funciona como uma mensagem formal normativa sugerindo ao jovem que «se deve» fazer esta opção, evitando a ambiguidade e a incerteza normalmente associadas à decisão de optar, ou não, pelo 2º ciclo. Nos três cursos de licenciatura assinalados o mestrado não é integrado e, portanto, a sua escolha oferece um grau elevado de incerteza. Todavia, cerca

de metade dos inquiridos diz estar a planear realizar o mestrado no ano a seguir à licenciatura, na mesma área e na mesma universidade.

Acções possíveis	%
Efectuar um mestrado na mesma área da licenciatura	38,8
Efectuar um mestrado numa área diferente da licenciatura	10,7
Realizar uma formação profissional	3,9
Procurar emprego	42,7
Nada, em especial	1,9
Outro	1,9
Total	100,0

Quadro 1: Principal acção dentro dos próximos três anos

Fonte: inquérito aos alunos

Pode discorrer-se a partir destes dados, e com base nas entrevistas realizadas, que o desejo de aprofundar os conhecimentos adquiridos na licenciatura ao longo do mestrado se escoram também na segurança propiciada pela licenciatura ao nível do conhecimento dos professores, do relacionamento com colegas e da familiaridade com a área de formação, incluindo teorias e metodologias.

Representações	%
Um projecto dispendioso mas válido profissionalmente	44,3
Um projecto demasiado dispendioso	3,8
Não responde	51,9
Total	100,0

Quadro 2: Representações do mestrado

Fonte: inquérito aos alunos

É certo que grande parte destes estudantes reside no distrito de Braga e o facto de considerarem o mestrado ainda dispendioso, indu-los escolher a Universidade do Minho para a realização do mestrado. No entanto, parece-nos que os motivos apresentados acima (conhecimento de professores, matérias e colegas) têm maior influência na decisão de realizar do mestrado. A efectuação do mestrado é justificada por acreditarem que este melhora as competências para posterior integração no mercado de trabalho, além de aperfeiçoar os conhecimentos, em geral. Esta representação sugere uma certa ruptura com a representação mais tradicional da formação pós-graduada segundo a qual este grau se destinava unicamente a percursos académicos.

Dado interessante relaciona-se com o curso. Os estudantes de sociologia inquiridos, como os de gestão, não perspectivam, na sua maioria, vir a realizar mestrado mas a encontrar um trabalho, embora possam retomar os estudos em paralelo com uma actividade profissional. Em sociologia, dos que afirmam pretender realizar o mestrado, a maioria afirma desejar fazê-lo noutra universidade. Os estudantes de línguas estrangeiras aplicadas indicam, na sua maioria, pretender realizar o mestrado e na mesma universidade, o mesmo acontecendo em ciências da comunicação. Nos dois casos valoriza-se este grau de ensino como uma forma de melhorar competências e ganhar pontos na empregabilidade.

As escolhas entre trabalhar e seguir um mestrado parecem também bifurcar-se em termos de género. Os rapazes têm tendência para indicar mais vezes terem como projecto seguir mestrado do que as raparigas. Estas almejam, em grande parte (54%), trabalhar no final da licenciatura, colocando a possibilidade de efectuar o mestrado em simultâneo.

Factores	%
A Deus pretence	7,3
Só depende de mim	31,8
Depende de mim mas também dos outros	60,9
Total	100,0

Quadro 3: Factores dos quais depende o futuro

Fonte: inquérito aos alunos

O futuro surge representado em cima de um fio enorme de incertezas e de ambiguidades, não só porque os próprios jovens assistem à derrocada de alguns sistemas organizativos, como se mostram incapazes de identificar quem (e quando) terá autoridade sobre os seus percursos profissionais e pessoais. Independentemente de ser visível a importância dos quadros temporais organizacionais e a sua capacidade de modelação e de encaminhamento de escolhas, observa-se um grau elevado de dependência face à família. Tal como se propõe em vários trabalhos (Branenn e Nilsen, 2002, Abrantes *et al*, 2007) a família constitui entre os jovens um valor e uma referência organizadora e inspiradora de projectos pessoais. Cerca de metade dos inquiridos assume que a família é um dos principais influenciadores dos seus destinos. Com base nas entrevistas podemos afirmar que a um certo grau de desconfiança e indiferença em relação ao que as instituições podem fazer pelos seus destinos se opõe a experiência fenomenológica em que se valorizam os círculos de relacionamento pessoal em que a família sobressai pelo papel de apoio moral e emocional. As estudantes tendem a evidenciar mais a importância do papel da família do que os inquiridos de sexo mascu-

lino, sendo aquela mais notória nos cursos de Gestão (cujas origens sociais se dispersam entre os profissionais técnicos e enquadramento e operários industriais) e Sociologia (origens sociais centradas nos trabalhadores independentes).

O meu futuro só de mim depende	42,9
O seu aconselhamento é fundamental	57,1
Total	100,0

Quadro 4: Importância da família no futuro

Fonte: inquérito aos alunos

A outra metade dos inquiridos, em especial de Ciências da Comunicação (com origens sociais centradas nos profissionais técnicos e de enquadramento) considera os destinos pessoais resultado da sua acção individual, esforço e trabalho. Apesar de não mencionarem a família como grandemente influente nos seus percursos, as entrevistas demonstram esta importância, sobretudo porque a família circunscreve o círculo de relacionamentos pessoais potencialmente valorizados na construção dos percursos profissionais.

De modo geral, a sorte não é um factor considerado preponderante nos percursos, comparativamente ao esforço e ao trabalho que aparecem mencionados em primeiro lugar. Tal traço não será de desapegar do facto da maioria dos inquiridos, dada a tipologia dos cursos em causa, ser do sexo feminino e proveniente de grupos com capital escolar e cultural moderado (profissionais técnicos e enquadramento e empregados executantes), favorecendo atitudes de adiamento de recompensa e de empenho nos estudos como forma de promoção social.

Grupo	%
Empresários, dirigentes, profissionais liberais	18,4
Profissionais técnicos e de enquadramento	21,3
Trabalhadores independentes	20,7
Trabalhadores independentes pluriactivos	1,1
Agricultores independentes	1,1
Empregados executantes	16,1
Operários industriais	12,6
Assalariados agrícolas	3,4
Assalariados executantes pluriactivos	5,7
Total	100,0

Quadro 5: Grupo social de pertença

Fonte: inquérito aos alunos

Para os jovens inquiridos há uma distância significativa entre o que serão os seus desejos para o futuro e a realidade que concebem como mais provável. No campo profissional, os jovens inquiridos dividem-se na partilha de dois perfis: por um lado, os que acreditam vir a ter emprego estável dentro de três anos, com bom horário de trabalho e salário (50%) e, por outro, os que não fazem ideia do que será a sua vida, apontando que o mais provável é estarem no desemprego (50%). É claro que a quase totalidade indica que gostaria de estar empregada, a trabalhar na área de formação e com estabilidade profissional.

Os anseios com a vida pessoal revelam crença vincada na sua concretização, registando-se dois perfis: os que perspectivam uma vida a “vida a dois”, e os que antecipam a ausência de compromissos familiares. É de notar que parece evidente uma representação dos projectos pessoais bastante ancorada na vida em comum, não necessariamente com projecção de filhos e dependente da situação profissional, pois os desejos efectivos conduzem-se nesse sentido.

O curso não aparece como sendo modelador destas aspirações e representações mas o género sobressai. São as mulheres que, apesar de evidenciarem um desejo de constituir família (um perfil bastante tradicional que poderá estar relacionado com a origem social) mais a denegam na “realidade” dos seus percursos ao considerarem que a actividade profissional (a estabilidade) estará em primeiro lugar. Em sequência, e em termos de rendimentos, os inquiridos indicam, na sua maioria, desejarem ganhar mais de 1000 euros por mês, todavia, a grande parte acredita que ganhará menos de 1000 euros, tal denotando uma construção do futuro baseada na avaliação que fazem da experiência do tempo presente. A vincar o regionalismo dos seus modos de vida, a grande parte gostaria de trabalhar no Norte de Portugal mas acredita que virá a trabalhar na região centro ou estrangeiro por necessidade e por causa da ausência de oportunidades em Portugal.

Neste trabalho, que abarca um grupo de cursos com várias características comuns, nomeadamente no que se refere aos percursos escolares anteriores à licenciatura, não encontramos uma relação significativa entre a origem social e a representação do futuro, em especial a respeito do grau de actividade individual. Nota-se, todavia, que a classe se reflecte, mais em particular, nas entrevistas, na percepção sobre as oportunidades abertas, ou não, pelas redes de relacionamento familiar. A família é apontada como sendo mais importante para os estudantes dos cursos de ciências da comunicação em que a origem social tende a estar localizada em níveis hierárquicos superiores (principalmente técnicos de enquadramento), comparativamente à Gestão e Sociologia (mais heterogénea mas com forte representação dos trabalhadores independentes e empregados executantes) e Gestão (sobretudo empregados executantes e operários). Apesar das representações tenderem para a ênfatização do receio, da insegurança e incerteza observa-se algum condicionamento de classe quanto ao grau de optimismo/pessimismo com o qual se carregam as expectativas em relação ao futuro. Foi pedido aos inquiridos que mencionassem uma palavra indicativa do sentimento que tinham em relação ao futuro. O optimismo, a esperança e a confiança são

mais frequentemente afirmados pelos inquiridos com origens sociais localizadas ao nível dos empresários e profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento, estes referindo em particular a confiança (o que segue em sequência da valorização da acção individual sobre os seus percursos). O receio, o medo, a incerteza e a insegurança aparecem mais vezes indicadas pelos estudantes com origens sociais localizadas ao nível dos trabalhadores independentes, empregados executantes e operários, todavia a esperança faz ainda parte das palavras citadas pelos estudantes com origens nos trabalhadores independentes.

Nota conclusiva

Podemos estudar o futuro a partir das disposições macro-globais, incluindo-o como dimensão cultural condicionadora da acção dos actores. O futuro é ainda estudável sob a perspectiva fenomenológica, representando espacialmente a projecção do indivíduo sobre o seu próprio devir (Mead, 1959; Schutz, 1962). Neste texto dedicamo-nos um pouco mais à sua problematização seguindo uma via de tipo mais estrutural. Afloramos que a classe, o género e a idade afectam as representações e as acções sobre o futuro. A respeito dos jovens hoje, entendidos como estando integrados numa subcultura, e tendo em conta os dados recolhidos junto de alunos de quatro cursos, sustentamos que a acção individual dos jovens está bastante condicionada pelas representações dos mesmos acerca do seu futuro, incluindo nestas as imagens sobre a actividade profissional e a vida familiar, sendo que a primeira se assume como a mais relevante. Nesta sequência verificamos que os jovens evidenciam uma visão do que será o seu futuro bastante “presentificada”, isto é, fixada na avaliação que fazem da situação que eles próprios e as suas famílias vivem no presente. Tal não só se explica pelo receio face às más perspectivas de encontrar uma actividade profissional mas também pela impressão que recolhem sobre o grau de encaminhamento por parte das instituições de formação, nomeadamente a respeito da «quantidade de tempo» implicada em cada percurso formativo.

Constata-se, com efeito, que a ausência de esquemas formais reguladores das opções (nomeadamente a inexistência de mestrados integrados) gera profundas ambiguidades nas decisões individuais e familiares acerca das opções a tomar pós-licenciatura. É certo que as sociedades modernas carregam a vida dos indivíduos de decisões “individuais” e de responsabilidades pessoais sobre os destinos sociais, transmitindo-lhe a experiência de um certo tipo de «sofrimento identitário» (Breton, 2007). Mas este trabalho, embora de carácter exploratório, evidencia a grande incerteza que pulveriza os universos representacionais dos jovens tanto a nível profissional como pessoal, permitindo sugerir um novo tipo de papel das instituições (Lallement, 2007), se não tão regulador pelo menos mais orientador das opções.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, Pedro e Guerreiro, Maria das Dores (2007) *Transições incertas, os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no trabalho e no Emprego.
- Adam, Barbara (1990) *Time and Social Theory*, Cambridge: Polity Press.
- Araújo, Emília (2005) “O conceito de Futuro” in Emília Araújo (org.) *Actas da conferência O futuro não pode começar*, Braga, Universidade do Minho, NES, pp. 7-48.
- Bauman, Zygmunt (2003) *The individualized society*, Cambridge: Polity Press.
- Beck, Ulrich (2001) *La Société du risque - Sur la voie d'une autre modernité*. Aubier.
- Boltanski, L. e Chiapello, E. (2000) *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris : Gallimard.
- Breton, David Le. (2007) ‘Sociologie et souffrances adolescentes’, *Configurações*, 3 (forthcoming).
- Brose, A. (2004) ‘An Introduction towards a culture of non-simultaneity?’ *Time & Society*, 13: 5 - 26.
- Coser, L. e Coser, R. (1963) ‘Time Perspective and Social Structure’ in: Hassard, J. (ed.) *The Sociology Study of Time*, The Macmillan Press, pp:191-202.
- Crompton, R. e Lyonette, C. (2006) ‘Work–life ‘balance’ in Europe’, *Acta Sociologica*, 49, 4 : 379-93.
- Dubar, Claude (2000) *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris : Presses Universitaires de France.
- Dubar, Claude (2002) ‘L’articulation des temporalités dans la construction des identités personnelles: questions de recherche et problèmes d’interprétation’, *Temporalités*, 44. In <http://www.sociologics.org/temporalistes>. Consulté 10 Décembre 2007.
- Dubar, Claude (2004) ‘Régimes de temporalités et mutation des temps sociaux’, *Temporalités*, 1 : 108-119.
- Giddens, Anthony (1991) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras : Celta.
- Lallement, Michel (2003) *Temps, travail et modes de vie*, Paris : PUF.
- Lallement, Michel (2007) ‘Le temps comme institution’ in Araújo, E. et Duarte, A. (eds) *Quando o tempo desaparece – tempo e simultaneidade*, Porto : Ecopy: pp. 48-81.
- Le Shan, L. L. (1952) ‘Time Orientation and Social Class’, *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 47: 589-92.
- Leccardi, Carmen e Rampanzi, Marita (1993) ‘Past and Future in Young Women’s Experience of Time’, *Time & Society*, 2: 353-80.
- Machado, F. L.; Costa, A. F. da; Mauritti R.; Martins, S. da C.; Casanova, J. L. & Almeida, J. F. de. (2003) ‘Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações’. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, Outubro 2003: 45-80.
- Mead, George H. (1959) *The Philosophy of the Present*, La Salle : Open Court.
- Mercure, Daniel (1995) *Les temporalités sociales*, Paris : L Harmattan Mirchandani.
- Mercure, Daniel (1996) ‘Perspectives d’avenir’, *Temporalistes*, 33: 10-11.
- Nunes, João; Alves, Natália; Pais, José M; Vasconcelos, Pedro; Fernandes, Ana A; Cabral, Manuel Villaverde; (1997) *Jovens Portugueses de Hoje*, Celta Editora: Oeiras.
- Pais, J. M. (2005) *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Lisboa: Âmbar.
- Sue, Roger (1995) *Temps et ordre social : sociologie des temps sociaux*, 2^a Ed. Paris : Presses Universitaires de France.
- Schutz, Alfred (1962) *Collected papers Vol. I. The problem of social reality*, The Hague: Martinus Nijhoff.
- Thoemmes, J. (2000) *Vers la fin du temps de travail*, Paris : Presses Universitaires de France.
- Zarifian, P. (2001) *Temps et Modernité. Le temps comme enjeu du monde moderne*, Paris :L’Harmattan.

Virtudes-desvirtudes na actualidade. Em busca de confiança nas sociedades ultramodernas

Maria Engrácia Leandro*

Armanda Lemos**

Daniela Freire Cardoso***

Maria Helena Santiago****

A nossa existência moderna — desde a economia, que tende cada vez mais a ser uma economia de crédito até às actividades científicas, em que a maioria dos investigadores deve aplicar imenso resultados obtidos por outros, que são absolutamente inverificáveis — assenta muito mais do que habitualmente se reconhece, sobre a honestidade dos outros.

G. Simmel

Mecanismos da (des)confiança

A. Petitat (1998), considerando que a confiança se aplica a uma enorme quantidade de situações heterogéneas, afirma que a mesma, à partida, é algo que sustenta o compromisso mais ou menos arriscado no jogo das permutas. Estando já presente nas sociedades elementares, é inerente à vida humana e social e manifesta-se em todas as suas facetas. Só os mitos nostálgicos falam do paraíso, cujo fim coincidiu com o da nossa inocência. J.-J. Rousseau (1971), na sua alegoria da “caça ao veado e à lebre”, já sublinhava a fragilidade das nossas convenções ao nível mais elementar.

Na prática, segundo A. Petitat (1998), pode dizer-se que há dois tipos de confiança: a “confiança-laço” e a “confiança-interpretação. No tocante à primeira, o laço e o conhecimento intuitivo do outro têm a primazia acima de qualquer outra consideração. Basta pensar na criança que põe a mão na dos pais ou que se lhe abraça ao pescoço. Lê-se nos seus olhos que acredita neles: tem confiança. Com o crescimento e a conquista da mentira, ela deve, necessariamente, conviver com uma outra consciência: a da incerteza, que se inicia muito precocemente, o que também acontece frequentemente com outras dimensões da vida.

Veja-se, por exemplo, o que se pode passar quando vem a ter lugar a (des)ilusão acerca do Pai Natal que traz as prendas no saco, do Menino Jesus que desce pela chaminé para colocar as prendas no sapatinho ou que os bebés vêm de qualquer lugar longínquo ou mítico. Frequentemente, pelo menos no primeiro embate, quando as

* Prof. de Sociologia da Universidade do Minho (e-mail: engracia@ics.uminho.pt)

** Socióloga, Técnica superior de Formação, (e-mail: litallemos@hotmail.pt)

*** Socióloga, Técnica Superior, (e-mail: danifreire@iol.pt)

**** Coordenadora do Serviço Social do Hospital de São Marcos, e-mail: helenasantiago@sapo.pt

crianças descobrem, por si mesmas ou em contacto com os outros, que tudo isso não passa de uma história mágica ou mais concretamente de uma farsa, podem vir a abalar a sua confiança nos pais ou noutros actores que intervêm na sua educação e convivialidade, como nos têm vindo a revelar muitos pais. Outro tanto se diga quando as crianças necessitam de ir ao médico ou de serem encaminhadas para os cuidados de outros profissionais de saúde, sobretudo quando têm que levar injeções, fazer análises ou ir ao dentista.

Apesar de toda a pedagogia utilizada que há para lidar com estas situações, se as crianças se sentem enganadas pelos pais que, antes, não foram sinceros com elas ou não as prepararam para o efeito, em situações posteriores estes agentes podem aparecer aos seus olhos como o papão aqueles que lhes provocaram sofrimento ou que as desiludiram, ainda que seja com objectivos terapêuticos que a criança nem sempre compreende o seu alcance. Todavia como afirma N. Fabre e muitos outros psicanalistas, a criança tem necessidade de histórias e de ter elementos que lhe permitam sonhar e desenvolver a sua capacidade imaginativa. Isso não impede que seja feito de maneira a que possa viver com confiança e segurança.

Daí o desenvolvimento de uma confiança interpretativa e estratégica que se torne mais aguda com as suas capacidades metarepresentativas e se combine com a confiança ingénuo, de modo evolutivo. Este tipo de confiança inocente, considerada por alguns de ingenuidade, persiste na idade adulta e, muitas vezes e em certas condições, pode ser objecto de uma valorização admirativa algo colorida, talvez de uma certa nostalgia do abandono ao outro de “olhos fechados” ou de “alma e coração”. Os períodos amorosos são propícios a este tipo de confiança. Pensemos, tão só nos aniversários efemérides, seja de que ordem for. Um caso paradigmático prende-se com a festa de S. Valentino, celebrada a 14 de Fevereiro, e que só muito recentemente foi introduzida entre nós, graças às estratégias da sociedade de consumo. Como afirma A. Petitat (1998), nesse dia, muitas pessoas, independentemente do estado civil, deixam extravasar manifestações e expressões amorosas, em actos e palavras, diante do ser amado. Estas mensagens expressam, de algum modo uma “confiança infantil”. Neste estado de “ligeireza”, dos mais agradáveis que a cultura portuguesa tem vindo a adoptar, todo o cálculo será iconoclasta, contrário à fusão e ao amor e, designadamente o amor de cariz romântico. Claro que os amorosos e apaixonados não se amam como crianças, mas, em certas circunstâncias, agem como se elas se assemelhassem. Quantas vezes se actua, apenas, em função da emoção ou da pressão social, da aparência e dos costumes que se vão incorporando (E. Durkheim, 1978 [1893]; P. Bourdieu, 1970).

Ao invés da “confiança-laço”, a mais elementar ao nível da mobilização dos recursos cognitivos, encontramos uma confiança que faz apelo a todas as faculdades interpretativas e a todas as informações que possa recolher. Menos inocente e menos íntegra do que este tipo de confiança, a confiança interpretativa mantém a abertura às permutas e informações possíveis, com uma apreciação mais ou menos precisa dos riscos associados às situações e às pessoas. Este tipo de confiança é semelhante a uma

aposta não exempta de cálculo, a uma atitude, à partida, possivelmente limitada por uma série de permutas que alargam ou encurtam a margem de confiança, segundo o desenvolvimento das relações e dos acontecimentos posteriores (A. Petitat, 1998).

A confiança, como o refere N. Luhman (1979), implica uma espécie de salto para lá da incerteza. Integra, assim, uma racionalidade limitada. Simultaneamente, inclui um sentimento de segurança, tanto maior quanto o pulo é limitado e tanto menor quanto o risco é importante. Além disso, aumenta ou diminui com o capital de experiência que se vai adquirindo a seu respeito, consoante os comportamentos daqueles em que depositamos confiança: se se vão revelando fiéis, a confiança tem todas as probabilidades de vir a aumentar e de se transformar numa atitude solidificada e, ao invés, se acontece o oposto.

Parafraçando G. Simmel (1996), podemos dizer que a confiança que uma pessoa deposita na outra é um valor moral muito elevado e fundamental para as relações familiares e sociais. Logo, implica não decepcionar aquele que confia em nós. Este valor é tanto maior quanto é livre e merecido. Deste modo, logo que alguém confia em nós, somos quase envolvidos por uma apreciação antecipada a nosso respeito. Não ser digno desta confiança exprime, praticamente, uma má índole, pois fomos capazes de decepcionar aquele que confiou em nós e se o fez é porque no mínimo esperaria que o não decepcionássemos ou traíssemos. Porém, a realidade das relações está repleta de decepções e traições desta natureza.

Mas situações há em que a própria natureza da confiança pode criar dilemas, rupturas e até dissonâncias cognitivas, sobretudo quando implica a conciliação de valores divergentes, como acontece frequentemente na actualidade. Por exemplo, alguém que se encontra numa condição em que tem de decidir entre valores como a honestidade ou defender tão só os interesses dos amigos ou simplesmente os seus ou os do seu grupo, dando ares de nepotismo, como acontece frequentemente em vários factores da vida social pode viver uma situação algo complexa. A decisão pode afigurar-se difícil em função dos princípios de quem se encontra em semelhante situação. Claro que o imaginário social, em teoria, coloca a honestidade acima de tudo, embora na prática, mesmo se critica, seja frequentemente conformista, argumentando de que “agora é assim”, que não há em quem confiar, ou que as pessoas honram cada vez menos a “palavra” e os valores mais altruístas que vão muito além do material mais imediato.

Mais ainda. Acontece, muitas vezes, que quando as pessoas optam por uma conduta de vida em que põem acima de tudo a sua verticalidade e honestidade levadas até às últimas consequências, podem vir a não ser compreendidos, mesmo pelos seus próximos só porque os seus interesses mais imediatos não foram tidos em conta. Daí como que alguma espécie de “decepção” porque o amigo deu primazia a outros valores que não simplesmente a amizade. E isto apesar de toda a gente reclamar ou pôr em causa a justiça social, mas talvez mais quando não lhe toca a si ou aos seus, esquecendo que numa sociedade de mercado, a confiança sendo gratuita, nunca poderá ser solicitada, dado que foi concedida.

Trata-se, então, de uma relação de natureza assimétrica num contexto relacional profundamente marcado pela assimetria das relações, em função dos estatutos sociais, dos conhecimentos, das expectativas, do capital social ... No essencial, como afirma A. Petitat (1998), a confiança integra três elementos fundamentais: a crença nas pessoas e nas normas, a legitimação fundamentada nas regras do jogo e a memória que faz apelo à reactualização do laço e à fidelidade relativa aos compromissos assumidos anteriormente.

Não obstante, contrariamente à “confiança-laço”, a “confiança-interpretação” alimenta a consciência do risco. Toma-se uma atitude que implica ter os olhos bem abertos, integrando também todas as informações possíveis sobre a(s) pessoa(s) e os contextos envolvidos. Segundo G. Simmel (1991,7), “Todas as relações entre os homens se baseiam naquilo que eles sabem uns dos outros”, ainda que actualmente se firmem contratos olhando nos olhos e apertando a mão. Mas em situações desta natureza a confiança não está menos subjacente, ainda que venha depois a degenerar em desconfiança como as trajectórias de vida nos ensinam e com frequência em relação àqueles em que muito confiávamos e até demos muito. Como diz o aforismo “Há mais ingratos que sapatos” e como já muito bem o advertia Nietzsche, são frequentemente aqueles a quem fizemos muito bem que se tornam nos nossos piores inimigos. Em contrapartida, quanta confiança, alegria, gratidão, generosidade, saber que se pode partilhar com muitas outras pessoas que se cruzam no nossa trajectória de vida e com quem fomos fazendo caminhada, quaisquer que sejam os cruzamentos das suas bifurcações. Entre estes, os que surgem das interconexões entre professores e alunos, assistentes sociais e os que procuram várias formas de centelhas de esperança, doentes e médicos ou outros cuidadores de saúde, inclusive familiares, amigos e vizinhos doentes, entre o empregado e o patrão, revelando aquele todo o seu esforço e dedicação nas suas actividades profissionais diante do seu superior, advindo daí uma relação de confiança, alicerçando, assim, o sucesso e reconhecimento profissional, assumem para nós uma dimensão importante.

Frise-se, ainda, que na prática, com a segmentação das relações sociais, se denota, simultaneamente, uma segmentação dos níveis e dos actores em quem confiamos. Normalmente, há uma dissociação entre as várias facetas da confiança de acordo com a nossa personalidade e as nossas experiências quotidianas (F. Dubet, 1994). Logo, posso fazer confiança nesta ou naquela pessoa, no quadro da vida profissional sem, no entanto, ir ao ponto de lhe confiar todos os elementos da minha existência inerentes a outros quadros sociais. O mesmo se diga da confiança entre profissionais de saúde e os utentes, designadamente os médicos. Interessa, contudo, frisar que cada vez mais os médicos, na informação que tem em conta a saúde e a doença dos pacientes, se interessem também em saber algo sobre os seus modos de vida, factores decisivos, logo que se trata da saúde e da doença (H. Machado, 2003).

Com efeito, há elementos que se confiam a esta ou àquela pessoa, que neste ou naquele aspecto tem mais afinidades comigo e vice-versa. Os princípios segundo os quais a confiança é abonável e o grau dessa confiança pode variar, mediante o tipo

de associação que fazemos entre tal ou tal pessoa e a experiência acerca dos seus comportamentos, mostrando-se ou não digna da nossa confiança, são fundamentais neste tipo de relação. Por outro lado, a forma de confiança vai depender da dimensão do grupo ou dos órgãos especializados no tratamento de problemas particulares.

Compreende-se, de resto, que neste quadro, duas noções estejam associadas à de confiança: a incerteza e o risco. Ademais, não há confiança sem incerteza, sabendo que a incerteza do espaço “natural” (o contexto social ou a ciência, ou a consulta médica ou...) se cruzam com a incerteza interpretativa de cada um dos actores em presença. Todavia, a incerteza não se poderá conceber, tão só, como um resíduo negativo. É também o que nos permite manter e desenvolver zonas de autonomia. Para G. Simmel (1996), na medida em que a confiança é uma hipótese sobre a conduta futura, bastante segura para que se fundamente nela uma acção prática, a confiança é também um estado intermédio entre o saber e o não saber. Por sua vez, A. Petitat (1998, 205) define-a “... como ‘um estado de abertura afectiva e cognitiva ao jogo das permutas’, jogo que integra sempre uma parte de incerteza, mesmo nas situações relativamente simples, estáveis e cooperativas”. Nesta perspectiva, a confiança associa as incertezas e os riscos, sabendo que não há confiança sem risco. Daí a necessidade de precaução em matéria de confiança, ainda que a vida social não se possa desenvolver sem confiança em si mesmo e nos outros. De outro modo, nunca sairíamos da cama, de casa ou de outro espaço que se julga imensamente protegido. E, contudo, nós vivemos, movimentamos e relacionamos-nos uns com os outros nas várias facetas da vida, tanto na vida quotidiana, como em acontecimentos mais pontuais.

Fazendo apelo às noções de “confiança-laço” e à “confiança-interpretação” de que se fala mais acima, na esteira de A. Petitat, o que podemos dizer é que, na prática, estes dois tipos de confiança podem combinar-se. No que se refere à confiança depositada entre os membros da família e no médico ou noutro profissional de saúde pode ter lugar esta articulação, ou então, predominar mais um tipo de confiança do que o outro. Normalmente, começa-se por actuar através da confiança-laço, isto é, quando surge uma questão de mal-estar ou de doença, na maioria das situações é a um membro da família próxima que nos dirigimos, quase sempre a mãe ou a esposa ou o marido para os cônjuges (M. E. Leandro, V. Rodrigues, A. Sofia, 2006). Só depois acabamos por consultar o médico que merece a nossa confiança ou outro que o mesmo nos aconselhar, em caso de necessidade.

De qualquer modo, nesta forma de confiança, o laço e o conhecimento intuitivo que se tem do outro impõem-se, acima de toda a reflexão e consideração. Desta maneira, a relação é capaz de ir tão longe quanto ela é capaz de coabitar com a confiança, ou ainda mais com a possibilidade que se atribui ao outro de mentir ou de enganar, numa lógica do ser e do parecer. Uma das ideias bastantes fecundas de E. Goffman (1973), ainda que não a formule tão claramente, consiste na capacidade dos indivíduos poderem estabelecer uma relação dupla entre o ser e o parecer e um espaço de jogo interaccional que exclui, simultaneamente, a autenticidade e a falsidade. Assim, para merecer a confiança de alguém, não se podem apreciar, ao mesmo

tempo, a flexibilidade e as flutuações neste espaço de manobra, analisando os casos de ruptura e de definição, os seus porquês e os seus efeitos.

Todavia, E. Goffman não introduziu na sua investigação esta última via. Está, antes, mais preocupado pelo “rame rame” do dia a dia ritualizado pelo “modus vivendi”, através do seu estudo da regulação interpessoal, que exige inter-conhecimento, através das rupturas e das ameaças de ruptura. Nesta perspectiva o maior risco do actor é ser apanhado em pleno flagrante, delito da sua representação ou da dos outros a seu respeito, considerada inadequada e fraudulenta. Quem pratica actos desta natureza corre o risco da vergonha, suscitando a rejeição e as desconfianças do público. Porém pode acontecer como diz o aforismo: “Quem sempre mente, vergonha não sente”. Mesmo assim sujeita-se a viver uma experiência traumatizante que o incitará, ele mesmo, a ser testemunha da sua incapacidade de criar confiança, quiçá da sua desgraça e a tornar-se, deste modo, mais prudente, evitando, designadamente as distâncias muito arriscadas que decorrem do ser e do parecer (A. Petitat, 1998). “A ideia essencial, aqui, de um ponto de vista sociológico, é simplesmente dizer que as impressões dadas nas representações quotidianas ficam expostas a rupturas” (E. Goffman, 1973, 67). Esta tensão reguladora, baliza o espaço da oferta que se cria entre o ser e o parecer.

Cabe lembrar, aqui, que a dinâmica das representações, símbolos e a crença no outro, em termos de (des)confiança e de (des)ilusão, denuncia as suas próprias incoerências recíprocas, as contradições entre o dizer e o fazer, as intenções e a realidade, prestando-se a intenções camufladas, a cálculos egoístas ou mal intencionados. Por vezes até, há pessoas que enveredam por um jogo que se traduz pela estratégia do outro não ver o que ele vê, podendo estragar o jogo. Porém, na vida quotidiana, em muitas situações, os protagonistas deixam transparecer, sem o dizerem explicitamente, que eles jogam o jogo e sabem que os outros o conhecem. Dizê-lo, formalmente, equivale a dizer que conhecem o jogo, a menos que se encontrem num registo lúdico. Por exemplo, quando as crianças, jogando, procuram imitar as relações intra-familiares, em termos de papéis, é muito frequente uma criança interromper a outra para lhe sugerir faz ou diz isto ou aquilo, consoante se faz de pai, de mãe, de filho, de professor, de médico.... Outro tanto acontece quando imitam o que viram num filme de *cow-boys* ou do que viveram e observaram na consulta com o pediatra ou outro médico.

À luz desta perspectiva, pode dizer-se que a fascinação do jogo do parecer e do ser é tão antiga quanto a organização das sociedades. Machiavel aconselha ao príncipe a situar-se fora do comum, em posição de reversibilidade total, capaz de violar, se for preciso, as convenções e regras mais sagradas. Um comportamento desta natureza assenta essencialmente na ambição desmedida e na vontade de afirmação pessoal, sem qualquer preocupação ética e social. Mas há outros que se orientam por uma linha de conduta de características inversas. Mas estes correm o risco de se colocar, frequentemente, na fronteira dos nossos espaços relacionais e da vida social em geral. É que na realidade, a normatividade convencional nem sempre é (in)contornável.

A. Dante (1996) colocou os trastes no último círculo do inferno. Os judas manifestam a mais insuportável das reversibilidades. Lembram-nos que o repouso feliz e absoluto na confiança comunica e convive com o seu oposto de maneira tão destabilizante quanto inesperada. A traição tem suscitado vários termos, cuja delação é também vender, dar, entregar, enganar, abandonar, ser infiel, ser pérfido...

Por sua vez, J.-J. Rousseau (1971), no seu trabalho *Discours sur les origines et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, propõe-nos o exemplo da abordagem genética, em que o homem é naturalmente bom. Foi com o desenvolvimento das desigualdades sociais e dos respectivos processos de socialização, que se forjou a concorrência dos desejos das ambições desmedidas e, com elas, um deplorável estado de mentira e de hipocrisia. Estas asserções são de uma actualidade extrema. Basta observar como as mesmas estão extremamente presentes e são tão ferozes a todos os níveis das relações individuais, familiares, escolares, profissionais, políticas e sociais. A todos estes patamares, constata-se, frequentemente, que, mais do que se poderia esperar, não se olha aos meios para atingir os seus fins. Pouca importa se o(s) outro(s) saem lesados ou não, ainda que muito injustamente. O importante é que EU ou os do MEU grupo, os que são dos meus possam alcançar os seus objectivos, sejam de que índole forem, não se importando espezinhar, amarfanhar, quiçá, destruir o outro, por vezes até os que são próximos e de quem recebemos muito.

Ao longo da vida, como afirma L.-V. Thomas (1989), uma longa carreira não conhece apenas triunfos. Engloba, também, erros práticos e abusos com consequências que podem ser mais ou menos funestas. É ainda atravessada por insucessos, erros, decepções, desilusões e até traições. Um que nós ajudámos, por vezes mesmo a sair da fossa, pode mesmo deixar de nos falar porque não conseguiu o sucesso que tinha almejado. Um tal outro que ajudámos a promover que nos esquece e nos ignora, pensando que só o seu valor pesou para o efeito ou ainda é capaz de nos odiar ou difamar.

Actualmente, na vida, o reconhecimento acerca de nós mesmos e dos actos que praticamos em relação àqueles que nos deram a mão são muitas vezes ignorados, ou seja, a gratidão e a sinceridade que devemos aos outros, são valores cada vez mais esquecidos e ignorados. No entanto, entendemos que o sentido de gratidão não significa, de modo algum sujeição ou ficar-se prisioneiro de outrem, mas antes civismo, delicadeza de sentimentos, nobreza de carácter e capacidade de reconhecimento do que recebemos e do que damos, ainda que de maneira diferenciada. Não se trata apenas do “dom e do contra dom”, como nos fala M. Mauss (1978), mas antes de uma nobre atitude que, não sendo exigida por quem dá, envolve a vida social e enaltece quem a pratica. De contrário, podem correr-se vários riscos que podem afectar as relações e a confiança sociais.

Pense-se, por exemplo, numa família onde nada faz prever qualquer ruptura. Todavia, a um dado momento, um dos cônjuges impõe o divórcio ou a separação ao outro, que é assim apanhado de surpresa. Constata-se, deste modo, que este pode entrar em período de grande sofrimento, podendo até correr riscos para a sua saúde,

sem que o que propõe ou impõe esta decisão se preocupe com a situação daquele(a) que se encontrava desprevenido a este propósito. Como se foi instalando e triunfando o “desamor” (A. Torres, 1996), procuram-se novas oportunidades para encontrar novos amores apaixonados, quer daí advenham consequências para aqueles com quem se partilhou um determinado tempo e espaço de vida, quer não. Daí que a confiança inabalável, mesmo no interior da família, de resto desde tempos de antanho, esteja cada vez mais envolvida pelas incertezas devido aos imponderáveis da vida sentimental, como o acentua N. Luhman (1990). A este respeito, a realidade também nos vai ensinando que o capital de experiência é muito significativo.

A confiança enquanto fenómeno social

Todo o esforço reflexivo sobre a confiança e a sua complexidade nas sociedades da ultramodernidade, acaba por nos levar a uma reapreciação desta própria situação. Na esteira de G. Simmel (1996), podemos dizer que o homem primitivo, vivendo num círculo restrito, satisfaz as suas necessidades graças à sua produção pessoal e familiar ou à cooperação com os seus semelhantes de proximidade. Assim, limitava o seu interesse intelectual à sua própria experiência ou à sua tradição, escolhia e controlava os meios da sua existência mais fácil e perfeitamente do que os que pertencem a uma civilização mais desenvolvida. Os inúmeros erros e superstições que comporta a vida do homem primitivo podem prejudicá-lo, mas muito menos do que fariam em outras épocas os mais desenvolvidos, porque a prática da sua vida é essencialmente orientada para um pequeno número de factos e de relações, cuja restrição do seu ângulo de visão lhe permite, imediatamente, ter uma visão justa.

Em contrapartida, nas culturas e sociedades mais avançadas, a vida assenta em muitas condições preliminares que o indivíduo não pode de modo algum estudar nem perscrutar nos seus fundamentos, mas que terá de aceitar com confiança. A nossa existência moderna — desde a economia que tende a ser cada vez mais uma economia de crédito, até às actividades científicas, em que a maioria dos investigadores terá que aplicar uma enorme quantidade de resultados obtidos por outros, que são absolutamente inverificáveis — requer, muito mais que habitualmente se reconhece, a crença na honestidade dos outros. As nossas decisões mais importantes fundamentam-se num vasto complexo de representações que supõem a esperança de não vir a ser enganado.

É até devido a estas atitudes que na vida moderna a mentira acarreta muito mais prejuízos, porque exactamente mina os fundamentos da nossa existência social, o que tinha muito menos amplitude no passado anterior¹ a uma vida social mais ampla e mais complexa, porque exactamente tecida de muitos enredos, mesmo tramóias, nem sempre fáceis de compreender. Além disso vivemos, de há uns tempos a

¹De qualquer modo desde tempos de antanho que a mentira é considerada pecado, tanto pelo Deus da Bíblia, como pelos deuses gregos e os povos insulares dos mares do Sul.

esta parte, em sociedades muito mais anónimas, solitárias (D. Reisman, 1964) e indiferentes, o que supõe ainda graus de maior (des)confiança. No que à desconfiança diz respeito, esta aumenta ainda mais à medida que as pessoas vão tendo razões para o efeito, havendo assim a probabilidade de vir a aumentar a cultura da desconfiança em que cada um tem medo de ser enganado pelo outro. Uma tal situação mina os alicerces da vida social que supõe exactamente a confiança colectiva. De contrário, há o perigo de ver no outro, se não um possível inimigo, pelo menos alguém que está à espreita da ocasião para abusar da nossa confiança, ludibriando-nos só para atingir os seus objectivos sejam de que índole for.

Haverá ainda lugar para dizer que na nossa relação com terceiros, quando são mais afastados, sobretudo dos nossos valores e da nossa relação mais ou menos próxima, quiçá quotidiana, ainda somos mais capazes de aceitar a sua falta de sinceridade e de honestidade. Ao invés, quando nos mentem as pessoas que nos são próximas ou que gozam de boa reputação, até pelas responsabilidades sociais que exercem, a vida, em muitas situações, parece tornar-se insuportável. Mais ainda, como o acentua G.Simmel, quando a mentira consegue impor-se, ou seja, não chega a ser descoberta, pode tratar-se de um meio de uma presumível superioridade intelectual, visando dirigir-se e oprimir os menos perniciosos, ou mesmo ingénuos, confiando que os outros agem e têm sentimentos similares aos seus. À partida, é o domínio brutal do “mais forte”, ainda que seja nas artimanhas, mas que pode acabar por trazer consequências funestas. A actualidade está repleta de situações desta natureza mais designadas de vários tipos de corrupção que tantos desaires trazem para a humanidade e por vezes até para quem a pratica e se serve da mentira para ludibriar o outro, visando assim atingir os seus objectivos. A sabedoria popular alerta, através de vários aforismos, para estas situações ao proclamar: “A mentira tem pernas curtas”; “Apanha-se mais depressa um mentiroso do que um coxo”; “Não te fies em quem uma vez te enganou”; “Quem sempre mente, vergonha não sente”; “Uma mentira descobre outra”.

Ao contrário, “Nada suplanta uma consciência tranquila”. Normalmente a nível das relações, seja de que ordem for, as que se fundamentam na sinceridade e honestidade são as mais adequadas e as que conseguem criar um capital de confiança inestimável, o que parece andar frequentemente arredado dos comportamentos de muita gente nos dias que correm e que muito contribui para corroer os vários ambientes onde os indivíduos, e muito menos as pessoas (P. Ladrière, 2001), constroem os seus espaços de vida. Não obstante, as formas de organização mais ou menos estáveis, para que procuram tender as sociedades enquanto tal, também implicam sempre alguma perturbação, instabilidade, forças irregulares, individualismo, para que sejam permanentemente dinâmicas como o evidenciou G. Simmel (1908) et G. Balandier (1971). Mas é também o primeiro que afirma que se se podem atingir estes objectivos sem muitos efeitos secundários indesejáveis, que se tem tanto menos necessidade da mentira e mais consciência da sua imoralidade. Daí que as relações fundamentadas sobre a sinceridade são sempre as mais necessárias e adequadas à

solidez da confiança. Além disso, aqueles a quem se mente, isto é, os que sofrem o prejuízo da mentira, estarão sempre em maioria em relação ao mentiroso. É por isso que a “informação” que tende a eliminar as contra-verdades presentes na vida social tem totalmente um carácter democrático. Nisto consiste “O domínio dos factos humanos propriamente ditos assentes em redes de relações humanas de confiança, existentes em todo o lado onde os homens vivem em conjunto” (H. Arendt, 1983, 241).

Ademais, a vida é um processo que em tudo e em todo o lado esgota a sua duração, a usa e a faz desaparecer. Este último ponto adquire tanto mais significado quanto sabemos que todo o ser humano nasce num mundo que o precedeu e morre num mundo que lhe sobrevive. Este aspecto adquire tanto mais importância quanto se tem consciência da finitude de todos os seres vivos e de todos os objectos (L.-V. Thomas, 1975), o que faz com que vivamos num mundo e em sociedades que, não tendo movimentos constantes, nem por isso deixam de forjar valores que ultrapassam as trajectórias de vida pessoais, as genealogias e as próprias fronteiras geográficas e sociais. Ora, a confiança e com ela a segurança e a certeza, não são as menos importantes a este respeito.

Confiança nos contextos de trabalho

Garantir a plausibilidade desta interpretação implica que nos detenhamos ainda sobre os espaços de vida evocados, designadamente no atinente aos ambientes de trabalho de que tanta gente se queixa. Numa época em que tanto se valoriza o emprego, até para lá da reforma, não apenas como meio de subsistência mas também como espaço de auto-realização e de conviviabilidade social, se procura vir a usufruir de uma reforma que permita viver uma fase da vida pós-laboral com qualidade e dignidade, não deixa de ser significativo o crescimento das reformas antecipadas e simultaneamente o aumento das depressões. Decerto que associado a este fenómeno, existe também o falhanço do que podemos considerar por excelência as forças quotidianas de socialização: o entendimento, a compreensão, a honestidade, a harmonia, a acção comum entre as pessoas. Mas não. Tudo indica que nas lógicas carreiristas e concorrenciais como aquelas com que frequentemente nos deparamos, a solidariedade dos estatutos profissionais tende a ser a “concorrência entre iguais”, sem a mínima preocupação com os critérios que aí podem levar. O que importa é que EU triunfe sobre o outro mesmo que não reúna todos os requisitos para o efeito. Em vez dos membros de uma categoria se unirem em torno de objectivos comuns que beneficiem o conjunto do grupo, cada um quer enaltecer a sua diferença, por vezes até fazendo uma auto-avaliação sem limites e sem os devidos fundamentos que permitem manter ou melhorar a sua própria condição.

Mas o que por vezes é mais extraordinário, é cada um considerar-se superior ao outro, apenas porque quer promover-se custe o que custar, ainda que apenas baseado em auto-critérios de avaliação, frequentemente pouco conformes às regras que inte-

gram os regulamentos para este ou aquele estatuto, ou nem sempre isentos de algumas ou mesmo muitas doses de megalomania, tão difundida na actualidade. Nos nossos dias, em que tanto se faz apelo à qualidade, esta não passa apenas pelos imperativos da concorrência, da produção económica ou de qualquer outro tipo de rentabilidade material ou mesmo intelectual, mas também pelas relações que se tecem entre os profissionais, o que será muito favorável ao clima de confiança entre colegas de trabalho, entre estes e respectivos patrões e estes e fornecedores. De outro modo, pode correr-se o perigo de fazer emergir ressentimentos, má vontade, desconfianças acentuadas cujas razões até podem não ser razoáveis e que muito contribuem para minar as relações inter-pares.

Por outro lado, parece vivermos cada vez mais, em Portugal, e talvez cada um pense ou fale do contexto que lhe é mais próximo, na instalação numa certa cultura da desconfiança, tendo sobretudo presente a falta de honestidade e lealdade que teimam em aumentar e intensificar-se em vários patamares da vida económica, profissional, social e relacional. Basta estar atento às notícias que circulam todos os dias nos “mass média” ou à realidade que nos circunda. Actualmente, aponta-se como principal da crise em que vivemos a falta de confiança nos sistemas financeiros e aí por diante.

Este fenómeno tem atingido tais proporções que acontece frequentemente, que mesmo que aqueles que se pautam por valores estruturantes e dignos de confiança como os que acabamos de referir, nem por isso deixam de ser menos objecto de desconfiança dos outros que, muitas vezes, têm mais dificuldades em pautar a sua conduta pelos mesmos. E como diz o aforismo “Um bom julgador por si se julga”. Até parece que não há ainda quem consiga fazer a distinção, como muitos actores sociais o têm vindo a demonstrar, custe o que custar. Tais situações tendem a acontecer tanto mais quanto as pessoas se confrontam com a não realização das suas aspirações demasiado elevadas, até, talvez, devido a uma certa falta de realismo e a auto-imagens altamente auto-valorizadas, comparativamente com o que a realidade indica. Como diz J.-M. Berthelot (1996), um pouco à maneira como nos é difícil decifrar um fenómeno natural, nós somos um enigma para nós mesmos. O outro e sobretudo quando não se ajusta às expectativas que temos acerca dele ou até à realização de objectivos que dele esperávamos, seja em que circunstância for, nas suas atitudes e comportamentos aparece-nos como um mistério, ainda que sempre tenha tornado claros os seus critérios, aliás que até podem ser e estar superiormente definidos, as suas intenções e até as suas perplexidades.

Os trabalhos da psicologia social sobre as atribuições interessam-se pelas próprias condutas e as dos outros, o que nos permite compreender a verdade/erro e o (des)mascardo. A intensidade do trabalho de atribuição de intenções, como nos diz H. H. Kelley (1967), cresce com a incerteza, o insucesso e a irrupção de acontecimentos inesperados. Por comparação, o actor tal como um investigador, normalmente põe-se três questões. Será o comportamento de X em circunstâncias idênticas, igual ou diferente do comportamento dos outros, isto é, é objecto de (des)consenso? Em circunstâncias diferentes o comportamento de X é semelhante ou difere do dos

outros, ou seja, é objecto de distinção? O comportamento de X é igual a si mesmo ou varia em favor das circunstâncias? Neste último caso, trata-se do que é constante e não muda como um cata-vento ao sabor das situações ou das conveniências. Na prática, estas questões sugerem que ao nível do que é expectante acerca dos outros, podemos depararmo-nos com situações de consenso, do faz de conta e da constância. Neste último caso, o actor não muda como uma marionete ao sabor das situações ou das conveniências, o que em muito contribui para solidificar a confiança entre os actores sociais.

Podemos, porém, fazer uma análise e interpretação diferente do que aqui parece convergir entre actores e observadores. Tomemos, por exemplo, o caso de um aluno que continua a não obter bons resultados ao fim da frequência do 2º ano de sociologia. Após ter avaliado as suas possibilidades internas e externas pode então colocar-se também três questões: não sou dotado para sociologia; estudei pouco; as aulas de tal(is) ou tal(is) professor(es) não são interessantes e as notas nem sequer são justas. Normalmente, se os seus próximos não são favoráveis a que faça esta formação, o aluno acabará rapidamente por desistir deste curso e opta por frequentar um outro. Em contrapartida, se esses próximos lhe fizerem sentir que não estudou, é provável que estude mais para poder fazer inverter a situação. Na terceira hipótese, se decidir continuar a tentar fazer o curso de sociologia, poderá procurar fazer outras opções desde que não se trate de disciplinas obrigatórias. De qualquer modo, como insiste A. Petitat (1998), o engano de atribuições, atitudes e comportamentos visa, tanto para o melhor como para o pior, destabilizar e desmotivar o actor ou inversamente. Em termos de comportamentos e relações sociais tudo indica haver aqui um efeito de placebo.

Confiança e segredo

Interessa anotar que, a diferenciação social requer a confiança e mais particularmente nos sistemas abstractos dos especialistas. Nos nossos dias, esta confiança, apesar dos riscos que comporta, tornou-se mais necessária na medida em que ninguém pode aceder ao conjunto da informação relativa a uma actividade particular, apesar do acesso mais fácil a muitos conhecimentos que, até muito recentemente, nos eram vedados. O aumento da escolarização, a Internet e um maior impacto dos sistemas de informação facilitam esta tarefa. Mesmo assim, os aforismos sociais de que “O segredo é a alma do negócio” ou “Pela boca morre o peixe”, ou então “Chora à boca fechada e não dê contas a quem não te dá nada”, continuam a ser de uma grande actualidade.

A este propósito, G. Simmel, o primeiro sociólogo a estudar a importância do segredo e da confiança na vida social, lembra que se a sociedade, sendo condicionada pelo facto de falar e de comunicar, é também modelada pela capacidade de se calar. Está-se, aqui, perante uma consequência expressiva desta dialéctica social,

ou seja, uma tendência para revelar e, ao mesmo tempo, “...para esconder e mascarar, uma defesa quase agressiva contra terceiros, que se chama o segredo propriamente dito. Neste sentido, isto é, como acção de dissimular as realidades através de meios negativos ou positivos, é uma das maiores conquistas da humanidade; comparado ao estado de infância, em que toda a representação é rapidamente exprimida e toda a acção é clara aos olhos de todos, o segredo permite um extraordinário alargamento da vida, porque a publicidade total impede muitos conteúdos existenciais de se manifestarem. O segredo oferece, de algum modo, a possibilidade de um outro mundo ao lado de um mundo visível, e este é fortemente influenciado por aquele” (G. Simmel, 1996, 39-40).

É sabido que o segredo está omnipresente nas relações sociais e, neste aspecto, define-se como a limitação do conhecimento recíproco. Pode, então, diferenciar-se através de duas singularidades: o escondido e o mascarado. O escondido é da ordem do não-dito. Daí a importância do silêncio. O mascarado é do domínio da mentira (o engano, a calúnia, a hipocrisia, mas também o disfarce festivo), podendo considerar-se a mentira como uma forma social grosseira que substitui de maneira mais refinada e adaptada o segredo e a dissimulação. De algum modo, o segredo é uma espécie de mundo paralelo ao mundo aparente e real, favorecendo uma vida mais extensa. Daí que respeitar o segredo do outro exija agir com tacto, descrição e reserva, o que G. Simmel mostrava ser importante na vida da cidade. Estando o segredo mais associado à individualização, tudo se passa como se os acontecimentos públicos se dessem mais a ver, ao passo que no atinente ao indivíduo tudo se quer mais secreto.

Segundo A. Petitat (1998, 17) “Esta classificação aplica-se a todos os tópicos do segredo, díadicos, triangulares ou ainda mais complexos. A partir do momento em que deixamos a diáde, a conveniência e a confiança entre os que partilham o segredo emergem como realidades dinâmicas fundamentais. Todo o segredo implica uma tensão entre o interno e o externo, tensão que se traduz por fugas involuntárias, desconfianças, traições mascaradas ou revelações fracassadas”. Situações desta natureza tem-se manifestado muito em Portugal no domínio público no atinente à justiça, à política, aos negócios e à ânsia dos “mass media” em serem os primeiros a revelar o desconhecido, o que pode talvez provocar espanto, desconfiança ou até escândalo no seio das populações e, por conseguinte, vai, decerto, aumentar as audiências e as vendas. Contudo, em certas situações, também podem contribuir para o alertar da opinião pública e o apuramento da verdade. Outro tanto se diga ao nível das relações pessoais.

Recorre-se, igualmente, ao segredo no domínio da saúde. Ademais a profissão médica obriga a segredo profissional o que, à partida, favorece a confiança do paciente, para além da competência que espera deste técnico de saúde. Está aqui presente a base da interacção que se estabelece entre o médico ou outros profissionais de saúde e o paciente e sua família. Na relação terapêutica, as atitudes de revelar ou esconder não deixam de estar envoltas em vários riscos. As opiniões dividem-se a este respeito, mesmo entre os profissionais de saúde, os indivíduos e os

familiares, sobretudo quando confrontados com casos de doença grave, mas que se querem ocultar ao doente ou este o quer fazer à sua família. Podemos, no entanto, interrogar-nos sob um ponto de vista terapêutico e mesmo ético se estes comportamentos são os mais benéficos para o doente ou os seus familiares? Não será melhor que lhe seja revelada a sua situação para que assim o doente possa vir a agir em conformidade? A questão é muito complexa. Além de outros aspectos, o segredo, tendo por base a confiança depositada entre aqueles que o partilham, pode fazer correr o risco de abalar essa confiança, designadamente quando deixa de o ser entre alguém daqueles que se tinham comprometido a não o revelar.

A este propósito, saliente-se que, aliás, em certas situações, o segredo é obrigatório ou recomendável. “A cortesia, o pudor, a modéstia, a discrição, os interditos de diversa ordem impõem restrições nas informações, colocando um freio à entropia, que ameaça as interações não regulamentadas pelas montagens hereditárias. Ao lado destes ‘não-ditos rituais’, encontramos o grupo dos ‘não-ditos estratégicos’. Não dizer é mais fácil do que dissimular a realidade. Esta inércia é também menos arriscada que a mentira, que deverá contar sempre com a plausibilidade e a suspeita. Esta forma passiva do segredo oferece também a vantagem de não entrar em conflito flagrante com as normas estabelecidas. A desculpa da omissão voluntária pode servir-lhe de cobertura” (A. Petitat, 16).

Mais do que procurar induzir qualquer tomada de posição a este respeito, o que nos parece importante é, por um lado, que as noções de segredo, confiança, (in)certeza reenviam ao que pré-existe à relação e às possibilidades de manipulação de cada indivíduo comprometido numa relação e, pelo outro, que os riscos relativos à saúde integram também o que se esconde e o que se revela. Frequentemente, tanto os indivíduos, como as respectivas famílias não têm em conta certas advertências. Pense-se, por exemplo, nos efeitos do tabaco sobre o cancro, da alimentação sobre a obesidade e as doenças que lhe podem estar associadas, do mau ambiente familiar sobre o stress e muitas doenças do foro cardiológico, da condução na estrada sobre os efeitos do álcool de que resultam muitos acidentes onde muitos perdem a vida, podem ficar estropiados ou sofrer outros efeitos nefastos, inclusive para a família. Porém, na prática continua-se a agir como se desconhecêssem tais factos.

Não menos preocupantes são as consequências do alcoolismo no interior da família, quer a nível das doenças físicas, quer psíquicas e maus tratos familiares. Mas quantas destas situações permanecem no segredo em nome de medos e da boa conduta social, embora as situações tenham vindo a mudar em termos sociais e jurídicos. Num âmbito mais alargado, também não podemos menosprezar o que se esconde a nível planetário no que se refere à destruição da camada de ozono, dos efeitos de estufa, do nuclear, da tecnologia, das matérias poluentes... A esta escala, basta pensar que o saber dos especialistas é bem diferente do dos profanos e suscita novas exigências democráticas, permitindo criar relações de maior confiança entre as partes envolvidas nestes fenómenos. Por sua vez, muitas pessoas com grandes responsabilidades colectivas, em nome do não alarmismo ou do secretismo político ou outro

e, talvez, de menor preocupação com os riscos que daí podem advir (veja-se o caso da Junta Militar na Birmânia ou do presidente R. Mugawe no Congo), continuam a agir como se nada soubessem acerca dos efeitos que daí podem advir para a sobrevivência e saúde dos povos. Daí que a estratégia do segredo também possa ter efeitos perversos. Porém, não é menos verdade que na vida do dia a dia se apreciam as pessoas que sabem guardar segredo, o que as vai tornando mais dignas da confiança das que lho revelam. Ao contrário, quando o segredo procura encobrir ou mascarar algo que pode ter efeitos funestos para alguém para quem se tem relações de proximidade e confiança pode, também, ser encarado como uma traição.

G. Simmel (1999 [1908]) considera que, apesar de todos os riscos, há necessidade de fazer confiança em alguém com quem se possa partilhar algo na vida, para que o mundo seja mais suportável e para que uma sociedade crie laços de maior coesão entre os indivíduos que a formam, sobretudo a partir das díades e das tríades, do próximo e do distante mais personificado no “estrangeiro”, do grupo de interesses e de outros círculos sociais, do indivíduo e da família, desta e das diferentes gerações genealógicas. Normalmente os laços sociais mais intensos forjam-se entre as pessoas que merecem a confiança umas das outras (C. Balsa (org.), 2006) e não entre as desconhecidas, pelo menos no atinente a estatutos sociais e aqueles que por esta ou aquela razão já nos desiludiram ou aos que nos são próximos e até tão só semelhantes, como acontece frequentemente com os políticos.

Mas, fora destes círculos, a confiança também comporta riscos dado que supõe também a falta de conhecimento total sobre o outro. A este respeito, G. Simmel (1996, 22) afirma que “Aquele que sabe tudo não tem necessidade de ‘fazer confiança’, o que não sabe nada, razoavelmente, nem sequer pode fazer confiança”. Até porque nesta abordagem, confiança e risco estão associados. Mas a confiança absoluta e imprevidente, à partida, pode ser perigosa, dada a incerteza e a imprevisão dos comportamentos humanos. “Na desconfiança é que está a segurança”, diz o ditado.

No mesmo sentido, há lugar para perguntar se todos os segredos do indivíduo e da família, por exemplo, mais relacionados com o que pode afectar a saúde e dar azo à doença e respectivas práticas, não permanecem segredos para o médico, com todos os riscos que daqui possam advir? Se a pessoa anda a ser tratada por razões de *stress* agudo ou mesmo hipertensão e estas situações decorrem de situações relacionais com familiares, colegas de trabalho, patrão ou empregado, ou outras similares, com certeza que a orientação médica e respectivos tratamentos podem ser muito mais adequados se estas situações forem do conhecimento do médico. Será, decerto, mais necessário tratar o doente, uma pessoa em situação, do que a doença. Mas não. Muitas vezes, por vergonha, dissimulação da imagem, pudor, discrição ou muitas outras razões, situações desta natureza ou análogas são objecto de grande segredo a que alguns até poderão designar de descrição no que às relações sociais diz respeito. Frequentemente, o que toca à família e à respectiva imagem, é ainda maior objecto de atitudes desta natureza. Aliás, o provérbio diz que “A roupa suja lava-se em casa”. Contudo, convém não esquecer que, numa situação terapêutica, o segredo oscila

entre a permissão e a obrigação. Por outro lado, há aspectos que se podem esconder como, por exemplo o cansaço e o amor, mas há outras que são interditas, como brincar num funeral. Daí a importância de saber discernir quando é que é importante ou não revelar um segredo.

Esta situação é muito frequente nas adolescentes quando necessitam de recorrer ao médico de família por razões da sua vida sexual activa ou não. Muitas há que fogem das consultas no Centro de Saúde, tendo em conta dois aspectos. Um tem que ver com o facto do mesmo médico ser o de toda a família. Instaura-se, então, a dúvida e a desconfiança, receando que este possa transmitir um segredo aos pais. O segundo tem que ver com a existência da consulta de planeamento familiar de que podem usufruir em outros espaços de identificação mais discreta. Deste modo, poderão “estar mais seguras” de escaparem às malhas de informação que se possam tecer entre os outros familiares e o respectivo médico ou os conhecidos que observam as suas deslocações nos espaços dos Centros de Saúde. A situação é complexa como o revelam os trabalhos de A. Lemos (2001).

No facto de se dirigirem a este serviço específico, num espaço colectivo aonde é fácil controlar quem entra, quem vai onde e quem sai de onde, há sempre o risco e o receio de ser visto por este ou por aquele do seu meio e este pode não ser capaz de guardar segredo em relação aos pais. Até, pelo contrário, pode vir a conjurar situações que podem não existir. Em tais condições, preferem escolher um espaço mais neutro, como o Hospital ou outros serviços de acompanhamento e ajuda aos jovens onde possa existir entre várias valências um apoio em termos de saúde, como acontece frequentemente nos Centros da Juventude (*idem*).

Em boa verdade, saber guardar e respeitar o segredo do outro é uma qualidade. Poder e ser capaz de acreditar em alguém idóneo não é menos importante para que se estabeleça a reciprocidade da confiança. A contenção, a reserva e a discrição marcam o respeito pelo que toca o universo íntimo de uma pessoa, do seu território interno, do seu jardim secreto onde é proibido penetrar, mesmo quando, por vezes, o outro, sob o efeito de uma intensa emoção, do álcool, do desespero, se confia com excesso, se desnuda numa maneira que convinha mais a um psiquiatra ou um a um confessor, esta espécie de “túmulos profissionais” (A. Petitat, 1998).

A transparência total também é constrangedora, na medida em que apela à reciprocidade, o que nem sempre se quer que aconteça, particularmente, quando não impera a confiança recíproca ou se quer guardar segredo absoluto deste ou daquele aspecto da vida, tendo em conta o provérbio: “Segredo de dois, segredo de todos”; “Nem todas as verdades se devem dizer”; “Não confies se não naquele com quem já comeste um moio de sal”, isto é, o equivalente a 1200 Kg., ou ainda “O parvo calado por santo é reputado”.

Por outro lado, numerosas expressões e provérbios revelam a importância do privado e do íntimo contra a intrusão: “Ninguém se meta no que não sabe”; “Quem boa festa faz em sua casa está em paz”; “Cada um varra diante da sua porta”. Também os aforismos “Segredo muito encoberto é sempre descoberto” e “Segredo de dois,

segredo de Deus, segredo de três, o Diabo o fez”, apelam a ser providente e prudente para não vir a sofrer dissabores. Compreende-se, então, que quando os utentes não querem, deliberadamente, fornecer todas as informações que possam ser úteis numa relação terapêutica, se veja aparecer “...esta tendência para esconder e mascarar, esta defesa quase agressiva contra terceiros...” (G. Simmel, 1996, 39), inclusive quando são incitados a estabelecerem relações de profunda confiança, como aquela que está associada à revelação íntima que pode ter que ver com a desnudação do corpo e do espírito. Até porque em muito aspectos da vida o médico está hoje para o que até um passado recente estava para o padre como conselheiro e controlador moral. A este confessavam-se os pecados, fonte dos males para a alma, podendo ter também efeitos no corpo e na vida em geral, ao passo que ao médico confessam-se os comportamentos nefastos que podem ou colocam a saúde em causa. Num caso e no outro, para além da possível má consciência, quiçá de sofrimento ou ansiedade em consequência da falta de um dever não cumprido, trata-se de formas de controlo social, querendo apelar para a responsabilidade do indivíduo e até da família quando as suas práticas a implicam também, pelo que lhe acontece de mal, em domínios que tendem a abranger a totalidade da existência.

Por este conjunto de razões, podemos afirmar que a confiança, estando na base das relações humanas, é perpassada por um conjunto de dimensões, exigindo cada uma várias ponderações. Em termos de relação terapêutica, a experiência podendo fazer aumentar ou diminuir o capital de confiança e tendo em conta os aspectos aqui invocados, normalmente permite ir criando um sentimento de síntese que torna as situações, com todos os elementos que a compõem, mais carregadas de sentido e com mais probabilidades de diminuir alguns riscos para a saúde.

Auto-confiança e interações sociais

Podemos ainda falar da importância da confiança para que precocemente a criança e o adolescente sejam capazes de forjar atitudes de autoconfiança e confiança recíproca, embora sem cair na ingenuidade. Adquirindo sentimentos capazes de lhes permitirem ultrapassar os acontecimentos da vida, o que Rodin (1990), designa de “domínio apreendido”, retiram daí efeitos benéficos para a saúde física e mental. A noção de eficácia, isto é, a confiança que uma pessoa é capaz de forjar acerca das suas aptidões e capacidades para auto-controlar o seu comportamento ou reagir perante o seu meio social, são fundamentais para que possam atingir os seus objectivos e assumir as suas responsabilidades individuais, familiares e sociais e inversamente. Por sua vez, uma criança e adolescente que se vejam frequentemente confrontados com a desilusão decorrente da confiança defraudada nos seus próximos têm mais probabilidade de alimentar sentimentos de desconfiança, pessimismo e incapacidade.

M. Seligman (1991) e Bandura (1986) sublinham que o sentimento de eficácia pessoal e de optimismo se adquire na infância e na adolescência ao longo das pri-

meiras experiências de (in)sucesso, eficácia e frustração. Afirmam também que as pessoas que têm uma atitude de incapacidade ou um sentimento de fraca eficácia têm mais propensão para a depressão e a doença. Por sua vez, os adultos que têm relações seguras tendem a confiar mais nos outros e em termos conjugais apoiam-se mais reciprocamente e são menos ciumentos e inversamente. Cada vez mais, é sobejamente sabido que a qualidade das interações conjugais é essencial para o sucesso do casal (A. Torres, 2001). A nível mais geral, os adultos que conseguem inspirar e ser dignos da confiança dos outros são mais susceptíveis de forjar melhores relações entre eles e normalmente afiguram-se mais responsáveis em qualquer situação em que se encontrem.

Nestes, como em outros aspectos da vida, tudo indica que transportamos no decorrer dos anos a nossa bagagem pessoal e social. As crianças e os adolescentes, os jovens que se tornarem confiantes e forem dignos da confiança dos outros serão, decerto, homens e mulheres confiantes e seguros e dignos de confiança ao longo da vida, inclusive na idade mais avançada. O nosso nível de satisfação perante a vida e a sociedade, dependendo de muitos factores e até de alguns imponderáveis, é essencialmente o produto das atitudes e das qualidades que nos habitam no caminho da nossa existência.

Conclusão

A justa medida é a melhor das coisas
Cleóbulo

As relações de confiança são tidas por todos como sendo as mais difíceis de estabelecer e perpetuar. O sentimento de segurança nas relações sociais estabelecidas e a consciência da certeza que nos transmitem nessas mesmas relações elevam o indivíduo ao patamar de solidez no meio social onde se insere. Todavia, o individualismo tende a emergir de uma forma substancial em todas as vertentes da vida social, seja na saúde, no trabalho, nas amizades ou outras formas de relação, tornando frágeis as condutas nos vários ambientes onde os indivíduos constroem os seus espaços de vida. A essência da relação de confiança advém, em grande medida, da segurança e da certeza que lhe proporciona. Porém, o seu florescimento está consignado a uma certa nostalgia que poderá elevar o indivíduo a um maior isolamento nas relações sociais que estabelece.

Ora, a vida moderna nas sociedades urbanizadas enferma cada vez mais destas particularidades. Logo, a importância da confiança na vida social verifica-se pelo facto de em inumeráveis situações fazermos confiança, por um lado, naquilo que o outro nos apresenta sobre si mesmo e, por outro, nos actos, inclusive na actividade científica, administrativa, política, profissional que nem sempre podemos verificar. A confiança, isto é, o facto de darmos crédito a alguém, é dos laços mais subtis que

tornam a vida social possível. Daí que quando se instaura a desconfiança, a vida, seja a que nível for, se torne num inferno e os laços sociais se fragilizem ainda mais intensamente.

Esta é uma das grandes questões que mais tem mobilizado o pensamento sociológico desde a sua fundação institucional. Actualmente, quando teima em instalar-se um individualismo exacerbado e a indiferença perante os outros, aumentar o número de pessoas a viverem sós, as rupturas familiares, o declínio da moral cívica, as incivilidades, o triunfo dos valores individualistas, verifica-se frequentemente alguma angústia a este respeito. Todavia, estes indicadores de desintegração social dão apenas a ver a parte sombria do processo histórico de individualização, esquecendo simultaneamente outros benefícios. Se é verdade que as pessoas deploram muitas condições e valores glorificados em relação a um passado real ou imaginário, também não estão dispostas a abdicar de certos níveis de bem-estar que foram alcançando, ou a mudarem os seus comportamentos, de forma a contribuírem para a construção de sociedades onde reine mais confiança, segurança, sinceridade, honestidade, descrição, felicidade e.... Importa ter sempre presente que a confiança estabelece uma ponte para que as relações sejam possíveis e o mais possível harmoniosas.

Enfim, uma última palavra tem justamente que ver com o principal objectivo deste trabalho e o outro intitulado “heterónimos de felicidade...”, produzido por uma colega e três ex-alunas: uma da primeira edição do Curso de Sociologia das Organizações e duas do Curso de Sociologia: integrar um livro de homenagem ao Professor Manuel da Silva Costa. É com este sentido que enveredámos por esta análise, visando celebrar a sua passagem à reforma e à categoria de jubilado. Assim, dedicamo-los ao colega, ao professor e ao amigo, que ao longo do seu percurso académico, entre outros aspectos e que são muitos, tem sabido construir connosco um elevado capital de confiança: nos conhecimentos que transmite, nas mais variadas facetas da vida académica do dia a dia e nas relações humanas em geral. Daí que a nossa palavra seja aqui de reflexão sociológica, mas sobretudo de amizade neste “*Liber amicorum*”.

Referências bibliográficas

- Adams, Jack (1995), *Risk*, London, University College of London.
- Arendt, Hannah (1983 [1961]), *Condition de l'homme moderne*, Paris, Calmann-Lévy.
- Attias-Donfut, Claudine (2003), *Le nouvel esprit de famille*, Paris, Odile Jacob.
- Aristóteles (1977), *Tratado da política*, Mem Martins, Europa-América.
- Balandier, George (1986 [1971]), *Sens et puissance*, Paris, PUF (Coll. “Quadrige”).
- Balandier, George (1985), *Le détour. Pouvoir et modernité*, Paris, Fayard.
- Balandier, George (1988), *Le dédale. Éloge du mouvement*, Paris, Fayard.
- Balsa, Casimiro (2006), *Confiança e Laço social*, Lisboa, Editions Colibri.
- Bandura, A. (1986), *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

- Beck, Ulrich (2001 [1986]), *La société du risqué. Sur la voie d'une autre modernité*, Paris, Aubier.
- Berthelot, Jean-Michel (1996), *Les vertus de l'incertitude*, Paris, PUF.
- Boltanski, Luc (1982), *Les usages sociaux du corps*, *Annales*, 26e année, n° 1.
- Boudon, Raymon (2002), *Déclin de la moral ? Déclin des valeurs ?*, Paris, PUF.
- Bourdieu, Pierre et al. (1979), *La distinction*, Paris, Éd. De Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1986), "Habitus, code codification", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 64, pp. 39-44.
- Bréchon, Pierre et al. (2002), « La dynamique des valeurs en Europe », *Futuribles*, n° 277, juillet-août, pp. 180-185.
- Campops, Álvaro De (sd), *Livro de Versos*, Lisboa, Estampa.
- Castel, Robert (1981), *La gestion des risques. De l'anti-psychiatrie à l'après psychiatrie*, Paris, Éd. De Minuit.
- Castel, Robert (1983), "De la dangerosité au risque", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 47-48. pp. 119-127.
- Castel, Robert (1995, 1999), *Les Métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard, Gallimard.
- Castel, Robert et Haroche, Claudine (2000), *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*, Paris, Fayard.
- Chateauraynaud, François et al (1999), *Les sombres précurseurs. Une sociologie pragmatique de l'alerte et du risque*, Paris, Ed. de EHESS.
- Chombart de Lauwe, Paul-Henri (1971), *Sociologie des aspirations*, Paris, Desclés.
- Chombart de Lauwe, Paul-Henri (1975), *La Culture et le pouvoir*, Paris, Stock/Monde ouvrier.
- Calnan, M. et al (1985), "Health, Health Risks and Inequalities: An Exploratory Study of Women's Perception", *Sociology of Health and Illness*, 13, pp. 506-529.
- Dante, Alighieri (1996), *La divine comédie*, Paris, D. de Selliers.
- De Gaujelac, Vincent et Léonetti Taboada, Isabel (1994), *La lutte des places*, Paris, Desclée de Brouwer.
- De Singy, François (2003), *Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien*, Paris, Armand Colin.
- De Singy, François (2005), *L'Individualisme est un humanisme*, Paris, Editions de l'Aube.
- Descartes, René (1997), *O discurso do método*, Sintra, Editora, Jack et alii (1988), *Families and Health*, London, Sage.
- Douglas, Mary (1992), *Risk and Blame: essays in cultural theory*, London, Routledge.
- Drulhe, Marcel (1997); *Santé et société. La façonnement sociétal de la santé*, Paris, PUF:
- Ehrenberg, Adam (2000), *La Fatigue d'être soi. Dépression et société*, Paris, Odile Jacob (Coll. « Poches »).
- Elias, N. (1197), *La société des individus*, Paris, Pocket (Coll. « Agora »).
- Guby, George (1966), « Les pauvres des campagnes dans l'Occident médiéval jusqu'au XIIe siècle », *Revue d'Histoire de l'Église en France*, T. III, p. 25.
- Durkheim, Emile (1985 [1897]), *Le suicide*, Paris, PUF (Coll. "Quadrige"). Durkheim, Émile (1966), *Montesquieu et Rousseau précurseurs de la Sociologie*, Paris, Lib. Marcel Rivière.
- Elias, Norbert (1973), *La civilisation des mœurs*, Paris, Calmann-Levy.
- Elias, Norbert (1987), *La société des individus*, Paris, Fayard.
- Ehrenberg, Adams (2000), *La fatigue d'être soi. Dépression et société*, Paris, Odile Jacob.
- Fitoussi, Jean-Paul (1997), *O Debate-Tabu. Moeda, Europa, Pobreza*, Lisboa, Terramar.
- Forrester, Viviane (1997), *O horror económico*, Lisboa, Terramar.
- Foucault, Michel (1975), *Surveiller et punir – Naissance de la prison*, Paris, Gallimard.
- Foucault, Michel et al. (1994 [1954]), *Dits et écrits*, Paris, Gallimard.
- Gauchet, Marcel (1991), « La société de l'insécurité », Donzelot, Jacques (sous la direction de), *Face à l'exclusion : le modèle français*, Paris, Seuil.
- Gauchet, Marcel (2002), *La démocratie contre elle-même*, Paris, Gallimard (Coll. « Tel »).

- Giddens, Antony (1994), *Les conséquences de la modernité*, Paris, L'Harmattan.
- Giddens, Antony (1998), "Risk Society: The Context of British Politics" in: FRENKLIN J., *The Politics of Risk Society*, Cambridge, Polity Press.
- Gini (2008), Instrumento europeu, tomando em consideração a riqueza/pobreza gerada nos países da União Europeia.
- Hervieu-Léger, D. (1999), *Le Pèlerin et le converti*, Paris, Flammarion.
- Kaufmann, Jean-Claude (2001), *l'EGO. Pour une sociologie de l'individu*, Paris, Nathan.
- Kaufmann, Jean-Claude (2004), *L'invention de soi. Une théorie de l'identité*, Paris, Armand Colin.
- Kelley, H. Henry (1967), «Attribution theory in social psychology», in D. Levine (ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (Vol. 15, Lincoln, University of Nebraska Press).
- Ladrière, Paul (2001), *Pour une sociologie de l'éthique*, Paris, PUF.
- Leandro, Ana Sofia (no prelo), *A criança entre as malhas da família e da justiça*.
- Leandro, Maria Engrácia (1981), *Comparaison des inégalités sociales entre les pays de l'est et les pays occidentaux*, Dossier de cours de Sociologie politique, Université René Descartes, Sorbonne Paris V.
- Leandro, Maria Engrácia (1995), *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris, CIMI - L'Harmattan (Coll. "Migrations et Changement").
- Leandro, Maria Engrácia (1995b), *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris, CIMI - L'Harmattan (Coll. "Migrations et Changement").
- Leandro, Maria Engrácia (2000), «La réinstallation de familles portugaises dans le Minho», in De Varine, Béatrice (sous la direction de), *Lieux de Vie et Circulation des Portugais de France*, Paris, Interaction France-Portugal, pp. 36-66.
- Leandro, Maria Engrácia e Leandro, Ana Sofia (2003), "Sociedades em mutação e processos identitários", *Sociedade e Cultura 5, Cadernos do Noroeste*, Vol. 21 (1-2), pp. 11-38.
- Leandro, Maria Engrácia (2001), "A saúde no prisma dos valores da modernidade", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 41 (3-4), pp. 67-93.
- Leandro, Maria Engrácia e CARDOSO, Daniela (2005), *Sociologia do Voluntariado. A seiva humana*, Braga, ICS.
- Leandro, Maria Engrácia et MOREIRA, Rita (2006), "Modernidade e emergência dos novos laços sociais", *Nova et Vetera*, n° 2, pp. 41-65.
- Leandro, Maria Engrácia et Rodrigues, Victor (2006), "Migrações, saúde e integração social. Análise ilustrada pelos portugueses em França", *Mediações*, Vol. 11, n° 2, pp. 131-152.
- Leandro, Maria Engrácia (2007), "Famílias, pobreza e exclusão social *Brotéria*", vol. 164, pp.155-170.
- Le Breton, David (1995), *La sociologie du risque*, Paris, PUF (Coll. "Que sais-je?").
- Leclerc, Annette et al. (sous la direction de), (2000), *Les inégalités sociales de santé*, Paris, La Découverte.
- Lefaucheur, Nadine (1992), « Maternité, famille, État », in DUBY, George et PERROT, Michelle (sous la direction de), *Histoire des femmes*, Paris, Plon, pp. 423-430.
- Lehmann, Pierre et al. (1988), Les inégalités sociales face à la santé et la maladie en Suisse", *Les Cahiers médico-sociaux*, 32, pp. 1-59.
- Lemos, Armanda (2002), "Sexualidade e gravidez na adolescência", *Cadernos do Noroeste*, Vol. 17 (1-2), pp. 213-232.
- Machado, Hélder (2003), *Ciência & Humanismo*, Coimbra, Almedina.
- Madureira Pinto, José (2007), *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*, Porto, Ed. Afrontamento (Col. "Biblioteca das Ciências Sociais").
- Martin, Claude (1992), "Support et affection. Les solidarités informelles après la desunion", *Revue internationale d'action communautaire*, 27/26, pp. 89-99.
- Miranda, Maria «(2004), *Amarras do mundo rural: implicações do isolamento social na saúde e no desenvolvimento dos jovens*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Morus, Thomas (1989), *Utopia*, Lisboa, Europa-América.

- Nossa, Paulo (2005), *Oferta e consumo de cuidados de saúde. O caso do VH*, Tese de doutoramento, Universidade do Minho.
- Pedrazzini, Yves et Sanchez, Magaly (1997), “Vie violente et liens sociaux d’urgence. Gangs du Venezuela et des Etats-Unis », in Pavageau, Jean et al., *Le lien social et l’inachèvement de la modernité*, Paris, ARCI/L’Harmattan, pp. 231-245.
- Peretti-Watel, Patrick (2001), *La société du risque*, Paris, La Découverte.
- Petita, André (1998), *Secret et formes sociales*, Paris, PUF (Coll. Sociologie d’aujourd’hui”).
- Popkin, S. (1979), *The Rational Peasant. The Political Economy of Rural Society in Vietnam*, Berkeley, University of California Press.
- Riesman, David (1964), *La foule solitaire*, Paris, Arthaud.
- Rodin, Jack (1990), “Control by any other name: Definitions, concepts and process”, in RODIN, Jack et al. (orgs), *Self-directedness: Cause and effects throughout the life course*, Hillsdale, Erlbaum, pp. 1-17.
- Rousseau, Jean-Jacques (1971), *Discours sur l’origine et les fondements de l’inégalité parmi les hommes*, Paris, Garnier-Flammarion.
- Saillant, Francine (1990), *Fabriquer le sens: le réseau sémantique du cancer*, Sciences sociales et santé, Vol. VIII, n° 3.
- Santiago, Maria Helena (2007), *Os problemas familiares e sociais dos doentes internados face à mudança de paradigma de gestão hospitalar – Estudo de caso no Hospital de São Marcos*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Sennett, Richard (1998), *The Corrosion of Character*, New York, WW Morton and Company.
- Seligman, M. (1991), *Learned optimism*, New York, Knopf.
- Simmel, George (1987), *Philosophie de l’argent*, Paris, PUF (Coll. “Sociologies”).
- Simmel, George (1999 [1908]), *Sociologie. Études sur les formes de la socialisation*, Paris, PUF (Coll. “Sociologies”).
- Simmel, George (1996), *Secret et sociétés secrètes*, Strasbourg, Circé.
- Sousa, António (1964), “O desenvolvimento socio-económico e a educação” *Análise Social*, Vol. II, 7-8, pp. 652-670.
- Théry, Irene (2007), *La distinction de sexe. Une nouvelle approche de l’égalité*, Paris, Odile Jacob.
- Tocqueville, Alex (1961), *La démocratie en Amérique*, Paris, Gallimard (Coll. Folio-histoire »).
- Thomas, Louis-Vincent (1975), *Anthropologie de la mort*, Paris, Fayard.
- Thomas, Louis-Vincent (1989), «Auto-portrait ou faux semblant?», in *Une Galaxie Anthropologique, Hommage à Louis-Vincent Thomas*, Montplier, Quel Corps ?.
- Thomas, Louis-Vincent (1991), *La mort en question. Question de mort, mort de la question*, Paris, l’Harmattan (Coll. “Nouvelles études sociologiques”).
- Thomas, Louis-Vincent (1994), «Préface: En découdre avec les valeurs», in Équipe de Recherche CMVV, *Valeurs et changements sociaux*, Paris, L’Harmattan, pp. 9-16.
- Torres, Anália (1996), *Divórcio em Portugal. Ditos e interditos*, Oeiras, Celta.
- Torres, Anália (2001), *Sociologia do casamento*, Oeiras, Celta.
- Wilkinson, Ralph (1988), *The Child’s World of Illness. The Development of Health and Illness Behaviour*, Cambridge, University Cambridge.

As famílias tribais

Jean-Martin Rabot*

1. Crise da moral e da família?

A crise tornou-se num conceito premente da modernidade. Ao ponto de constituir uma preocupação de ordem conceptual mais do que de ordem real. Fala-se indistintamente de crise das instituições e dos valores, da família e do casamento. Parece que existe mesmo um movimento necrófilo que se apoderou das ciências sociais, anunciando sucessivamente, e às vezes simultaneamente, a morte do homem, o fim da história, o falhanço da moral, o desaparecimento da família tradicional. Tal obsessão explica-se quiçá pelo sociocentrismo da modernidade, inerente à cultura ocidental, que padronizou formas de vida específicos, atribuindo-lhes um valor universal. Deste ponto de vista, e como bem o viu o filósofo José Gil, a crise não é mais do que a expressão da modernidade ocidental que está «a reduzir cada vez mais a margem das possibilidades, das possibilidades de vida, das possibilidades de escolha. Cada vez mais aparece, como única possibilidade, uma via única: uma via única de ter um emprego, uma via única de criar uma família, uma via única de pensar, de ter emoções, de amar...» («Entrevista a José Gil», in *Jornal de Negócios*, de 8 de Janeiro de 2010, pp. 6-9: 9 para a citação). Assim, a modernidade viu-se incapaz de compreender os processos de mudança a que toda a forma instituída fica submetida. Ficou, embora de forma secularizada, enraizada na moral religiosa do Ocidente, segundo a qual «o casamento estável entre um homem e uma mulher é um dos princípios não negociáveis» para «uma correcta convivência civil e cristã», como o professou o cardeal Saraiva Martins na Igreja da Santíssima Trindade, no quadro das celebrações do dia 13 de Maio de 2008, em Fátima. Ditames moralistas do mesmo tipo figuram no *Boletim para a causa de Beatificação de Mons. Joaquim Alves Brás* (Publicação Trimestral n.º 53 janeiro/Março de 2008), que encontramos na caixa de correio e no qual li que é a ele que devemos a formulação seguinte: «Salvemos a família e salvaremos o mundo». Ora, é sabido que na pós-modernidade já nada obedece ao princípio da salvação. A chamada crise da família que está a ser invocada nos discursos políticos, religiosos e sociais não é mais do que a crise do «modelo patriarcal e familiar em que assenta a maior parte das estruturas industriais» (Costa, 1997: 9). Dito nas palavras de Moisés Martins, a crise da família é antes de mais a crise da desintegração da família «como instituição de controle, à medida que o sexo se desloca da casa para o local de trabalho e para todos os locais de relacionamento social, que exprimem a actual atmosfera «sensológica», de que fala Mario Perniola» (2010: 2).

A modernidade esqueceu-se do carácter relativo de toda a instituição social, da sua necessária inscrição no tempo, da sua inevitável circunscrição no espaço. Julgava

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

que «a nuclearização dos grupos domésticos e a conjugalização dos casais» (Segalen, 1999: 327) representavam o alfa e o ómega de toda evolução em matéria de família. Não se mostrou capaz de se abrir «à noção de fusão móbil ou fluida» (Xiberras, 1993: 180) que melhor caracteriza a socialidade pós-moderna, ou seja, um tipo de experiência e de vivência que aponta para um retorno ao sistema de clã (Durkheim), à comunidade emocional (Weber), à tribo (Maffesoli), no coração de sociedades que se pretendem altamente marcadas pelo individualismo.

A família, como no-lo recorda Engrácia Leandro «tem-se tornado uma noção polisémica» e parece mesmo que a «diversidade das suas estruturas, formas de organização e representações» (2001: 39) remete para o paradigma holístico, para o colectivo. Por outras palavras, a pós-modernidade torna a descobrir o tipo de família que encontramos nas sociedades tradicionais: a família alargada. O casamento homossexual, o casamento *post-mortem*, a poligamia ou a poliandria, a formação de grupos movidos pela relação fraterna entre os seus membros, à semelhança de determinadas seitas, a adopção de determinados comportamentos, quase que orgíacos, apontam para o ressurgimento do tribalismo, prendendo novamente o homem a uma organicidade natural e ao todo cósmico. Nestas manifestações, características da pós-modernidade, joga-se «a passagem do pleno institucional para a concavidade matricial» (Maffesoli, 2010: 77). Parece mesmo que assistimos a uma inversão deste processo que começou nas sociedades primitivas até aos dias de hoje, um processo que culminou com a instituição do casamento conjugal e da família nuclear, um processo evidenciado por Engels e que consiste no «estritamento incessante do círculo que, nas origens, incluía toda a tribo e no seio do qual reina a comunidade conjugal entre os dois sexos» (Engels, 2007: 22). Regresso e regressão são talvez as palavras-chave da pós-modernidade. Daí que alguns sociólogos prefiram o termo de «involução» ao de revolução (Baudrillard) ou o de «envolvimento» (Maffesoli) ao de desenvolvimento.

A crise da moral é antes de mais a crise dos moralistas, daqueles que projectam o seu medo, a sua angústia, o seu ressentimento sobre o mundo, daqueles que pensam os tempos pós-modernos com as categorias da modernidade: a estabilidade, a fixidez, a estática. Em vez de nos fixarmos obsessivamente no carácter unicamente instituído de toda a organização, devemos reconhecer que esta é lábil, inconstante, dinâmica. Só assim é que poderemos compreender, no sentido etimológico de «prender com», apreender na totalidade, «o apelo místico da jubilação dionisiaca» (Nietzsche, 1976: 106), característico da sensibilidade pós-moderna. Só assim é que poderemos apreender a constante dinâmica do parentesco a que Godelier dedicou a sua grande obra, *Metamorfoses do parentesco*. Uma dinâmica que diz respeito a três factos: «a relação dos indivíduos com a sexualidade, a posição dos homens e das mulheres na sociedade (e por conseguinte as relações entre ambos os sexos) e a situação das crianças» (2004: 565). Uma dinâmica que assente no seguinte processo: «o casal já não se confunde com a família, o conjugal dissocia-se do parental, e o parentesco reveste cada vez mais um conteúdo social independente do biológico ou do genético» (*ibid*: 569). É precisamente esse alastramento do conteúdo social do parentesco

que nos leva a falar de famílias tribais, das quais as hordas pós-modernas, os fenómenos orgiácos, e mesmo os factos instituídos, constituem o exemplo paradigmático.

2. As hordas pós-modernas

Os processos de transformação que afectam as famílias do ponto de vista da sua estrutura, não vão no sentido de um reforço do individualismo; vão antes no sentido de um reforço da comunidade. Aquilo a que Giddens chamou de «democratização da vida pessoal» (2007: 229) e que se alicerça na ideologia de uma maior «participação dos indivíduos na determinação das condições exactas da sua associação» (*ibid.*: 231), fenómeno que diz respeito às relações amorosas e sexuais, aquilo que Luhmann denominou de «realização individual de si» (1990: 195) e que remete para «um problema de assumpção da maturidade na prática da vida própria, que enfrentamos ao constituir laços, ao desfazê-los, ao renunciar à ideia de os ter, no decurso e uma longa vida». Neste processo não estão excluídos os constrangimentos de grupo, a submissão às suas leis. Por outras palavras, os indivíduos encontram as razões de viver no próprio grupo, prescindindo assim do «quadro ético apropriado a uma ordem pessoal democrática que se conforme, em matéria de relações sexuais, assim como em outros contextos da vida pessoal, ao modelo do amor convergente» (Giddens, 2007: 229), dispensando também toda a forma de «semântica, à semelhança da do amor paixão» (Luhmann, 1990: 199), enquanto cimento das ligações sociais.

As lamentações que ecoam no mundo político, universitário e jornalístico, apontam para uma fragilização das relações sociais e uma perda de valores, para uma individualização acrescida que impossibilita qualquer forma de auto-regulação das ligações sociais. Ora, as sociedades pós-modernas são profundamente holísticas, facto que os intelectuais tardam em reconhecer. Estes envenenam-nos com narrativas sobre o carácter inelutavelmente individualista e unidimensional da sociedade, ao ponto de que toda a referência a noções como as de determinismo e constrangimento, tradição e reprodução, laço social e comunidade, se tornaram obsoletas, como o constatou Zygmunt Bauman: «No mundo moderno-fluido a solidez das coisas, como a dos humanos, é sentida como uma ameaça: todo o juramento de vassalagem, todo o envolvimento a longo prazo (e *a fortiori* eterno) é anunciador de um futuro perturbado por obrigações que restringem a liberdade de movimento e reduzem a capacidade, como nunca se viu antes, de aproveitar as novas oportunidades que (inevitavelmente) se vão apresentar. A perspectiva de nos encontrarmos presos a uma coisa para toda a vida é-nos completamente repugnante e assustadora» (2005: 375).

Forçoso é constatar, no entanto, que a realidade social raramente obedece às injunções dos intelectuais. De facto, na pós-modernidade, caracterizada pela perda dos grandes discursos de referência e de unificação, surge aquilo que gostaríamos de apelar de famílias tribais: hordas dominicais de nómadas que deambulam existencialmente nas largas avenidas dos centros comerciais e que nos recordam que a

«pulsão de errância» permanece estreitamente ligada à «dimensão estrutural do intercâmbio» (Maffesoli, 1997: 47 e 53); multidões que se renderam ao mundo dos objectos, olhando para eles, tocando-os, colecionando-os, como se fizessem, como diz Antoine de Saint-Éxupéry na sua obra *Lettre de jeunesse à une amie inventée*, «sem o saber, oblações a um deus desconhecido»; grupos de fãs que seguem passo-a-passo o percurso às vezes perverso (*per via*) das suas vedetas, de personalidades que são aduladas e que apesar de serem «artificialmente construídas... criam um estilo» e «permitem ao homem contemporâneo encontrar uma identidade por mimetismo e dar um sentido simples à vida» (Minois, 2005: 457); claques de futebol, como os *Ultras Boys* e os *Fedayn* da A. S. Roma, pertencendo respectivamente à extrema-direita e à extrema-esquerda, claques essas que, muitas vezes, chegam a vias de facto, ao apoiarem um mesmo clube; heróis anónimos das emissões de tele-realidade, cujo desafio não consiste em suscitar «uma ilusão consensual que procura mostrar o que as normas e as relações sociais deveriam ser: uma comensalidade num mundo de oposição individual, o de um liberalismo onde, tal e qual como no mundo real — o da produção e do assalariado — em cada episódio da emissão um ou outro dos candidatos ficam pelo caminho, despedidos» (Bouvier, 2005: 284-285), mas antes pelo contrário, em «encontrar uma paradoxal liberdade num enclausuramento colectivo e existir apenas em função de um Eu comum» (Michel Maffesoli, «“Loft Story”: le théâtre de la cruauté», in *Le Figaro*, 6 de Julho de 2001); grupos informais de jovens que, nas *raves*, se reapropriam desses espaços reservados à civilização capitalista que, «por meio da proclamação da unidade e da universalidade do humano», permitiu «erigir o burguês ocidental moderno em paradigma da humanidade» (Fougeyrollas, 1979: 18), grupos esses que experimentam uma nova modalidade do «estar-juntos»; os seguidores da moda que procuram a originalidade ao ponto de se submeterem àquilo que Simmel chamou de «escravidão da universalidade» (Simmel, 1989: 191); os bandos juvenis que opõem à assepsia da vida social uma violência gratuita e que contradizem os princípios fundadores de uma modernidade submetida aos processos ditos irreversíveis de racionalização e de intelectualização, em particular o princípio da liberdade enquanto «poder autónomo da vontade», enquanto necessidade para o homem «de se emancipar como um ser consciente da sua independência e mestre do seu destino pessoal» (Freund, 1980: 114-115); tribos encabeçadas por figuras emblemáticas, à semelhança dos artistas que baralham os códigos da economia mercantil e por figuras anónimas, à semelhança dos apaixonados que «tomam Eros à letra» (Duvignaud, 1986: 44), mostrando-nos «que as possibilidades eróticas não se reduzem à (re)produção» (Maffesoli, 1982: 37), à semelhança também do vagabundo que, «pelo seu afastamento de todas as classes e de todos os grupos, pelo seu ser sem ser, cuja indiferença a toda a integração é a prova de uma disposição para o ilimitado» (Duvignaud, 1986: 42), abana as certezas da vida quotidiana e cria um novo estilo de vida.

Ora bem, se é verdade que houve mudanças, estas não são tão abruptas quanto se diz, quando se fala da passagem da família tradicional, alargada, para a família

nuclear, reduzida. É um facto que a família nuclear garante, em princípio, a intimidade e o amor conjugal e filial. Relativamente à intimidade, Norbert Elias recorda-nos que, na Idade Média, uma época ainda não submetida ao processo de domesticação dos costumes e de controlo dos afectos, não existia intimidade. A promiscuidade era a regra e os sentimentos de pudor e de vergonha não pareciam existir. Muitas vezes, a nudez dentro da casa era considerada com a maior naturalidade. É por essa razão que Elias é de opinião que as invenções que mais marcaram a entrada para a modernidade não são necessariamente aquelas que nos ocorrem directamente ao espírito, ou seja, a máquina a vapor, o tear mecânico, etc. Devemos referir também invenções mais discretas, quando não anódinas, como a camisa de noite, conjuntamente com os talheres e o lenço. A introdução destes elementos contribuiu de uma forma inegável para uma nítida racionalização dos comportamentos no seio da economia familiar. De facto, os estilos de vida da família modificaram-se profundamente, sob o impulso do processo civilizacional que principiou nas cortes reais, antes de se espalhar sucessivamente pelas famílias nobres, pelas famílias burguesas e, finalmente, pelas famílias proletárias. Toda a comunidade humana é confrontada com a questão da gestão das pulsões sexuais. Esta gestão foi principalmente impulsionada pelos esforços conjugados da moral cristã e, mais tarde, da moral capitalista. Nesse processo teve um papel de relevo «a ligação matrimonial, sob o controlo das autoridades civis ou religiosas. (...) Do Renascimento até às Luzes observa-se um claro desenvolvimento da esfera doméstica, devido à irresistível promoção, enquanto espaço de intimidade, da família conjugal, em detrimento de uma sociabilidade mais vasta, encorada na paróquia, na vizinhança, na amizade e no parentesco. (...) Longe de ser um dado intemporal, o casal legítimo fica então extremamente dependente da evolução geral da civilização. De meados do século XVI até ao século XX, o núcleo conjugal clássico constituiu a unidade de base primordial, o lugar de encontro privilegiado dos corpos individuais e das normas, o único espaço lícito de expressão da sexualidade» (Muechbled, 2005: 42-43).

Relativamente à relação conjugal ou filial, forçoso é reconhecer que, no passado, esta não era determinada pelo amor. Assim, temos de admitir que, contrariamente ao sagrado, que «é um elemento na estrutura da consciência e não uma etapa da história desta consciência» (Eliade, 1994: 10), a vida sentimental deve ser entendida como sendo historicamente marcada, podendo o seu nascimento ser datado. Basta dizer que ela é relativamente recente, como o mostrou Luc Ferry: «Tudo indica, de facto, que, durante séculos e, pelo menos nos três séculos que precederam o advento das Luzes e o nascimento do universo democrático (séculos XV a XVIII), o princípio fundador da família não tenha tido praticamente nenhuma relação com aquilo que hoje em dia costumamos chamar “o amor”. (...) De uma forma geral, o fundamento da família tradicional não tem sido o sentimento e foi necessário esperar que a subjectividade moderna se formasse e que a noção de indivíduo livre se tornasse uma realidade sociológica concreta, para que a afinidade para com o outro, e já não a tradição imposta, pudesse constituir um novo modo de organização familiar» (1996: 120

e 130). Essas reflexões valem também para as relações filiais. Hoje, os filhos são, em princípio, desejados e amados. Já não são concebidos (nos dois sentidos da palavra) para serem meramente mão-de-obra ou «carne para canhão».

Estamos muito longe do tempo em que Marx elogiou os artigos da lei da fábrica, que conciliavam a instrução primária com o trabalho infantil. Marx considerava de facto que o trabalho era altamente recomendável para as crianças que tinham a possibilidade de estudar. Em Marx, o trabalho infantil tornou-se mesmo numa propedêutica para que o homem pudesse alcançar a plenitude do seu ser, seguindo a concepção que Owen e Fourier tinham do Homem integral. Um texto do *Capital* pode esclarecer-nos a esse propósito: «Ao consultar os professores, os inspectores de fábrica reconheceram rapidamente que as crianças das fábricas que frequentam a escola apenas durante metade do dia aprendem tanto, e às vezes mais, do que os alunos regulares. (...) Basta consultar os livros de Robert Owen para nos convenceremos de que o sistema de fábrica fez desabrochar a educação do futuro, uma educação que unirá, para todas as crianças de uma certa idade, o trabalho produtivo com a instrução e a ginástica, e isto não só enquanto método para aumentar a produção social, como também enquanto único método para produzir homens completos» (Marx, 1977: 986 e 987).

É certo que a individualização da vida moderna trouxe benefícios incalculáveis, mesmo que estes tenham sido adquiridos por meio de uma legislação imposta pelo Estado. Com efeito, a implantação de sistemas de protecção (para os doentes, os desempregados, os idosos) e a instauração de direitos (da mulher, da criança, etc.), foram imposições do Estado. Basta recordar que os antigos judeus e os romanos podiam repudiar, ou mesmo, executar os seus filhos ou as suas mulheres. Por outras palavras, o Estado monopolizou uma violência que antigamente pertencia aos indivíduos. É deste ponto de vista que Max Weber definiu o Estado como «o monopólio da violência física legítima» (1974, 101).

Podemos tirar destas reflexões a ilação de que a família reduzida moderna não se basta a si mesma. Ela precisa de um círculo mais alargado, susceptível de proteger os indivíduos que a compõem, como é o caso do Estado, ou ainda capaz de os socializar, como é o caso dos grupos sociais. Precisamente, para que a protecção não se torne totalitária, a socialização por meio da inserção do indivíduo em «grupos secundários», segundo a expressão de Durkheim, torna-se necessária: «Uma sociedade composta por uma infinidade atomizada de indivíduos desorganizados, que um Estado hipertrofiado se esforça por integrar e conter, constitui uma verdadeira monstruosidade sociológica» (Durkheim, 1978: XXXII). De facto, os fundamentos da família reduzida assentam no princípio individualista e contratualista. Um modelo que fez a felicidade da modernidade, mas que, ao mesmo tempo, mostrou os seus limites. Pois, é sabido que a razão e a consciência que serve de suporte a essa razão, não bastam para que os grupos se constituam. É justamente por essa razão que Michel Maffesoli rejeitou «a liberdade racional, contratual, baseada na consciência individual» em prol da «liberdade de Si enraizada num princípio vital anterior ao indivíduo e que lhe sobreviverá» (1997: 111).

3. A erótica social

Existe, no entanto, uma forma de liberdade que nada deve à regulamentação estatal. É a liberdade sexual. Mas não se trata de forma nenhuma da libertação a que assistimos desde o final da década de 1960 e que se inscreve no esquema teleológico da emancipação do homem, uma emancipação que se estende por inerência e mérito próprio a todos os povos, a todas as classes etárias, a todas as camadas sociais e a ambos os sexos, etc. Trata-se antes de uma liberdade que brota das manifestações plurais da sexualidade na nossa pós-modernidade e que pode ser encarada como o indício de uma socialidade rejuvenescida.

O processo de racionalização a que foi submetido todo o Ocidente, pela acção conjugada da religião e da economia, contribuiu para a afirmação da «maior das potências irracionais da vida, o amor sexual» (Weber, 1996: 438). Esta afirmação foi correlativa da sublimação cada vez mais refinada do instinto sexual, que se deve a um processo crescente de racionalização da vida que valorizou do ponto de vista religioso a ética do amor fraterno e a prática da ascese, e, do ponto de vista económico, um tipo de Homem caracterizado pela profissão/vocação. Mas, ao mesmo tempo, a afirmação do amor sexual representa uma forma de fuga a este processo de racionalização da vida que afectou todas as actividades humanas. É assim que a importância crescente conferida ao erotismo, «que reinterpreta e transfigura tudo aquilo que a relação sexual tinha de puramente animal», contribuiu para suscitar uma «sensação específica de ficar liberto do racional no interior desse mundo» (*ibid.*: 443 e 442). Aliás, faz falta acrescentar que a Igreja teve, ao longo da sua história, que reconhecer a profunda irracionalidade do homem e adaptar-se a essa realidade como o observa Sylvianne Agacinski: «a religião cristã, à semelhança de todas as outras, não podia subsistir ao preconizar o ideal ascético para todos. Foi necessário também fazer desta uma religião para os pais e as mães de família e sair da contradição entre a vida quotidiana que tolera a vida sexual moderada pelo pudor, e a vida ascética» (2005: 224). Elucidativos deste esforço de adaptação condicionado pela necessidade, foram os contornos que assumiu a vida de santo Agostinho, que viveu durante muitos anos com uma concubina com a qual teve um filho, antes de ter relacionamentos com uma amante, tendo beneficiado da complacência das autoridades eclesiásticas. Tal como nos recorda o grande especialista da Antiguidade tardia, Peter Brown: «este tipo de concubinação era tradicional na sociedade romana. A própria Igreja católica estava pronta a reconhecê-lo desde que os dois membros do casal permanecessem fiéis um ao outro. É que um verdadeiro casamento implicava complicações desencorajadoras: era preciso que os dois cônjuges gozassem do mesmo estatuto social e daí resultavam situações de família muito complexas» (2001: 78).

Hoje em dia, a sexualidade já não é objecto de tabus e exprime-se livremente. As formas que a sexualidade assume hoje são múltiplas: ao lado da heterossexualidade, temos a homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade, enquanto reflexos da multiplicidade do ser humano e das suas formas de coexistência. Estas formas

plurais de sexualidade podem ser encaradas como factos de socialidade, isto é, como manifestações do estar-juntos.

Mas esta liberdade sexual não remete para um progresso linear, incondicional e irrevogável. Diremos que, do ponto de vista de uma história que se manifesta de forma cíclica, não existem mudanças absolutas, mas apenas um ressurgimento de estruturas e formas constantes e invariáveis na vida dos homens, a que os fundadores da sociologia deram nomes diferentes: o motivo em Weber, as grandes formas em Simmel, as formas elementares em Durkheim, os arquétipos em Jung, as estruturas elementares em Levi-Strauss, etc. O bom senso popular costuma afirmar que não há nada de novo debaixo do sol. Este princípio vale também para o estilo de vida que a pós-modernidade propiciou. A sexualidade constitui precisamente umas destas constantes, como bem o referiu Pareto na sua classificação dos resíduos, ou seja, das manifestações constantes inerentes à natureza humana. A sexualidade aparece na arte, na literatura, no cinema e manifesta-se nas religiões e é ainda objecto de discussões éticas. Mas a sexualidade revela-se sobretudo na vida quotidiana. Se tomarmos em conta com seriedade e imparcialidade a questão da liberdade sexual do ponto de vista das práticas, podemos chegar à conclusão de que a vivência pós-moderna é apenas a reminiscência de uma tendência que reaparece em todas as épocas.

Assim, no tempo dos gregos antigos, essa liberdade era relativamente grande. Michel Foucault mostrou que os gregos não opunham radicalmente a heterossexualidade à homossexualidade. Mais, a concepção que os gregos tinham da moral diferia totalmente da nossa. O homem moral era o homem comedido, o homem que não se deixava arrastar excessivamente pelas suas paixões. A moral rimava então com comedimento. Era independente do objecto (masculino ou feminino) sobre o qual versava o desejo. Particularmente exemplar é a bissexualidade dos gregos à qual a pós-modernidade deu um novo alento. Essa bissexualidade não pode ser interpretada em termos de emancipação do indivíduo, mas no sentido de uma valorização da comunidade entendida como aceitação de um destino comum. Os gregos enalteciam a duplicidade da vida, abrindo um caminho para o reconhecimento do outro, qualquer que fosse esse outro. Admitiam sem reserva que era possível amar dois seres ao mesmo tempo, independentemente do seu sexo. Por outras palavras, uma mesma pulsão podia exprimir-se em práticas opostas, de modo que «aquilo que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era exclusivamente o apetite que a natureza tinha implantada no coração do Homem para com aqueles que eram “belos”, independentemente do seu sexo» (Foucault, 1984: 209).

Assim, na tradição hindu, o *Kama Sutra* concedia uma importância igual à amante e à esposa legítima. Se este compêndio de sabedoria aconselhava a monogamia, ensinava, ao mesmo tempo, a arte de seduzir a mulher casada; se desaconselhava a procriação entre pessoas oriundas de castas diferentes, legitimava também relações amorosas bastante livres. O livro considera ainda que o sucesso no domínio do amor está relacionado com o *dharma* de cada indivíduo, ou seja, com o comportamento moral que dita o cumprimento do dever. Assim, o amor e a prostituição

encontram-se legitimados. É nesse sentido também, que um dos especialistas actuais do fenómeno erótico, Jean-Luc Marion, nos explica que Eros e *Agápe* são uma e mesma coisa. O amor inclui simultaneamente a sexualidade e a sentimentalidade. O que tem que ver com a ordem da paixão amorosa tem a sua própria lógica. Assim, o autor propõe substituir as meditações metafísicas que se comprazem no paradigma da consciência de si, fazendo proceder o amor do *pathos* do *ego*, por meditações eróticas que sugerem um conceito de amor capaz de «conferir uma racionalidade a tudo aquilo que o pensamento não erótico desqualifica como sendo irracional e identifica com a loucura... O conceito de amor distingue-se precisamente pela sua aptidão para pensar aquilo que a filosofia encara como loucura, para caucionar quase sempre os acontecimentos amorosos enquanto tais — em vez de os desaprovar — em função de uma racionalidade que procede do próprio amor. O amor depende de uma racionalidade *erótica*» (2003: 15).

Podemos também invocar a Idade Média, uma época governada por Deus, mas na qual a prática livre da sexualidade nunca perdeu o seu protagonismo. E isso vale para a nobreza como para o povo. Constatando que «a visão de inúmeros cristãos, inclusive nos meios mais cultivados, era espantosamente materialista», Norman Cohn (1962: 20) mostra que os milenarismos da Idade Média se condensavam na ideia de liberdade. O mito da liberdade implicava a crença num milénio baseado em ligações afectivas e eróticas livres. A liberdade sexual compensava, de uma certa maneira, esses flagelos supremos que eram a pobreza e as doenças. A crença generalizada, na Idade Média, segundo a qual o pobre não podia ser pecador, constituía uma justificação para uma fornicação sem limites. A luxúria acompanhava, quase que naturalmente, a maldição da pobreza e da doença. Denis de Rougemont recorda-nos, por sua vez, que «a paixão, vulgarizada dos nossos dias pelos romances e pelo filme, não é mais do que o refluxo e a invasão anárquica nas nossas vidas de uma heresia da qual perdemos o rasto» (2004: 153). É preciso lembrar que a «cortesias herética» se opôs de forma recorrente à «sociedade cristianizada» (*ibid.*: 297) durante a Idade Média, nomeadamente ao condenar a instituição do casamento que a Igreja encarava como sacramento, garante da ordem natural e fundamento da ordem social. Os hereges cátaros consideravam o casamento como uma fonte de corrupção do homem e uma forma de o afastar de uma vida em Deus. A sexualidade, vivida em *hipo* pelos heréticos, era experienciada em *hiper* pelo povo.

Desde sempre o princípio do prazer se opôs ao princípio da realidade, ou seja, à necessidade da reprodução. Nos gregos antigos, havia uma oposição entre o ideal ascético de obediência pitagórica ou platónica e o ideal hedonista de essência epicurista ou cínica. Na pós-modernidade, assistimos à prevalência do hedonismo. O erotismo contradiz a canalização da energia sexual por meio da instituição do casamento e impede que o amor desemboque numa ordem acarinhada pelos gestores do poder. Estes são incapazes de conceber uma qualquer ordem fora de todo o poder instituído. Ora, tal como em matéria de política existe uma ordem fora da instituição do Estado (Élisée Reclus), em matéria de sexo existe uma ordem para além do

agenciamento político do sexo, ou seja, par além da família: «para os adeptos de *moralina*, fora do casal macho-fêmea e da necessária procriação, a desordem triunfa» (Onfray, 2001: 179).

O princípio de prazer manifesta-se em determinadas alturas de forma mais latente, e noutras, de forma mais explícita. Naquilo que se denominou de pós-modernidade, o hedonismo é particularmente notório no fenómeno das relações múltiplas e das trocas sexuais, como é o caso do *ménage*, do *swing* ou da orgia. Daniel Welzer-Lang, um estudioso das trocas sexuais em França, mostrou que estas dizem respeito a pessoas situadas para além da unidade silenciosa e privada do casal e apontam para o ressurgimento de uma estrutura que, apesar de nunca ter desaparecido do catálogo das experiências humanas e de afectar de forma transversal todas as sociedades, não tem sido devidamente examinada pela sociologia: a poligamia. «Tudo se passa como se, descrevendo a poligamia dentro de alguns grupos étnicos particulares, analisando-a como uma sobrevivência de relações pré-capitalistas, no caso de alguns autores, e/ou como uma forma de sobre-opressão de mulheres africanas no caso de outros, a comunidade científica participasse nessa denegação colectiva da realidade da poligamia na sociedade francesa contemporânea» (Welzer-Lang, 2005: 157-158). Parece mesmo que a pós-modernidade fez sua a liberdade sexual ordenada existente outrora nas práticas de determinadas tribos árabes: «Aí, a noiva, ao contratar o casamento, compromete-se a permanecer fiel ao esposo durante um determinado número de dias por semana. Um viajante descreve de forma muito divertida a maneira como as prendas de casamento do pretendente são examinadas e, num primeiro tempo, consideradas como tão insignificantes, de modo a não se poder prometer em troca mais do que dois dias de fidelidade por semana, até ao momento em que, finalmente, depois de um apaixonante regateio, a sogra pronuncie a fórmula salutar: “A minha filha ser-te-á fiel às Segundas, Terças, Quintas e Sextas!”» (Simmel, 1988: 34). Em vez de vermos na prevalência das trocas sexuais na pós-modernidade uma forma de retrogradação que incide sobre a submissão e a exploração da mulher, preferimos ver nela uma reminiscência dos antigos costumes comunitários a que Bachofen deu o nome de direito materno ou de ginococracia, ao conjecturar sobre as civilizações do passado. Costumes esses que levavam os antigos, e mais particularmente os gnósticos carpocráticos, a designar «o mesmo objecto como sendo o deles e o de outrem» (1996: 1183) e a recusar «o “meu” e o “teu” em matéria de mulheres e de bens» (*ibid.*: 1184).

Podemos mesmo dizer que, na aspiração utópica a modelos alternativos de relacionamentos sexuais, transparece a figura de Dionísio, representativa por excelência da pós-modernidade, uma figura que, como no-lo recorda René Girard «acolhe todas as paixões humanas» (2002, 154). Hoje em dia, cada um escolhe a sua sexualidade. É precisamente o que levou Gilles Lipovetsky a falar de «eros de geometria variável» (1993: 73). Mas essa variabilidade não remete para o individualismo. Antes, para uma colectividade difusa, que nunca tinha desaparecido do mapa das sociedades modernas, mais vocacionadas para a dominação do mundo como para a

dominação de si próprio. Deste ponto de vista, a tentativa, comum nos nossos dias, que consiste em insuflar na sociedade um novo ideal de ligação social, de ordem contratual, parece completamente vã.

A socialidade pós-moderna, precisamente, já não emana de um desígnio racional ou de um projecto normativo, mas de uma fusão que une e «religa» os indivíduos na base uma identificação afectiva e emocional. Assim, a formação das chamadas famílias tribais deve ser compreendida a partir da expressão dos sentimentos e das paixões. E é na partilha de afinidades, na participação em valores comuns que se formam essas famílias tribais, que se consolidam, ou então que se separam mutuamente, segundo o esquema da conjunção e da disjunção, maravilhosamente bem referenciado pelo grande ensaísta mexicano Octavio Paz. O que melhor caracteriza essas famílias tribais é o erotismo que podemos definir da seguinte forma: «A arte de gozar? Ou antes, a arte de desejar, e de fazer desejar, até ao ponto de fruir do próprio desejo (o seu próprio e o do outro) para obter dele uma satisfação mais refinada e mais duradoura» (Comte-Sponville, 2001: 209). O erotismo, enquanto propagação de uma nova forma de ligação social ao conjunto da sociedade, como o sugere, aliás, a sua etimologia. O erotismo, enquanto contacto físico, enquanto redescoberta da dimensão táctil, de obediência dionisiaca, que se opõe radicalmente ao tacto distanciado, que caracteriza a modernidade e o individualismo burguês que nela vigora. Como no-lo recorda Adorno, Goethe, nos seus *Anos de viagens de Wilhelm Meister*, apresenta «o tacto como a única saída permitindo salvaguardar as relações entre homens alienados. Esta saída era, para ele, sinónimo de desprendimento; significava desprender-se do calor de uma aproximação total entre os seres, desprender-se da paixão e da felicidade sem mistura» (1983: 32).

Deparamos com o erotismo nas festas realizadas em certos bairros, na organização de jantares de caridade, nas praxes estudantis, nos encontros entre antigos militares de um determinado regimento ou nas festas que reúnem os portadores de um mesmo patronímico. Em todas essas manifestações está implicitamente presente a ideia de um renascer da família numa sociedade corroída pela ideologia individualista do burguesismo. Desse modo, a família nuclear deixou de ser o paradigma de toda a estrutura familiar. Pelo contrário, representa apenas uma actualização circunstanciada de uma das possibilidades na diversidade das experiências humanas. O diagnóstico estabelecido por Remi Lenoir no seu estudo sobre a genealogia da família parece-nos oportuno: «não é necessário ir para sociedades afastadas para compreender que a noção de família não é evidente, que não pode ser, segundo a expressão de Schütz, *taken for granted* para toda a gente. Assim, a “experiência da rua” — que tanto se opõe à da família (burguesa) — incita-nos inevitavelmente a levantar a questão das condições de possibilidade desta evidência familiar sobre a qual se alicerçam inúmeros preconceitos, às vezes tão difundidos, que chegam ao ponto de serem elevados ao nível de categorias científicas ou políticas» (2003: 17).

A pós-modernidade consagra uma erótica social, uma erótica que se encontra inclusive nas instituições e actividades mais consolidadas, à semelhança da religião,

da economia ou da política. Os inúmeros rituais que acompanham a tradição cristã permitem restituir um certo encantamento a uma religião petrificada pela instituições eclesiásticas. Têm qualquer coisa de carnal e de erótico e são da ordem da fusão e do presentismo. Dizem respeito a «uma socialidade sem finalidade nem utilização, reactualizando assim a antiga noção grega de “filia”, de uma erótica social como fundamento da ligação social» (Maffesoli, 2004: 80). Parece mesmo que as famílias se recompõem de forma tribal e encontram uma nova vitalidade nesses lugares de peregrinação que são Lourdes, Fátima ou Santiago de Compostela. Como no-lo recorda Henri Tincq, especialista das questões religiosas, «Lourdes constitui o anti-veneno de uma Igreja cerebral e desencarnada numa sociedade para a qual o tocar se tornou suspeito» (cf.: «Toutes les douleurs mènent à Lourdes», in *Le Monde*, 15 de Agosto de 2004). Poderíamos dizer que na pós-modernidade assistimos a uma mutação do cristianismo, que se torna patente na reviravolta do significado da comunidade cristã. Parafraseando Weber, podemos afirmar que essa comunidade deixou de ser «uma associação confessional de indivíduos» se para tornar «uma associação cultural», ou seja, «uma associação ritual de família» (1982: 63).

4. Família e organizações

A noção de comunidade, com a sensualidade e a emotividade que a caracterizam, impregna hoje em dia as instituições mais rígidas. Basta reparar no facto de que a família está no próprio coração das grandes realizações político-económico-técnicas da modernidade. Certos grupos económicos, nomeadamente os da grande distribuição, como por exemplo Carrefour, Auchan, Leclerc, permanecem ligados às famílias que os fundaram e, muitas vezes, continuam a fazer coabitar no seu seio lógicas de ordem familiar e lógicas funcionais inerentes ao capitalismo. Não se trata para nós de proceder à hipóstase de uma noção que tem apenas uma validade histórica limitada, nem de «ver o reino do sagrado lá onde reinam somente relações totalmente empíricas», para negar o facto de que «o casamento, a propriedade, a família permanecem teoricamente intactos, na medida em que constituem, na prática, o fundamento sobre o qual a *burguesia* edificou a sua dominação» (Marx, Engels, 1976: 172-173). Trata-se, isso sim, de acentuar a permanência de estruturas comunitárias em ambientes menos propícios como no da economia ou no da burocracia, prescindindo da explicação simplista pelo condicionamento primordial dos modos de produção. Evocamos a esse propósito o grande historiador Jack Goody: «O estudo managerial da história industrial, segundo o qual as firmas familiares teriam sido pouco a pouco substituídas por formas de organização económica impessoal não é justificado empiricamente. Negligencia o papel persistente da família nas empresas de todas as dimensões. Não confere a devida importância à multiplicação dos assuntos destinados a permanecerem concentrados no seio de uma mesma família: Robinson Crusoe casa um dia e deixa a sua empresa aos seus herdeiros. Para além

disso, mesmo em caso de controlo burocrático da transmissão, os bens são transmitidos aos membros da família — jóias, casas ou acções. Até dentro das grandes multinacionais, como a IBM, os postos de direcção podem ser transmitidos de pai para filho. Por conseguinte, a despeito do pressuposto ideológico dominante, a família não desapareceu da cena industrial nos princípios do capitalismo. Ela não se afunda, torna a fundar-se em cada nova criação de empresa» (1999: 254-255).

Por sua vez, a política que remete para a possibilidade «de um controlo total da existência social» (Maffesoli, 1992: 60) não é concebível sem o seu substrato, a comunidade. Mesmo enquanto manipulações orquestradas pelos poderes estatais, as festas e os rituais recordam sempre à ordem do político que não pode ser outra coisa do que uma «gestão das paixões» (*ibid.*: 32). É verdade que as comemorações nacionais têm como finalidade inculcar um ideal patriótico e transformar as idiossincrasias linguísticas, étnicas, culturais numa unidade política de facto. No entanto, não é menos verdade que essas encenações espectaculares se declinem em manifestações mais reduzidas onde acabe por prevalecer o único sentido da festa. Nas celebrações do 14 de Julho em França, as paradas militares diurnas cedem o passo aos bailes populares nocturnos. Se, por um lado, o cultivo de uma memória que enaltece o passado tem como objectivo favorecer o sentimento nacional, é preciso reconhecer, por outro, que esse sentimento está também na base do apoio incondicional que os adeptos de um clube desportivo dão aos seus heróis. Um apoio que pode desembocar na veneração e na constituição de claques que não são mais do que uma transfiguração das famílias alargadas tradicionais. O que à partida se nos apresenta como uma exibição política é reapropriado pelo social em acto, como no-lo confirma o especialista do estudo dos rituais profanos: «Se em todos os países as liturgias nacionais se dirigem ao conjunto dos cidadãos e suscitam um consenso quase geral, existem contudo outras liturgias com carácter mais fragmentário, que são praticadas pelos membros de um partido (a saudação de punho levantado) ou de uma região que afirma a sua especificidade (o falar bretão e as bebedeiras dos estudantes de Rennes). Nestas liturgias exprimem-se escolhas políticas. Mas nas democracias ocidentais, se existem coacções sociais para fomentar a participação nos rituais políticos, trata-se antes de mais de pressões difusas oriundas da sociedade inteira e não de pressões ideo-afectivas operadas por um Estado-partido» (Rivière, 1988: 97).

Poderíamos, à guisa de conclusão, mostrar que o princípio de cidadania, de vocação abstracta e de obediência universal — que pretende submeter o planeta, o consumo, a pedagogia, a democracia, a imprensa, os encontros, a ciência, a cidade, o desenvolvimento aos seus próprios desígnios — foi objecto de uma reconquista por parte do povo em secessão com as instituições que pretendem falar em seu nome. Sabemos, por experiência, que um vocábulo perde o seu significado a partir do momento em que é citado de forma inconsiderada e desenfreada. É o que acontece hoje em dia com o conceito de cidadania: concebida ao serviço de políticas de integração e de assimilação, no sentido de superar os enraizamentos concretos de cariz étnico ou religioso, a cidadania tornou-se o pretexto para novas formas de socialidade

em que imperam a expressão dos sentimentos e das emoções. Entre as inúmeras associações, movimentos, tendências, instituições que se pretendem cidadãs, encontramos as seguintes: «Opção cidadã», «Convenção cidadã», «União cidadã», «Assembleia cidadã», «Palavra cidadã», «Expressão cidadã», «Sensibilização cidadã», «Mobilização cidadã», «Acção cidadã», «Ágora cidadã», «Inserção cidadã», «Coligação cidadã», «Empresa cidadã», «Votação cidadã», «Tribuna cidadã», «Conversa cidadã», «Educação cidadã», «Ciência cidadã», «Informação cidadã», «Participação cidadã», «Alternativa cidadã», «Revolução cidadã», ou ainda a «Vigia cidadã», que tem um olhar crítico sobre a Net; a «Comissão cidadã de Inquérito», à procura de provas que possam incriminar as autoridades políticas francesas no genocídio dos Tutsis no Ruanda; a «Cidade cidadã», que promove a educação cívica para os alunos e os professores; a «Energia cidadã», que mobiliza os cidadãos contra as mudanças climáticas; a «Fibra cidadã», que diligencia a instauração de um quadro de desenvolvimento durável para o conjunto da fileira da produção têxtil; a «Rede de Capitação cidadã», que promove a participação dos cidadãos no desenvolvimento urbano da sua zona de residência; o «Consumo cidadão», que pretende ser um agente de regulação da economia mundializada, ao incentivar mudanças nas práticas sociais e ambientais das empresas, ao denunciar a sobre-exploração das crianças no fabrico de brinquedos, ou ainda a sobre-exploração das florestas no fabrico de móveis, ao favorecer a utilização de energias renováveis, ao zelar pela concessão de rótulos biológicos, pelo licenciamento de lojas ecológicas, pela promoção do turismo solidário e verde, pela propagação de investimentos éticos e socialmente responsáveis, pelo desenvolvimento do comércio justo.

Em todos esses exemplos, frutos de uma pequena pesquisa na Internet, é relevante notar que a participação política massiva induzida pelo próprio conceito de cidadania abre o caminho a diversas adesões emocionais às mais variadas comunidades. Ao mesmo tempo que protestamos contra a futilidade da moda e a homogeneização a que esta conduz, submetemo-nos de forma inconsciente aos seus ditames, utilizando a roupa de marca como sinal de reconhecimento. Ao mesmo tempo que vituperamos o imperialismo cultural norte-americano, frequentamos os *McDonald's*, sem que isso seja minimamente sentido como uma contradição. Ao mesmo tempo que criticamos os danos causados pelo consumismo, lançamo-nos na compra de televisores com ecrã plasma e telemóveis da última geração. Como no-lo diz ainda Michel Maffesoli, «este ideal comunitário é claramente o da “servidão voluntária”. A dominação do grupo que procuramos e que aceitamos como meio de aceder à plenitude» (2007: 89). Podemos ser anti-conformistas a título individual, ao mesmo tempo que nos submetemos aos conformismos de grupo. No consumo de produtos biológicos, na utilização crescente de matérias naturais, como a madeira na construção civil, no recurso à medicina tradicional joga-se uma nova modalidade do sentimento de pertença a uma comunidade. Por outras palavras, a socialização humana processa-se fora do quadro da família nuclear, representativa do individualismo burguês, e fora também das instituições — religiosas, económicas, políticas — sintomas

do coletivismo estatal, que entende reger de forma contratual e racional os relacionamentos humanos. «Temos de ser, fora da família, solidários com um qualquer outro grupo, mais restrito que a sociedade política, mais próximo de nós, que nos alcance de mais perto, e é para esse grupo que devem ser transferidos os próprios direitos que a família já não é capaz de exercer» (Durkheim, 1975: 45). É precisamente a esse grupo que podemos atribuir o nome de famílias tribais.

Bibliografia

- Adorno, Theodor W. (1983), *Minima Moralia. Réflexions sur la vie mutilée*, Paris, Payot.
- Agacinski, Sylvianne (2005), *Métaphysique des sexes. Masculin / Féminin aux sources du christianisme*, Paris, Seuil.
- Bachofen, Johann Jakob (1996), *Le droit maternel. Recherche sur la gynécocratie de l'Antiquité dans sa nature religieuse et juridique*, Lausanne, L'Âge d'Homme.
- Bauman, Zygmunt (2005), «Défis pour l'éducation dans la liquidité des temps modernes», in AA.VV., *Revue Diogène. Une anthologie de la vie intellectuelle au XX^e siècle*, Paris, PUF, pp. 368-383.
- Bouvier, Pierre (2005), *Le lien social*, Paris, Gallimard.
- Brown, Peter (2001), *La vie de saint Augustin*, Paris, Seuil.
- Cohn, Norman (1962), *Les fanatiques de l'Apocalypse. Courants millénaristes révolutionnaires du XI^e au XVI^e siècle, avec une postface sur le XX^e siècle*, Paris, Julliard.
- Comte-Sponville, André (2001), *Dictionnaire philosophique*, Paris, PUF.
- Costa, Manuel Silva e (1997), «A participação nas organizações, um desafio social e cultural», in *Cadernos do Noroeste*, Actas do VIII Seminário Internacional «Participação e cultura nas organizações», 10, 2, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, pp. 5-9.
- Durkheim, Émile (1975), *Textes*, tome III, *Fonctions sociales et institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Durkheim, Émile (1978), *De la division du travail social*, Paris, PUF.
- Duvignaud, Jean (1986), *Hérésie et subversion. Essais sur l'anomie*, Paris, La Découverte.
- Eliade, Mircea (1994), *La nostalgie des origines*, Paris, Gallimard.
- Engels, Friedrich (2002), *Origine de la famille, de la propriété privée et de l'État* (1884, traduction française 1952), versão on-line produzida por Jean-Marie Tremblay, acessível em: <http://dx.doi.org/doi:10.1522/cla.enf.ori2>.
- Ferry, Luc (1996), *L'homme-Dieu ou le Sens de la vie*, Paris, Grasset.
- Foucault, Michel (1984), *Histoire de la sexualité*, T. 2, *L'usage des plaisirs*, Paris, Gallimard.
- Fougeyrollas, Pierre (1979), *Sciences sociales et marxisme*, Paris, Payot.
- Freund, Julien (1980), *La fin de la renaissance*, Paris, PUF.
- Giddens, Anthony (2007), *La transformation de l'intimité. Sexualité, amour et érotisme dans les sociétés modernes*, Paris, Hachette.
- Girard, René (2002), *La voix méconnue du réel. Une théorie des mythes archaïques et modernes*, Paris, Grasset.
- Godelier, Maurice (2004), *Métamorphoses de la parenté*, Paris, Fayard.
- Goody, Jack (1999), *L'Orient en Occident*, Paris, Seuil.
- Leandro, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Lenoir, Remi (2003), *Généalogie de la morale familiale*, Paris, Seuil.
- Lipovetsky, Gilles (1993), *Le crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*, Paris, Gallimard.

- Luhmann, Niklas (1990), *Amour comme passion. De la codification de l'intimité*, Paris, Aubier.
- Maffesoli, Michel (1982), *L'ombre de Dionysos. Contribution à une sociologie de l'orgie*, Paris, Méridiens/Anthropos.
- Maffesoli, Michel (1992), *La transfiguration du politique. La tribalisation du monde*, Paris, Grasset.
- Maffesoli, Michel (1997), *Du nomadisme. Vagabondages initiatiques*, Paris, Le Livre de Poche.
- Maffesoli, Michel (2004), *Le rythme de la vie. Variations sur les sensibilités postmodernes*, Paris, La Table Ronde.
- Maffesoli, Michel (2007), *Le réenchantement du monde. Une éthique pour notre temps*, Paris, La Table Ronde.
- Maffesoli, Michel (2010), *Matrimonium. Petit traité d'écologie*, Paris, CNRS Éditions.
- Marion, Jean-Luc (2003), *Le phénomène érotique. Six méditations*, Paris, Grasset.
- Martins, Moisés de Lemos (2010), «A crise do humano, a família e os novos laços sociais», texto policopiado, 9 páginas, no prelo.
- Marx, Karl; ENGELS, Friedrich (1976), *L'idéologie allemande*, Paris, Éditions Sociales.
- Marx, Karl (1977), *Œuvres. Économie, I*, Paris, Gallimard, La Pléiade.
- Minois, Georges (2005), *Le culte des grands hommes. Des héros homériques au star system*, Paris, Éditions Louis Audibert.
- Muchembled, Robert (2005), *L'orgasme et l'Occident. Une histoire du plaisir du XVI^e siècle à nos jours*, Paris, Seuil.
- Nietzsche, Friedrich (1976), *La naissance de la tragédie*, Paris, Gallimard.
- Onfray, Michel (2001), *Théorie du corps amoureux. Pour une érotique solaire*, Paris, Le Livre de Poche.
- Rivière, Claude (1988), *Les liturgies politiques*, Paris, PUF.
- Rougemont, Denis de (2004), *L'amour et l'Occident*, Paris, Union Générale d'Éditions, Collection 10/18.
- Segalen, Martine (1999), *Sociologia da família*, Lisboa, Terramar.
- Simmel, Georg (1988), *Philosophie de l'amour*, Paris, Petite bibliothèque Rivages.
- Simmel, Georg (1989), *Philosophie de la modernité. La femme, la ville, l'individualisme*, Paris, Payot.
- Weber, Max (1974), *Le savant et le politique*, Paris, Union Générale d'Éditions.
- Weber, Max (1982), *La ville*, Paris, Aubier-Montaigne.
- Weber, Max (1996), *Sociologie des religions*, Paris, Gallimard.
- Welzer-Lang, Daniel (2005), *La planète échangiste. Les sexualités collectives en France*, Paris, Payot.
- Xiberras, Martine (1993), *Les théories de l'exclusion. Pour une construction de l'imaginaire de la déviance*, Paris, Éditions Méridiens Klincksieck.

Os *Cultural Studies* no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Moisés de Lemos Martins

I. O que são os *Cultural Studies*?

Não existem *Cultural Studies* sem estudos dos *media*, sem Sociologia e sem Antropologia, porque os *Cultural Studies* são ‘ciência social’. Os *Cultural Studies* exprimem uma tradição científica que desloca a reflexão sobre a cultura de um entendimento centrado na relação cultura/nação e no privilégio dado ao ensino da língua e da literatura, no sentido de uma aproximação da cultura aos grupos sociais e às suas sub-culturas como estilos de vida. Mantém-se a dimensão política dos estudos sobre a cultura, mas a perspectiva desloca-se progressivamente num sentido sociológico e antropológico, dado que se passa a interrogar o modo como a cultura de um grupo social, e antes de mais nada, a cultura das classes populares, funciona como contestação da ordem social, ou então, inversamente, como reconforto das relações instituídas de poder e dominação.

Como bem refere Vítor Aguiar e Silva¹ (2008: 255), os *Cultural Studies* acabaram por centrar a atenção nos estudos étnicos, pós-coloniais, comunicacionais, antropológicos, etnográficos e feministas, e apenas «muito marginalmente» se têm interessado pela literatura e pelos estudos literários. Por essa razão, os *Cultural Studies* pertencem, remata Aguiar e Silva (*Ibid.*: 254), «não à área das *Arts*, mas à área da *Social Science*». No sentido de fundamentar a conclusão a que chegou, convoca este professor emérito do Instituto de Letras da Universidade do Minho uma representativa antologia de textos sobre *Cultural Studies*, o volume organizado, em 1996, por John Storey com o título *What is cultural studies? A reader* (London, Arnold), onde, assinala, não existe «nenhum ensaio que incida específica e predominantemente sobre a literatura, sobre um texto literário, sobre um escritor ou que se ocupe propriamente das relações dos estudos culturais com os estudos literários».

Mas não é diferente a conclusão a que chegamos pela leitura da antologia publicada em França, em 2008, por Hervé Gleverec, Éric Macé e Éric Maigret, sob o título de *Cultural Studies. Anthologie* (Paris, Armand Colin). Os textos seleccionados estão dispostos em três partes distintas. Na primeira parte, são convocados ensaios que remetem para os tempos da fundação dos *Cultural Studies* na Universidade de Birmingham, onde em 1964 se constituiu o *Centre for Contemporary Cultural Studies*. Tem por título «Le moment Birmingham». Um dos textos é de Stuart Hall sobre

¹ Vítor Aguiar e Silva (2008), «Genealogias, Lógicas e Horizontes dos Estudos Culturais», in Goulart, R., Fraga, M. & Meneses, P., *O Trabalho da Teoria – Colóquio em Homenagem*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

«La culture, les médias et l'effet idéologique». A segunda parte tem por título «La redécouverte des publics». Um dos textos é de John Fiske e tem por título «Moments de télévision: ni le texte ni le public». Um outro é de Joke Hermes e chama-se «Médias, signification et vie quotidienne». Um outro ainda é de David Morley e denomina-se «La réception des travaux sur la réception. Retour sur 'Le Public de *Nationwide*'». A terceira e última parte desta antologia intitula-se «Sphère publique et conflits culturels». O primeiro texto é de Ien Ang e tem por título «Culture et communication. Pour une critique ethnographique de la consommation des médias dans le système médiatique transnational». O ensaio seguinte, da autoria de David Hesmondhalgh, intitula-se «Industries culturelles et *cultural studies* (anglophones)». Ainda um outro estudo, cujo autor é Henry Jenkins, tem por título «Démocratiser la télévision? La politique de participation».

Ou seja, nesta antologia são muitos os estudos sobre os *media*, tendo todos eles uma natureza sociológica e antropológica. E poderíamos acrescentar que os restantes ensaios, versando variados assuntos sociais, têm a mesma natureza. Apenas existe um texto em que a literatura é directamente convocada. Refiro-me a um ensaio, todavia, sobre literatura popular, e não sobre a grande literatura. O estudo, da autoria de Janice Radway, analisa a relação entre mulheres, patriarcado e literatura popular. Em síntese, exactamente a mesma conclusão de Vitor Aguiar e Silva: nenhum ensaio incide sobre um texto literário maior, sobre um escritor ou se ocupa propriamente das relações dos estudos culturais com os estudos literários.

Conectados politicamente, no começo, com a nova esquerda britânica, que lhes dava um carácter ideológico militante (foi assim sobretudo com Richard Hoggart, e menos com Stuart Hall), e associados a campos de pesquisa académica bastante marginais, os *Cultural Studies* conhecem, a partir dos anos oitenta, um desenvolvimento considerável, ao contemplar componentes culturais ligadas ao 'género', à sexualidade, à 'etnicidade', ao pós-colonialismo, às práticas de consumo, e também aos novos dispositivos e práticas tecnológicas. Ou seja, tendo nos primeiros tempos uma inspiração marxista, os *Cultural Studies* refundam-se no confronto com novas abordagens teóricas, umas anglo-saxónicas, designadamente a etnografia, o interaccionismo simbólico e a etnometodologia, outras de inspiração francesa, como foi o caso do estruturalismo, do desconstrutivismo e das análises de Michel Foucault sobre o poder e a dominação. E refundam-se, igualmente, no confronto com os efeitos das mudanças sociais, por via da injeção e da mobilização tecnológicas.

Os *Cultural Studies* vêm a tomar, pois, como nova inspiração a revalorização do sujeito, o consumo dos *media*, a aceleração mundial de bens culturais, as culturas do ecrã, a mundialização dos riscos ecológicos e ambientais, a assunção da solidariedade colectiva tendo em vista a segurança global, as consequências sociais e culturais das biotecnologias, e alargam o seu território aos públicos de televisão, cinema e teatro, à moda, às identidades sexuais e às identidades étnicas, aos jogos electrónicos, aos museus, ao turismo e às férias. A unidade de análise deixa de se cingir à classe social, que é cada vez mais substituída pela idade, pela escolaridade, pelo género e pelas

identidades étnicas. E por outro lado, também a ideologia deixa de ser a categoria pertinente, centrando-se a atenção na hegemonia dentro de um campo específico de relações de poder e dominação, primeiro em termos gramscianos, depois numa perspectiva foucaultiana, e finalmente num entendimento bourdieusiano.

Com nomes como os de Dick Hebdige, David Morley, Janice Radway, John Fiske, Henry Jenkins, e tantos outros, os *Cultural Studies* desessencializam os territórios culturais e deslocam os estudos da cultura no sentido dos públicos, dos utentes, dos amadores, da criatividade nas margens e em artes menores, como a fotografia, a banda desenhada, o cartoon, a literatura popular e a literatura de cordel, a arte e a música pop, os graffitis, etc. Entretanto, com Judith Butler, são subvertidos os supostos códigos naturais da masculinidade e da feminilidade, do mesmo modo que é subvertida a definição rígida e dominante da sexualidade. E com Paul Gilroy, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, os *Cultural Studies* viram-se para outros mundos que não os ocidentais, na relação intrincada que têm com os antigos colonizadores, com as minorias étnicas e com as identidades multiculturais.

Em síntese, os *Cultural Studies* significam uma deslocação do estudo tradicional da cultura no sentido antropológico e sociológico, o que traduz uma especial atenção prestada ao quotidiano das classes populares, à recepção e ao consumo dos *media*, aos estilos de vida e à mudança social, tomando como principais unidades de análise a classe, o género e a etnia dos actores sociais. Nesta deslocação acabou por ter também um papel decisivo a consideração das circunstâncias pós-coloniais de um mundo mobilizado nas suas práticas pelas mais variadas tecnologias, sobretudo por dispositivos tecnológicos de comunicação, informação e lazer (Internet, iPod, telemóveis, etc.). São, pois, temáticas centrais nos *Cultural Studies* os estudos sobre os novos grupos sociais (de produtores, criadores e divulgadores culturais), os consumos culturais (hábitos de leitura, de ida ao teatro, ao cinema, a concertos, a museus, a exposições de arte, hábitos de utilização da Internet), os estilos de vida, os gostos culturais, os públicos da cultura, os estudos de género, os estudos das sub-culturas juvenis (urbanas e sub-urbanas), os estudos de recepção dos *media*, os estudos sobre os usos dos dispositivos tecnológicos, os estudos sobre as identidades étnicas, os estudos sobre as indústrias culturais: moda, turismo, férias, publicidade, cinema, televisão, rádio, imprensa escrita, novos *media*, enfim, os estudos pós-coloniais.

II. As várias tradições dos *Cultural Studies*

1. A tradição anglo-saxónica

Os *Cultural Studies* desenvolveram-se sobretudo nos anos sessenta e setenta com a escola de Birmingham, tematizando com Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Thompson, Stuart Hall e David Morley, entre outros, as culturas juvenis e operárias, e também os conteúdos e a recepção dos *media*.

Richard Hoggart é consensualmente reconhecido como o fundador do campo de estudos que ficou conhecido como *Cultural Studies*. Publicou, em 1957, *The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special References to Publications and Entertainments*. Foi traduzido em francês com o título redutor de *La Culture du Pauvre*. O propósito essencial desta obra foi o de esclarecer a influência das indústrias culturais, particularmente a influência da indústria dos *media* na classe operária. Hoggart fundamentou a análise numa descrição etnográfica do quotidiano da vida popular e procurou mostrar como é que as publicações destinadas a este público se inseriam neste contexto.

Raymond Williams publicou três obras principais para a constituição deste campo de estudos. Em *Culture and Society*, uma obra publicada em 1958, propôs a ideia de que as noções culturais, assim como as suas formas e práticas, cristalizam visões e atitudes que exprimem regimes e estruturas de percepção e sensibilidade. O conceito “structures of feeling” foi elaborado em diálogo com os trabalhos do sociólogo da literatura Lucien Goldmann. Em *The Long Revolution*, publicada em 1961, Williams sublinha o papel dos sistemas de educação e de comunicação (a imprensa e a standardização da língua) e dos processos de alfabetização na dinâmica da mudança social. A sua proposta foi ao ponto de esboçar um programa de reforma democrática das instituições culturais. Por sua vez, em *Communications*, uma obra que data de 1962, Williams entrou no debate público sobre o controle democrático dos *media*, formulando propostas concretas que afastam o seu necessário controle democrático da visão instrumental que os encara exclusivamente, por um lado, como meios de influência, por outro, como meios de agitação e propaganda. Em 1974, Williams publica ainda *Television: Technology and Cultural Form*. O interesse crescente que Williams dedicou aos *media* e ao seu enraizamento histórico levou-o a tornar-se cronista do *Guardian*.

Em Edward Thompson e Stuart Hall, vamos encontrar uma dimensão cosmopolita, uma experiência da diversidade das culturas, que são igualmente apanágio dos historiadores e sociólogos Benedict Anderson e Perry Anderson. Os estudos pós-coloniais têm em Stuart Hall e Benedict Anderson uma importante fonte de inspiração. De Stuart Hall, assinalo o influente estudo *Encoding and Decoding in the Television Discourse* (1973). De Benedict Anderson é de salientar o famosíssimo trabalho *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, publicado em 1983; de Perry Anderson, *The Origins of Postmodernity* (1998); e de Edward Thompson, *The Making of the English Working Class* (1963). O estudo teórico de Hall vai abrir caminho a estudos empíricos sobre a recepção dos *media*, que desenvolvem técnicas etnográficas de observação e de compreensão de públicos reais.

Quanto a David Morley, é justo assinalar que foi o primeiro investigador a introduzir a técnica dos *focus groups* no *The Nationwide Project*, um importante estudo sobre as audiências dos *media* (analisando o programa *Nationwide* do canal de televisão da BBC), constituindo vinte e nove grupos de análise, que representavam os mais diversos meios sociais. Cada grupo de análise permitiu-lhe a observação, com-

paração e análise das reacções à difusão de episódios da emissão. O estudo de Morley veio corrigir num aspecto importante o trabalho teórico de Hall. Baseando-se na importância dos estatutos de classe, Hall não pôde compreender a importância do quadro doméstico da percepção, decorrente das relações familiares, muito particularmente do lugar que nas famílias têm as mulheres.

Entretanto, o trabalho dos *focus groups* concorreu significativamente para compreender o papel dos *media* na produção de novos registos identitários. Esta *démarche* empreendida por Morley deslocou-se, entretanto, no sentido do estudo do género (*gendered*), nos processos de recepção e na relação aos instrumentos técnicos de comunicação.

Morley publicou em 1986 um outro trabalho desta natureza: *Family Television: Cultural Power and Domestic Leisure*. Entre outras técnicas, Morley recorreu à observação participante, às grelhas diárias de emprego do tempo, à cartografia mental dos espaços domésticos, e também das distâncias afectivas, às modalidades de comunicação e à discussão do álbum de família.

Entretanto, nos Estados Unidos, foi a tradição da escola de Chicago, onde pontificou o sociólogo canadiano Erving Goffman, quem deu o tom aos *Cultural Studies*, lançando-os por um caminho declaradamente interaccionista e antropológico, que permitiu centrar a investigação nas interacções sociais do quotidiano e desenvolver o campo das sub-culturas. São de destacar os seguintes trabalhos de Erving Goffman: *The Presentation of Self in Everyday Life* (1956); *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates* (1961); *Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction – Fun in Games and Role Distance* (1961); *Behaviour in Public Places: Notes on the Social Organization of Gatherings* (1963); *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience* (1974); e, sobretudo, *Gender Advertisements* (1979) e *Forms of Talk* (1981).

No encaço da escola de Chicago, outros importantes estudos foram realizados. Entre eles contam-se os do sociólogo Howard Becker, da Universidade de Washington, designadamente, *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance* (1973) e *Art Worlds* (1982). E são também de salientar os trabalhos do antropólogo de Princeton, Clifford Geertz, que publicou, em 1973, *The Interpretation of Cultures*, onde as classes populares aparecem, quais sujeitos de resistência, a mobilizar recursos que opõem à dominação, e não como “idiotas culturais”, que passivamente se inscrevem na ordem do consumo.

2. A tradição francesa

Em França, Roland Barthes, acompanhado pelo teórico do cinema Christian Metz e por Júlia Kristeva, inicia “l’aventure sémiologique”, em torno da revista *Communications*, criada em 1962, um projecto editorial em que também participa Edgar

Morin. Por outro lado, Pierre Bourdieu cria, em 1975, *Les Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, seguindo a mesma pista, aberta pelos *Cultural Studies*, de interrogar as implicações políticas da cultura. *Les Actes de la Recherche* vão traduzir textos de Hoggart, Williams e Thompson, e tomam em consideração as culturas populares ou ilegítimas: fotografia, banda desenhada, livros para crianças, romances ‘populares’. Pierre Bourdieu publicou, entre outros livros: *Les Héritiers - Les étudiants et la culture*, com Jean-Claude Passeron (1964); *Un Art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*, com Luc Boltanski, Robert Castel e Jean-Claude Chamboredon (1965); *L’Amour de l’art. Les musées et leur public*, com Alain Darbel e Dominique Schnapper (1966); *Ce que parler veut dire- L’économie des échanges linguistiques* (1972); *Les Règles de l’art. Genèse et structure du champ littéraire* (1992); *Sur la télévision*, suivi de *L’emprise du journalisme* (1996); e coordenou o influente estudo sobre *La Misère du Monde* (1993).

Mas podemos assinalar, igualmente, o estudo de Michel de Certeau *L’Invention du Quotidien: Arts de Faire* (1980), publicado nos Estados Unidos, quatro anos mais tarde, com o título *The Practice of Everyday Life*. De Certeau coloca-se do ponto de vista das táticas específicas e minúsculas dos consumidores (‘artes de fazer’ populares: manhas, biscates, remedeios, reutilizações) nas suas relações com os *media* e com outros dispositivos culturais. Trata-se de um combate tático contra a ordem produtiva e social, um combate que ocorre sempre entre o forte e o fraco, embora o fraco não deixe nunca de construir a sua cultura.

Podemos indicar, ainda, nesta mesma inspiração, o estudo de Henri Lefebvre, igualmente sobre o quotidiano (em 1961, *Critique de la Vie Quotidienne II, Fondements d’une Sociologie de la Quotidienneté*; e em 1968, *La Vie Quotidienne dans le Monde Moderne*) e o estudo de Michel Foucault sobre as prisões (*Surveiller et Punir - Naissance de la Prison*, em 1975). Mas também são de importância os muitos estudos de Jean Duvignaud sobre sociologia do teatro, da arte, e sobre a festa, o jogo e a ritualidade social.

Finalmente, encontramos, já nos anos noventa, o antropólogo Marc Augé a fazer uma “antropologia dos mundos contemporâneos” (1994), aventurando-se pelo estudo daquilo a que chamou os ‘não lugares’, designadamente o metropolitano, os aeroportos, as feiras e os parques de atracções.

3. O contributo específico da América Latina

É possível ainda invocar o contributo específico da América Latina para os *Cultural Studies*, onde se destacam, entre outros:

- Paulo Freire, com *Pedagogia do Oprimido* (1970). Aí se tratava de valorizar os elementos de resistência contidos historicamente nas culturas populares;
- Jesus Martin-Barbero, um hispano-colombiano, com o estudo *De los Media a las Mediaciones* (1987); e em parceria com Germán Rey, *Los Ejercicios del Ver. Hegemonía Audiovisual y Ficción Televisiva* (1999);

- Michelle Mattelard e Mabel Piccini, “La Televisión y los Sectores Populares” (1974), onde são feitos os primeiros estudos etnográficos sobre as séries americanas e as telenovelas nos meios populares de Santiago do Chile;
- Ariel Dorfman e Armand Mattelart, *Para Leer al Pato Donald* (1972);
- Guillermo Orozco e Maria Immacolata Lopes (um mexicano e uma brasileira) que têm desenvolvido importante trabalho sobre a recepção de produtos mediáticos, sobretudo das telenovelas. Guillermo Orozco editou, em 1996, *Miradas Latinoamericanas a la Televisión*. Immacolata Lopes coordenou, em 2002, a obra colectiva *Vivendo com a Telenovela*;
- Nestor Garcia Canclini, um argentino estabelecido no México, que trabalha sobre a ‘hibridação cultural’, a desterritorialização e as ‘comunidades de consumidores’;
- Renato Ortiz, um brasileiro que desenvolveu os conceitos de “tradição moderna” e de mundialização do “internacional popular”;
- Enfim, Muniz Sodré, um brasileiro, que vê publicada a primeira obra em 1973, com o título *Ficção do Tempo: Análise da Narrativa de Ficção Científica*. Das muitas obras que publicou, assinalo três. *A Comunicação do Grotesco: Introdução à Cultura de Massa no Brasil* (1983) é uma obra sobre programas de TV que exploram escândalos e aberrações. Por sua vez, *Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil* (1999) estabelece as constantes do jogo identitário da questão nacional. Na viragem do milénio, ao serem celebrados os quinhentos anos do Brasil, o tempo presente é interpelado pelos impulsos de nacionalidade do passado e pelas estratégias populares de singularização, sendo os *media* colocados no centro deste processo. Finalmente, *As estratégias sensíveis - afeto, mídia e política* (2006) constitui o primeiro trabalho brasileiro sobre a importância crescente dos afectos na cultura contemporânea. É analisada a perda de influência da razão instrumental sobre as consciências e o incremento do ‘sensorialismo’ nos modos de operação dos *media*. Muniz Sodré apresenta nesta obra uma abordagem da prevalência da estética nas formas de vida virtual, construídas pelas tecnologias da comunicação, e também na vida quotidiana contemporânea.

III. As Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e os *Cultural Studies*

Nesta secção, vou centrar-me, sobretudo, nas competências específicas em Estudos Culturais no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e na sua unidade de investigação, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).

1. Assinalo que entre as *especialidades do doutoramento em Ciências da Comunicação* da Universidade do Minho se encontram várias que estão particular-

mento de Sociologia, no lançamento do *mestrado de Sociologia dos Estilos de Vida*, tendo sido responsável pela leccionação de três das seis disciplinas: Sociologia da Cultura, Sociologia do Consumo e Sociologia da Comunicação. Hoje, vários investigadores do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) leccionam neste mestrado, entretanto remodelado e adequado a Bolonha, as seguintes unidades de crédito: Sociologia dos Estilos de Vida, Sociologia do Quotidiano, Sociologia do Imaginário, Sociologia da Cultura, Sociologia da Arte, Sociologia do Consumo, Sociologia da Comunicação.

5. *Estudos Pós-coloniais*. Os *estudos pós-coloniais* na perspectiva da ‘comunicação intercultural’ (que é uma área de especialidade do doutoramento em Ciências da Comunicação): identidades étnicas, representações do outro na literatura e nos *media*, políticas da língua, políticas de comunicação nos países de expressão portuguesa, conteúdos mediáticos sobre a identidade lusófona, comunidades virtuais lusófonas.

O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) é o responsável editorial pelo *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, uma revista científica que exprime a cooperação das Associações de Ciências da Comunicação de vários países lusófonos (Brasil, Portugal, Angola, Moçambique), e ainda da Galiza. Sendo uma revista de Ciências da Comunicação, está todavia vocacionada para o tratamento de temáticas pós-coloniais. Destaco, neste sentido, o número sete (2009) sobre «Memória social e dinâmicas identitárias» e o número oito (2010), sobre «O presente e o futuro da Lusofonia – Entre o espaço real e o ciberespaço».

Em 1999, o CECS organizou o III Congresso Lusófono de Ciências da Comunicação. Publicou as actas do Congresso nos números 2 e 3 da revista *Comunicação e Sociedade* (2000 e 2001, respectivamente). Teve responsabilidades na organização de mais sete Congressos Lusófonos de Ciências da Comunicação: Lisboa (1997), Sergipe (1998), Santos (2000), Maputo (2002), Covilhã (2004), Santiago de Compostela (2006) e Lisboa (2009), assim como nas respectivas actas.

Foi desenvolvido no CECS o projecto colectivo “Lusocom”, que, entre outras actividades, realizou o Seminário Internacional “Comunicação e Lusofonia” (Novembro de 2005) e publicou a obra *Comunicação e Lusofonia. Para uma leitura crítica da Cultura e dos Média* (2006).

O CECS realizou também, em 2006, o Congresso sobre “A Comunicação Social e os Portugueses no Mundo”, com a presença de várias dezenas de responsáveis de empresas de comunicação social e jornalistas de muitos países da emigração: França, Suíça, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, Venezuela, países africanos, etc. Em 2007, publicou *O Preto e o Branco* sobre as representações do outro (angolano, cabo-verdiano, brasileiro, etc.) em Portugal. Em 2008, realizou o Seminário internacional sobre “Comunicação Intercultural”, e publi-

cou, no mesmo ano, uma obra homónima, na colecção “Comunicação e Sociedade”. O CECS integrou a Comissão Organizadora do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, que em 2009 se realizou na Universidade do Minho, com largas centenas de investigadores dos países de expressão portuguesa. Uma das principais mesas-redondas do Congresso teve como temática a lusofonia, na perspectiva dos estudos pós-coloniais.

Desde 2002-2003, que se concretizaram no CECS vários pós-doutoramentos de investigadores brasileiros e estão praticamente concluídos três doutoramentos de estudantes em estudos pós-coloniais.

6. *Identities sociais*. Das sub-culturas (profissionais e estudantis, por exemplo) às identidades de género, e também às identidades nacionais e às áreas culturais, são vários os projectos de investigação realizados e em curso no CECS.

7. *Quotidiano e Imaginário Social*. Sobre *Quotidiano e Imaginário social*, o CECS realizou em 2002 o Seminário internacional homónimo, tendo publicado as Actas no número 4 da revista *Comunicação e Sociedade*. E em 2007 realizou, em Lisboa, em parceria com o Centre d’Études sur l’Actuel et le Quotidien (CEAQ, Sorbonne) e o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), da Universidade Nova de Lisboa, o Seminário “Imagem e Pensamento”. Especificamente sobre o imaginário tecnológico, o CECS publicou o número 12 da revista *Comunicação e Sociedade* (2007). Tem no prelo um número da revista *Sociétés* (CEAQ, Sorbonne), feito em parceria com investigadores do Centre d’Études sur l’Actuel et le Quotidien (CEAQ), sobre «L’imaginaire des médias». Desenvolve o projecto sobre “Postais ilustrados. Para uma sócio-semiótica da imagem e do imaginário”. No âmbito deste projecto, foi defendida, em 2009, a Dissertação de Mestrado intitulada “Cultura à vista: o postal ilustrado como estratégia de promoção das artes e da cultura”.

O CECS desenvolve, também, o projecto sobre o imaginário, trágico, grotesco e barroco nos *media* contemporâneos (jogos electrónicos, cinema, publicidade, vídeo-clips). Em anos consecutivos, de 2008 a 2010, participou com duas mesas-redondas, em cada ano, sobre o “imaginário tecnológico” nas Jornadas que o CEAQ, da Universidade da Sorbonne, organizou em Paris sobre “Sociologie Post-moderne”. Em Fevereiro de 2010, o CECS realizou em parceria com o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem, da Universidade Nova de Lisboa, e com a Universidade Lusófona, o Colóquio sobre Cultural Digital e Quotidiano.

8. *Mediações culturais*. Foi desenvolvido no CECS o projecto colectivo sobre *Comunicação e Mudanças Climáticas*. Em 2007, realizou-se o Seminário homónimo, cujas actas foram publicadas em eBook (2009): Anabela Carvalho (Ed.), *Communicating Climate Change Discourses, Mediations and Perceptions*,

CECS, Universidade do Minho. O CECS publicou, por outro lado, um número da revista *Comunicação e Sociedade* sobre ‘Comunicação da Ciência’, e um outro sobre *Comunicação Organizacional*.

9. É membro do CECS o único doutor da Universidade do Minho especializado em estudos de cinema, com uma tese em Ciências da Comunicação, defendida em 2007, na Universidade de Aveiro, e intitulada *Convergência entre o cinema e a realidade virtual*. O CECS publicou, entretanto, em 2009, *Emoções Interactivas. Do Cinema para os Videojogos* (coleção ‘Comunicação e Sociedade’, CECS, Universidade do Minho). Existem no CECS mais dois especialistas de comunicação audiovisual e vários especialistas em comunicação e cultura digital e sobre novos *media*, particularmente sobre ‘social networking’. O CECS conta com vários doutores especializados em estudos de recepção dos *media*. É membro do CECS um doutor com obra sobre os não-lugares das paisagens urbanas: estudo sobre os outdoors no metropolitano, nos aeroportos, nas avenidas e nas auto-estradas. Vários membros do CECS estão em vias de concluir teses de doutoramento em estudos da moda, estudos do género, “Digital media”, processos identitários através da constituição da memória electrónica, estudos performativos — teatro.

10. *Outras competências em Cultural Studies no Instituto de Ciências Sociais.*
Além das diversificadas competências científicas que se encontram no Departamento de Ciências da Comunicação e no seu Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), o doutoramento em *Cultural Studies* conta com a colaboração de um número alargado de outros investigadores do Instituto de Ciências Sociais, de todos os seus Departamentos (Sociologia, Antropologia, Geografia e História), que cobrem um multifacetado espectro de especialidades. Destaco, entre outras, as seguintes competências: cinema e imaginário social; metamorfoses do corpo; cultura popular, poder local e identidades locais; processos identitários em contexto de globalização; estudos pós-coloniais, processos identitários nacionais e supra-nacionais; práticas do espaço e imaginário da cidade; cultura visual; práticas do património, património industrial e património artístico; sub-cultura asilar, práticas de exclusão social, práticas de reabilitação social; criminalidade, práticas de justiça e cidadania, sub-cultura da prisão; geografia e turismo; indústrias culturais; culturas e práticas científicas; biopolítica e controle social (segurança e risco); práticas do tempo, memória e imaginário social; cuidados de saúde e comportamentos de risco; práticas alimentares; sub-cultura eclesiástica (padres e beatos, monges e freiras), movimentos religiosos e suas práticas.

IV. Uma proposta de doutoramento em *Cultural Studies* e um debate prolongado entre dois Institutos na UM — o ICS e o ILCH.

O doutoramento proposto pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) em Estudos Culturais e aprovado pelos órgãos superiores da Universidade do Minho, em Setembro de 2009, vai realizar-se em parceria com o Departamento de Letras da Universidade de Aveiro e com o Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho (ILCH). Já aprovado pela Agência Nacional de Acreditação, o Curso de doutoramento em Estudos Culturais compreende as seguintes especialidades: Comunicação e Cultura, Sociologia da Cultura, e Hermenêuticas Culturais. Entrará em funcionamento, pela primeira vez, em 2010/2011.

Uma das áreas centrais de investigação e de docência do ILCH é a área das Culturas, dispondo este Instituto de um doutoramento em Ciências da Cultura. Em boa lógica, o ILCH poderia ter uma licenciatura com a mesma designação de “Ciências da Cultura”. É esse, aliás, o modelo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ou então, poderia ter uma licenciatura em “Línguas, Literaturas e Culturas”, como acontece com a sua homóloga Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e também com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e ainda com a Universidade de Aveiro.

O ILCH viu, no entanto, ser aprovada no Senado da Universidade do Minho, em Julho de 2006, a proposta que aí submeteu de uma Licenciatura em “Estudos Culturais”. Na proposta de fundação do curso, o ILCH justifica o seu projecto como «uma tentativa de resposta à crise das Humanidades» (p. 4). E propôs a denominação de «Estudos Culturais», em vez de «Ciências da Cultura», pelo facto de a designação de Estudos Culturais «assinalar a tradição anglo-americana das *Cultural Studies*» (p.5).

No entanto, no Senado em que se discutiu a aprovação da proposta (como é referido na Acta do Senado n. 4, de 24 de Julho de 2006), o Presidente do ICS manifestou a sua incomodidade com a designação escolhida. Se bem que atendesse à circunstância de a proposta do ILCH significar um esforço para responder à crise das Humanidades (entenda-se à gravosa falta de alunos com que então este Instituto se debatia), a incomodidade mantinha-se, por várias razões. A Acta refere que o Presidente do ICS considerava a designação de Estudos Culturais «desconfortante» para o seu Instituto, porque, em seu entender, a proposta de uma licenciatura neste domínio «deveria ter envolvido de raiz os Conselhos Científicos do ILCH e do ICS», exactamente pelo facto de os *Cultural Studies* serem ‘Social Science’, e não especificamente ‘Arts’. O ILCH entendeu, todavia, não acolher as observações feitas pelo ICS, pelo que a proposta de licenciatura em Estudos Culturais foi aprovada como mais uma licenciatura de Humanidades — ‘Arts’, portanto.

A criação da Licenciatura Estudos Culturais ocorreu em 2006, um ano em que a política da Reitoria da Universidade do Minho transmitida às Escolas fora a da não acolher propostas de cursos novos, mas apenas reformulações e adequações a Bolonha dos cursos existentes. O Reitor Guimarães Rodrigues foi ao Conselho Acadé-

mico, o Órgão que então legislava sobre a matéria, impor este ponto de vista, fazendo aprovar uma agenda de trabalhos que impediu a discussão das propostas de cursos novos, apresentados por algumas Escolas, entre as quais o ILCH. Era então Vice-Presidente do Conselho Académico o Professor Varela de Freitas.

A Acta do Senado n. 4, de 24 de Julho de 2006, refere que o Presidente do ICS se pronunciou sobre a proposta apresentada pelo ILCH. Para o ICS, a proposta não era entendível por contrariar a estratégia da Universidade de transição para Bolonha, estabelecida pela Reitoria para 2006. E também não era entendível, por corresponder a «um movimento de expansão» do ILCH e contradizer «os constrangimentos que disse estarem a ser criados em relação a outros Cursos já existentes» e que não tinham atingido ainda a sua plena expansão. Referia-se aos Cursos do Instituto de Ciências Sociais, muito particularmente ao Curso de Ciências da Comunicação. Nesse ano de 2006, o Reitor propusera ao ICS a desvinculação de 11,2 eti (emprego a tempo integral), uma fasquia que depois viria a reduzir para quatro eti, no Conselho de Gestão e Planeamento do Senado, expressamente convocado para o efeito. Dois desses eti recaíram e martirizaram o Departamento de Ciências da Comunicação, que então, como em 2010, dispunha de um número de docentes deficitário por relação ao número de alunos imputados ao Departamento, tendo em conta o *ratio* estabelecido pelo Ministério em Diário da República (12 alunos/um docente).

Na intervenção que fez no Senado, nessa reunião de 24 de Julho de 2006, o Presidente do ICS assinalou o seguinte: «11,2 docentes eti correspondem, na realidade, a 14 docentes, de um universo de 88. [Isso significa] reduzir em 15% a capacidade instalada do Instituto. Se nos cingirmos ao Departamento de Geografia, a redução é de 35%; no caso do Departamento de Ciências da Comunicação [a redução] é de 20%».

Aprovada em Julho de 2006 para responder «à crise das Humanidades», a licenciatura em Estudos Culturais apenas vai funcionar, pela primeira vez, no ano lectivo de 2010/2011.

V. O Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH) da UM e os estudos dos *media*

Para responder à crise das Humanidades, as Faculdade de Letras das Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, criaram, há cerca de dez anos, cursos de licenciatura no domínio dos estudos dos *media*. Em 2006, o Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho não pôde criar, no entanto, uma licenciatura em estudos dos *media*, dado que esta já existia na Universidade do Minho, desde 1991, primeiro com a designação de Comunicação Social, e mais recentemente de Ciências da Comunicação. Fez aprovar, todavia, nos órgãos superiores da Universidade, como assinalei, uma licenciatura em Estudos Culturais, tendo entre as opções temáticas ‘Cibercultura’, e ‘Cinema e *Media*’, além de ‘Cultura nos *Media*’.

Nas quatro páginas de justificação da criação da licenciatura em Estudos Culturais e que acompanham o dossiê de instrução deste projecto de ensino, aprovado,

primeiro no Conselho Académico, e depois no Senado, ressaltam as seguintes palavras-chave:

- *Medienwissenschaften* (Ciências dos *Media*);
 - estudos comunicativos e pragmáticos;
 - *media*
 - cultura e consumo
 - propaganda
 - sociedades dos *media*;
 - processos de criação e mediação da cultura;
 - mediadores interculturais;
 - construção de conteúdos e arquivística (sites e bases de dados);
 - multiculturalismo e globalização;
 - competências comunicativas multiculturais;
 - turismo cultural;
 - património (artístico, cultural, histórico e museológico);
 - mediação intercultural e turismo cultural.
- (pp. 4-7 da proposta)

O conceito principal é exactamente *Medienwissenschaften* (Ciências dos *Media*). É então referido que as *Kulturwissenschaften* [Ciências da Cultura] estão «sempre em estreita ligação» com o conceito abrangente de *Medienwissenschaften*» (Ciências dos *Media*).

Os teóricos invocados no texto de apresentação e justificação da proposta de licenciatura em Estudos Culturais são os seguintes: Georg Simmel, um sociólogo alemão, cuja obra principal é *Soziologie*, publicada em 1908; Peter Berger e Thomas Luckman, dois sociólogos austríacos contemporâneos; Theodor Geiger, um sociólogo alemão, que por ter trabalhado na Dinamarca é dado como o primeiro sociólogo deste país, especialista dos *media*, nascido em 1891 e falecido em 1952; Friedrich Kittler, um alemão, investigador dos *media* e da comunicação em geral, cuja obra de referência (uma obra onde é exposta uma teoria dos *media*) é *Grammophon. Film. Typewriter* (1986); e ainda Ernest Cassirer, um filósofo alemão que nasceu em 1874 e faleceu em 1945 (Cf. pp. 4-7 da proposta).

Entretanto, as novas propostas de segundos ciclos do ILCH, depois das adequações a Bolonha, em 2006, passam a estar centradas também no estudo dos *media*. Esta viragem teórica significa, é um facto, uma mudança de filosofia na concepção dos cursos de segundo ciclo do ILCH. O segundo ciclo em “Tradução e Comunicação Multilíngue” conta com uma disciplina de ‘Comunicação Empresarial’, que integra um grupo disciplinar do ILCH. E o segundo ciclo de “Mediação Cultural e Literária” tem uma área de especialização em ‘Cinema e Literatura’. Pode ler-se, entretanto, no site do ILCH, consultado em Setembro de 2009, a propósito deste segundo ciclo: «O mestrado visa reposicionar os estudos teóricos da literatura pelos estudos da cul-

tura e pela teoria dos *media*». Esta área de especialização desdobra-se então pelas seguintes secções:

- Campo literário e campo dos *media*;
- História e Estética do Cinema;
- Narratologia e Escrita Criativa;
- Produção Cinematográfica 1 e 2.

A circunstância de o ILCH dispor na sua oferta formativa de um segundo ciclo em Mediação Cultural e Literária, com uma área de especialização em ‘Cinema e Literatura’, e de o curso apresentar a estrutura referida, faz crer que o ILCH dispõe hoje de um mestrado em cinema².

Dá-se o caso, no entanto, de a 31 de Julho de 2006 ter sido criada pela Reitoria a «Comissão para a área de Estudos Artísticos» (RT-60/2006). Esta Comissão integrava um docente e investigador do Departamento de Ciências da Comunicação, aí destacado pelo Presidente do ICS, depois de a Reitoria ter endereçado um convite a este Instituto para que um dos seus membros a integrasse. A sua presença na Comissão justificava-se pela circunstância de este docente e investigador ser Realizador da RTP há cerca de três décadas e docente da disciplina de Audiovisual (produção e realização televisivas e cinematográficas), desde os começos da Licenciatura em Ciências da Comunicação. Foi cometida a este docente e investigador, pelo Presidente do ICS, a tarefa de apresentar e defender na Comissão a criação do curso de Cinema.

A 14 de Dezembro de 2007, o ICS levou, todavia, à agenda desta Comissão a discussão da proposta da criação de uma licenciatura em comunicação artística (que não se esgotava, pois, no cinema). Propôs «um curso de artes centrado nas competências narrativas», como possibilidade de um novo curso artístico, «dado que a narrativa é comum a várias formas de expressão, partilhando, em certa medida, conteúdos e técnicas. Seria o caso da narração cinematográfica, das narrativas para televisão, da narração teatral, das narrativas interactivas com recurso aos espaços hipermédia (hipertextuais), das narrativas literárias, das narrativas pelo desenho (BD, desenho animado...), das narrativas publicitárias ou promocionais, entre outras». Na proposta argumentava-se o ponto de vista de que «Os aspectos artísticos da narração não deverão dissociar-se da dimensão comunicativa».

Foi o seguinte o bosquejo da licenciatura proposta em Comunicação Artística:

² No entanto, em parecer que o ILCH solicitou ao Director da Secção de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais, e que faz parte do dossiê da licenciatura em Estudos Culturais, aprovada em Senado, Jean-Yves Durand escreve que o projecto de Estudos Culturais «parece-nos padecer da ausência de uma contribuição relevante das Ciências Sociais e, atendendo às especificidades de várias disciplinas, do Departamento de Ciências da Comunicação».

ARTE E TÉCNICA (DA NARRAÇÃO) DO AUDIOVISUAL E MULTIMÉDIA

	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
1º ANO	HISTÓRIA DA LINGUAGEM CINEMATOG. ANÁLISE FÍLMICA (SEMIÓTICA DO CINEMA) SOCIOLOGIA DO CINEMA ECONOMIA DO CINEMA DESENHO E GRAFISMO FOTOGRAFIA: CRIAÇÃO E TÉCNICA	ARGUMENTO NARRATIVA AUDIOVISUAL INT. AO REGISTO DA IMAGEM EM MOVIM. INT. AO REGISTO DO SOM DIREITO DO AUDIOVISUAL MERCADOLOGIA DO AV NACIONAL
2º ANO	PRODUÇÃO I REALIZAÇÃO I : POSTA EM CENA INT. À NARRATIVA INTERACTIVA (HIPERTX) ANÁLISE DOS DISCURSOS MULTIMÉDIA ILUMINAÇÃO E CENOGRAFIA REGISTO DE VÍDEO	GUIONISMO REALIZAÇÃO II : DIRECÇÃO ACTORES PRODUÇÃO II: MERCADO EDIÇÃO I (•) DESIGN ANIMAÇÃO GRÁFICA (•)
3º ANO	PROJECTO CINEMA I (◊) PROJECTO MULTIMÉDIA I (◊) TRATAMENTO DE IMAGEM (•) TRATAMENTO DE SOM (•) EDIÇÃO II (◊) CRIAÇÃO E AUTORIA DVD (•)	PROJECTO CINEMA II (◊) PROJECTO MULTIMÉDIA II (◊)

(•) PROGRAMA INFORMÁTICO ESPECÍFICO

(◊) SUPERVISIONADO

Este esforço não teve quaisquer desenvolvimentos, dado que a Comissão passou a ter uma existência errática, depois da aprovação da licenciatura em Música.

Assinalo, por outro lado, que o Departamento de Ciências da Comunicação tem destacado, desde 2004/2005, um dos seus docentes para leccionar no ILCH a disciplina *Opção Cultural A2 – Audiovisuais*, do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas. Tratou-se de uma disciplina semestral (1º semestre), do 4º e último ano da licenciatura até ao ano lectivo de 2007/2008. Passou esta disciplina, desde o ano lectivo 2008/2009, para o 3º e último ano do novo curso, que agora se chama Línguas Aplicadas.

O quadro docente do Departamento de Ciências da Comunicação integra um doutor em Ciências da Comunicação, com uma tese em cinema, e dois produtores e realizadores da RTP, um dos quais lecciona a disciplina de audiovisual (televisivo e cinematográfico). E no Departamento de Geografia do ICS uma docente doutorou-se neste ramo científico, com uma tese sobre a paisagem no cinema português.

Em resumo, em 2006, o ILCH fez uma opção estratégica em termos científico-pedagógicos, que o levou a inflectir vários dos seus projectos no sentido do estudo dos *media*, particularmente do cinema, apesar de esta área ser competência específica do Departamento de Ciências da Comunicação do ICS.

Referências bibliográficas

- Aguar e Silva, 2008, «Genealogias, Lógicas e Horizontes dos Estudos Culturais», in Goulart, R., Fraga, M. & Meneses, P., *O Trabalho da Teoria – Colóquio em Homenagem*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Bonnell, V. & Hunt, L. (Eds), 1999, *Beyond the Cultural Turn*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Durham, M. G. & Kellner, D. (Eds), 2001, *Media and Cultural Studies*. Malden, Oxford and Victoria: Blackwell Publishing.
- Glevarec, H., Macé, É. And Maigret, É. (Eds), 2008, *Cultural Studies. Anthologie*. Paris, Armand Colin.
- Mattelart, A. & Neveu, É., 2003, *Introduction aux Cultural Studies*. Paris: Éditions La Découverte.
- Storey, J. (Ed.), 1996, *What is cultural studies? A reader*. London: Arnold.
- Proposta de Criação da Licenciatura em Estudos Culturais*, Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH) da Universidade do Minho, Janeiro de 2006.
- Acta n. 4 do Senado da Universidade do Minho, reunião de 24 de Julho de 2006.
- Acta da «Comissão para a área de Estudos Artísticos» (RT-60/2006), reunião de 14 de Dezembro de 2007.

Nota Biográfica

Manuel da Silva e Costa nasceu a 29 de Novembro de 1938 na freguesia de Remelhe, concelho de Barcelos do distrito de Braga.

Depois de ter realizado estudos de Filosofia e Teologia nos seminários da Sociedade Missionária da Boa Nova e de ter exercido as funções de professor no Liceu de Nampula (Moçambique), retomou em 1974 o processo da sua formação académica, ingressando na Universidade Católica de Lovaina (Bélgica). Nessa Universidade concluiu em 1976, com a classificação de grande distinção, a Licenciatura em Teologia. Ingressou então na Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais desta mesma Universidade, vindo a concluir, em 1979, a Licenciatura em Sociologia, com a defesa da dissertação *Les Fonctions Sociales du Prophétisme Hébraïque*, analisando os mecanismos socioeconómicos de transição e da passagem de uma sociedade tribal a uma sociedade monárquica.

Em Outubro de 1979 ingressou na Universidade do Minho, na Unidade Científico- Pedagógica de Ciências Sociais, para leccionar disciplinas do âmbito da Teoria e Método em Ciências Sociais e da Sociologia Geral, aos cursos de Relações Internacionais, e de História e Ciências Sociais.

Em Setembro de 1981 regressou à Universidade Católica de Lovaina. Aí prestou provas de doutoramento em Sociologia, a 10 de Dezembro de 1984, defendendo uma tese intitulada *Réligion et Idéologie dans l'Instauration de la Paysannerie Parcelaire au Nord du Portugal*, que o júri aprovou e que recomendou, nos termos do Regulamento da Universidade, para publicação integral.

Contratado como professor auxiliar da Universidade do Minho, em Junho de 1985, para a Área de Antropologia Cultural e Sociologia, Manuel da Silva e Costa foi aprovado no concurso para professor associado do grupo disciplinar de Sociologia, em Novembro de 1988.

Em Outubro de 1994 realizou, na Universidade do Minho, provas de agregação no grupo de Sociologia. Apresentou e defendeu o relatório da disciplina de Sociologia do Trabalho, tendo versado sobre “Organização do Trabalho e Participação” a Lição de Síntese que proferiu.

Em 26 de Março de 1996 foi provido, por unanimidade do júri, no concurso para professor catedrático no grupo de Sociologia da Universidade do Minho.

Durante a sua carreira de cerca de trinta anos na Universidade do Minho, Manuel da Silva e Costa leccionou disciplinas nos seguintes domínios: Teorias Sociológicas; Metodologias de Ciências Sociais; Sociologia das Organizações; Sociologia do Trabalho; Sociologia e Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Relações Industriais; Comportamento Organizacional.

Para além da sua actividade docente e de investigação, desempenhou inúmeros cargos de gestão científica e pedagógica, entre os quais são de assinalar três mandatos como Presidente do Instituto de Ciências Sociais (biénios: 1990-1991; 1994-1995;

2002-2003); a criação da Licenciatura de Sociologia das Organizações, cuja proposta foi aprovada em Abril de 1988 e que esteve na origem da criação do Departamento de Sociologia; a coordenação da proposta de Licenciatura em Geografia e Planeamento, em 1996, curso que serviu de base à criação do Departamento de Geografia.

Participou ao longo da carreira em inúmeros congressos, colóquios e seminários, nacionais e internacionais, donde resultaram outras tantas comunicações, muitas delas publicadas nas respectivas actas. Publicou e coordenou largas dezenas de trabalhos científicos na área da sociologia das organizações, do trabalho, da empresa, da sociologia autárquica e da saúde, tanto em livros e capítulos de livro, como em artigos de revista. Coordenou e participou em vários projectos científicos do Instituto de Ciências Sociais.

Integrou e participou activamente em centenas de júris de provas académicas, designadamente, em provas de mestrado, doutoramento e agregação, e também em concursos para vagas de Professor Associado e de Professor Catedrático.

De entre outras actividades relevantes são de citar, ainda, a sua participação como membro da Direcção da AISO – Associação Ibero-Americana de Sociologia das Organizações; a coordenação da Secção de Sociologia Autárquica da revista *CADERNOS de Estudos Municipais*, enquanto foi publicada pelo Arquivo da Universidade do Minho; a qualidade de membro da Comissão Científica do *Master Online Comunicación en las Organizaciones*, da Universidade Complutense de Madrid; a qualidade de membro do Comité Científico da *Revista Internacional de las Organizaciones* (RIO), em formato digital e papel, publicada pela AISO e pela Universidade Complutense de Madrid (Departamento de Sociologia); enfim, a qualidade de membro do Conselho Geral da Fundação Carlos Lloyd Braga, de 1999 a 2010.

As Ciências Sociais, em particular a Sociologia, foram sempre a sua paixão. E o objectivo maior da sua vida universitária foi precisamente o de desenvolver e consolidar o Instituto de Ciências Sociais, ao longo de trinta anos, no contexto da Universidade do Minho. A maior dificuldade com que deparou na criação e no desenvolvimento das Ciências Sociais na Universidade do Minho, desde a sua instalação inicial no edifício de D. Pedro V, passando pelas insalubres condições na Avenida Central, até à sua localização no Campus de Gualtar, no começo dos anos 90, consistiu em convencer os Órgãos decisores da Universidade de que as Ciências Sociais não poderiam constituir nunca um objectivo menor. Com efeito, a exigência universitária de um projecto harmonioso e equilibrado obrigava à criação de uma escola de Ciências Sociais em pé de igualdade com todas as outras.

Caminhos nas Ciências Sociais: Memória, Mudança Social e Razão — estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa, organizado por Moisés de Lemos Martins, conta com dezanove estudos. Todos se inscrevem na largueza do espírito académico do agora jubilado Manuel da Silva Costa.

A largueza de espírito do homenageado incitou esta reunião de textos, também ela uma reunião generosa. Destes artigos, alguns revisitam o passado, olhando para o actual cenário da Universidade do Minho, e também para o seu futuro (contam-se neste caso, “As Ciências Sociais na Universidade do Minho: do projecto de 1976 ao presente e além” e “Os *Cultural Studies* no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho”); outros são de âmbito sociológico e enquadram-se nas perspectivas das diversas áreas sociológicas (sociologia do desporto, da informação, dos *media*, das organizações, da política, da família, das relações e das representações sociais), havendo também artigos de âmbito mais demográfico, geográfico, antropológico e histórico.

Como bem o assinalou Pessoa, o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas antes na intensidade com que acontecem. Foi com essa intensidade, reflectida na largueza dos textos aqui apresentada, que Manuel da Silva e Costa esteve na Universidade do Minho ao serviço das Ciências Sociais. Durante mais de trinta anos partilhámos com ele esse espírito intenso de humanidade, bondade e rectidão. Oxalá esse espírito possa permanecer entre nós.



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

CITCEM - Centro Interdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

CICS - Centro de Investigação em Ciências Sociais

Apoio



www.ruigracio.com

